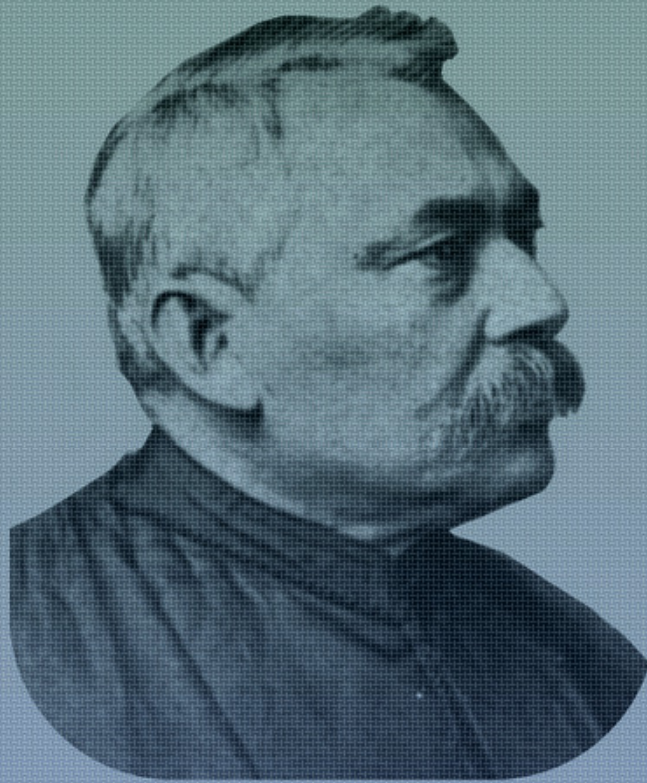


Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Sílvio Romero

História da Literatura Brasileira



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Sílvio Romero

História da Literatura Brasileira

Publicado originalmente em 1902.

**Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero
(1851 – 1914)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 305



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor brasileiro Sílvio Romero: *“História da Literatura Brasileira”*.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

Sílvio Romero (S. Vasconcelos da Silveira Ramos R.), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a Cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa.

Foram seus pais o comerciante português André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira. Na cidade natal iniciou os estudos primários, cursando a escola mista do professor Badu. Em 1863, partiu para a corte, a fim de fazer os preparatórios no *Ateneu Fluminense*. Em 68, regressou ao Norte e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Formou, ao lado de Tobias Barreto (que cursava o 4º. ano quando Sílvio se matriculou no primeiro) e junto com outros moços de então, a Escola do Recife, em que se buscava uma renovação da mentalidade brasileira. Sílvio Romero foi, no início, positivista. Distinguiu-se, porém, dos que formavam o grupo do Rio, onde Miguel Lemos levava o comtismo para o terreno religioso. Espírito mais crítico, Sílvio Romero se afastaria das idéias de Comte para se aproximar da filosofia evolucionista de Herbert Spencer, na busca de métodos objetivos de análise crítica e apreciação do texto literário.

Estava no 2º. ano de Direito quando começou a sua atuação jornalística na imprensa pernambucana, publicando a monografia "A poesia contemporânea e a sua intuição naturalista". Desde então, manteve a colaboração, ora como ensaísta e crítico, ora como poeta, nas folhas recifenses, entre elas *A Crença*, que ele próprio dirigia juntamente com Celso de Magalhães, o *Americano*, o *Correio de Pernambucano*, o *Diário de Pernambuco*, o *Movimento*, o *Jornal do Recife*, a *República* e o *Liberal*.

Assim que se formou, exerceu a promotoria em Estância. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembléia provincial de Sergipe, em 1874, mas renunciou, logo depois, à cadeira. Regressou a Recife para tentar fazer-se professor de Filosofia no Colégio das Artes. Realizou-se o concurso no ano seguinte e ele foi classificado em primeiro lugar, mas a Congregação resolveu anular o concurso. A seguir, defendeu tese para conquistar o grau de doutor. Nesse concurso Sílvio Romero se ergueu contra a Congregação da Faculdade de Direito do Recife, afirmando que "a metafísica estava morta" e discutindo, com grande vantagem, com professores como Tavares Belfort e Coelho Rodrigues. Abandonou a sala da Faculdade; foi então submetido a processo pela Congregação, atraindo para si a atenção dos intelectuais da época.

Em fins de 1875, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Foi para Parati, como juiz municipal, e ali demorou-se dois anos e meio. Em 1878, publicou o livro de versos *Cantos do fim do século*, mal recebido pela crítica da corte. Depois de publicar *Últimos harpejos*, em 1883, abandonou as tentativas poéticas. Já fixado no Rio de Janeiro, começou a colaborar em *O Repórter*, de Lopes Trovão. Ali publicou a sua famosa série de perfis políticos. Em 1880 prestou concurso para a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, conseguindo-a com a tese "Interpretação filosófica dos fatos históricos". Jubilou-se como professor do Internato em 2 de junho de 1910. Fez parte também do corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

No governo de Campos Sales, foi deputado provincial e depois federal pelo Estado de Sergipe. Nesse último mandato, foi escolhido relator da Comissão dos 21 do Código Civil e defendeu, então, muitas de suas idéias filosóficas.

Na imprensa do Rio de Janeiro Sílvio Romero tornou-se literariamente poderoso. Admirador incondicional de Tobias Barreto, nunca deixou de colocá-lo acima de Castro Alves; além disso, manteve, durante algum tempo, uma certa má vontade para com a obra de Machado de Assis. Sua crítica injusta motivou Lafayette Rodrigues Pereira a escrever a defesa de Machado de Assis, sob o título *Vindiciae*. Como polemista deve-se mencionar ainda a sua permanente luta com José Veríssimo, de quem o separavam fortes divergências de doutrina, método, temperamento, e com quem discutiu violentamente. Nesse âmbito, reuniu as suas polêmicas na obra *Zeverissimações ineptas da crítica* (1909).

Sílvio Romero foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico em torno de autor e obra. Sua força estava nas idéias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo.

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias.

Referência bibliográfica:

Academia Brasileira de Letras (www.academia.org.br)
Abril de 2014

ÍNDICE

FATORES DA LITERATURA BRASILEIRA

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 1 - TRABALHOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS SOBRE A LITERATURA BRASILEIRA – DIVISÃO DESTA – ESPÍRITO GERAL DESTE LIVRO | 1 |
| CAPÍTULO 2 - TEORIAS DA HISTÓRIA DO BRASIL..... | 7 |
| CAPÍTULO 3 - A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE BUCKLE E O ATRASO DO POVO BRASILEIRO..... | 16 |
| CAPÍTULO 4 - O MEIO. FISILOGIA DO BRASILEIRO..... | 31 |
| CAPÍTULO 5 - A NAÇÃO BRASILEIRA COMO GRUPO ETNOGRÁFICO E PRODUTO HISTÓRICO..... | 38 |
| CAPÍTULO 6 - RAÇAS QUE CONSTITUÍRAM O POVO BRASILEIRO O MESTIÇO..... | 42 |
| CAPÍTULO 7 - TRADIÇÕES POPULARES CANTOS E CONTOS ANÔNIMOS ALTERAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL..... | 57 |
| CAPÍTULO 8 - RELAÇÕES ECONÔMICAS AS INSTITUIÇÕES POLITICAS E SOCIAIS DA COLÔNIA, DO IMPERIO E DA REPÚBLICA..... | 71 |
| CAPÍTULO 9 - PSICOLOGIA NACIONAL PREJUÍZOS DE EDUCAÇÃO IMITAÇÃO DO ESTRANGEIRO..... | 76 |
| | |
| NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO FOLCLORE BRASILEIRO..... | 83 |
| | |
| O BRASIL SOCIAL E OS ELEMENTOS QUE O PLASMARAM OS MÉTODOS E PROCESSO DA ESCOLA DE LE PLAY..... | 121 |
| | |
| OS FATORES E SUAS ACHEGAS TRADICIONAIS..... | 127 |
| 1.º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O ÍNDIO..... | 132 |
| 2º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O NEGRO..... | 140 |
| 3º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O PORTUGUÊS..... | 171 |
| | |
| CONCLUSÕES GERAIS | |
| I. O MEIO..... | 189 |
| II. A RAÇA..... | 205 |
| III. AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS..... | 221 |
| IV. SENTIDO TEÓRICO DA LITERATURA BRASILEIRA..... | 223 |
| V. FASES EVOLUTIVAS DA LITERATURA BRASILEIRA..... | 227 |
| | |
| DA CRÍTICA E SUA EXATA DEFINIÇÃO..... | 229 |

FATORES DA LITERATURA BRASILEIRA

CAPÍTULO 1: TRABALHOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS SOBRE A LITERATURA BRASILEIRA – DIVISÃO DESTA – ESPÍRITO GERAL DESTE LIVRO

As pátrias letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos. Se não existe uma história universal escrita por brasileiro, se a nossa própria história política, social e econômica tem sido apenas esboçada e foi mister que estrangeiros nela ensinassem a escrever, no terreno da literatura propriamente dita a pobreza nacional ostenta-se ainda maior.

O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido, e continua a ser com razão, o oráculo de todos na matéria; porque é único em seu gênero. O escritor austríaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no singular. E já lá vão bastantes anos que o livro foi publicado, e até bem pouco era o compêndio oficial de nossos cursos!

Antes de Ferdinand Wolf ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras.

Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi, nas *Literaturas do meio-dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da Literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores.

Não é para surpreender, porque todos sabemos que foram eles os organizadores da história da literatura portuguesa, da qual a nossa era considerada um apêndice. Depois é que Almeida Garrett escreveu o seu *Bosquejo da História da Poesia e da Língua Portuguesa* (1826).

A indigência brasileira não é, pois, mais do que um prolongamento do velho pauperismo lusitano.

Os escritores portugueses deste século, Costa e Silva, Lopes de Mendonça, Inocêncio da Silva, Latino Coelho, Luciano Cordeiro, Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco e outros, nos seus trabalhos sobre a literatura de sua pátria, são portadores de algumas notícias de nossa vida intelectual, tudo ainda como um acessório do pensamento da antiga metrópole.

A autores nacionais só devemos alguns pequenos ensaios, poucas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto.

Os principais dentre eles vêm a ser: Januário da Cunha Barbosa – *Parnaso Brasileiro* (1831); Abreu e Lima – *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835); Domingos de Magalhães – *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil* (1836); Norberto e Silva – *Bosquejo da História da Literatura Brasileira, nas modulações poéticas* (1841), e mais tarde alguns estudos na *Minerva Brasiliense* (1843), na *Revista Popular* (1861) e na *Brasília Biblioteca de Autores Nacionais* (1863); Pereira da Silva – *Parnaso brasileiro* (1843) e *Plutarco brasileiro* (1847), transformados depois em *Varões ilustres do Brasil nos tempos coloniais* (1858); Varnhagen – *Florilégio da poesia brasileira* (1851 e 53); Fernandes Pinheiro – *Discurso sobre a poesia em geral e em particular no Brasil*, na tradução de Jó por Elói Ottoni (1852), e também no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), e no *Resumo de história literária* (1872); Antônio Joaquim de Meio – *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco* (1858); Sotero dos Reis – *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866); Antônio Henriques Leal – *Panteon maranhense* (1873); Joaquim Manuel de Macedo – *Ano biográfico brasileiro* (1876); José Antônio de Freitas – *Lirismo Brasileiro* (1877); J. S. – *Manual de literatura ou estudos sobre a literatura dos principais povos da América e Europa* (1878); Leri dos Santos – *Panteon Fluminense* (1880); Sacramento Blake – *Dicionário bibliográfico brasileiro* (1883); Ignotus – *Sessenta anos de jornalismo* (1883); Melo Moraes Filho – *Curso de Literatura Nacional* (1881) e *Parnaso brasileiro* (1885); F. A. Pereira da Costa – *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1882). – Contêm também notícias literárias – a *Revista do Instituto Histórico*, os *Anais da Biblioteca Nacional*, os *Arquivos do Museu Nacional* e as *Efemérides Nacionais*, do Dr. Teixeira de Melo (1881). Juntem-se a tudo isto escritos diversos de José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, Franklin Távora, Araripe Júnior, Macedo Soares, Eunápio Deiró, José Veríssimo, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Oliveira Lima, Lívio de Castro, Medeiros e Albuquerque, Viveiros de Castro, Augusto Franco e outros.

O livro de Ferdinand Wolf, feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático. O tom geral é ditirâmico, e, entre outros, os exageros sobre o merecimento de seu principal inspirador, Gonçalves de Magalhães, provocam hoje o riso. As obras de Bouterwek, Sismondi, Ferdinand Denis e Garrett, escritas especialmente sobre a literatura portuguesa, são muito lacunosas no que respeita ao Brasil.

Os escritores portugueses, atrás citados, acham-se no mesmíssimo caso, e os brasileiros, conquanto mais conhecedores do assunto, só quiseram escrever

quadros isolados e só trataram de alguns tipos destacados. É inútil analisá-los agora; seus méritos e defeitos serão estudados no correr deste trabalho.

Exporei desde logo o espírito geral deste livro. Empreendo, declaro-o de princípio, a história literária nacional com uma idéia ministrada por estudos anteriores. Pode ser um mal; mas é necessário; são precisos tentamens destes para explicar o espetáculo da vida brasileira.

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.

Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento. Quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo.

Faltam os elementos para fazer um quadro vivaz e palpitante da vida íntima dos autores brasileiros. Os tempos passados são como mortos; falta a nota viva. O hábito das *memórias e correspondências* não tem sido até hoje seguido no Brasil. Daí uma lacuna. “Há dois modos, disse muito bem Edmond Scherer, de escrever a história literária: pode-se pender para as considerações gerais, referir os efeitos às suas causas, distinguir, classificar. Mas pode-se também tomar por alvo reviver este mundo de poetas e escritores no meio que tão grandes cousas produziu, procurar surpreender estes homens em sua vida de todo o dia, desenhar-lhes a fisionomia, recolher as picantes anedotas a seu respeito, e é forçoso declarar que esta segunda maneira de escrever a história literária encerra muito atrativo. É talvez mais realmente instrutiva do que a primeira. Esta faz compreender o encadeamento dos fatos, a segunda faz conhecer os *homens*. E que há no mundo que nos interesse mais do que nossos caros semelhantes, e entre estes quem mais do que aqueles cujas obras nos encantam ainda, passados duzentos ou trezentos anos? Quanto a mim, daria todas as filosofias da arte e da história por simples bagatelas e pilhérias literárias ou anedóticas, por um volume de Boswell ou de Saint-Simon.”

Tudo isto é certo e eu daria também por uma história *à la Saint-Simon* da literatura brasileira quantos volumes pudesse escrever de vistas gerais sobre ela. Há, porém, uma circunstância que me vem justificar na escolha que faço do primeiro dos dois métodos descritos por Scherer, e vem a ser: não existem documentos para se fazer a história íntima, pinturesca, viva e anedótica dos escritores do Brasil.

Acresce também que o encanto que se encontra neste último gênero de história literária, proveniente de um conhecimento mais familiar do viver dos homens, não consiste especialmente no desvendamento de um ou outro segredo, na prática de uma ou outra singularidade, na convivência de uma ou outra anedota. Tudo seria estéril, se não deixasse ao leitor meios de elevar-se a vistas mais amplas e concernentes à humanidade em geral.

O conhecimento que se busca, ao surpreender os atos mais íntimos de um escritor, deve sempre visar uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta com o seu país e das deste com a humanidade.

Um conhecimento, que se não generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro.

Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português em suma, foi-se transformando ao contato do índio, do negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso de idéias estrangeiras, se foi aparelhando o *brasileiro*, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro.

Uma dificuldade secundária se me antolha, ao pôr o pé à entrada deste terreno. É sabido que muitos escritores brasileiros dos tempos coloniais transportaram-se em moços, ou em crianças, para a metrópole e de lá não voltaram mais. Deve ser contemplado na história da literatura brasileira um Antônio José, por exemplo, que do Brasil só teve o nascimento? Por outro lado, portugueses houve que, mudados para a América, aqui ficaram e se desenvolveram. Devem ser contados entre os nossos autores um José de Anchieta e um Antônio Gonzaga? Não trepido em os incluir no número dos nossos; os primeiros porque beberam no berço esse *quid* indefinível que imprime o cunho nacional, e porque suas obras, de torna-viagem recebidas com simpatias, vieram aqui

influir; os segundos, porque, transformados ao meio americano, viveram dele e para ele.

Mas não fica aí: muitos escritores portugueses, especialmente autores de crônicas, que permaneceram mais ou menos limitadamente entre nós e escreveram obras sobre o Brasil, deverão ser contemplados? É o caso de Pero Vaz de Caminha, Gandavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Simão Estácio da Silveira, outros. Assim como não devem ser considerados escritores portugueses alguns brasileiros que no reino residiram temporariamente, como Borges de Barros ou Porto Alegre, também não se podem contemplar os portugueses citados em o número dos nossos autores. Seria um redondíssimo absurdo, que nos levaria a contar também como brasileiros Hans-Staden, Thevet, João de Léry, Cláudio d'Abbeville, Ivo d'Evreux, Marcgrav, Laet, Piso, Lamartinière e muitos mais. Seriam também nossos, por tal método, Spix, Martius, Neuwied, Langsdorff, Saint-Hilaire, Castelneau, Hartt, George-Gardner, Wappaeus, Expilly, Jacques Arago, D'Assier, Agassiz e o próprio Darwin.

Só contemplarei, portanto, como nossos os nascidos no Brasil, quer tenham saído, quer não, e os filhos de Portugal, que no Brasil viveram longamente, lutaram e morreram por nós, como Anchieta e Gonzaga nos tempos coloniais, e, como políticos, nos tempos modernos, Clemente Pereira e Limpo de Abreu. Todos estes tiveram do reino só o berço, sua vida foi brasileira e pelos brasileiros.

Em rápida excursão só me deterei ante os talentos de mérito que saem engrandecidos do aparelho da crítica e justificam-se à luz do método indicado.

Não tratar-se-á de saber qual foi o primeiro brasileiro que escreveu uma poesia ou um livro, e outras tantas questões impertinentes e ociosas.

Nada se terá que ver com alguns frades despreocupados ou ociosos que mataram o tempo a escrever versos *latinos*, ou a publicar sensaborias em Roma. São homens que nunca viveram na consciência da pátria, não foram forças vivas ao seu serviço. Foram indiferentes na vida e sê-lo-ão sempre na morte e no esquecimento. Não merecem uma justificativa e ressurreição histórica.

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral.

Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que devêramos fazer para ser grandes.

Esta obra contém duas partes bem distintas; no primeiro livro indicam-se os elementos de uma história natural de nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo* literário, as aplicações da geologia e da biologia às criações do espírito.

Nos demais livros faz-se a traços largos o resumo histórico das quatro grandes fases de nossa literatura: *período de formação* (1500-1750), *período de desenvolvimento autônomo* (1750-1830), *período de transformação romântica* (1830-1870) e *período de reação crítica* (de 1870 em diante).

A primeira época inicia-se com a descoberta do país, passa pela invasão holandesa, pelos *Palmares*, pelos *Emboabas* e *Mascates* e chega aos meados do século XVIII. A segunda, com a descoberta das *minas*, mostra certo impulso autônomo do país dentro dos limites de suas forças e tradições étnicas. A terceira, que principia com o romantismo político de Constant no tempo de nossa independência, acentua-se mais a datar da retirada do primeiro imperador, e, através de muita imitação, máxime de franceses, teve o mérito de afastar-nos da esterilidade do *lusitanismo* literário. A quarta fase é a da reação crítica e naturalista, em que buscamos de novo nossas tradições à luz das idéias realistas, procurando harmonizar umas com outras.

Tal é a divisão natural da história literária brasileira. Se é certo que as fases de uma literatura não se determinam com a mesma segurança com que os velhos cronistas marcavam o nascimento e a morte dos reis – seus protetores, e se é verdade que as datas aqui indicadas não têm esse rigor mesquinho, servem bem para indicar os grandes marcos de nossa evolução mental. Os anos de 1500 e 1750, que encerram o primeiro período, justificam-se, aquele, porque daí partiu o conhecimento do país; o outro, porque na última metade do século XVIII, alterando-se o nosso sistema colonial e econômico, preparou-se a grande *escola mineira*, talvez o período mais brilhante e original de nossa poesia.

A data de 1830, se não marca uma época literária no estreito sentido, designa-a no lato; porque determina a invasão completa do romantismo na política e seu trasbordamento na literatura.

Constant precedeu Lamartine na Europa e aqui; a evolução literária seguiu-se, como sempre, à política.

Quanto a 1870, que abre a quarta e última fase, pode determinar-se que o romantismo começou a receber os primeiros e mais rudes golpes a datar desse tempo.

O positivismo filosófico francês, o naturalismo literário da mesma procedência, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente. Todos os anos crescia o número dos combatentes; foram eles os primeiros que no Brasil promoveram a reação seguida e forte contra o velho romantismo transcendental e metafísico.

Cumprido declarar, por último, que a divisão proposta não se guia exclusivamente pelos fatos literários; porque para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-letas*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na *poesia*!...

CAPÍTULO 2: TEORIAS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos.

A hereditariedade representa os elementos estáveis, estáticos, as energias das raças, os predicados fundamentais dos povos; é o lado nacional das literaturas. A adaptação exprime os elementos móveis, dinâmicos, genéricos, transmissíveis de povo a povo; é a face geral, universal das literaturas. São duas forças que se cruzam, ambas indispensáveis, ambas produtos naturais do meio físico e social.

Tal é a razão por que todo poeta, todo romancista, todo dramaturgo, todo crítico, todo escritor brasileiro de nossos dias tem a seu cargo um duplo problema e há de preencher uma dupla função: deve saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias que imediatamente influenciam a inteligência nacional, e incumbe-lhe também não perder de mira que escreve para um povo que se forma, que tem suas tendências próprias, que pode tomar uma feição, um ascendente original. Uma e outra preocupação são justificáveis e fundamentais. Se é uma cousa ridícula a reclusão do pensamento nacional numas pretensões exclusivistas, se é lastimável o espetáculo de alguns escritores nossos, atrasados, alheios a tudo quanto vai de mais palpitante no mundo da inteligência, não é menos desprezível a figura do imitador, do copista servil e fátuo de toda e qualquer bagatela que os paquetes nos tragam de Portugal, ou de França, ou de qualquer outra parte...

Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional.

Eis o grande problema, eis o ponto central de todas as tentativas de reformas entre nós, e eis por onde eu quisera que começassem todos os portadores de novos ideais para o Brasil, todos os transplantadores de novas filosofias, de novas políticas, de novas escolas literárias.

E é o que não vejo, é o que ainda não se fez.

Não é mais do que ter lido por acaso Zola, ou Daudet, ou Rollinat, e atirar com eles à face do país, como se tudo estivesse feito!...

Deve-se começar por conhecer a fundo as diversas teorias da história do Brasil, e, pelo estudo deste problema, compreender a sucessão das escolas literárias entre nós.

Indicarei somente os lados mais salientes do assunto.

As principais teorias da história do Brasil são a de Martius, a de Buckle, a de Teófilo Braga, a de Oliveira Martins, a dos discípulos de Comte e a dos sectários de Spencer. Ficam aí enumeradas em sua ordem cronológica.

O célebre botanista bávaro Carlos Frederico Filipe de Martius preparou em 1843 uma dissertação sob o título – *Como se deve escrever a história do Brasil*.

Nesse pequeno trabalho, um dos mais interessantes que tenho lido de penas estrangeiras sobre o Brasil, Martius abriga-se ao grande princípio moderno das nacionalidades, coloca-se num ponto de vista etnográfico e indica em traços rápidos os diversos elementos do povo brasileiro.

Os selvagens americanos e os seus costumes e suas aptidões psicológicas, os negros africanos e seus hábitos, os portugueses e suas vantagens de gente civilizada, tudo isto deve ser interpretado escrupulosamente; porque de tudo isto é que saiu o povo brasileiro.

É exato; resta apenas que se diga como é que estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente.

Em uma palavra, a teoria de Martius é puramente descritiva; ela indica os elementos; mas falta-lhe o nexos causal e isto seria o principal a esclarecer. É uma concepção incompleta.

E como alguns já têm por vezes exagerado a simplíssima indicação de Martius, o mero conselho do notável bávaro, aqui lhe reproduzo as próprias palavras para que bem claro se veja a distância entre esse rápido roteiro e a doutrina deste livro sobre o problema etnográfico brasileiro.

Escreveu Martius:

“Qualquer que se encarregar de escrever a história do Brasil jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deve desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento, o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se

apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também decerto seria um grande erro para todos os princípios de historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas como os negros reagiram sobre a raça predominante.”

A determinação precisa do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatores principais de nossas populações, nem por sombra se acha nessas linhas do ilustre autor da *Flora Brasiliensis*, que também e principalmente deixou em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: – o *mestiço*, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de *cada fator e definindo o caráter do resultado*

O afamado autor da *História da civilização na Inglaterra*, aparecida em 1857, ocupou-se do Brasil detidamente.

H. T. Buckle, como é sabido, divide as civilizações em primitivas e modernas, predominando naquelas a ação das leis físicas sobre o homem, e nestas sendo o inverso a verdade.

As civilizações antigas desenvolveram-se nos países onde as condições de vida eram fáceis, nas penínsulas, à margem dos grandes rios, onde eram abundantes o calor e a umidade. Só o Brasil para o filósofo inglês abre uma exceção à regra; por causa dos ventos *alísios*, das *chuvas* torrenciais, dos *miasmas*... que tornam aqui a natureza superior ao homem.

Daí, para o escritor britânico, umas tantas cousas, e, entre outras, a falta de uma civilização primitiva brasileira e ainda hoje, segundo a sua expressão, o nosso inveterado barbarismo.

Esta doutrina, além de ser falsa na descrição geral do clima brasileiro, é em demasia exterior; é cosmológica demais. Em sua pretensiosidade de explicar puramente pela física do globo as civilizações primitivas e atuais, é incompleta e estéril. Ainda quando a determinação das condições mesológicas do Brasil fosse exata, e absolutamente não é, haveria uma distância e não pequena a preencher: a ação do meio nas raças para aqui imigradas, levando-as a tomarem certa e determinada direção, forçosa e fatalmente, e não outra qualquer. É um círculo vicioso; explica-se o clima pela civilização e a civilização pelo clima. Aí há lacuna; atiram-nos frases ao rosto, supondo que nos enchem a cabeça de fatos. No capítulo seguinte a teoria de Buckle será estudada miudamente.

Teófilo Braga, o conhecido professor português, não teve por alvo consciente escrever uma teoria da história do Brasil; fez uns reparos sobre a vida literária do país e nada mais. É no prólogo do *Parnaso português moderno*, reproduzido ampliadamente nas Questões de literatura e arte portuguesa. Braga acredita que o lirismo da Europa meridional teve uma origem comum. Esta fonte geral foram populações *turanas*, descendidas da alta Ásia, divididas em dois grandes grupos, um que fez viagem pelo Norte da Europa e outro que a fez através da África, vindo ambos convergir na Espanha.

Na América deu-se uma semelhante marcha de povos *turanianos*. A braquicefalia do basco francês e a dolicocefalia do basco espanhol provam o fato para a Europa. A suposta dolicocefalia das raças da América do Norte e a pretendida braquicefalia geral das da América Meridional demonstram o fenômeno para o Novo Continente.

Tudo isto é muito vago e também muito aventuroso; são presunções que nada têm de positivo, nada têm de provado; são divagações que se acham em desacordo com fatos demonstrados.

A hipótese de Teófilo Braga, tirada das idéias de Retzius, Beloguet, Pruner-Bey e Varnhagen, para ser aceita deveria justificar os seguintes fatos:

- a) O *monogenismo* das raças humanas e sua origem comum na Ásia, o que não é nada fácil no estado atual da ciência e diante justamente dos trabalhos de Paulo Broca, que o escritor português chama sem razão em seu auxílio;
- b) A veracidade da tríada de Max-Müller de que os povos do mundo se dividem em *arianos*, *semitas* e *turanos*, empresa difícil ante a lingüística das raças uralo-altaicas, polinésias, malaias, africanas e americanas;
- c) A *emigração dos turanos* para a América;
- d) A *redução* dos povos deste continente a esse ramo único;
- f) A *ausência* entre as tribos do Brasil daqueles conhecimentos metalúrgicos e astronômicos que passam pelos caracteres mais notáveis da civilização turana;
- g) Enfim, demonstrar a identidade do desenvolvimento das raças americanas e asiáticas, um impossível a olhos vistos.

Antes que se haja feito o que aí se indica, tudo o que se disser sobre a velha tese do *asiatismo* dos povos americanos é pintar n'água, ou escrever na areia. É a mais antiga de todas as teorias sobre a origem dos americanos e ressentir-se de influência bíblica.

“A América, diz o homem que melhor conheceu a pré-história do Brasil – o Dr. Lund –, a América já era habitada em tempos em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo, e os povos

que nessa remotíssima época habitavam nela eram da mesma raça daqueles que no tempo do descobrimento aí habitavam.

“Estes dois resultados na verdade pouco se harmonizam com as idéias geralmente adotadas sobre a origem dos habitantes desta parte do mundo; pois que, quanto mais se vai afastando a época do seu primeiro povoamento, conservando ao mesmo tempo os seus antigos habitantes os seus caracteres nacionais, tanto mais vai-se desvanecendo a idéia de uma origem secundária ou derivada.”

O sábio Lund prossegue, provando com as suas descobertas arqueológicas a diferenciação cada vez mais crescente entre os povos brasileiros primitivos e as raças chamadas mongólicas, à medida que nos afastamos dos tempos modernos. É a mesma intuição do grande Morton na América do Norte.

Desaparecem assim o velho estribilho de uma pretensa cultura dos povos do Brasil, que por imensas catástrofes retrogradaram, segundo se afirma, e a enfadonha tese do mongolismo, *ces ridicules robinsonades*, como disse um sábio europeu.

O encontro de um ou outro artefato cerâmico, mal estudado no vale do Amazonas, é um fato isolado, muito diverso do que se devia dar no resto do país; é antes de tudo um fato explicável pela proximidade da civilização do Peru, ou da América Central, ou das Antilhas.

Quanto distava a sobriedade do grande Lund da afoiteza leviana de uns pretensiosos muito conhecidos, que a andam aí a dizer que os Tupis eram os *cários*, ou os *normandos*, ou os *fenícios*, ou os *mongóis*, ou os *turanos*, e não sei mais que povos que colonizaram a América.

É possível uma certa intermitência na arte entre os povos amazonenses, fenômeno cem vezes repetido no curso da história de todas as artes. Que prova isto? O turanismo? uma velha civilização oriunda da Ásia? Absolutamente não.

Os estudos científicos sobre as raças americanas começam apenas no Brasil. Reduzem-se por ora a pequenos trabalhos sobre craniologia, lingüística e arqueologia artística e industrial. Não existem muitos fatos demonstrados, os materiais são ainda limitadíssimos; entretanto, já temos uma dúzia de teorias para explicar a origem dos Tupis-Guaranis e dos americanos em geral.

Não quero contestar os conhecimentos práticos de nossos *savants* sobre alguns assuntos referentes aos selvagens; mas é tal a falta de senso crítico, tal a incapacidade filosófica de alguns desses *savants*, que os seus escritos merecem ir para o fogo. Apela para os chins, para os japoneses, os tártaros, os *cários*,

os egípcios, os fenícios, os normandos, os judeus, os turanos, para filiares neles os pobres Tupis... Querem uniformizar tudo, buscar para tudo um similar no Velho Mundo. Uma boa interpretação dos fatos levá-los-ia por certo a conclusões diversas.

Acabariam com a mania de reduzir a um tipo único as raças americanas, e ao mesmo tempo veriam nelas um produto deste solo; compreenderiam melhor a semicultura antiga do vale do Amazonas, sua filiação na cultura idêntica dos indígenas das Antilhas, e tantos outros fatos simples em si e obscurecidos por fantasiosos sistemas. Uma das marchas migratórias dos antigos povos americanos que parecem mal esclarecidas atualmente, é a de uma corrente de norte a sul, partindo das Antilhas, das costas da América Central e da atual república da Venezuela, e chegando ao interior do Brasil, estacionando vastamente no vale do Amazonas. O estudo comparativo das antigüidades das Antilhas e da região amazônica demonstraria definitivamente o fato.

No valiosíssimo escrito de Otis F. Mason, inserto no *Annual Report of the Smithsonian Institution*, do ano de 1876, sobre as antigüidades de Porto Rico, imensos são os pontos de contato entre os produtos ali descritos e aqueles que se encontram no Pará.

Despertam especial menção os amuletos representando animais, figuras humanas, etc., fabricados de matérias diversas, e especialmente de uma pedra verde, semelhante ao jade, *of green jadelike material*, diz o Dr. Mason. São as *muiraquitãs* do Amazonas. Dentro da própria América acham-se os elementos para a explicação do que se encontra ao Norte do Brasil. Desprezemos de uma vez as teorias que recordam o velho biblicismo que o Sr. Teófilo Braga anda nesta questão a defender erradamente.

Concedendo porém tudo, admitindo a identidade das origens do lirismo português e tupinambá, como quer o escritor português, que daí se poderá inferir para a filosofia da história brasileira?

Nada. A tese do autor açoriano é puramente literária e não visa a uma explicação científica de nosso desenvolvimento social.

Oliveira Martins em seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas* enxerga todo o interesse dramático e filosófico da história nacional na luta entre os jesuítas e os índios de um lado e os colonos portugueses e os negros de outro. Um semelhante dualismo é em grande parte de pura fantasia, e, no que tem de real, não passa de um fato isolado, de pouco valor e duração, fenômeno cedo esvaecido, que não pode trazer em seu bojo, como um segredo de fada, toda a latitude da futura evolução do Brasil. É um simples incidente de jornada, alçado

à categoria do princípio geral e dirigente; é uma destas sínteses fúteis com que alguns novelistas da história gostam de nos presentear de vez em quando.

A teoria do positivismo religioso sobre a nossa história é mais genérica e compreensiva. Falo em positivismo *religioso*, porque ele se me antolha o único equilibrado, lógico e inteiro. O comtismo é aquilo, ou não é nada.

O cisma de Littré foi estéril, ilógico e anárquico.

O digno escritor estava por certo no direito de ir com o mestre até onde quisesse ou pudesse; o que não tinha era o direito de limitar-lhe as crenças e as conclusões da doutrina. Não sou positivista; acho o comtismo um sistema atrasado e compressor, que faz uma figura apoucada ao lado do evolucionismo inglês e do naturalismo alemão. Se de Comte saíram Littré e Laffitte, de Darwin destacaram-se Spencer e Haeckel, e não vacilo na escolha; mas julgo que a seita dos ortodoxos é superior à dos outros.

Comte não escreveu diretamente sobre o Brasil; seus sectários nacionais Teixeira Mendes e Aníbal Falcão desenvolveram o que eles chamam a *teoria da pátria brasileira*.

Meu plano neste rápido esboço não exige a exposição miúda das vistas contidas nos escritos citados desses dois autores. Basta-me resumir. A nação brasileira é uma pátria colonial, pertencente ao grupo das pátrias *ocidentais*. Logo ao sair da luta holandesa, o Brasil reunia em si as condições de uma pátria: solo contínuo, governo independente e tradições comuns. O destino brasileiro pode formular-se assim: “O prolongamento americano da civilização ibérica, a que cada vez mais se assimilam, até unificação total, os índios e os negros importados, ou os seus descendentes.”

Na guerra holandesa venceu definitivamente o elemento ibérico, representante da civilização latina; destarte o Brasil escapou à ação dissolvente da Reforma, do deísmo, e está em melhores condições para adotar a doutrina *regeneradora* do que os Estados Unidos, por exemplo. É isto em essência.

O que é verdadeiro não é novo, e o novo não é verdadeiro. Que o Brasil é uma ex-colônia, que é do grupo das nações filiadas na civilização ocidental, e que tem as condições indispensáveis a uma nacionalidade, ou elas sejam – solo contínuo, governo e tradições comuns, como quer Comte, recordações e esperanças comuns e a vontade decidida de viver debaixo das mesmas leis e compartilhar os mesmos destinos, como ensina Renan, ou comunhão de raça, de religião, de língua e de território, como escreve Scherer, que ao Brasil cabe tudo isto, já todos o sabiam antes das demonstrações recentíssimas. Que a guerra holandesa foi um fenômeno notabilíssimo; que ali triunfou Portugal com

a civilização católico-latina contra a Holanda e a civilização germânico-protestante, e que nessa epopéia os colonos brasileiros viram-se quase sós, desamparados da mãe-pátria; que na luta entraram as três raças; que as duas chamadas inferiores devem ser incorporadas à nossa vida social, de tudo isto sabia-se no Brasil, desde que houve alguém que se lembrasse de escrever-lhe a história. Tudo isto é velho, velhíssimo.

Mas a necessidade indeclinável de haver na América representantes da civilização ibérica e a superioridade indiscutível desta sobre a civilização germânica, é o que não me parece de todo evidente.

A indispensabilidade desse dualismo histórico, representante na Europa de duas tendências opostas, devendo necessariamente reproduzir-se na América, é muito simétrica demais para não ser em grande parte de pura fantasia.

Era necessário para as pátrias ocidentais que o português vencesse no Brasil o holandês *protestante* e que o inglês derrotasse nos Estados Unidos o francês *católico*!

É muito cômodo. E afinal, por que se não há de dar o mesmo na Oceania em geral e notadamente na Austrália, onde o elemento germânico quase não encontra o seu competidor? São terras novas, habitadas por selvagens a desaparecerem a olhos vistos, que estão sendo colonizadas por europeus, representantes da civilização ocidental. Por que não se há de repetir ali o dualismo salutar?

A teoria da história de um povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro.

Seu fim não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exhibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros. Não lhe cumpre só dizer, por exemplo, que o Brasil é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligaram vermelhos e negros. Isto é muito descarnado e seco; resta ainda saber como estes elementos atuaram e atuarão uns sobre os outros e mostrar as causas de seleção histórica que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos e de nossos vizinhos também filiados na velha cultura ibérica. Se a teoria de Buckle é em demasia cosmográfica, a de Martius demasiado etnológica, a dos discípulos de Comte é em extremo social, sem atender a outros elementos indispensáveis.

A filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. São conhecidas as dificuldades quase insuperáveis dos estudos sociológicos. Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. De todas as teorias propostas a de Spencer é a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja.

CAPÍTULO 3: A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE BUCKLE E O ATRASO DO POVO BRASILEIRO

Para bem compreender a posição presente do povo brasileiro e o seu desenvolvimento histórico, à luz das idéias científicas que reinam na atualidade, é mister lançar um olhar sobre a moderna concepção da história, e insistir sobre a de Buckle especialmente. Este autor mais de perto nos toca a nós brasileiros, porquanto dos modernos reformadores da história é, o que mais se ocupa com o Brasil, e terei, por necessidade, de apreciar as palavras duras, porém no fundo exatas, que escreveu a nosso respeito. Tanto mais é isto necessário, quanto embalde se procuraria em nossos historiadores, no tocante à filosofia da respectiva ciência, outra coisa além de declamações mais ou menos inadmissíveis.

Geralmente se repete que o XIX século foi o século da história, como o anterior fora o da filosofia. Este dito que, desde o autor das *Cartas sobre a História de França*, tem valido por verdadeiro, não passa talvez de uma dessas sínteses caprichosas com que se costumam caracterizar as épocas com perda para a verdade. Outros têm dito que aquele foi o tempo das ciências naturais; alguns que foi o da crítica... Mas o certo em tudo isto é que as três características se supõem e se completam; não é mais possível a história sem a crítica, como não é admissível esta sem as ciências naturais. Eis o grande fato firmado pelo século XIX nos seus últimos anos: estabelecer os outrora ditos estudos morais sobre bases experimentais. O processo tem sido complicado e longo; foi mister passar em revista o método de todas as ciências e expulsar do seu conselho mais de uma pretendida sem validade em seus títulos. O desenvolvimento gradativo de todos os fatos observáveis, alçado à altura de princípio dirigente, mostrou a

necessidade de melhor estabelecer a genealogia científica: a nova classificação, quaisquer que sejam ainda as dissonâncias entre os filósofos, tem por base tal princípio.

Em conseqüência deste novo modo de ver e de julgar é que a expulsão de algumas supostas organizações científicas tornou-se inevitável. Está muito longe de ser perfeito o acordo neste ponto entre alguns dos maiores pensadores que contribuíram para o grande resultado.

Ao lado da nova classificação das ciências que se desenvolve na ordem crescente da complexidade dos fenômenos e na decrescente de sua generalidade, poderia, a meu ver, inscrever-se outra, não como classificação orgânica das ciências, senão como uma notação histórica de seu desenvolvimento, no que diz respeito ao grau atingido de sua certeza. Não seria inexato, por esta forma, dizer que elas têm sido *ciências propriamente ditas, quase-ciências e falsas ciências*. Quem não colocaria entre as primeiras – a matemática, a astronomia, a física...; em o número das segundas – a psicologia, a história, a economia política...; e no terceiro grupo – a metafísica e a teologia clássicas, desconcertadas irmãs da astrologia e da alquimia? Toda a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, tem ficado por enquanto na segunda classe, por não haver atingido aquele grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências. A história acha-se aí; e, por maiores que tenham sido os esforços de Buckle e seus continuadores, ela parece resignada a não deixar por ora o círculo de suas companheiras: as *quase-ciências*.

O movimento romântico dos primeiros anos do século XIX trouxe a paixão pelo passado, e, desde a grande obra de Hallam sobre a Idade Média, apareceu na história a tendência pinturesca e representativa, contrabalançada pela que se intitulava filosófica. O certâmen das duas escolas rivais já pertence por sua vez à história, que luta por adquirir novos princípios e devassar novos horizontes.

Não padece dúvida que os modernos reformadores já deram um notável passo que parece definitivo. Não é outro senão o grande resultado de que já falei: a aplicação dos processos experimentais ao estudo dos acontecimentos humanos. É a última fase a que chegaram os trabalhos históricos; mas isto ainda não lhes garante, quanto a mim, a segurança completa e inabalável da ciência, por mais que o digam alguns dos pensadores que, como Buckle, lhes querem atribuir este caráter.

Por mais firmes que pareçam os achados de Draper, Bagehot, Buckle, Lazarus e Marselli; por mais inteirados que se mostrem dos métodos de Lyell, Wundt, Virchow, a história em suas mãos não é ainda uma ciência capaz de verificações certíssimas e indubitáveis. Muito menos o é tratada pelos pinturistas e filósofos

da escola francesa. Ernesto Renan em artigo comemorativo de Aug. Thierry, inserto nos seus *Ensaio de moral e crítica* publicados em 1859, ainda fala em frases sonoras das cenas pinturescas do insigne historiador e das dissertações filosóficas de Guizot. Nesse tempo não lhe eram conhecidas as aplicações novas da geologia e da fisiologia aos fatos humanos e ele ignorava as lacunas dos dois notáveis mestres.

Henry Thomas Buckle, morto em 1862, aos trinta e nove anos, depois de haver em 1857 publicado sua *Civilização na Inglaterra*, ficou por muito tempo quase totalmente desconhecido no Brasil.

Quando muito, alguns dele tinham notícia pela crítica de Littré, senão pela superficial e lacunosa *História da Literatura Inglesa Contemporânea* de Odysse Barot. Mui raros o teriam lido. Seu espírito foi influenciado pelos trabalhos de Comte adicionados aos de Whewell e Mill. Quételet com sua transformação matemática da estatística foi também de um peso decisivo para ele, bem como a geral corrente do tempo que o lançava no encalço das idéias de caráter demonstrado e científico. Sua obra, que não passou da *Introdução*, é geralmente considerada um notável sucesso no domínio dos estudos históricos. O primeiro volume contém a filosofia do nobre pensador; os outros dois trazem exemplificações práticas de máximo interesse tomadas aos anais da França, Escócia, Espanha e da própria Inglaterra. É naquele que mais se revela o reformador amestrado. Detenhamo-nos ante ele.

Começando pelo problema da liberdade, estuda a questão das influências a que cedem as ações humanas, tais como o influxo das leis físicas, o da religião, do governo, e da literatura, e acaba por um esboço sobre a origem dos estudos históricos, seu estado na Idade Média e uma apreciação sobre a inteligência inglesa até o século XVIII. Em tudo mostra uma erudição variada e um pensamento firme, revestidos por um estilo simples e fluente.

Buckle rebela-se contra o método dos metafísicos na inquirição das leis do espírito humano e no modo de tratar a história. Ele exclama um pouco rudemente: "*As long as the human mind is only studied according to the narrow and contracted method of metaphysicians, we have every reason for thinking that the laws which regulate its movements will remain unknown.*" Estas palavras quando foram proferidas pelo ilustre escritor não revelavam ainda uma tão vulgar e comumente aceita verdade entre os mais proeminentes pensadores do mundo, como o manifestam hoje. Ele pois detalhou um pouco a sua demonstração. Sem desconhecer certa influência dos processos metafísicos sobre mui poucas das leis da *associação* e talvez sobre as modernas teorias da *visão* e do *tato*, nota-lhes a diametral oposição em que se acham com os métodos histórico e científico. O metafísico estuda um só pensamento, e o historiador muitos; as ciências indutivas devem esmiuçar os fatos e isolar cada

um para melhor determiná-los, e pelo processo da vulgar filosofia é impraticável o isolamento de um fenômeno espiritual, que, por outra parte, não se pode subtrair à influência das circunstâncias exteriores. Além de que as duas grandes classes de metafísicos, – os idealistas e os sensualistas, – chegam sobre as leis do espírito a contrárias afirmações, em sua ciência o pensamento é o instrumento e ao mesmo tempo a matéria sobre que ele se exerce. Isto produz um peculiar embaraço. É a impossibilidade de formar uma vista compreensiva do todo dos fenômenos mentais, porquanto, por mais extensiva que possa ser tal vista, excluirá sempre o estado do pensamento pelo qual ou no qual ela é formada. Não assim nas ciências físicas que têm a seu serviço uma grande porção de métodos. Tal defeito radical impede, a seus olhos, a psicologia de ser uma ciência e de chegar a qualquer resultado aproveitável.

Buckle exagerou. Imbuído das negativas conclusões de Comte sobre o estudo dos fatos subjetivos, era concludente que recusasse-lhe a nota de rigorismo científico; mas não que chegasse a desconhecer-lhe qualquer eficácia.

Como se lhe afigurou que a história podia ser erigida ao grau de ciência, ela que é ainda mais complexa que a psicologia? Como saltar dos estudos biológicos, que tratam da vida em geral, para a história, desprezando as leis dos fatos intelectuais, sensíveis e morais? Não posso compreender que se faça da sociologia uma ciência quando não se admite uma psicofísica. A seriação das ciências fica por tal modo truncada.

Desde agora cumpre notar um equívoco de Emílio Littré. Em sua crítica, um pouco animada, contra o historiador inglês, ele declara ocupar-se com a sua obra, porque o escritor cedeu à influência de Comte e dela quis, até certo ponto, separar-se! Só por isso? Quando muito – *“il ne fait pas fi du demi-positivisme; ce sont des acheminements...”*

E qual seria para Littré o inteiro positivismo?

Seria o do próprio Littré, que também se separou do mestre em mais de um ponto decisivo? Será o de P. Laffitte, o S. Pedro da escola, segundo Renan?

Como quer que seja, o velho escritor teve um certo gosto em andar apurando ortodoxias positivistas, máxime com os dignos pensadores da escola inglesa. Mill, Spencer, Buckle sofreram os seus golpes, nem sempre com muita razão.

Não há maior cegueira de que esta de supor o positivismo uma doutrina compacta, cujos sectários se acham acordes, pronunciando a última palavra da ciência! A célebre definição de Huxley – que a seita comtesca é um *catolicismo sem o elemento cristão* – é verdadeira. Não poucos foram sem dúvida os méritos e vantagens do sistema; este porém tem sido ultrapassado. Contribuiu

para certos resultados; mas, sacrificando a alguns prejuízos, tem desdenhado, por exemplo, algumas das fecundas verdades anunciadas por Darwin. Admira que alguns escritores brasileiros proclamem a seu público que são discípulos de Comte *in totum* e ao mesmo tempo do sábio inglês último citado, isto é, que aceitam em cheio todas as conclusões dos dois mestres que totalmente se repelem em mais de um ponto de máximo interesse, como sobre a idéia da *vida* e a da *sociedade*.

Cumpra ser completamente despido de senso crítico para destarte fornecer provas de que se não pode entender os sistemas em seus resultados fundamentais.

Poderiam ser ambos aceitos; mas com reduções indispensáveis e vastíssimas.

Continuemos.

Declarado por Buckle ineficaz para a história o processo dos metafísicos, é-o também o dos teólogos. Ambos os métodos desconhecera a lei da normalidade natural dos fatos humanos: o primeiro criando a doutrina do *livre arbítrio*, e o outro fundando a da *predestinação*. – “*The theory of predestination is founded on a theological hypothesis: that of free will on a metaphysical hypothesis.*”

Destituída de todo o fundamento humano e racional, a predestinação dos acontecimentos não perdurou longamente nas tentativas de filosofia da história até ao presente feitas. É doutrina que não precisa de refutação. Por outro lado o dogma da liberdade completa de nossas ações e dos fatos históricos é correspondente à doutrina do acaso; não existe mais uma lei para a história; predomina o capricho dos agentes e a glorificação sobre-humana dos *heróis*, que dirigem o curso dos acontecimentos a seu bel-prazer.

Buckle insurge-se contra esta apreciação e chega a traçar a refutação de seu principal argumento, que se funda na inerrância da consciência. Sem muito trabalho foi-lhe fácil mostrar o caráter relativo desta faculdade, sempre mudando de crenças e afirmações no curso evolucionar da humanidade. Encarada também no indivíduo, diz-nos ele com a maior veracidade: “*Consciousness is infallible as to the fact of its testimony; but fallible as to the truth.*”

Abandonados os dois métodos insustentáveis, o historiador pretende substituí-los pelos processos fundamentais das ciências naturais, dizendo que as ações humanas são determinadas somente por seus próprios antecedentes e têm o caráter de uniformidade, produzindo os mesmos resultados sob as mesmas circunstâncias, podendo ser perturbadas ou dirigidas pela ação dos meios. São

estas as suas palavras: *“Rejecting, then, the metaphysical dogma of free will, and the theological dogma of predestined events, we are driven to the conclusion that the actions of men, being determined solely by their antecedents, must have a character of uniformity, that is to say, must, under precisely the same circumstance, always issue in precisely the same results. And as all antecedents are either in the mind or out of it, we clearly see that all the variations in the results, in other words, all the changes of which history is full, all the vicissitudes of the human race, their progress or their decay, their happiness or their misery, must be the fruit of a double action; an action of external phenomena upon the mind, and another action of the mind upon the phenomena.”*

O autor recorre a Quételet, que, com a transformação da estatística pelo cálculo das probabilidades, prova, de ano a ano, a repetição gradativa dos mesmos crimes, do emprego das mesmas armas para igual número de assassinatos e de suicídios; a repetição da celebração de igual soma de casamentos!...

Não há como negar os fatos esclarecidos pelo ilustre calculista belga e comprovados pelos mais sérios observadores.

As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram-nos no caminho da vida como uns quase *atores*. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucional, e tanto basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência.

É onde está porém o grande embaraço.

Esta liberdade, que por alguns motivos a ciência moderna acaba de reduzir a proporções pouco amplas, não deixa de existir ao menos em uma forma tão aparente, que será sempre impossível pesar a massa das circunstâncias e o conjunto dos móveis infinitos que, a um só tempo, dirigem a trama complicadíssima dos acontecimentos humanos.

Buckle reconhece que as leis do pensamento reagem sobre a ação das leis físicas; e não irá aí a confissão de elemento autônomo até certo ponto, ainda que obscuro, e capaz de perturbar a uniformidade científica das investigações históricas?

Parece que esta consideração restringe o caráter altamente científico da história, ainda que dirigida por mãos como as de Buckle ou Littré.

Por falar neste último, não é fora de lugar o reduzir um pouco as aparências de verdade de uma sua proposição contra o autor *da Civilização na Inglaterra*. Increpa-o por haver confundido as leis do espírito humano com as leis da história. Diz ele: *“Rien dans l’esprit humain ne montre qu’il doive y avoir une évolution historique. Cette évolution est un fait que l’on constate expérimentalement comme tous les autres faits; mais on ne la déduit pas de l’étude psychique.”* Eis o resultado a que se chega, quando se admite uma história-ciência, e se despreza, como de todo inútil, uma psicologia científica! A distinção das duas categorias de leis é incompreensível, e sobretudo para um positivista. Para quem, como E. Littré, não concebe o espírito humano em sua totalidade, senão desenvolvido e representado na história, que outras são as suas leis além das desta última?

Certamente E. Littré, com toda a gravidade que o distinguiu, não respeitou muito a memória do seu celebrado mestre quando escreveu aquele período.

O sábio inglês divide as leis que dirigem a história em físicas e mentais; estas últimas subdivide-as em intelectuais e morais.

Agora é que se revela o lado mais original de sua obra; são os capítulos mais profundos. Começa pela apreciação das leis físicas.

As influências desta ordem, a que a raça humana mais poderosamente cede, podem para ele ser classificadas em quatro categorias: clima, alimentação, solo e aspecto geral da natureza. Este último merece-lhe máxima atenção. Diz-nos: *“The last of these classes, or what they call the general Aspect of Nature, produces its principal results by exciting the imagination, and by suggesting those innumerable superstitions which are the great obstacles to advancing knowledge. And as in the infancy of a people the power of such superstitions is supreme, it has happened that the various Aspects of Nature have caused corresponding varieties in the popular character, and have imported to the national religion particularities which, under certain circumstances, it is impossible to efface.”*

Firmado especialmente em Mill, nega a distinção original das raças explicando-lhes as diferenças posteriores pelas quatro leis que formulou. Não parece bem fundamentado o asserto. Não há dúvida que as diversidades de climas, solos, alimentos... contribuem para que perdurem as separações das raças; é preciso porém ir um pouco adiante e declarar que, sendo os climas e mais agentes físicos anteriores às raças, a diversidade destas é já de si originária e primordial, isto é, surgiu com elas mesmas desde o seu primeiro aparecimento.

Pela lei darwinica da transformação dos seres, entendida o mais latamente, as raças despontaram diferentes em climas diferentes também. Os climas depois disto só têm feito conservar e fortalecer as predisposições nativas.

O escritor britânico divide a civilização em dois grandes ramos, – a da Europa e a de fora dela; na primeira predomina o esforço do homem sobre a natureza; na outra é o contrário que se nota. Esta distinção é caprichosa. A civilização só é antiga e moderna, oriental e ocidental, da Europa ou extra-européia nos livros medíocres de filosofia da história, que assinalam leis contraditórias para cada uma delas. No vasto e completo conceito ela é uma só, que evolucionalmente se tem desenvolvido até nós.

Podem-se-lhe quando muito, e é até necessário, marcar fases sucessivas, como mais ou menos acertadamente o praticou Comte e outros muitos antes e depois dele.

Todos os tempos e todos os países devem ser estudados, porque todos hão contribuído para o geral progresso; a lei da filiação tem seu maior complemento exatamente na história. Se a civilização está atualmente na Europa, não será verdade que lhe veio da Ásia e que já tem passado para a América? Obcecado pelas contradições dos climas e aspectos da natureza, o notável pensador chegou a erigir a sua distinção infundada em uma lei da cultura humana. Neste ponto é excelente a refutação de Littré, que escreve com franqueza: “É um erro, e não há aí base alguma para a filosofia da história. Para que se pudesse sociologicamente dividir a civilização em européia e extra-européia fora preciso que a civilização da Europa fosse autoctônica. Ora, ela não o é. Foi nas bordas da Ásia, nessa Grécia, metade européia e metade asiática, que apareceu a civilização da Europa destinada a tornar-se a civilização universal; porém o facho só ali se acendeu pela chama comunicada por nossos antepassados da Ásia e da África. A proposição de Buckle só é verdadeira quando limitada a um período recente; mas ainda assim ela foge e escorrega por outro lado, porquanto a civilização saída da Europa implanta-se na América, na Austrália, começa a transformar a Índia, maravilha o Japão, todos os países onde, segundo o pretendido axioma, a natureza é mais poderosa que o homem.”

Tudo perfeitamente achado, exceto a falsidade do axioma. É verdade que os diversos climas, até os mais agros, são adequados às diferentes raças que produziram, sendo exata até certo ponto a increpação feita por Littré ao princípio que desdenha. Mas, tendo-se em vista a civilização moderna, que é, como ele o reconhece, toda de implantação, não se deve desconhecer a justeza da lei que tacha de presumida. O fato da emigração de povos originários de países diversos para climas totalmente estranhos garante-me nesta afirmação. Não deve ser esquecido que os arianos, por exemplo, que se acham hoje

espalhados por todas as latitudes do globo, encontraram climas mais favoráveis a seu desenvolvimento numas paragens do que noutras. Poder-se-á dizer que as colônias européias estabelecidas há quatro séculos na Ásia, África, América e Oceania encontraram por toda a parte um clima que fosse igualmente favorável ao seu florescimento? Será certo que a natureza de algumas regiões não lhes tem constituído bastantes embaraços, e nalgumas paragens quase insuperáveis?

Buckle, passando a tratar da influência das leis mentais, dá maior quinhão às *intelectuais* do que às *morais*. Nisto nem sempre vai razão e profundidade.

Como se vê, é ele um experimentalista em largo sentido, pelo método e pela essência das idéias. Reforçado o seu sistema pelas novas concepções do darwinismo, a exemplo de Bagehot, é ele um bom sistema da história científica.

A explicação das civilizações antigas, vai buscá-la na física das regiões onde se desenvolveram. Calor e umidade, fertilidade da terra e um vasto sistema fluvial, eis as condições primordiais para o desenvolvimento das civilizações primitivas. Prova-o com a Índia para a Ásia, o Egito para a África, o México e o Peru para a América.

Mas como é que o Brasil, e este é ponto a que almejava chegar, como é que o Brasil, possuindo em tão larga escala os dois fatores, não foi a sede de uma civilização antiga?

O escritor britânico recorre, para explicar esta lacuna, a um certo agente destruidor, que impossibilitou a ação dos outros. Ouçamo-lo detidamente:

“O agente a que eu aludo é o vento geral, – vento alísio (*trade-wind*), admirável fenômeno pelo qual todas as civilizações anteriores às da Europa foram grande e perniciosamente influenciadas. Este vento abrange não menos de 560 de latitude: 28° ao norte do equador e 28° ao sul. Nesta larga extensão, que compreende alguns dos mais férteis países do mundo, o vento geral sopra durante todo o ano, ora do nordeste, ora do sudeste. As causas desta regularidade são agora bem conhecidas e sabe-se que dependem em parte do deslocamento do ar no equador, e em parte do movimento da terra: por isso o ar frio dos pólos é constantemente impelido para o equador e produz assim os ventos do norte no hemisfério setentrional e os ventos do sul no meridional. Estes ventos são afastados do seu curso natural pelo movimento da terra quando se volve em seu eixo de oeste para leste. E como a rotação da terra é mais rápida no equador do que em qualquer outra parte, acontece que na vizinhança daquele a velocidade é tão grande que compele os movimentos da atmosfera dos pólos, e forçando-os noutras direções, dá origem a estas correntes orientais, chamadas ventos gerais, – ventos alísios.

“O que porém agora nos interessa não é uma explicação dos ventos gerais, e sim uma explanação do modo como este grande fenômeno prende-se à história da América do Sul. O vento geral, soprando na costa oriental da América do Sul e procedendo de leste, atravessa o oceano Atlântico e deixa pois a terra cheia de vapores acumulados em sua passagem. Estes vapores, tocando à praia em intervalos periódicos, são condensados em chuva; e como seu progresso para oeste é obstado pela cadeia gigantesca dos Andes, que não podem passar, empregam toda sua umidade no Brasil, que por isso é muitas vezes alagado pelas mais destruidoras torrentes. Esta abundante cópia de umidade, sendo ajudada pelo vasto sistema fluvial peculiar à parte oriental da América, e acompanhada pelo calor, tem estimulado o solo a uma atividade sem igual em qualquer outra parte do mundo. O Brasil, que é quase tão grande como toda a Europa, é coberto de uma vegetação de incrível profusão. Tão viçoso e luxuriante é o seu crescimento que a natureza parece extravasar-se num brinco de vaidosa força. Uma grande parte desta imensa região é entrelaçada por densas e enredadas florestas, cujas magníficas árvores, florescendo com beleza sem rival, e marchetadas de mil cores, despedem seus produtos com inexcusável prodigalidade. Em suas franças aninham-se pássaros de esplêndida plumagem, que pousam em seus altos e escusos recessos. Por baixo, suas bases e troncos são embaraçados por matos rasteiros, plantas trepadeiras, inúmeras parasitas, tudo borbulhando de vida. Ali existem em demasia miríadas de insetos de todas as variedades, répteis de forma estranha e singular, serpentes e lagartos listrados com fatal beleza; todos acham meios de existência nesta vasta oficina e armazém da natureza. E para que nada falte a esta terra de maravilhas, as florestas são cercadas por enormes prados, que, fumegando de calor e umidade, suprem com alimento manadas inumeráveis de gados silvestres, que pastam e engordam em suas ervas; as planícies próximas, ricas de outras formas de vida, são a morada predileta dos animais mais sutis e ferozes, que preiam uns aos outros, porém que parece nenhum poder humano ter esperanças de extirpar.

“Tal é a força e abundância de vida por que é colocado o Brasil acima de todos os outros países do mundo.

“Entre esta pompa e esplendor da natureza porém nenhum lugar foi deixado para o homem!... É reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. As forças que se lhe opõem são tão formidáveis que ele nunca foi apto a lhes fazer frente, nunca foi capaz de resistir à sua acumulada pressão. O Brasil todo, a despeito de suas inúmeras vantagens aparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza pôs em seu caminho. Os aborígenes, como todo o povo na infância da sociedade, foram adversos a empresas, e, sendo desconhecedores das artes com que se removem os

obstáculos físicos, nunca intentaram opor-se às dificuldades que obstaram ao seu progresso social.

“Estas dificuldades entretanto são tão sérias que durante cerca de quatro séculos os recursos da ciência européia têm sido em vão empregados no intuito de afugentá-las. Ao longo da costa do Brasil há sido introduzida da Europa uma certa cópia de cultura que os naturais por seus próprios esforços nunca teriam alcançado. Tal cultura porém, em si mesma muito imperfeita, nunca penetrou nos recessos do país, e no interior até agora existe um estado de coisas semelhante ao que dantes existia. O povo ignorante, e além disto brutal, não praticando nenhuma restrição, e não reconhecendo lei alguma, continua a viver em seu antigo e *inveterado barbarismo*. Neste país as causas físicas são tão ativas e produzem seu império em uma escala de tal magnitude, que tem sido até hoje impossível escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são paralisados por florestas intransitáveis, e as colheitas são estragadas por inumeráveis insetos. As montanhas são por demais altas para serem escaladas; os rios por demais largos para serem vadeados ou cobertos com pontes; cada coisa foi aí produzida para reprimir o pensamento humano e conter a sua crescente ambição. Destarte as energias da natureza têm encadeado o espírito do homem. Nenhures é tão penoso o contraste entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do interno. O pensamento intimidado por esta luta desigual não só tem sido incapaz de avançar, como sem o auxílio estrangeiro teria indubitavelmente recuado. Até ao presente, com todos os proventos, constantemente introduzidos da Europa, não existem sinais de progresso real; não obstante a freqüência de estabelecimentos coloniais, menos de um quinto da terra é cultivado.

“Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes, e, quanto a seu número, é muito digno de notar-se que o Brasil, a região onde mais que nas outras os recursos físicos são mais poderosos, onde os animais e vegetais são mais abundantes, onde o solo é regado pelos mais nobres rios e a costa ornada pelos melhores portos, este imenso território, que é maior que doze vezes o tamanho da França, contém uma população que não excede a seis milhões de almas. Estas considerações suficientemente explicam por que é que em todo o Brasil não existem momentos da mais imperfeita civilização, nenhum sinal de que o povo tenha, em período algum, saído por si mesmo do estado em que se achava quando o seu país foi descoberto. No Brasil o calor do clima foi acompanhado por uma irrigação dupla, proveniente, de um lado, do imenso sistema fluvial próprio da costa oriental, e, de outro, da abundante umidade depositada pelos ventos gerais. Desta combinação resulta que a fertilidade sem igual, tão grande quanto podia interessar ao homem, derrocou os cálculos deste, paralisando seu progresso por uma exuberância que, se fosse menos excessiva, o teria ajudado.”

Esta memorável passagem, que devia ser meditada por todos os brasileiros, é verdadeira em seu sentido geral; mas envolve mais de uma inexatidão.

É certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestá-lo. Buckle porém pelo menos incompleto quando faz depender as civilizações antigas do calor e umidade, ou da fertilidade da terra e de um vasto sistema fluvial. A filosofia da história, sempre que maneja um princípio único, expõe-se a equívocos. O princípio invocado pelo autor inglês não é tão exato e profundo como lhe pareceu, porquanto civilizações antigas existiram em regiões onde senão encontram tais requisitos. Basta ponderar o caso das civilizações da Síria, Fenícia, Grécia e Etrúria, países tão diferentes da Índia, Egito, México e Peru.

Ainda mais: regiões existem, dotadas das qualidades encomiadas, que não foram a sede de civilizações antigas. A grande península denominada Indochina em sua quase totalidade, a Austrália e as regiões do Níger e do Congo são a prova.

Pelo que toca ao Brasil, favorecido em larga escala pelas condições exigidas, o agente perturbador, na frase de Buckle, é o *trade-wind*, que faz o país periodicamente ser devastado pelas mais impetuosas torrentes.

Creio que vai aqui alguma dose de engano.

Se alguma cousa periódica nota-se no clima do Brasil, não são devastadoras enchentes, e sim calamitosas e destruidoras secas! Toda a enorme região que se estende das margens do São Francisco às do Parnaíba e ainda além é o teatro regular de tão desastroso fenômeno. Mais de um terço talvez do país fica assim flagelado em consequência do calor; onde pois as umidades acarretadas pelos ventos gerais?

O fato tem-se repetido dezenas de vezes nos últimos quatro séculos, e ainda agora, sob os nossos olhos, tem sido aquela região devastada pela seca aterradora.

Não quero, nem posso com isto contestar a ação maléfica dos ventos gerais; mas torno patente que a sua energia não é tão poderosa como supôs o sábio inglês; e a prova mais cabal é que o fenômeno inverso do produzido por tais ventos repete-se constantemente. Temos um mau clima não por excesso de chuvas, sim por excesso de sua falta. Pelo menos em grande parte do país é o que se nota.

Não há dúvida que, quando vêm as chuvas, são às vezes torrenciais, o que causa verdadeiro desequilíbrio: ou completa seca, ou chuvas por demais abundantes. Isto porém não é sempre.

Se pois nosso clima é mais poderoso do que o homem, como é costume velho dizer-se, é mais pela terrível arma das secas com que joga do que pelas enchentes com que nos castiga.

Outro equívoco de Buckle é quando fala de nossas maravilhas e de nossos empecilhos naturais. Exagera umas para também avolumar os outros.

Os empecilhos são: as grandes matas que se não podem transitar, os rios que se não podem passar, as montanhas que se não podem transpor, e a abundância dos animais mais ferozes e daninhos, que ou devastam as plantações ou impedem o ingresso nos recessos do país!

O autor, que nunca visitou o Brasil, foi vítima do maravilhoso no inventário dos obstáculos que a natureza nos opõe.

É um erro dizer-se que temos as mais soberbas e impenetráveis matas do mundo. Viajantes muito autorizados são acordes em atestar que o interior do país é todo calvo, só existindo florestas na pequena cinta dita das matas ou nas margens dos grandes rios. A maior porção do país não oferece tal obstáculo, se é que assim se pode considerar uma floresta.

O que se nos apresenta agora como um defeito, nossos românticos, embriagados de prodígios, sempre nos apresentavam como uma excepcional vantagem!

“Os rios mais largos...” É ainda uma abusão romântica. A maior parte dos que figuram em nossas cartas geográficas ou não existem realmente ou não merecem tal designação. Não passam de leitos secos quase todo o ano, e apenas cheios na época das chuvas. Quase todos os rios do Norte do Brasil se acham neste caso.

Restam o sistema do Amazonas, o do São Francisco e o do Prata.

Estes três são verdadeiramente notáveis, e é por amor deles que se formou a extravagante idéia de que todos os rios do Brasil são gigantescos. Olhando-se de perto, desaparece um pouco a miragem. Quanto ao Prata, é óbvio que nos não pertence, e dos seus principais concorrentes só possuímos a parte superior e mais insignificante do curso, as cabeceiras, por assim dizer. É o caso do Paraná, Paraguai e Uruguai.

Pelo que toca ao São Francisco, que é só o grande rio que podemos chamar exclusivamente nosso, o seu sistema é relativamente limitado e abrange poucos afluentes.

O Amazonas é que é exatamente colossal, e ainda assim não se pode dizer com Buckle que seja mais um estorvo do que um auxiliar, além de que só aproveita diretamente a um quinto talvez de nosso território e à parte mais despovoada.

É a única região do Brasil onde aparecem as chuvas destruidoras de que fala o inglês.

“As montanhas tão altas que se não podem galgar.....” E esta? O país é pouco montanhoso e nossos picos mais altos são de quarta ou quinta ordem em face de seus congêneres do Velho e Novo Mundo. Temos poucas serras e que se não distinguem muito por sua altura.

Não sei onde estejam o nosso Himalaia, os nossos Andes e os nossos Alpes, que aliás não vedaram, segundo o nosso autor, a civilização das respectivas regiões.

O filósofo britânico iludiu-se com as narrações fantásticas dos viajantes, sedentos de maravilhas e despropósitos.

Muitas das cadeias de montanhas que figuram em nossos mapas só existem no papel.

E, quando possuíssemos altíssimas montanhas, elas não seriam um estorvo, como o não são por aí algures.

O autor da *História da Civilização na Inglaterra*, ávido por dar os motivos de nosso atraso, os não determinou exatos.

Em um lugar ele diz que os fenômenos, que mais terrivelmente podem impressionar a imaginação dos homens, desanimando-os, são os *vulcões*, os *tremores de terra* e os *furacões*. Ora, nosso país tem sido isento de tais crises medonhas, e por que não o alegou a nosso favor?

“Os animais mais gigantes e ferozes...” Erro ainda. Nossa fauna nem é a mais rica, nem a mais terrível do mundo. Nós não temos o elefante, o camelo, o hipopótamo, o leão, o tigre, o rinoceronte, a zebra, a girafa, o búfalo, o gorila, o chimpanzé, o condor e a águia.

Nossos tipos animais mais temíveis, a *onça* e a *anta*, não suportam o paralelo com seus rivais do Antigo Continente.

E mister acabar de uma vez com estes inventos, favoráveis ou desfavoráveis, com que há sido costume iludir-nos. Temos sido sempre vítimas da exageração: os nossos rios, montanhas, matas, feras... são sempre os mais gigantescos do mundo, o que é uma vantagem, dizem os patriotas; o que é um empecilho, diz Buckle; o que é um erro, digo eu.

Referindo-se aos nossos proventos, o historiador apresenta a fertilidade da terra, *sem rival* em qualquer *outra parte*, porém que, sendo em demasia exagerada, transforma-se em prejuízo. Ainda aqui vai equívoco.

Primeiramente, ser a fertilidade, ainda que excessiva, um prejuízo, é coisa que se não admite facilmente. Depois, tal uberdade, tão extraordinária, não existe.

Possuímos muitas terras ruins e incapazes de cultura; contamos já muitas terras que os lavradores denominam cansadas, isto é, já quase impróprias de cultivo. Onde pois a fertilidade assombrosa e sem rival em todo o mundo?

Aqueles que conhecem a nossa lavoura, que definha não porque as terras sejam férteis demais, sabem perfeitamente que os grandes agricultores de café e cana *vivem a botar matas abaixo* a fim de ter terras virgens para novas plantações, por ficarem depressa as outras cansadas. Eu não contesto a fertilidade do solo brasileiro; fora um paradoxo. Contesto porém que a fertilidade seja um predicado do Brasil, como alguns querem, ou seja maior aqui do que por todo alhures.

Tudo é relativo, e a uberdade de nosso solo também.

Quem não se lembra da célebre arquigrandeza do Brasil na descrição de Rocha Pita?

Tudo aquilo foi tomado a sério, e, depois dos conhecidos versos de Gonçalves Dias, não existiram *patrioteiros*, terrível casta de Lovelaces da pátria, que não proclamassem, para desnortear-nos o critério, que este país era o paraíso da terra.

Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores.

Estes, a meu ver, são primários ou *naturais*, secundários ou étnicos e terciários ou *morais*. Os principais daqueles vêm a ser – o excessivo calor, ajudado pelas secas na maior parte do país; as *chuvas* torrenciais no vale do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes *vias fluviais* nas províncias entre o São Francisco e o Parnaíba; as *febres* de mau caráter reinantes na costa. O mais notável dos secundários é – *a incapacidade* relativa das três raças que

constituíram a população do país. Os últimos – os fatores históricos chamados *política, legislação, usos, costumes*, que são efeitos que depois atuam também como causas.

Dado porém que Buckle fosse de todo exato quanto às causas que determinaram o atraso do Brasil primitivo, os motivos por ele apontados não deveriam, ante ele próprio, justificar o nosso abatimento atual, porquanto para esse autor as leis que regem a civilização de hoje não são as mesmas que presidiram ao desenvolvimento das civilizações antigas. Até certo ponto é isto exato, tanto que as vantagens do México e do Peru, que, segundo o escritor, foram a causa de sua grandeza passada, continuam ali a vigorar, o que não impede que um e outro estejam atualmente a par, senão muito abaixo, do Brasil no tocante à civilização. Ali houve decadência, apesar das vantagens, e aqui progresso, malgrado os obstáculos. Como explicar tal anomalia? E que, quanto ao Brasil, o historiador inglês é, em parte, mais fantástico do que profundo; é que só pelo clima, bom ou mau, não se explicam as civilizações hodiernas. São a prova as repúblicas do Prata, que possuem excelente clima, doce e ameno, e que nos não excedem em cultura, por mais que alcem a cabeça e façam retumbar as frases quixotescas.

Um país pode possuir um clima melhor que outro, e ser menos civilizado. Provam o caso a Espanha e a Alemanha. É que para explicar o andar e progresso da civilização de hoje é mister pesar as três categorias de fatores que deixei enumerados.

CAPÍTULO 4: O MEIO (FISIOLOGIA DO BRASILEIRO)

“Os climas quentes, diz Michel Lévy, estendem-se entre os trópicos, e desde os trópicos até os graus 30 e 35 de latitude austral e boreal.” Por esta classificação o Brasil fica todo contido na categoria dos climas quentes.

Entretanto, a configuração topográfica e geológica do país não permite que se o tome como um corpo bruto, confuso, indistinto, marcado por uma só característica mesológica.

As palavras do higienista francês abrem aqui margem para uma exceção. O Brasil oferece nada menos de duas zonas climatéricas diferentes, – a quente, que se estende da sua fronteira norte até o trópico de Capricórnio, e a fresca, que compreende as terras ao sul do trópico, a que se podem ligar os terrenos altos das antigas províncias imediatamente próximas. É um erro grosseiro confundir cousas tão distintas. É certo que a maior parte do país, o verdadeiro Brasil, está contido na zona tórrida, que encerra quase todas as terras baixas do litoral, de um clima quente e úmido, e as altas dos sertões do Norte, de clima

quente e seco desde a fronteira setentrional até São Paulo. Uma parte desta última, e as três províncias meridionais – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – ficam além do trópico e gozam de um clima suave. Sabe-se que a Serra do Mar nestas últimas regiões aproxima-se do litoral, oferecendo para o interior uma vasta lombada de terrenos altos de um clima quase europeu.

Além disto as terras elevadas dos platôs do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, se não têm a frescura das regiões meridionais, não se podem confundir com as terras quentes do Centro e do litoral do Norte. Constituem um clima temperado e ameno.

Estabelecida esta redução, que faço às palavras de Lévy, trate-se do Brasil como de um país tropical. Não existem estudos regulares sobre a mesologia brasileira.

Os trabalhos nacionais e estrangeiros são quase infrutíferos neste ponto; desde os idílios de Simão de Vasconcelos e Rocha Pita sobre a pureza e suavidade do céu e do ar deste suposto *paraíso terreal*, até as objurgatórias do inglês Buckle contra este *inferno do mundo*, quase só se nos deparam declamações e futilidades, sempre contraditórias. Certos autores europeus, acostumados a tratar dos climas inóspitos das colônias que suas nações possuem na zona tórrida da África, Ásia e Oceania, falando do Brasil, são levados, sem mais exame, a aplicar-lhe o que só é verdadeiro daquelas regiões. A zona tropical se lhes a figura constantemente o país dos furacões, dos terremotos medonhos, dos cataclismos impossíveis, dos vulcões que bombardeiam o ar, do siroco, do simum, do chansim, dos temporais homéricos, do caos em suma. Ora, pois; nada disto tenho eu visto no Brasil! A região tropical é na América muito mais suave do que no Velho Mundo.

Os nossos ventos alísios não nos atiram no despenhadeiro d'águas, como a Buckle quis parecer. Os geógrafos de gabinete expõem-se a ilusões deste gênero. O corpo do Brasil forma uma espécie de vasto triângulo irregular, compreendendo zonas diversas, com duas grandes bacias hidrográficas: a do Amazonas e a do Paraná, com inúmeros afluentes, que, com outras bacias secundárias, cortam o país, de norte a sul, ou de oeste a leste. A zona quente admite uma divisão geral: a) as terras mais ou menos pantanosas das costas, as do grande vale do Amazonas e do Paraguai, onde reinam as moléstias hepáticas e as febres palustres; b) a região sertaneja, compreendendo todo o interior norte do país, o teatro das secas. A região fresca também sofre uma divisão: a) as três províncias meridionais, onde vagueia o minuano frio e ríspido; b) as terras altas das províncias intermédias, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, região que não tem o calor e a uberdade do Norte, nem a esterilidade relativa dos terrenos do extremo Sul. As notas, todavia, predominantes no clima do país são, pois, o calor e a umidade, com todo o seu cortejo formado pelo

impaludismo. Daí um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras, – o que tudo não degenera em delírio; porque o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas e não colossais e fantásticas como as da Índia, por exemplo. Seja dada a palavra a um especialista: “Os habitantes dos climas equatoriais experimentam desde o nascer os efeitos do calor. Experimentam-nos sem interrupção até a morte; sua organização, composta de elementos de uma hereditariedade especial, é a expressão mais verdadeira e completa do poder desse agente; ela carrega o selo da ação solar como todos os produtos da natureza que a cerca. O calor exalta os órgãos da periferia e determina um movimento centrífugo: exageração habitual das funções exteriores, relaxamento das funções centrais, tal o ritmo dos indígenas da zona tórrida. O calor árido contrai, encrespa, irrita seus tecidos cutâneos; o calor úmido os distende pelo suor e muitas vezes pelas erupções; num caso e noutro, os fluidos são levados para debaixo da pele, que perde a cor e adquire um alto grau de sensibilidade; os órgãos que simpatizam diretamente com a pele recebem um igual impulso, especialmente os sentidos e o aparelho genital. A sobreexcitação cutânea tem como consequência a depressão vital das mucosas; as forças digestivas languescem; a elaboração do quilo é incompleta; o sangue, fornecido além disso por uma alimentação pouco substancial, fica seroso e pouco estimulante; levado aos pulmões, cuja atividade está diminuída, não se arterializa tão completamente como nos climas frios, onde a respiração é mais enérgica.

“O Dr. Copeland notou que nos países quentes escapa-se uma porção menor de ácido carbônico pelas vias respiratórias; o carbono predomina, então, nos fluidos orgânicos, que não têm plasticidade, e vai fixar-se no pigmento, cuja formação tende a aumentar. A economia ficaria sobrecarregada desse princípio contrário à vida se o não expulsasse em parte pela pele e pelo fígado, que se anima com uma atividade suplementar à do pulmão: o carbono, que esta víscera não elimina sob a forma de ácido carbônico, o fígado se encarrega de evacuá-lo debaixo da forma de bÍlis, pelo tubo digestivo. Em todas as épocas da vida, desde o estado embrionário, observa-se este antagonismo entre o fígado e o pulmão; ligados por uma relação inversa de desenvolvimento e atividade, logo que um destes órgãos se enfraquece, o outro se exalta; o clima nisto opera como a idade e as moléstias; cria idiosincrasias especiais e amortece as que dantes existiam.

“A transpiração cutânea, a secreção da bÍlis, a deposição mais copiosa do pigmento são o tríplice trabalho, que domina a fisiologia dos países quentes; a pele e o fígado são os órgãos mais vivos e sobre eles se dirige mais freqüentemente a iminência mórbida. Aí a forma mais ordinária da saúde não será, pois, o temperamento sangüíneo que mostra uma qualificação e uma hematose perfeitas; manifestam-se como tipo mais genérico os caracteres do

predomínio bilioso, os sinais de uma verdadeira saturação de carbono, combinados com os do temperamento linfático e os do nervoso.

“A constituição dos indígenas testemunha a influência enervadora do clima: todos os observadores assinalam neles o contraste da fraqueza radical, do relaxamento dos tecidos, da indolência e da apatia, com a exaltação do sistema nervoso, o fogo das paixões, os borbotões desordenados de atividade física e moral. O enfraquecimento geral destas raças é também favorecido pela natureza do regime alimentício, pouco reparador no fundo, apesar dos condimentos incendiários com que se esforçam para despertar a inércia de seus órgãos digestivos enfraquecidos pelos excessos venéreos, que cometem pelo estímulo especial do clima, pelas desordens de toda a espécie a que as levam sua luxúria natural, a ociosidade e o despudor dos costumes.

“A afeção dominante nestes climas na estação seca é uma febre contínua remitente, acompanhada de congestões rápidas que se operam, já no encéfalo ou nas meninges, já no tubo digestivo e anexos. Com esta afeção coincidem as moléstias locais, febris ou apiréticas: o calor seco dispõe para as hiperemias cerebrais, as meningites, as encefalites, as apoplexias. O brilho da reverberação solar provoca oftalmias; a pele, sede de uma estimulação constante, se cobre de erupções diversas. Os aparelhos digestivo e biliar se irritam por seu lado, diretamente ou por simpatia: as colites, as disenterias, as hepatites, mostram-se em multidão, cercadas de febre violenta, ordinariamente de natureza palustre, que não custa a imprimir seu cunho particular em todas estas flegmasias; até as febres traumáticas revestem-se deste tipo especial.

“A estação úmida vem acabar, por sua ação dissolvente, a prostração da economia, gasta pela sobreexcitação produzida pelos calores da estação precedente. As primeiras chuvas, que refrescam a terra ressequida, fermentam a camada de detritos orgânicos que a cobrem; logo depois a superfície do solo se enche de lamas e umidades fétidas, e sobre toda a extensão da zona tórrida operam-se emanações deletérias, máxime nas costas cobertas de mangues e pântanos, nos terrenos baixos e nas terras cobertas de mato; aparecem então as endemias de febres intermitentes e remitentes, seguidas ou complicadas com hepatite, disenteria, ou cólera-morbo; as lesões locais apresentam maior propensão para a supuração e a gangrena.

“Ao passo que a febre da estação seca se faz notar pela perseverança da sobreexcitação inicial até o momento da catástrofe, a da estação úmida começa por sintomas de abatimento, e acompanha-se de uma prostração que progride com a decomposição dos fluidos orgânicos; por isso foi chamada febre biliosa pútrida por muitos observadores dos países quentes.”[21](#)

É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesa-rosa em sua maior parte. E que relação tem isto com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas.

O trabalho intelectual é no Brasil um martírio; por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa.

A nação precisa mais de um regime dietético acertado e caprichoso do que mesmo de um bom regime político. O brasileiro é um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo do que pensador; mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas. Não temos filosofia, nem ciência, nem a grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus. Temos o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatário enfermo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneios fúteis da impiedade impertinente e fácil; na poesia, o lirismo subjetivista, mórbido, inconsistente, vaporoso, nulo.

A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência, ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regime saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo. Não conhecem os segredos do pensamento original e autônomo, nem procuram casar suas idéias aos arroubos de nossa natureza. Os literatos preferem desconhecer o país e o povo, seqüestrar-se d'alma nacional e viver enclaustrados nas cidades, entregues ao sonho polucional de umas cismas raquíticas; abandonados, segundo a frase gráfica de um escritor europeu, a uma espécie de extravasamento, de *onanismo* intelectual. O rapaz aos vinte anos, entre nós, quase sempre está viciado, e aos trinta é velho de corpo e de espírito.

É a razão de toda essa galeria pátria, merencória e sombria, de típicos e histéricos, mortos antes dos trinta anos, onde estão Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Bernardino Ribeiro, Castro Alves, Junqueira Freire, Macedo Júnior, Dutra e Melo, Franco de Sá, e muitos e muitos outros, extenuados ao sol da pátria, é certo; mas também desorientados pelas quimeras de uma educação misantrópica e prejudicial.

Todos estes moços são um mau exemplo para nós os de hoje; havemos mister de tipos mais varonis, de lutadores mais valentes.

O grande prestígio da ciência e indústria modernas está no poder de neutralizar as influências deprimentes do mundo exterior. Compenetremo-nos disto;

lancemos mão de todos os seus recursos; tenhamos a educação do real, a higiene experimental do espírito. Neste ponto parece que vamos retrogradando. A geração dos homens vigorosos vai-se acabando, como se vão acabando as nossas matas; temos hoje em paga o beribéri, a febre-amarela, e um descrédito cada vez mais crescente aos olhos do estrangeiro.

A ação do meio físico em sociologia e na literatura pode-se determinar pelo clima, pelo aspecto geológico e topográfico do país, pela alimentação do povo. Quanto a esta, consistente entre nós, pela mor parte, em féculas e grãos, é pouco nutriente e incapaz de avigorar um povo sadio. Faz-se exceção talvez para os sertanejos das zonas pastoris do Norte e do Rio Grande do Sul que, em regra, são vigorosos. Os habitantes das matas e das praias são de ordinário anêmicos e enfraquecidos.

O clima está quase nas condições da descrição de Michel Lévy, que ficou transcrita. Resta o aspecto geral da natureza. Se a ação das duas outras forças é mais poderosa, como agente estático, a da última é uma lei de evolução, de renascimento, de adaptação cenogenética. Por este lado, a fisionomia geral do Brasil pode influir muito sobre a formação de nosso gênio particular de nação.

Não temos monstruosidades naturais; nem desertos como os da África e da Arábia, nem savanas e estepes como as da Rússia e da República Argentina, nem montanhas fantasmagóricas como as do Indostão e do Tibete, nem vulcões como os do México e Peru; nem o sol de fogo da Austrália, nem o céu nublado do Norte da Europa. O nosso céu é brilhante; as tardes e as manhãs límpidas; o todo do país é onduloso e coleado de montanhas acessíveis, as costas cheias de anfractuosidades amenas e suaves, onde não estruge um mar aterrador. Se não temos um golfo de Gasconha no oceano, não temos também o Saara, nem o Himalaia em terra.

As noites são claras e tépidas. Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas, serenas, sem nebulosidade. Oxalá a obra dos homens corrija a natureza no que ela aqui tem de mau e desenvolva os bons germens que ela aqui tanto nos prodigaliza!

Se a nossa literatura, submetida a um exame sério, não justificar este lado bom de nosso meio, será que os agentes maléficos hão só nela influído. Creio, porém, que, por este lado, tudo não foi em pura perda para nós. O caráter prático do português, aliado a raças tropicais, como a tupi e a africana, não produziu somente entre nós tipos enfermiços e desequilibrados; produziu também homens válidos, de uma lucidez de espírito, de uma intuição pronta e segura, que constitui o melhor título de nossas populações em geral. O brasileiro, em regra, é abstêmio; não perdeu ainda os estímulos do sério e noto que ele deseja o progresso de sua pátria. A literatura não se tem limitado a

chorar e maldizer; de quando em vez também se tem ouvido o riso franco da jovialidade e a alegria entusiástica das crenças firmes e expansivas.

Se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente. Hoje que este fato empírico está descoberto e estudado, cumpre-nos não caminhar às cegas como hordas selvagens. A política e a ciência brasileiras têm aí diante um problema a solver e a dirigir.

A ação do clima tem contribuído para nossa integração nacional; na literatura ela tem ajudado a efusão sentimental de nosso lirismo, mais doce, suave e ardente do que o lirismo herdado dos portugueses.

Nossa linguagem é mais musical e eloqüente; nossa imaginação mais opulenta. Procuremos sair do lirismo subjetivista e afrontemos vastas concepções. Temos elementos que Portugal não possui: um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e composta de raças que lá não existem. Não precisamos de fantasiar teorias sobre o meio e o povo para nossa característica.

Temos os fatos reais; é só averiguá-los.

O Brasil não é, não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole.

É mais que tempo de firmarmos definitivamente nossa completa independência intelectual. Há muito que o reino não nos pode mais ser um modelo.

Nesse trabalho lento de diferenciação o clima é um aliado nosso. Este belo e esplendente céu da zona tórrida, na frase do velho Ivo d'Evreux, deve ser contado como um agente de transformações. As atuais populações do país não vivem mais nele como estrangeiras; afizeram-se ao solo; prendem-se-lhe já por um sem-número de tradições, de hábitos, de interesses; a vida brasileira já tem um molde particular, seu, mais ou menos caracterizado. Quem sabe até onde um dia chegará entre nós a ação do clima? Só os séculos futuros podê-lo-ão dizer.

Esse influxo determina-se empiricamente pelos resultados contraditórios a que frações de uma mesma raça chegaram em regiões diversas. Que distância entre os arianos da Itália e da Grécia e os da Índia! Aqui o calor produziu todos estes terríveis efeitos eloqüentemente assinalados por Hipólito Taine:

“O sol da Índia é terrível; ninguém o pode suportar com a cabeça descoberta, exceto as populações indígenas de pele escura. Figurai-vos, debaixo de um céu sufocante, uma raça estrangeira saída de um país temperado ou quase frio: os

exercícios do corpo tornam-se intoleráveis; o gosto pelo repouso e pela preguiça começa; o estômago não tem mais necessidades; os músculos amolecem-se; os nervos tornam-se excitáveis; a inteligência sonhadora e contemplativa, e vereis formar-se o povo esquisito que os viajantes nos descrevem hoje: uma sensibilidade feminina e estremeceadora; uma delicadeza de percepção extraordinária; uma alma situada lá nos confins da loucura, capaz de todos os furores, de todas as fraquezas e de todos os excessos, pronta a desconjuntar-se ao menor choque, vizinha da alucinação, do êxtase, da catalepsia; uma imaginação pululante, cujos sonhos monstruosos amoldam e torcem o homem como gigantes esmagam um verme.”

Eis aí a que ficou reduzida pelo clima da Índia a raça mais progressiva e inteligente da terra. Se o nosso céu não é tão déspota, não deixa de sê-lo também até certo ponto. Conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nosso povo; conjuremo-la por meio de todos os grandes recursos da ciência. É esta a lição dos fatos.

CAPÍTULO 5: A NAÇÃO BRASILEIRA COMO GRUPO ETNOGRÁFICO E PRODUTO HISTÓRICO

É incontestável a tendência moderna para reduzir as chamadas ciências morais a uma prolação da história natural. Depois que o homem deixou de ser o centro e a medida das coisas, depois que se lhe marcou o genuíno lugar na criação, o modo de tratar a história e os outros ramos científicos, que se lhe prendem, sofreu uma alteração radical.

A antiga maneira de fazer a crítica literária fundada nas regras *eternas* do *bom gosto*, modificou-se de uma vez e foi obrigada a aceitar a relatividade de seus conceitos.

Desde Buckle e Gervinus, começou-se a estudar a ação dos diferentes *meios* sobre os diversos povos; desde Taine e Renan, admitiu-se, além disso, o influxo divergente das raças nas criações religiosas e artísticas.

Antes destes escritores essa intuição era existente; eles a tornaram clássica e vulgar.

Começaram a aparecer então os exageros, e os diletantes literários não tiraram mais da boca as palavras *meio* e *raça*!... Sobre a antiga retórica fundou-se outra com seus termos místicos e sagrados. Improvisaram-se teorias fantasiosas sobre povos de formação recente, e, entre outros, Portugal, por exemplo, teve sua *raça* peculiar nos *moçárabes* e seu *meio* absolutamente distinto do resto

das Espanhas pela vizinhança do *mar*, que não é, por certo, uma exceção portuguesa!...

Entretanto, os fatos aí estão para impor-nos grande reserva: de um lado, a verdade inconcussa de que as velhas raças pré-históricas são quase desconhecidas e que as raças históricas, como as dos arianos, semitas e altaicos, desde a mais remota antigüidade, têm vivido no mais completo cruzamento e quase fundidas. O critério para a sua separação é quase puramente lingüístico, e a lingüística é um critério bem fraco em etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentes, resultantes da fusão de muitas raças.

Por outro lado, o estudo da mesologia começa apenas a esboçar-se e ainda não se sabe totalmente como os *meios* modificam os povos. Tudo isto é certo e é-o também que estes, por sua parte, reagem contra aqueles. O *meio* não funda uma raça; pode modificá-la e nada mais. Deve-se, neste assunto, contar com o *fator humano*, isto é, com uma força viva prestes a reagir contra todas as pressões por intermédio da cultura.

Não contesto a ação dos meios e das raças, que é um achado definitivo doravante na ciência. Imponho-me somente algum cuidado no manejo de meu assunto: a literatura pátria.

O povo brasileiro é um grupo étnico estreme e característico, ou é uma determinada formação histórica? Nem uma nem outra coisa, respondo resolutamente.

Não é um grupo étnico definitivo; porque é um resultado pouco determinado de três raças diversas, que ainda acampam em parte separadas ao lado uma da outra.

Não é uma formação histórica, uma raça sociológica, repetindo a palavra de Laffitte, porque ainda não temos uma feição característica e original. Temos porém os elementos indispensáveis para tomar uma face étnica e uma maior coesão histórica.

Quando se trata de caracterizar a nação brasileira, é claro que não deve ser no ar, fantasticamente, e sim em relação ao povo de que ela principalmente descende e diante daqueles que a cercam. Se o povo português não se distingue etnologicamente do espanhol, nós temos elementos para separarmos consideravelmente do nosso ascendente europeu e dos povos vizinhos que nos cercam.

A raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da européia. A introdução do elemento negro, não existente na maior parte das repúblicas espanholas, habilita-nos, por outro lado, a afastar-nos destas de um modo bem positivo.

As condições especiais de nossa geografia vêm também em nosso auxílio. Não é tudo; uma circunstância, por assim dizer pré-histórica, e de que não se tem medido todo o alcance, aparece para auxiliar a característica do povo brasileiro. A principal família indígena, que ocupava esta porção da América, não se confundia com qualquer outra. Os *brasílio-guaranis* povoavam justamente a maior porção desta parte do continente, onde se vieram estabelecer o negro e o portugueses.

Este fato concorre para separar-nos ainda mais das gentes hispano-americanas, que, além de não possuírem o elemento africano, tiveram um vasto cruzamento indígena de todo diverso do selvagem do Brasil. À vista deste fato, depreende-se por si mesmo que toda a margem esquerda do Paraguai e do Paraná é genuinamente brasileira pela origem primitiva de seus habitantes, e seria hoje uma parte do Brasil, se o não tivesse obstado a fraqueza ou a inépcia dos governos portugueses e imperial.

O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino cultural-histórico.

Dentro dos limites de uma só família humana, ramos vários podem oferecer tendências e aptidões diversas. Os franceses, italianos e alemães pertencem ao mesmo grupo ariano, e que diversidade entre eles de manifestações espirituais !... No Brasil a tendência à diferenciação pode ser ainda maior do que entre aqueles povos, se circunstâncias anômalas e retardatárias não se vierem interpor ao nosso desenvolvimento, como é muito para temer.

Encerrando o assunto deste capítulo e respondendo à questão que ele contém, em poucas palavras, direi:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento.

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir.

Não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do interior.

Computavam-se também em alguns milhões os negros arrancados d'África pela cobiça dos brancos e hoje chegam eles por certo apenas a uns dois milhões.

As pestes e as guerras fizeram aos indígenas o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos. As selvas não estão mais povoadas de caboclos, para serem caçados pelas *bandeiras*; os portos d'África estão fechados aos navios *negreiros*.

A conseqüência é fácil de tirar: o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como cousas inúteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância.

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. É conhecida, por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, a fazer-se passar por branco, quando sua cor pode iludir.

Quase não temos mais famílias extremamente arianas; os *brancos presumidos* abundam. Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado.

Os mananciais negro e caboclo estão estancados, ao passo que a imigração portuguesa continua e a ela vieram juntar-se a italiana e a alemã. O futuro povo brasileiro será uma mescla afro-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana.

Ouçamos um homem prático, o Dr. Hermann Rentschler: “Nos Estados Unidos, onde havia mais índios e negros do que no Brasil, a experiência tem demonstrado que no decorrer do tempo o *índio* e o *negro* desapareceram em contato com o branco. O Brasil não deve contar seriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães. Os descendentes do novo povo

misto serão superiores a seus antecessores, portugueses e alemães, como elemento de colonização. Transportemo-nos, em espírito, ao futuro do Brasil: aí veremos um *povo misto*, mais apto e capaz do que seus progenitores para a cultura das terras; porque serão habituados desde o nascimento ao clima e à vida do país. Uma *nacionalidade* não é um fato primeiro, que surja num dia certo do fundo tenebroso da história. Segundo o pensar de um notável etnólogo, é ao contrário o resultado de uma grande quantidade de combinações, de fusões, de eliminações e de associações, de toda a espécie. Uma vez formada, ela constitui um quadro indestrutível que se impõe aos elementos novos que se lhe vêm juntar; mas a unidade, nisto, como no mais, é um termo e não um princípio original.”

Estes fatos ficariam sem vigor para a história literária, se, ao lado do cruzamento físico, se não desse também o das idéias e sentimentos. A união neste solo de povos em tão variados estádios da inteligência influiu na psicologia do povo brasileiro. Os negros para aqui transportados estavam, ao que suponho por fatos, no momento primeiro do fetichismo, fase primordial da idade teológica.

Os índios achavam-se no período da astrolatria, momento mais adiantado do estado fetichista.

Os portugueses eram monoteístas, último momento do teologismo; mas tinham grandes resíduos da época anterior – o politeísmo.

Daí uma grande confusão no conjunto das crenças e tradições brasileiras, que encerram elementos contraditórios de todas as fases do pensamento.

Somos um povo em via de formação; não temos, pois, vastas e largas tradições nacionais. Negros e índios pouco puderam fornecer, e os portugueses já tinham, com a Renascença, esquecido em parte as tradições da Idade Média, quando o inconsciente das coisas os atirou às nossas plagas. Daí o estado fragmentário de nossa literatura popular.

CAPÍTULO 6: RAÇAS QUE CONSTITUÍRAM O POVO BRASILEIRO O MESTIÇO

No estudo dos povos que formaram a atual nação brasileira o primeiro lugar há de ser dado ao português.

Não é que ele só por si, como supuseram sempre os retóricos das velhas crenças, tenha constituído o nosso presente estado e tenha sido o fator único de nossa civilização. Este modo de pensar arbitrário e incorreto é um dos

muitos erros que devo atacar de frente. O lugar de honra deve ser dado ao português; porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura.

Não vejo que seja necessário, neste ponto, impertinente repetir sobre a etnografia das populações da Península Hispânica aquilo que sobre ela já, por muitas vezes, tem sido bem dito.

Bastam poucas palavras.

Aceitando a aparição do homem sobre a Terra na época terciária, no período do *eceno*, segundo os mais ousados antropologistas, nada se sabe de positivo sobre os habitantes pré-históricos da Península Ibérica. Têm-se de admitir ali populações autóctones, que viriam prolongando-se pelos períodos geológicos seguintes – *mioceno*, *plioceno*, *pós-plioceno*.

Neste último pisa-se um terreno mais sólido, e fatos mais averiguados se antolham ao observador. Passa-se às idades da pedra lascada e polida, e chega-se à idade dos metais. Então já muitas imigrações tinham por certo vindo sobrepor-se aos primitivos autóctones, e entra-se plenamente na fase quase histórica dos povos precursores dos semitas e arianos, raças metalúrgicas, impropriamente denominadas turanas e mais acertadamente uralo-altaicas. Os iberos, ao que se presume, pertencem a esta família. Vieram depois os lígures, os fenícios, os celtas; formaram-se os celtiberos; chegaram os cartagineses; mais tarde os romanos; e, finalmente, os suevos, os godos e os árabes.

A população da Península descende, como se vê, de uma origem variadíssima, onde entraram os primitivos indígenas, os uralo-altaicos, os semitas e os arianos. As quatro principais raças humanas estão ali representadas. O português é um resultado complicadíssimo da história; desmembrado, além de tudo, da comunhão espanhola, tem sempre tendido a caracterizar-se à parte. A ousadia de seus marinheiros e o livro dos *Lusíadas* foram os mais valentes operários nessa obra de cenogênese nacional. No século mais brilhante de sua história, veio até as nossas plagas tomar aos Tupis esta vasta região, onde fundou uma nacionalidade, que deve ser no futuro a representante, até certo ponto, de suas tradições. Portugal oferece um espetáculo singular na história: o século de sua florescência foi também o século de seu desmoronamento. Duzentos anos lhe bastaram para crescer e fortificar-se; em 1500 apresenta-se opulento, trabalha na evolução geral da humanidade; dita aí a sua palavra; recolhe-se e cai. O Brasil não chegou a fruir as vantagens da grandeza de seus pais. Colonizado muito depois de descoberto, quando o século já ia em meio, este belo país assistiu bem cedo ao cativo da mãe-pátria. Franceses, ingleses, holandeses e até espanhóis disputaram-no. A colônia teve de sustentar grandes lutas para conservar-se fiel à metrópole. Estes fatos retardaram-lhe o desenvolvimento.

Qual era, entretanto, nesse tempo o estado intelectual de Portugal? – Bem lisonjeiro. Tal deve ser a resposta. Um país que tinha Gil Vicente, Camões, Cristóvão Falcão, João de Barros, Sá de Miranda e Ferreira, atravessava uma fase brilhante do pensamento. Os colonos portugueses para aqui transportados vinham de posse de uma cultura adiantada. Por que motivo, pois, não dirigiram a colonização mais sabiamente, aproveitando os índios, adaptando-os a si? Duas causas fornecem a explicação do fenômeno: a índole do caboclo, refratária à cultura, e a imperícia do governo da metrópole. Sabe-se que de João III em diante a nação começou a perder os largos estímulos, o povo a definhar, o jesuitismo a expandir-se e a carolice desenfreada a erguer o colo.

A Espanha espreitava de longe e no momento azado pôs a mão sobre a presa.

Não se trata aqui de escrever a história exterior do Brasil, senão de indicar a traços rápidos as primeiras sementes do pensamento nacional.

Concebe-se facilmente que os portugueses não vieram para este país no primeiro século de sua descoberta em vastas levas para um território exíguo; passaram-se em pequenas porções a estabelecer-se isoladamente num território vastíssimo. Formaram-se por isso núcleos isolados, quase incomunicáveis, à vista das dificuldades de relações existentes então no país.

São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão foram os principais centros da população portuguesa no Brasil durante mais de duzentos anos.

Daí um certo caráter contraditório entre esses núcleos, que não vieram a formar outras tantas populações distintas em vida e tradições; porque os colonizadores, oriundos de um país exíguo e centralizado, pensavam pelo mesmo molde, e, por um fenômeno singular, as principais tribos selvagens brasileiras pertenciam a uma só raça e tinham a mesma intuição das coisas.

Os portugueses, quanto ao seu régimen mental, estavam numa fase monotéica alimentada pelo catolicismo; mas diluída, de um lado, por muitos resquícios fetichistas, e, de outro, pela confusão metafísica. Era no tempo transitório da *Renascença* e da *Reforma*, época de renovamento, de que o velho reino não pôde tirar largos proventos. O régimen teocrático, ajudado pelos jesuítas, amordaçara a nação, que na América viu nos índios mais os hereges que deviam ser extirpados do que os braços que podiam ser aproveitados.

A consideração de ter o jesuíta se aliado ao índio contra o português e o negro, não tem valor contra fatos mais gerais. O português na América procedia de acordo com suas idéias, com sua intuição do mundo e da humanidade; e um tal

modo de pensar era em grande parte de formação fanática e jesuítica. Se os padres da companhia, contradizendo-se, deixavam escravizar o negro e protegiam o índio, é que em seus cálculos eles sonhavam um império exclusivamente seu, formado sobre o indígena. O inconsciente da história venceu-os; na luta pela existência o português suplantou o caboclo e o jesuíta. O negro serviu-lhe de arma e de apoio; tal o seu grande título histórico em o Novo Mundo.

Ao português devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental. Pertencente, porém, ao grêmio dos povos ibero-latinos, trouxe-nos também seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos, e tantos males crônicos que lavram n'alma daqueles povos.

Passemos aos indígenas. Existem já alguns trabalhos de valor sobre as populações selvagens brasileiras. Os escritos de Frederico Hartt, Batista Caetano, Ferreira Pena, Couto de Magalhães, José Veríssimo, Batista de Lacerda, Rodrigues Peixoto e Barbosa Rodrigues, lançam alguma luz sobre o estado intelectual dos Tupis-Guaranis. Serão aproveitadas neste livro para o estudo de suas antigüidades, poesia, danças, música e línguas. Sobre certas particularidades de seu viver de preferência devem ser ouvidos os velhos cronistas, e entre todos o Padre Ivo d'Evreux, o mais minucioso.

Eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca.

Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva.

A unidade das espécies vivas é um fato positivo, demonstrado desde Lamarck; elas porém não se desenvolveram num centro único para dali emigrarem; surgiram por transformações espontâneas em vários pontos do globo.

É o que aconteceu com o homem; em mais de um ponto da terra o animal, seu precursor, chegou espontaneamente ao estado de produzi-lo.

Parece-me que nesta questão Vogt e Broca interpretam melhor o verdadeiro sentido do transformismo do que Haeckel.

As raças americanas são um produto do meio americano. Desde a época do megatério o homem tem sempre existido nesta parte do mundo. As nações aqui encontradas no tempo da descoberta não se devem, todavia, confundir com os homens das cavernas.

No próprio seio do continente formaram-se raças diversas, de maior ou menor energia intelectual, que reagiram umas sobre as outras.

A desastrada hipótese do Sr. Barbosa Rodrigues, que os faz provir dos escandinavos, e a de Varnhagen que os derivava dos cários, são tão justificáveis, como as daqueles que os supunham oriundos dos judeus, quando dispersos pelo mundo no século primeiro de Jesus.

Inaceitáveis são também as hipóteses que os fazem vir da Ásia, da Oceania ou da África. À bibliomania emperradamente ortodoxa deve-se esse impertinente esforço para procurar parentescos aos americanos entre os antigos descendentes de Jafet, Sem e Tur; arianos, semitas e pretensos turanos têm sido chamados para ascendentes dos nossos indígenas.

Por que motivo o Velho Mundo havia de ter o privilégio de produzir tantas raças e o Novo Continente nenhuma? Os habitantes da América vieram, como se diz, da Europa ou da Ásia, e os destas regiões donde vieram? A dificuldade remove-se; mas não é resolvida.

Agassiz provou que as raças humanas distinguem-se entre si na mesma proporção em que se distinguem a fauna e a flora de sete ou oito centros diversos do mundo. Estes reinos *de criação*, como ele os chamou, ou reinos *de aparição*, na frase de Rialle, oferecem a singularidade de que os homens neles originados aproximam-se dos antropóides do respectivo habitat.

Os argumentos dos monogenistas contra o indigenismo dos povos americanos têm sido vitoriosamente combatidos. Não é este o lugar de entrar em miúdas considerações sobre os motivos que me levam a aceitar as conclusões da grande escola de Morton e Nott.

Basta-me ponderar que os dois novos argumentos dos adversários são também improcedentes. O primeiro é tirado da ausência n'América dos animais antropomorfos, gibão, orango, gorila, chimpanzé, considerados como os mais próximos parentes do homem, por descenderem de um antepassado comum. Este argumento é uma aplicação imponderada, torcendo-se-lhe o sentido, da doutrina darwiniana ao problema da origem dos americanos. Sabe-se que, se interpretado num sentido por Haeckel, o transformismo prende-se à teoria monogenista do homem, não é menos exato que mais largamente interpretado nesta questão por Broca, coaduna-se perfeitamente com a doutrina contrária – o poligenismo.

Além de tudo, o fato alegado não tem por si grande valor.

Desvia-se perfeitamente o golpe, advertindo que jamais foi o homem considerado um filho, um descendente dos antropomorfos. É apenas considerado um parente colateral mais ou menos afastado. Se não é filho, também não é irmão; é um primo em segundo ou terceiro grau.

Sua existência num ponto qualquer não implicaria necessariamente a aparição da parentela colateral.

Acresce também que o animal que Darwin supõe ter sido o progenitor imediato do homem, não foi ainda encontrado em parte alguma da Terra, nem mesmo em estado fóssil. Esta importante lacuna dá-se em todo o mundo e não somente n'América. A consequência, pois, tirada contra este continente é precipitada.

O outro argumento, desenvolvido pelo Professor Henrique Fischer, de Friburgo, e levemente adotado pelo fantasista Barbosa Rodrigues, foi vitoriosamente batido por A. W. Meyer, mineralogista em Dresde. A doutrina fischeriana consiste em dizer que, não havendo na América jazidas nativas de nefrite e jadeíte, e encontrando-se objetos manufaturados dessas duas pedras no Mundo Novo, era concludente admitir que tinham sido trazidos pelos primitivos colonizadores asiáticos. Meyer combate com rigor tais conclusões e indica jazidas nativas daqueles materiais na Europa, na Oceania, na própria América, e não somente na Ásia, contra a opinião de seu colega de Friburgo.

Deixem-se as teorias aventureiras e estudem-se os americanos como um produto do continente.

O Abade Hervás classificara em quatro grandes troncos as raças da América do Sul: – *Araucânios, Guaranis, Quéchuas e Caribes*. – A. d'Orbigny, em três: *Ando-Peruvianos, Pampianos e Brasília-Guaranis*. Batista Caetano, aventando a idéia de uma redução, parece todavia conformar-se provisoriamente com a divisão de d'Orbigny. Os índios do Brasil constituíam o grupo dos *Brasília-Guaranis*, chamados também Tupis, ou simplesmente Guaranis. Havia, porém, algumas tribos que foram por Martius tiradas do grande tronco: *Guaicurus, Jês, Gucks*, e outras. Batista Caetano supõe. haver aqui exagero.

“É embalde, diz ele, que se pretende multiplicar a divisão das tribos americanas sem motivo plausível, nem fundamento, quer nos caracteres etnográficos, quer na linguagem. A uniformidade do tipo americano permanece e subsiste em confronto com os outros tipos, e as diferenças que apresentam entre si os diversos povos são apenas variedades, e não são maiores que as que apresentam povos da mesma família indo-européia entre si, e ainda mais os variegados povos asiáticos. As simples condições geográficas, como o pensaram Humboldt e Alcide d'Orbigny, são suficientes para determinar as diferenças que

se supõem consideráveis, e que bem examinadas não no são efetivamente; as simples condições geográficas, quando nada mais importem, acarretam diferença no modo de viver e nos costumes, que paulatinamente influem na organização e na índole da população. Pouco mais de três séculos têm decorrido desde a descoberta das terras de Santa Cruz, e entretanto o luso-americano do Pará ou do Ceará já se diferencia bastante do luso-americano da montanhosa província de Minas ou das terras proporcionalmente frias do Rio Grande do Sul.”

Dou como certa a hipótese do autoctonismo das raças americanas e aceito como provável a classificação de d’Orbigny, quanto às nações da América Meridional. No que toca aos índios do Brasil, acompanho a Batista Caetano nas reduções que faz às classificações de Martius.

Qual era, porém, o estado intelectual e moral dos índios do Brasil? É preciso considerá-los quanto às suas indústrias, suas crenças religiosas, suas idéias políticas e sociais.

Estavam os indígenas brasileiros quase todos no período da pedra polida, idade que se segue à da pedra lascada e é seguida pela dos metais. O Dr. Couto de Magalhães supõe que no Brasil não se encontram vestígios de utensílios e armas da idade da pedra lascada. Acredita que os nossos índios passaram por esta fase em alguma outra região, e, quando imigrados para o Brasil, achavam-se na idade superior.

Sabe-se que as diferentes raças não passam pelos mesmos estádios da inteligência ao mesmo tempo; hoje, na fase da indústria e da ciência européia, ainda há povos que empregam a pedra lascada, ou um pouco menos.

Pelo estudo geológico, porém, é certo ser bastante raro o caso de encontrar-se a pedra polida fora dos terrenos recentes. A ser exato o que pensa o Dr. Couto de Magalhães, seria forçada a conclusão de que o homem terciário e o quaternário não existiram no Brasil, o que fere de frente as descobertas do Dr. Lund. Se, como pensava este sábio, o Brasil desde a época do *pós-plioceno* e mesmo a datar da do *plioceno* era habitado, desde que a espécie humana existe sobre a Terra, ela existiu no Brasil.

Deveria ter aqui atravessado todas as fases de seu desenvolvimento, deveria ter usado da pedra lascada. Se esta não tem sido encontrada, é que os estudos neste sentido não têm, por certo, sido bem dirigidos.

Investigações bem acertadas poderão resolver o problema. Uma folha do Rio Grande do Sul publicou estas palavras que dão testemunho do homem geológico no Brasil e também da pedra lascada:

“Carlos de Koseritz recebeu do dr. Rösch dois crânios antiqüíssimos, que o ilustre engenheiro achou num sambaqui da província do Paraná e cuja antigüidade remonta a milhares de anos. São documentos interessantíssimos do *homo americanus* em sua forma primitiva.

“A extraordinária espessura dos crânios, que atinge de 1 centímetro a 1 ½, as proporções do ângulo facial, a extraordinária depressão nas têmporas, que de lado a lado não passam da distância de 10 centímetros, a imensa robustez e grossura das mandíbulas, o pronunciado prognatismo, tudo enfim prova que aí temos restos autênticos do homem *pré-histórico brasileiro*, o que aliás confirmam armas de pedra lascada, ou mal polida, assim como um dente de animal não classificado, mas evidentemente de raça extinta, que foram achados juntos aos crânios.”

Achados destes poder-se-ão repetir quando estudos vastos forem iniciados, e então as pedras lascadas hão de aparecer, ao lado do homem contemporâneo do megatério. Carlos de Koseritz, meu bom e saudoso amigo, em seus *Subsídios etnológicos*, descreve muitos objetos de pedras lascadas pertencentes à sua coleção americana.

“O dr. Lund, dizem Zaborowski e Moindron, explorou mais de oitocentas cavernas, e numa delas encontrou ossadas de trinta indivíduos da espécie humana, no mesmo grau de decomposição dos ossos dos animais fósseis que as acompanhavam.

“Era impossível não concluir daí ser o homem contemporâneo do megatério, cuja idade na América do Sul corresponde à do mamute na Europa.”

Os sábios europeus, tendo em alta conta os trabalhos de Lund, tiraram deles as conclusões que o distinto dinamarquês só limitadamente se atreveu a tirar. Não só o homem geológico existiu no Brasil, como foi deste país que partiu uma das primeiras provas de tão notável verdade científica.

Quanto às armas de pedra que os nossos índios usavam, delas sabemos desde o tempo de Ivo d’Evreux, que nos não diz se da lascada ou da polida. “Lá para o lado do oeste havia uma nação, de que nunca se falou, desconhecida por todos os Tupinambás, moradora nos matos na distância de mais de 400 ou 500 léguas da ilha, sem conhecer a vantagem dos machados e das foices, pois apenas se serviam dos machados de pedra, e assim viviam, etc.”

Por este falar do bom padre, dir-se-ia que aquilo era um fato singular e que os Tupinambás conheciam as foices e machados de ferro. Devemos observar, porém, que o a capuchinho assim se expressava em 1614, e os povos com

quem lidou, havia muitos anos, andavam em contato com os europeus. Sílices lascados foram achados em Mercedes, perto de Buenos Aires, segundo Joly. O que mais interessa consignar é que o tupi-guarani, tendo passado da pedra lascada, já empregava a polida.

A razão não milita também do lado do autor do *Selvagem*, quando dá o índio por completo agricultor, sem ter sido pastor. Quando se diz que um povo é pastor ou é agricultor, não se quer dizer que ele não conheça um ou outro uso da indústria próxima; dá-se-lhe o nome da indústria predominante. Os nossos índios, segundo o testemunho de antigos e modernos, viviam e vivem ainda quase exclusivamente da caça e da pesca; eram um povo caçador. Podemos ler todo um volume de Gabriel Soares, ou de Ivo d'Evreux, mui pouco se nos depara sobre a agricultura dos selvagens. Da caça e da pesca encontram-se muitos esclarecimentos.

Como poderia, além de tudo, o guarani ter sido noutras paragens pastor, e não trazer consigo os seus animais domésticos para a nova pátria? O período pastoril constitui uma fase importantíssima na vida dos povos; cria proventos que não mais se perdem; a passagem para um estágio superior não importa o esquecimento das aptidões adquiridas. Se nosso selvagem tivesse domesticado alhures animais, tê-los-ia trazido ao Brasil.

Os índios eram nômades, caçadores; estavam no grau de atraso do homem geológico; dificilmente podiam ter sido agricultores. As tribos ainda hoje em estado puramente selvagem não têm outra agricultura, além do cultivo da mandioca em diminuta escala e ainda menos do milho talvez. Só algumas tribos sedentárias do litoral desenvolveram-se mais neste sentido, especialmente os extintos Tamoios.

Além das armas e instrumentos de pedra, além de suas indústrias de caça e pesca, e do conhecimento de uma ou outra planta, possuíam nossos indígenas uma arte cerâmica ainda na infância. Talhas, panelas, púcaros e igaçabas constituíam-na.

Sob o ponto de vista religioso o caboclo tem sido diversamente apreciado. Ivo d'Evreux, noutros pontos bem-informado, assim se exprime: “Estes selvagens sempre chamaram a Deus Tupã, nome que dão ao *trovão*, à maneira do que se pratica entre os homens, isto é, terem as obras-primas o nome do autor. Note-se, porém, que este nome no singular não se aplica aos relâmpagos e trovões, que rebentam e iluminam todas as partes, por cima da cabeça dos selvagens, aterrando-os, porque sabem e reconhecem que eles são formados pela poderosa mão *d'Aquela* que habita nos Céus. Por intermédio do intérprete informei-me dos velhos do país se eles acreditavam que este *Tupã*, autor do trovão, era homem como eles. Responderam-me que não, porque, se fosse um

homem como nós, seria um grande senhor, e como poderia ele correr tão depressa, do oriente para o ocidente, quando *troveja* ao mesmo tempo sobre nós e nas quatro partes do mundo, tanto em França, como sobre nós? Demais se fosse *homem*, era necessário que outro homem o fizesse, porque todo homem procede de outro homem. Ainda mais: *Jeropari* é o *criado de Deus*, e nós não o vemos, ao passo que todo o homem se vê, e por isso não pensamos que *Tupã* seja um homem.

“Mas, repliquei eu: que pensais que ele seja? Não sabemos, responderam; porém pensamos que *existe em toda parte*, e que fez tudo quanto existe. Nossos *feiticeiros* ainda não falaram com *ele*; pois apenas falam com os companheiros de *Jeropari*.

“Eis a crença de Deus, *sempre pela natureza* impressa nos espíritos dos selvagens, *que contudo não o reconheciam por meio de preces e de suplílios*. Acreditavam naturalmente nos espíritos *bons e maus*. Chamam os bons espíritos ou anjos – *Apoiauené*, e os maus ou diabos – *Uoiupia*. Vou contar-vos o que pude colher de suas conversas por diversas vezes.

“Pensam que os anjos lhes trazem chuva em tempo próprio, que não fazem mal às suas roças, que não os castigam, nem os atormentam, que sobem ao *Céu para contar a Deus* o que se passa aqui na Terra, que não causam medo nem à noite, nem nos bosques, que acompanham e protegem os franceses. Pensam que os diabos estão sob o domínio de *Jeropari*, que era criado de Deus, e que *por suas maldades* Deus o desprezou, não querendo mais vê-lo, nem aos seus, pelo que aborrecia os homens e nada valia; que os diabos impedem a vinda das chuvas em tempo próprio, que os trazem em guerra com seus inimigos, que os maltratam, e lhes fazem medo, habitando ordinariamente em aldeias abandonadas, especialmente em lugares onde têm sido sepultados os corpos de seus parentes.”

Difícilmente se poderia encontrar um mais completo espécimen de superfetação religiosa.

Eis aí um capítulo inteiro de teologia católica superposto às crenças dos Tupis. Ali está o Deus, todo-poderoso, incompreensível, imenso, onisciente, presente em toda a parte, criador do Céu e da Terra; ali aparecem os anjos, e também os demônios com *Satã* à frente. A ingenuidade do Padre Ivo, porém, traiu-se quando disse que o Deus do índio era o *tupã*, e que *tupã* é trovão, e quando asseverou que o selvagem não lhe prestava nenhum culto!... Adestrado, o padre previne a objeção tirada da palavra empregada no singular ou no plural.

O estudo do régimen mental de uma raça não se determina senão à vista do complexo de suas crenças e de suas idéias. Na ordem das armas e dos utensílios

o índio estava na idade de pedra; na esfera das indústrias era caçador; nas idéias religiosas estava no período do teologismo puro, no segundo momento do fetichismo: a astrolatria. Não podia ser monoteísta. Também não era politeísta, como parece ensinar o Dr. Couto de Magalhães, quando lhe empresta uma mitologia de *Anhangá, Curupira, Jeropari, Caapora, Saci-Pererê, Boitatá, Urutau, Rudá, Uirapuru, Boiaçu, etc.*, com *Tupã* à frente.

Em 1874 tive ensejo de combater o celebrado etnólogo neste ponto e escrevi estas palavras: “Os selvagens de nosso país estavam no grau de atraso do homem geológico, o homem da idade de pedra. Não podiam ter uma religião que reconhecesse um *Ser Supremo*. O contrário é desdenhar ou desconhecer os achados da crítica moderna, que assinala os diferentes períodos das formações das mitologias, das religiões e da poesia. Umhas tribos desgarradas pelos desertos e matas, e outras reunidas em paupérrimas palhoças, sem indústria assinalável, usando da pedra para utensílios, como o homem das cavernas, sem tradições, sem heróis, sem história, não podiam possuir a noção do *Ser Supremo*, como não podiam ter uma verdadeira poesia. Estavam pouco além da época de puro naturalismo, em que o terror faz crer que as nuvens, os trovões (*tupã*), as tempestades, são seres ferozes que se devem respeitar. A grei cabocla, encarada por todas as faces por que pode ser pela ciência, à luz de idéias sãs e longe do influxo de caducos prejuízos, achava-se em um dos mais remotos degraus da escala da civilização. Caçador, ainda hoje no seu descendente, nem sequer o índio estava além daquela segunda fase do período fetichico, a idade da *astrolatria*, de que fala Augusto Comte. Prova-o o seu culto do Sol e da Lua, *Guaraci* e *Jaci*, ainda um pouco indeciso, é verdade. É lícito dizer que já havia passado a época do mais flutuante naturalismo. Demonstra-o o complexo de sua intuição do mundo, acorde com o dos povos ainda no mesmo estado, um dos mais recônditos da pré-história, onde é dado penetrar.

“Não cumpre só dizer, como fez o Dr. Couto de Magalhães, que o selvagem não era *monoteísta*; é mister mostrar o que ele foi. É claro que não era ainda *politeísta*, como talvez suponha o ilustre indianólogo.”

Tive grande prazer de ver confirmadas por um homem competente, o Sr. José Veríssimo, tais idéias aventadas, há alguns anos, e que não deixaram de causar estranheza a mais de um leitor.

Agora o estado social e político do brasílio-guarani. Existem guias antigos e modernos. Entre estes Couto de Magalhães assinala vários tipos da família, variando do exclusivismo rigoroso dos *Guatós* e *Xambioás*, até o comunismo das mulheres dos *Caiapós*. “O comunismo das mulheres entre estes, diz o autor do *Selvagem*, consiste nisso: a mulher desde que atinge a idade em que lhe é permitido entrar em relação como homem, concebe daquele que lhe apraz. No período da gestação a amamentação é sustentada pelo pai do menino, o qual

pode exercer igual cargo para com outras, que durante períodos idênticos moram na mesma cabana. Desde que a mulher começa a trabalhar é livre de conceber do mesmo homem, ou pode procurar outro, passando para este o encargo da sustentação da prole anterior.

“Notarei que entre os selvagens o menino começa a cuidar da própria subsistência desde os dez anos, sendo contudo auxiliado pelos parentes até que baste a si mesmo”.

Segundo este autor, os *Guatós* e os *Xambioás*, sem serem monógamos, são o mais exagerado tipo dos direitos do homem sobre a mulher. Nessas tribos as mulheres não têm licença nem de olhar para um homem estranho; são recatadíssimas. Entre os *Xambioás* existe a casta anômala e torpe dos homens destinados a *virividuarum*; são indivíduos que em mais nada se ocupam e são sustentados pela tribo.

As adúlteras são queimadas vivas.

O matrimônio precoce é impedido com as maiores cautelas. O casamento é aos vinte e cinco anos de idade, ou mais comumente aos trinta. A virgindade no homem é, quase sempre, mantida até essa época.

Entre os testemunhos antigos destaca-se o do venerando Ivo d'Évreux. Não é possível extrair aqui o infinito número de noções que se me deparam na obra do padre francês.

Limito-me a rápidas indicações. Ivo d'Évreux consigna entre os índios do Maranhão a antropofagia, a entrega das filhas e parentes aos hóspedes, a punição do adultério, a escravidão, o uso constante de guerras, danças, música, o uso de fumar, de bebidas fermentadas, pinturas e incisões no corpo, o hábito de ajudarem-se no trabalho, formando o que hoje chamamos *putirão*. Tinham os chefes ou maiores, que ordinariamente eram os mais distintos na guerra.

Do notável clássico ouçamos um belo trecho, que pinta bem ao vivo o caráter e o espírito do selvagem:

“Indaguei e procurei saber muito o modo como se preparavam para a guerra, não me contentando só com as informações. Em primeiro lugar as mulheres e suas filhas preparam a farinha de munição, e em abundância, por saberem naturalmente que um soldado bem nutrido vale por dois, que a fome é a coisa mais perigosa num exército, por transformar os mais valentes em covardes e fracos, os quais, em vez de atacar o inimigo, buscam meios de viver.

“É diferente da usual esta farinha de munição, por ser mais bem cozida e misturada com carimã para durar mais tempo; embora menos saborosa, porém mais sã e fresca. Em segundo lugar empregam-se os homens em fazer canoas ou consertar as que já possuem próprias para este fim, porque é necessário que sejam compridas e largas para levarem muitas pessoas, suas armas e provisões, e contudo são feitas de uma árvore, cortada bem perto da raiz, sem galhos e ramos, ficando apenas o tronco bem direito em toda a sua extensão, e então tiram-lhe a casca e racham-na, dando-lhe meio pé de largura e profundidade: neste caso lançam-lhe fogo nessa fenda por meio de cavacos bem secos e vão queimando pouco a pouco o interior do tronco; raspam com uma chapa de aço e assim vão fazendo até que o tronco esteja todo cavado, deixando apenas duas polegadas de espessura, e depois com alavancas dão-lhe forma e largura. Estas canoas conduzem às vezes 200 ou 300 pessoas com as suas competentes munições.

“São conduzidas por mancebos fortes e robustos, escolhidos de propósito, por meio de remos de pás, de três pés cada um, que cortam as águas a pique e não de travessia. Em terceiro lugar preparam as suas penas de cores vermelhas, amarelas, verde-gaio e violetas, que prendem aos cabelos com uma espécie de cola ou grude.

“Enfeitam a testa com grandes penas de araras e outros pássaros semelhantes, de cores variadas, e dispostas à maneira de mitra, que amarram atrás da cabeça.

“Nos braços atam braceletes também de penas de diversas cores, tecidos com fio de algodão, semelhante à mitra de que acabamos de falar.

“Nos rins usam de uma roda de penas de cauda de ema, presas por fios de algodão, tintos de vermelho, cruzando-se pelos ombros à maneira de suspensórios, de sorte que, ao vê-los emplumados, dir-se-ia que são emas que têm penas nestas três partes do corpo. Quis saber por intermédio do meu intérprete por que traziam sobre os rins estas penas de emas: responderam-me que seus pais lhes deixaram este costume, para ensinar-lhes como deviam proceder na guerra, imitando a ema, pois ela quando se sente mais forte ataca atrevidamente o seu perseguidor, e quando mais fraca abre as suas asas, despede o vôo e arremessa com os pés areia e pedras sobre seus inimigos; assim devemos fazer, acrescentaram eles.

“Estou certo de que muitas pessoas se admirarão, não só do que acabo de dizer, mas também como é possível buscarem estes selvagens meios de governarem-se entre a prática dos animais... Estes selvagens imitam com a maior perfeição possível os pássaros e animais do seu país, os quais eles exaltam nos cantos que recitam em suas festas. Porque nos pássaros de sua

terra predominam as cores verde-gaio, vermelha e amarela, eles gostam de panos e vestidos destas três cores. Porque as onças e os javalis são os animais mais ferozes do mundo, eles arrancam os seus dentes, e os trazem nos lábios e orelhas a fim de parecerem mais terríveis. As penas das armas são postas nas extremidades dos arcos e flechas. Assim e preparados, bebem publicamente o vinho de *muai*, e dizem, adeus aos que ficam.”

Pelo que se acaba de ler, bem se pode avaliar que o autor fala de tribos, que já tinham dos europeus aprendido o uso do aço e do ferro, e que possuíam uma tal ou qual agricultura, consistente na manipulação de sua planta sagrada – a mandioca. A indústria predominante era, no entanto, a dos povos caçadores. O Padre Ivo d’Evreux escrevia mais de um século depois da descoberta; esta circunstância não deve ser esquecida.

Nem todas as tribos indígenas, além disso, tinham um igual desenvolvimento intelectual; é lícito admitir uma certa gradação por este lado.

Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quase todos do grupo *banto*. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar. O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina, ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco.

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.

Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.

Durante muitos e muitos anos reinou o vulgar preconceito sobre a imensa inteligência e a enorme robustez das populações cruzadas. Supunha-se que as gentes mestiçadas dispunham de vantagens excepcionais e maravilhosas.

A observação das populações das colônias européias da América e da Oceania mostrou haver engano naquelas afirmativas gratuitas. Apareceu então uma tremenda reação e chegou-se ao ponto de proclamar a completa hibridação das

gentes cruzadas, isto é, sua fraqueza e esterilidade radical no fim de um certo número de gerações.

Um estudo porém mais despreocupado desta questão provou não existir na humanidade o fenômeno característico do hibridismo. Ou se considere a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como a das raças-mães.

Sobre a questão étnica entre nós, minhas observações levam-me às conclusões seguintes:

1ª – O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única;

2ª – É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado;

3ª – Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta;

4ª – A palavra *mestiçagem* aqui não exprime somente os produtos diretos do branco e do negro e do índio; expressa em sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil, compreendendo também as dos diversos ramos da raça branca entre si;

5ª – Esta característica é verdadeira no presente e no futuro, quer predomine sempre a atual mescla índio-áfrico-portuguesa, quer venham a predominar, mais ou menos remotamente, os elementos italiano e germânico, trazidos por uma colonização até hoje mal dirigida e pior localizada;

6ª – O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar;

7ª – Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já de si preparado pela diferença dos climas;

8ª – O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação desses novos elementos;

9ª – Se o não fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável;

10ª – Como quer que seja e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas.

CAPÍTULO 7: TRADIÇÕES POPULARES CANTOS E CONTOS ANÔNIMOS ALTERAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O complexo das tradições populares brasileiras é mais variado do que o das portuguesas; porquanto nós possuímos todas estas e mais as que nos foram legadas pelos índios e pelos negros.

Temos problemas etnográficos e lingüísticos que não existem em Portugal.

O primeiro trabalho a fazer neste terreno era, depois de coligir os materiais, indicar o que pertence a cada uma das raças que constituíram o nosso povo, e, por último, quais são as produções recentes originadas dos mestiços e das populações atuais.

Comecemos pela poesia anônima.

Aí os autores diretos são os portugueses ou seus descendentes brancos e mestiços; não porque os índios e os negros não tivessem também uma poesia rudimentar; mas porque, predominando a língua portuguesa, as canções tupis e africanas tinham de passar para esta língua, a fim de derramarem-se entre as populações novas.

Só improvisaram na língua portuguesa, como sua, os europeus e seus descendentes. Os negros e índios, reduzidos à escravidão, ficavam, porém, bilíngües; falavam seu idioma nativo e o português. Este fenômeno ainda hoje é vulgaríssimo.

Os negros e índios bilíngües sabiam naturalmente as canções originais de sua raça e podiam comunicá-las aos seus descendentes na língua adotiva. Assim se explicam os fenômenos da justaposição de duas línguas num mesmo canto, e da existência de certos cantos espalhados em nosso idioma, os quais são de feição evidentemente tupi ou africana.

Ainda hoje com algum esforço seria possível coligir poesias originais em tupi e em africano.

Neste último não vi ainda uma composição qualquer poética, nem me consta que no Brasil alguém tenha colhido da boca dos pretos da Costa as suas canções. Já não acontece o mesmo em relação aos índios; possuímos uma dúzia de fragmentos, insignificantes em verdade, coligidos por Martius, Baena, Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues.

Em línguas africanas, pois, nós brasileiros não temos documentos para nossa poesia popular.

Em tupi temos muito poucos e em português muitíssimos.

Ouçamos os versos tupis.

Os seguintes foram coligidos por Spix e Martius:

“Nitio xa potar cunhang
Setuma sacai waá;
Curumu ce mana mamane
Boia a Cai majané.

Nitio xa potar cunhang
Sakiva açu waá
Curumu ce monto-montoque
Tiririca majané.

Scha mann ruma, curi
Tejerru iaschió.
Aiqué Caracara-i
Serapiró aramu eurt.

Scha mann rumaé curi
Ce nombore caó puterpi
Aiqué Tatu memboça
Ce jutûma aramu curi.”

Eis a tradução portuguesa preparada por Norberto Silva:

“Não quero mulher que tenha
As pernas bastante finas,
A medo que em mim se enrosquem
Como feras viperinas.

Também não quero que tenha
O cabelo assaz comprido,

Que em matos de tiririca
Achar-me-ia perdido.

Quando me vires sem vida,
Ah! não chores, não, por mim,
Deus que o Caracaráí
Deplora meu triste fim.

Quando me vires sem vida
Atira-me à selva escura,
Que o tatu há de apressar-se
Em me dar a sepultura.”

São estas as palavras cantadas na festa do Sairé no Pará como se lêem em Baena:

“Itá camuti pupé
Neiássucana pitanguê
Puranga ité...

E Jesus e Santa Maria.

Santa Maria caian puranga
Imembuira inauerá
luaté pupé.
Sicou curussá
Uassu pupé,
langa turama
Rerassu...

E Jesus e Santa Maria.”

Tradução: – “Em uma pia de pedra foi batizado o menino Deus.” “Santa Maria é uma mulher bonita; o seu filho é como ela; no alto Céu está numa cruz grande para guardar a nossa alma.”

O Dr. Couto de Magalhães coligiu estes versos:

A RUDÁ

“Rudá, Rudá,
luaka pinaié,
Amana reçaçu...

luaka pinaié,
Aiueté Cunhã –
Puziuera oikó
Ne mumanuara ce recé
Quahá caaruca pupé.”

Versão: – “Ó Rudá, vós que estais nos Céus e que amais as chuvas... vós que estais no Céu... fazei com que ele (o amante) por mais mulheres que tenha as ache todas feias; fazei com que ele se lembre de mim esta tarde quando o sol se ausentar no ocidente.”

À LUA CHEIA

“Cairé, cairé nu
Manuara danù çanù
Eré ci, eru cika
Piape amu
O manuara ce recé
Quahá pit una pupé.”

Versão: – “Eia, ó minha mãe (a lua); fazei chegar esta noite no coração dele (do amante) a lembrança de mim.”

À LUA NOVA

“Catiti, Catiti
Iamara notiá
Notiá iamara
Epeju... (fulano)

Emu manuara
Ce recé (fulana)
Cuçukui xa ikó
Ia, é anhi i pia pora.”

Tradução: – “Lua Nova, ó Lua Nova! assoprai em fulano lembrança de mim; eis-me aqui estou em vossa presença; fazei com que eu tão-somente ocupe o seu coração.”

O Sr. Barbosa Rodrigues colheu estes:

“Beque bequiqui capipim otegê,
Ochê urupunum rane egê,
Ochê urubê am aum egê;

Beque mum ochê capicape nansum.”

Tradução: – “Vejam, meus amigos, que os serviços que temos agora com estes dentes nos foram deixados por nossos avos.

Mais estes:

“Purgatório porá etá
Uputare nemoessaua
Semué catu palhy,
Anhangá supeuara.

Upauana tecó puranga
Oike teco pêssassu,
laneara tecó ressé
Um umátecó puranga.”

Tradução: – “Ensina-me, bom padre, rezas com que possamos salvar nossas almas do Purgatório. A vida santa acabou-se e por vontade do bom Deus começa outra, isto é, a vida do trabalho.”

Além destes fragmentos poéticos, em língua selvagem só conheço uma cançoneta coligida pelo Dr. Couto de Magalhães na República Argentina, a qual não é aqui transcrita por não ser brasileira.

Pelo caráter destas pequenas canções, recentemente coligidas, é bem claro que não são elas um testemunho da genuína poesia primitiva do selvagem brasileiro. Foram colhidas mais de três séculos depois da conquista e entre populações postas em contato com o branco.

Não creio que os Tupis-Guaranis tivessem uma verdadeira poesia. Esta começa na fase do politeísmo, ou, pelo menos, nas últimas fases do fetichismo, e nossos índios não tinham chegado a tal grau de cultura.

Sua poesia devia ser ainda muito indecisa. É certo que Fernão Cardim, Ivo d’Evreux e Gabriel Soares falam a miúdo das danças dos índios acompanhadas de cantos; estes porém deviam ser muito rudimentares e de mui pouco alento poético.

Certamente não tinham ainda uma mitologia nem uma história dramatizada com seus heróis. Não possuíam uma poesia cíclica, que, se existisse, deveria chamar a atenção de homens como José de Anchieta e Nóbrega. Todavia, é de crer que possuíssem coisa melhor do que os fragmentos citados.

Dos negros, como disse, nada existe coligido; e eles ainda menos do que os índios eram senhores de uma poesia, no sentido que esta tem entre os povos, cujas mitologias são conhecidas.

Alguns de seus costumes passaram, por certo, às nossas populações. Se pelo lado das tradições intelectuais, em geral devemos talvez mais aos índios, os pretos levam-lhes decidida vantagem no fato do cruzamento e como fatores econômicos. Como contribuintes para a formação de nossa população e de nossa riqueza, deixam a perder de vista os selvagens.

A averiguação deste fato pertence mais à estatística e à economia política do que à história literária. Nesta a ação do negro é muito apreciável na formação do mestiço. Se não se conhece um só negro, genuinamente negro, livre de mescla, notável em nossa história, conhecem-se inúmeros mestiços, que figuram entre os nossos primeiros homens.

Pelo que toca à influência dos pretos no espírito e no caráter literário do povo brasileiro, ela ficará ainda por muito tempo tida no estado de contribuição anônima. Neste ponto os seus rivais índios e portugueses tiveram vantagens, que os africanos nunca encontraram no Brasil.

Os portugueses vinham de um país culto, possuidor de uma literatura feita; vinham como donos da terra implantar aqui uma organização social ao seu modelo.

Os índios entravam em relações com os colonizadores, cuja atenção é natural que despertassem. Daí um grande número de obras relativas aos gentios brasileiros, considerados, desde logo, como um objeto de estudo. Os missionários lhes aprendiam as línguas, e, entre outros, Anchieta compôs poesias, autos e outros trabalhos em tupi. O grosso da pequena população nas capitanias primitivas era de índios cristianizados. O negro não; era arrancado de seu solo; ninguém ou quase ninguém lhe estudava a língua; impunha-se-lhe uma estranha; era escravizado com rigor e não se lhe dava tempo senão para trabalhar mais e mais, e esquecer suas tradições da infância. Daí a quase impossibilidade em que estamos hoje no Brasil para assinalar o que, pelo lado intelectual, lhe devemos.

A população negra atual do país é quase em sua totalidade de crioulos, criados fora das condições precisas para serem um documento de inquirição. Os negros da Costa, aliás agora em pequeno número, estão também desviados de seu sentir africano.

Além disto, os estudos feitos no original, sobre a África, apenas começam em nossos dias e são mais referentes à geografia e à antropologia geral e exterior, do que à análise das lendas, dos mitos, do pensamento africano em suma.

A falta de documentos não quer dizer que o negro não tenha influído intelectualmente no Brasil; por uma indução geral e bem firmada devo concluir no sentido afirmativo.

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico. Ainda mesmo em fatos altamente épicos, em fenômenos extraordinários, como o do *Estado dos Palmares*, a história é anônima. Como se chamava o herói negro, o último *Zumbi*, que sucumbiu à frente dos seus nos Palmares? Ninguém sabe.

É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é o domínio exclusivo do africanismo que peço; exijo apenas mais eqüidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos.

No conflito das três línguas no Brasil, tendendo a dos conquistadores a predominar, deixou-se contudo saturar de elementos estranhos, tomados às outras. É assim que ainda existem versinhos cantados em português e tupi, ou em português e africano. São exemplo do primeiro caso os dois célebres fragmentos citados pelo Dr. Couto de Magalhães:

“Te mandei um passarinho,
Patuá miri pupé;
Pintadinho de amarelo,
Yporanga ne iaué.

Vamos dar a despedida,
Mandu sarará,
Como deu o passarinho,
Mandu sarará.

Bateu asa, foi-se embora,
Mandu sarará,
Deixou a pena no ninho,
Mandu sarará.

Em português e africano temos estes que coligi em Pernambuco:

“Você gosta de mim,
Eu gosto de você;
Se papai consentir,

Ó, meu bem,
Eu caso com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê.

Se me dá de vestir,
Se me dá de comer,
Se me paga a casa,
Ó, meu bem,
Eu moro com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê”.

Na Idade Média viu-se o mesmo entre o latim e as línguas novilatinas. A seguinte quadrinha, bem conhecida, é uma prova longínqua desse fato:

“Tristis est anima mea,
Com saudades de meu bem;
Et quare conturbas me,
Eu não quero mais ninguém.”

A música dos negros é monótona: os seus instrumentos não passam do *marimbau*, do *mutungo* (uma cuia com ponteiros de ferro), do tambaque (espécie de tambor) e do *pandeiro*.

A dança é uma série de pulos, requebros e gatimanhos.

A música dos índios era mais variada, e os seus instrumentos mais numerosos. – O *samba*, estou hoje convencido, é de origem indígena. Fernão Cardim, que escreveu em 1583, assim a ele se refere: “Fazem seus trocados e mudanças com tantos gatimanhos e trejeitos que é coisa ridícula; de ordinário não se bolem de um lugar, mas estando quedos em roda fazem o mesmo com o corpo, mãos e pés; não se lhes entende o que cantam; mas disseram-me os padres, que cantavam em trovas quantas façanhas e mortes tinham feito seus antepassados.”

É claramente a origem dos nossos *xibas* e *sambas* atuais em que são exímias as populações do interior. Não os acho ridículos, como supôs Fernão Cardim; são a música e a dança na infância, e a infância é ingênua e não ridícula.

Os principais instrumentos dos índios são: – o *mimbitarará* (espécie de buzina); o *pemi* (cometa); o *caruqué* (feito de um tronco de madeira leve ocado); o *mimê* (buzina); o *muremuré* (feito de ossos); o *chicuta* (feito do espique do jupati); o *membichuê* (feito de taboca), etc.

No corpo de nossa poesia popular a ação do caboclo é mais sensível nas composições a que se pode dar o nome de romances de vaqueiros, como – *Rabicho da Geralda, Boi Espaço, Boi Prata, Vaca do Burel, etc.*

A influência africana parece estar num certo número de chulas, como a *Moqueca* e outras, e nos versos de *reisados, cheganças, congos, taieiras, etc.*

Os portugueses contribuíram com os romances marítimos e cavalheirescos, e uma multidão de cantigas soltas, que todas têm suas equivalentes nas coleções européias. Entre os romances, ainda hoje se cantam no Brasil: – D. Barão, D. Infanta, Noiva Roubada, Bernal Francês, D. Duarte e Donzilha, Nau Catarineta, D. Maria e D. Arico, Conde Alberto, D. Carlos de Montealbar, D. Branca, Iria a Fidalga, Pastorinha, O Cego, e outros.

Ao mestiço pertence a obra de transformação de algumas canções originais, que não encontram congêneres nas coleções portuguesas.

O complexo de nossa poesia popular pode-se dividir em quatro grandes categorias: 1 – *romances e xácaras*; 2 – *reisados e cheganças*; 3 – *orações e parlendas*; 4 – *versos gerais ou quadrinhas*.

Os contos populares dividem-se em *portugueses, americanos, africanos*, e alguns de origem mestiça e mais recente.

Indicar no corpo das tradições, contos, canções, costumes e linguagem do atual povo brasileiro, formado do concurso de três raças, que há quatro séculos se relacionam, mostrar o que pertence a cada um dos fatores, quando muitos fenômenos já se acham baralhados, confundidos, amalgamados; quando a assimilação de uns por outros é completa aqui, e incompleta ali, não é tão insignificante, como à primeira vista pode parecer. Quais são na poesia os agentes criadores e quais os transformadores? O agente *transformador* por excelência tem sido entre nós o mestiço, que por sua vez já é uma transformação; ele porém tem por seu lado atuado também como criador. Os *criadores* são diretos e indiretos e são as três raças e o mestiço.

Mas será verdade, repito, que os Tupis e os africanos tivessem uma viva poesia rudimentar, que haja passado às nossas populações atuais? Eu o creio, mas eis aí uma grande dificuldade. Fala-se muito da poesia dos índios dos três primeiros séculos da conquista; mas mui poucos e insignificantes são, como já se viu, os fragmentos coligidos; e quanto aos africanos nada se tem colhido. Demais, os hinos líricos e épicos, cantados pelo povo brasileiro, são, como disse, vazados nos moldes da língua portuguesa. Como marcar o veio negro e o vermelho em canções que afetam uma só forma? As dificuldades abundam.

Incontestavelmente o português é o agente mais robusto de nossa vida espiritual.

Devemos-lhe as crenças religiosas, as instituições civis e políticas, a língua e o contato com a civilização européia. Na poesia popular a sua superioridade como contribuinte é, portanto, incontestável.

Pertencem-lhe, como disse, todos os romances cavalheirescos, e todos os que têm correspondentes nas coleções européias. São ainda obra sua a maior parte das canções soltas em quadrinhas, que em Sergipe têm o significativo nome de *versos gerais*.

As relações da raça superior com as duas inferiores tiveram dois aspectos principais:

a) relações meramente externas, em que os portugueses, como civilizados, não poderiam assaz modificar sua vida intelectual, que tendia a prevalecer, e só poderiam contrair um ou outro hábito e empregar um ou outro utensílio na vida ordinária;

b) relações de sangue, tendentes a modificar as três raças e a formar o mestiço.

No primeiro caso, compreende-se desde logo que a ação dos índios e dos negros sobre o europeu nada tinha de profunda e radical; no segundo a transformação fisiológica produzia um tipo novo, que, se não eclipsava o europeu, ofuscava as duas raças inferiores. Na poesia popular portanto, depois do português, é o mestiço o principal produtor. Aos selvagens e africanos, que não são autores diretos, coube aí mesmo, porém, uma ação mais ou menos eficaz.

Nos *romances de vaqueiros* há influxo indiano, e nos versos de *reisados*, *cheganças*, *congós* e *taieiras* influência africana, como afirmei.

Os autores diretos, repita-se, que cantavam na língua como sua, foram os portugueses, seus descendentes brancos e os mestiços.

Quanto aos índios, e aos negros principalmente, verdadeiros parias, forçados ao uso de uma língua imposta, a sua ação foi indireta ainda que real. Na formação da psicologia do atual brasileiro, a que iam transmitindo suas tendências intelectuais, com todas as suas crenças, anexins, lendas e fantasias, é que se nota o seu influxo.

A ação fisiológica dos sangues negro e tupi no genuíno brasileiro, explica-lhe a força da imaginação e o ardor do sentimento.

Não deve aí haver vencidos e vencedores; o *mestiço* congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três.

Pela lei da *adaptação*, elas tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei da *concorrência vital*, tendeu e tende ainda a integrar-se à parte, formando um tipo novo em que há de predominar a ação do branco.

Pertencem-lhe diretamente em nossa poesia popular todas as cantigas que não encontram correspondentes nas coleções portuguesas, como todos os romances sertanejos, muitas xácaras e versos gerais de um sabor especial. Nestas criações mistas dá-se cumulativamente a ação das três raças; ao mestiço pertencem, como próprios, o langor lírico e os cálidos anelos da paixão.

Nos contos e lendas é direta a ação das três raças e a influência do mestiço ainda muito insignificante, a não ser como agente transformador. Temos, já notei, contos de origem portuguesa, americana, africana, mestiça (formação recente).

E não é só nas *canções* e nas *histórias* populares que se encerra tudo o que devemos às três raças que habitam no país. Aos portugueses devemos as dádivas principais de nossa civilização lacunosa; somos-lhes obrigados pelas idéias políticas e sociais que nos regem; ainda hoje sua velha legislação civil é a nossa. A ordem religiosa, a política, a jurídica e a social são entre nós obra européia.

É inútil comentar a influência da ação combinada destas instituições sobre o desenvolvimento de um povo.

Os índios não são credores só do influxo dos seus *areitos* ou *ieroquis* e de suas lendas. O uso de muitas plantas medicinais, o emprego de muitas indústrias rudimentares, a manipulação de muitas substâncias comestíveis devemos aos selvagens. Muitos outros usos e costumes, e até crenças fantásticas, como a do *Caipora*, passaram às nossas populações atuais. É verdade que as lendas de *Sumé*, *Jeropari* e outras, conhecidas dos eruditos, perderam-se para a inteligência popular.

A raça africana tem tido no Brasil uma influência enorme, somente inferior à da raça européia; seu influxo penetrou em nossa vida íntima e por ele moldou-se em grande parte nossa *psicologia popular*. É fácil compreendê-lo. A raça africana entre nós, ainda que não dirigida por um impulso próprio, deve também ser contada como raça invasora, e esta circunstância merece atenção.

O português julgou-se fraco para repelir o selvagem e para o amanhã das terras, e recorreu a um auxiliar poderoso, – o negro da África.

Ao passo que o índio tornava-se improdutivo, fugia, esfacelava-se e morria, durante mais de três séculos foram chegando levadas e levadas de africanos robustos, ágeis e domáveis, e foram fundando as fazendas e engenhos, as vilas e as cidades, e permanecendo no seio das famílias coloniais.

O índio, em geral, foi um ente que se viu desequilibrado e feneceu; o negro um auxiliar do branco que prosperou...

Acresce que o número de africanos, transportados ao Brasil, durante mais de trezentos anos, foi muito superior à população cabocla primitiva.

Computam-se em milhões, e toda essa gente válida e fecunda fez prosperar o país.

O próprio fato da escravidão serviu para ainda mais vincular os pretos aos brancos.

As escravas, e raro era o colono que não as tinha, viviam no seio das famílias ao serviço doméstico. Daí o cruzamento natural; apareciam os *mestiços* e novos laços se criavam.

Os negros trabalhavam nas roças, produzindo o açúcar, o café e todos esses gêneros chamados *coloniais*, que a Europa consumia. Só pelos três fatos da escravidão, do cruzamento e do trabalho, é fácil aquilatar a imensa influência que os africanos tiveram na formação do povo brasileiro. A escravidão, apesar de todos os seus vícios, operou como fator social, modificando nossos hábitos e costumes. Habilitou-nos por outro lado a arrotear as terras e suportar em descanso as agruras do clima. Desenvolveu-se como força econômica, produzindo as nossas riquezas, e o negro foi assim um robusto agente civilizador. O cruzamento modificou as relações do senhor e do escravo, trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, que constitui a massa de nossa população, e em certo grau a beleza de nossa raça. Ainda hoje os mais lindos tipos de nossas mulheres são essas moças ágeis, fortes, vividas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabelos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo já bem diluídas, muitas gotas de sangue africano.

O trabalho escravo foi todo o nosso passado.

O negro influenciou toda a nossa vida íntima e muitos nossos costumes nos foram por ele transmitidos.

Não foi provavelmente isto um grande bem; mas é um fato irrecusável. Muitos de nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm esta origem.

O índio, por seu lado, foi também mui cruamente tratado, e é admirável que, nestas condições, não tenhamos sofrido até aqui guerras de raças, além dos pequenos episódios dos *Emboabas*, *Palmares*, *Mascates* e *Balaíos*.

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima.

É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior.

Passemos a outra questão. As alterações da língua portuguesa na América são um objeto interessante de estudo. Não sei por que as questões lingüísticas são às vezes discutidas com a paixão das questões religiosas e políticas têm maltratado, estudando este assunto. Entretanto, os que de parte a parte, portugueses e brasileiros se são simples e não reclamam doestros. A língua portuguesa, cuja origem, fosse qual fosse, não vem aqui a indagar, era falada por um pequeno povo da Europa. No século XVI, descoberto o Brasil, passou ela com os colonos a este solo. A corrente bifurcou-se, portanto.

Como as línguas são organismos que se desenvolvem e transformam, esse fato foi-se dando no Brasil e em Portugal ao mesmo tempo, isto é, tanto aqui como lá a língua se foi desenvolvendo, ou alterando, como quiserem.

Desde que a corrente se tinha bifurcado, cada um dos veios novos começou a modificar-se à parte, independente um do outro. A língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não o é também no Brasil.

Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil difere hoje muito do de Portugal. É isto um fato orgânico do desenvolvimento lingüístico e não há aí motivo para mágoas ou zombarias.

Neste assunto há as seguintes questões a propor: se o luso-brasileiro é um dialeto; se temos dialetos particulares em algumas províncias; se aumentamos

o léxico português com termos *abanheengas*; se o enriquecemos de termos africanos; se o mesclamos de termos novos de origem secundária; se alteramos a significação de algumas palavras portuguesas; se produzimos alterações fonéticas na língua; se, finalmente, as produzimos sintáticas. Respondo: O luso-americano não constitui ainda um dialeto acentuado do português europeu; mas contém elementos que o hão de tornar cada vez mais distinto deste. Existe também em algumas províncias a tendência para a formação de dialetos particulares, especialmente no Pará e em S. Paulo. O luso-brasileiro contém inúmeras palavras tupis, como sejam: *aluá, carimã, tabatinga, jacá, jiqui, moqué, moquear, cumbuca, tabaréu*, etc. Encerra um grandíssimo número de termos de origem africana, como: *batuque, cafuné, senzala, cachimbo, maracatu, quiabo, munganga, xará, calunga, mocambo*, etc.

Possui certos termos populares que lhe são próprios, como: *pinima, espingolado, corteleiro, barbatão, munã, quiba, corrimboque, inhaca*, quindim, e outros.

Alterou o significado de algumas palavras portuguesas, exemplo: *faceira*, que é no Brasil mulher casquilha e em Portugal carne das faces de boi; *babado*, que no Brasil são folhos da saia e em Portugal não tem tal sentido; *moqueca*, que no Brasil é um guisado de peixes e em Portugal é termo de agricultura; *canastra*, cesto de vime em Portugal, no Brasil caixa não abaulada, etc.

As alterações de pronúncia são inúmeras. Temos agora documentos para apreciá-las, sem que os portugueses possam reclamar, e vêm a ser o novo *Dicionário Português de Caldas Aulete* e melhor ainda o de Ad. Coelho. Por eles se vê, por exemplo, que em Portugal se diz *murrere, curtare, murtífero*, etc., etc., e no Brasil a pronúncia é outra e bem diversa.

As alterações fonéticas são variadíssimas.”

As modificações sintáticas também já começam a caracterizar-se. As principais versam sobre a colocação dos pronomes; o emprego das preposições *a* e *em*; o uso de diminutivos; a tendência dos portugueses para confundirem o pronome relativo com o recíproco; o emprego dos possessivos; a perda de alguns sufixos na linguagem do Brasil; o quase esquecimento do mais-que-perfeito simples e do futuro do indicativo; o uso de verbos gerais acompanhados de substantivos; a troca do presente do indicativo pelo imperfeito, etc.

Neste assunto podem ser consultados os *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa* pelo Dr. Batista Caetano, o célebre indianólogo.

CAPÍTULO 8: RELAÇÕES ECONÔMICAS AS INSTITUIÇÕES POLITICAS E SOCIAIS DA COLÔNIA, DO IMPERIO E DA REPÚBLICA

Não é hoje uma simples suposição, mas um fato firmado na história, que o estado de riqueza ou pauperismo de um povo influi diretamente na formação de sua literatura. As nações sem descanso, ocupadas exclusivamente em adquirir o indispensável à vida, não podem ter uma cultura, que exige uma classe de indivíduos que estejam resguardados da obrigação penível de conquistar o pão cotidiano. Por isto a civilização antiga só apareceu em países favorecidos pela natureza, onde a produção da riqueza foi fácil e pronta, e um certo bem-estar pôde reinar nas classes superiores da sociedade.

O *primo vivere* é tão certo para os povos como para os indivíduos; o homem antes de ser um ente histórico é um indivíduo biológico.

Entre nós esta lei geral da história tem uma aplicação rigorosa; porquanto, a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade, onde a distribuição do dinheiro é viciosa, onde a posse das terras é anacrônica. Aquele anda nas mãos dos negociantes estrangeiros; estas sob o tacho de alguns senhores feudais. A grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do comércio e da lavoura, neste país essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por aí abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura mandam-se vir do estrangeiro... Não é este o lugar mais ver próprio para descobrir os andrajos da nação e mostrar os corpos enfraquecidos, que, sem trabalho nem pão, são a grande fonte onde o fazendeiro vai buscar os servos, que chama *agregados*, e o governo os seus *capangas*, os seus *votantes* e os seus *soldados!*...

Basta-me abrir a nossa história de quatrocentos anos, malbaratados por aqueles que deviam dirigir a nação, e ver que a quatro se podem reduzir os movimentos mais acentuados da literatura do Brasil: a escola *baiana* do século XVII, que se aureola com o nome de Gregório de Matos; a *mineira* do século XVIII, que se assina com a firma de Gonzaga e Durão; a *fluminense* da primeira metade do XIX século, desenvolvida principalmente na corte do Império, sob a inspeção do governo, ora com fluminenses, como Gonçalves de Magalhães e Macedo, ora com provincianos, que eram atraídos ao Instituto Histórico para serem ali desnorteados e separados do país, como Gonçalves Dias e Porto Alegre; e finalmente sobre estes movimentos isolados de uma ou outra província, o grande abalo *nacional*, que aí vem maravilhoso de todos os cantos, do Pará como do Rio Grande do Sul, torrente ainda mal definida, hasteando todas as bandeiras, mas tendo um só alvo: – a mutação social.

Pois bem! Míope será quem não reconhecer por trás destes acontecimentos literários outros tantos momentos econômicos do país: nos primeiros séculos da colônia o *açúcar*; no século XVIII o *ouro*; mais tarde o *café*; e agora que todos estes produtos estão desacreditados nos mercados europeus, onde não podem lutar com rivais mais aperfeiçoados, nós, que não temos mais a África e o ventre das pretas para nos socorrerem em nossa miséria, aproximamo-nos da grande crise econômica, que aí vem espumante e fatal!...

Mas continuemos as considerações literárias em suas relações com a economia brasileira.

Lançando as vistas sobre o Brasil por este lado, vejo que possuímos hoje uma lavoura arruinada, um comércio quase todo estrangeiro, uma pequena indústria nos centros populosos, de que nem se deve falar, e em duas ou três províncias a criação de gados. Quanto à primeira, fundada em grandes propriedades, que têm os nomes extravagantes de *fazendas* e de *engenhos*, retalhou o país em vastos lotes, verdadeiros restos das antigas capitânicas, onde algumas dúzias de enfatuados baxás moviam ainda há pouco sem piedade o *bacalhau* nos pobres negros e não raro o azorrague nos *agregados*. Estes são uma espécie de *boêmios*, sem domicílio certo; pois que, ao menor capricho do senhor das terras, têm de pôr os trastes às costas e mudar-se.

O agregado não pode reunir pecúlio, é submisso como um servo da gleba; uma grande cota de seus produtos é para os fazendeiros e senhores de engenho. É mui de ver a arrogância destes em suas relações com os proletários. Assim, pois, não temos a pequena lavoura organizada. A grande, rotineira e pervertida, é uma extorsão cruel feita aos proletários rurais.

Latifundia perdiderunt Italiam, disse Plínio; as *fazendas* e os *engenhos* estão perdendo o Brasil, é o brado que sai, com razão, de todos os lados. O comércio é em parte uma pirataria em grosso, movida contra os pobres agricultores, endividados e perdidos.

O grande é quase todo estrangeiro e o pequeno quase absolutamente português, isto é, ainda infelizmente estrangeiro. A pequena indústria, exercida nas cidades e vilas pelos nacionais, é quase insignificante.

As *fazendas* e *estâncias* pastoris estão no mesmíssimo caso das fazendas de café e dos engenhos de açúcar. Que resta, pois, para o grosso da população? O pauperismo completo, ou os empregos públicos, isto é, uma forma bastarda ainda de pauperismo... Neste meio os filhos daqueles que podem, negociantes ou agricultores, vão para os estudos, alinhavam os preparatórios, fazem um curso de Medicina, Direito, ou Engenharia, e, ou vão engrossar as fileiras dos empregados públicos, ou agitar-se nas aventuras temerosas de uma política

relapsa e torpe; ou, estes são poucos, pelo exercício de sua profissão conseguem fazer alguma coisa na vida. No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os negociantes, os criadores, os industriais, os políticos, nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral.

A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que têm a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélagos de imitações sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris...

As raízes deste desarranjo pasmoso vão perder-se no solo empedernido dos tempos coloniais e imperiais.

O Império continuou, sob um falso constitucionalismo, o velho absolutismo e a antiga miopia da metrópole. Que os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa, é coisa que deve ser aplaudida; porque a Inglaterra *sabe pensar*; que o Brasil continue a copiar Portugal, é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir.

Durante mais de três séculos foi o Brasil governado por prepostos de um governo absoluto. Retalhado a princípio em capitâneas, mal divididas e mal determinadas, que foram entregues a alguns aventureiros e áulicos, o que nos fez ter também nossa idade feudal, passou depois ao domínio direto da coroa, que tratou de segregá-lo do mundo e explorá-lo. Num e noutro sistema o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro uma máquina, que se devia estupidificar para produzir; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravo dos fidalgos e de El-Rei, *Nosso Senhor!*... Nestas condições, as populações que se iam formando no país traziam a marca da origem: – a submissão.

Nada de franquias e privilégios municipais. A instrução era nula; a imprensa proibida; as comunicações com o estrangeiro vedadas. A Inquisição florescia e os conventos abundavam; o jesuíta maquinava a formação de um vasto Paraguai. As questões de justiça estavam em grande parte nas mãos dos governadores e eram, em alçada superior, decididas na metrópole. No exército, o filho do país não subia aos altos postos; reinava o regímen dos privilégios e exclusões.

O povo não tinha vida autonômica, nem tinha iniciativa; a justiça lhe era ministrada como um favor do monarca. As sesmarias territoriais eram

concedidas aos portugueses, que também monopolizavam o comércio. Na ordem puramente intelectual, a educação era jesuítica; desenvolvia-se a memória, com prejuízo do raciocínio. A escravidão no seio das famílias veio consolidar este complicado sistema de abatimento, de alheação da vida independente. Desde o princípio, toda a população dividiu-se em duas grandes classes: – senhores e escravos. Aqueles eram os portugueses, ou seus descendentes; os outros – os negros e os índios! Os mestiços destas duas classes, quando livres, eram tratados com rigor; porque se tinha em larga escala o preconceito da cor... As décadas foram passando; e o tempo foi robustecendo esta obra da injustiça e da extorsão. Daí saiu o Império do Brasil, país de senhores, de grandes, de magnatas; mas terra sem povo, no alto sentido da palavra! E como Portugal foi sempre uma feitoria inglesa, nas relações exteriores nós o somos também, e nas internas governa-nos ainda o europeu com todos os seus abusos, com todos os seus prejuízos. A nossa independência, sendo um fato histórico de alcance quase nulo, não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não nos abriu uma fase de autonomia e liberalismo. A República nada tem melhorado neste sentido por enquanto.

De alguns tempos a esta parte, começou-se a ver entre a evolução normal das sociedades e os movimentos revolucionários uma antinomia que de fato não existe; a revolução é um dos processos indispensáveis à marcha das nações. Se nós a tivéssemos feito, não estaríamos hoje quase nas mesmas condições do regímen colonial, anterior a 1822. A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura.

As academias são poucas e de criação recente. Ainda hoje há muita dificuldade para a aquisição de cultura neste país; os cursos, além de raros, são espalhados a grandes distâncias da mor parte dos estados. Os livros são caros; a carreira das letras não traz vantagens; a vida intelectual não oferece atrativos; não há editores nem leitores para obras nacionais; por isso quase ninguém escreve, para não ser esmagado pela concorrência estranha.

O meio social não é estimulante; o abandono nos comprime; a vida brasileira é dura e prosaica. Reina aí a monotonia e a submissão, ou esta seja dos agregados aos fazendeiros; dos votantes aos chamados chefes de partido; dos deputados aos ministros; dos ministros ao chefe do Estado; do chefe do Estado aos governos estrangeiros; ou seja do comércio nacional aos capitalistas ingleses; dos lavradores ao comércio; do povo aos políticos e dos políticos às conveniências; ou seja de certos jornalistas aos governos; dos literatos aos maus livros franceses, sempre e sempre é a submissão... Ousados ímpetos, tumultuosos arrancos de juvenildade e força raras vezes têm saído do seio do

povo brasileiro, na esfera política e na literária. Poucos se me deparam no curso de nossa história.

O fenômeno é explicável: povo educado, como um rebanho mole e automático, sob a vergasta do poder absoluto, vibrada pelos governadores, vice-reis, capitães-mores e pelos padres da Companhia; povo flagelado por todas as extorsões, – nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original.

O moderno constitucionalismo é uma comédia vulgar, corrupta e sandia, que nos envergonha a nossos próprios olhos, quer no Império, quer na República.

O leitor perdoará esta linguagem. Este livro, não quero que seja uma crônica recheada de fastos anedóticos; quero que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor. Todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente. Não há muito um esperançoso escritor estrangeiro, aliás nosso amigo, escreveu isto: “A situação funcional da população brasileira pode ser expressa em uma só palavra: o Brasil não tem povo!”

É duro; mas é a verdade.

Envergonhemo-nos disto e reajamos. Façamo-lo pelo trabalho, por todas as ousadias para a luz; lutemos, conquistemos o nosso lugar; rechacemos todas as antigualhas podres e todas as inovações insensatas; sejamos fortes e calmos. Instruamo-nos e travemos a grande luta de nossa regeneração social, econômica e literária. Já é tempo de olharmos para trás, lançar as vistas sobre o caminho percorrido há quatrocentos anos e conhecermos que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta.

Tomemos todos os encargos que os séculos nos legaram e aparelhemo-nos para solvê-los.

Trabalhemos também para a humanidade. A questão não é só de produzir café; há também certas necessidades morais que é crime preterir.

As relações econômicas e sociais da Colônia e do Império ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional.

Dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos...

CAPÍTULO 9: PSICOLOGIA NACIONAL PREJUÍZOS DE EDUCAÇÃO IMITAÇÃO DO ESTRANGEIRO

O célebre Alexandre Herculano, em seu declínio intelectual, deu a certas idéias e fatos novos, firmados pela ciência moderna, o nome de *gongorismo científico*.

Um positivista brasileiro, crente ortodoxo, repetiu com júbilo o dito do autor da *História de Portugal*: “Declaro com franqueza que adoto de todo a denominação que Herculano aplicou uma vez às *produções da anarquia científica de nosso tempo*, a todas estas ciências novas que se denominam *antropologia, etnografia, pré-história, ciência das religiões...* Ele chamou toda esta *mixórdia incoerente e palavrosa* um *gongorismo científico*. O dito é feliz e merece ser conservado.”

Quanto a nós todos, gongóricos incorrigíveis, perdidos na anarquia mental, às oposições sistemáticas de Comte contra a psicologia, a lógica, a economia política, a medicina, a anatomia que vai além dos tecidos, e a astronomia que ultrapassa nosso sistema planetário., temos a juntar a de seus discípulos ortodoxos contra a crítica religiosa, a pré-história, a antropologia, a etnografia... Lubbock, Broca, Vogt... com a sua antropologia; Baur, Strauss, Ewald... com a sua ciência das religiões, quebraram inutilmente a cabeça num *fatras incohérent et verbeux...*

Mas enquanto a luz diurna da verdade definitiva não espancar todas as toleimas da anarquia mental; enquanto a paz universal dos espíritos não fizer repousar a humanidade na imobilização inefável da filosofia e da religião supremas, seja permitido ainda ler algumas páginas verbosas de alguns gongóricos atrasados e supor possível uma etnologia, ou psicologia dos povos (*Volkerpsychologie*), e nesse sentido falar de uma psicologia do povo brasileiro.

Vem a ser o complexo de tendências e intuições do espírito nacional; alguma coisa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente. Assim como há um espírito da época (*Zeitgeist*), que domina um momento dado da história, há um espírito comum (*Algeist*), que determina a corrente geral das opiniões de um povo.

Pelo que toca à nação brasileira, os documentos não se acham coligidos, nem utilizados de forma alguma. Os nossos costumes públicos e particulares, nossa vida de família, nossas tendências literárias, artísticas e religiosas, todas as ramificações, enfim, da atividade popular, não têm sido objeto de um estudo particular e aturado. Nós desconhecemo-nos a nós mesmos.

Não se pode talvez dizer que o brasileiro, tomado individualmente, seja descuidoso de si próprio; considerado porém em geral, como tipo sociológico, o povo brasileiro apático, sem iniciativa, desanimado. Parece-me ser este um dos primeiros fatos a consignar em nossa psicologia nacional. É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder, e, no que é referente à vida intelectual, para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro, *scilicet*, francês.

Para o fim, que me proponho, basta-me consignar estes dois fenômenos, filhos primogênitos de nossa educação lacunosa: o poder como centro de tudo, o estrangeirismo como instigador do pensamento.

A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, em intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera, não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão.

Esta linguagem não agrada: *veritas odium parit*, sabe-se desde Cícero. Uma outra forte abusão do povo brasileiro é esta justamente: a relutância que temos em ouvir a verdade a nosso respeito, diga-se de passagem.

Quando se fala na política inglesa, alemã, francesa, italiana, americana, ou numa literatura destes povos, sabe-se o que se quer dizer.

No Brasil não é assim. Temos uma literatura incolor; os nossos mais ousados talentos dão-se por bem pagos quando imitam mais ou menos regularmente algum modelo estranho.

Neste ponto as provas são tantas, que há apenas dificuldade na escolha. Recorde o leitor os nossos últimos movimentos literários. As quatro derradeiras escolas poéticas desabrochadas no país foram a *hugoana*, a *realista*, a *parnasiana*, a *decadista*. A primeira trai-se por seu próprio nome; a segunda, quer na feição satânica do *baudelairismo*, quer na epicuriana do *zolaísmo*, não é mais do que uma imitação mais ou menos pronunciada das tendências que esses sistemas indicam; o mesmo no que se refere às duas últimas.

Na filosofia e ciências é a mesmíssima coisa. O povo brasileiro não pertence ao número das nações inventivas; tem sido, como o português, organicamente incapaz de produzir por si.

Tanto quanto se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplo nas grandes nações criadoras, eu avisara os brasileiros das vantagens que lhes podem advir da lição das gentes anglo-germânicas, corrigindo as debilidades latinas.

Tocando em fatos diretos, basta não esquecer que as robustas gentes do Norte, tendo hoje à sua frente ingleses e alemães, está reservado o papel histórico, já vinte vezes cumprido, de tonificar de sangue e idéias os povos latinos, célticos e ibéricos do Meio-Dia.

Fechado o ciclo da Antigüidade, decaído o império romano, às raças germânicas coube a herança e a tarefa de preparar a Idade Média, criar as nações novas e abrir a era moderna.

Destarte a Inglaterra, a França, Portugal, Espanha e Itália são outras tantas criações em que o gênio germânico veio dar viço ao elemento latino. Preparando estes novos destroços com o *romanismo religioso*, foi ainda a Reforma, obra daquelas gentes, que veio abalar de novo as consciências à busca de idéias mais sãs.

Mas é sobretudo nas letras e ciências que o grande influxo inventivo daqueles povos se faz sentir.

Além das novas intuições iniciadas pelo romantismo, dali partiu, em tempos anteriores, o renascimento das matemáticas e da astronomia pela escola de João de Gemund, Purbach, Nicolau Pfyirt, Copérnico e Kepler. Dali vieram em o cálculo infinitesimal e integral de Leibnitz e Newton, a um hipótese cosmogônica dos gases de Kant, que Laplace pôs em cálculo, a termodinâmica de Meyer e Joule e a análise espectral de Bunsen e Kirchoff, duas concepções que dominam a física moderna, a teoria celular de Schwann e das Virchow, a intuição evolutiva do mundo, desenvolvida por Oken e Hieckel, a psicofísica de Weber e Fechner, sem falar em criações científicas, como a lingüística, a crítica religiosa, a mitografia, e nos imensos trabalhos de erudição histórica, arqueológica e etnográfica, não esquecendo a renovação da biologia por Darwin, a da filosofia por se Spencer.

Importa por certo definir, a traços largos, em várias esferas essa intuição anglo-germânica em relação ao Brasil.

Vejamos rapidamente a ordem literária, filosófica e política.

Em literatura, há a distinguir o que diz respeito à poesia, romance, etc., e o que se refere à crítica literária propriamente dita.

A poesia é como a linguagem; ambas partem da natureza; mas ambas são organismos que se desenvolvem, que evoluem por sua conta. “A poesia, diz Rodolfo von Gottschall, funda-se na natureza e na verdade, as quais não são, entretanto, seu objeto, seu alvo determinado. Este consiste em tirar delas o

belo, o que importa dizer que a obra d'arte se deve desenvolver como um organismo independente.”

A poesia deve ter a intuição de seu tempo; não tem por fim fazer ciência nem fotografar a realidade crua; ela não é hoje, não deve ser, pelo menos, condenada à afetação dos *clássicos*, com seus deuses, dos *românticos*, com seus anjos, ou dos *realistas*, com suas prostitutas; ela deve também lutar pelas idéias, sem despir a sua forma fulgurante e lírica.

Em crítica literária, deve dominar a idéia capital de uma revisão franca dos títulos dos nossos escritores, juízo que não deve trepidar ante o rigor e nem ter medo da algazarra pública, por mais desabrida que se ostente.

Neste terreno tem-se feito já alguma coisa. Um dos problemas que se conseguiu modificar em seu sentido obsoleto foi o do nacionalismo literário. Era uma velha teima a de procurar um certo *nativismo* flutuante e incorreto, que nem mesmo sabia o que visava.

O conceito desse nativismo atravessou duas fases, que não devem mais ser confundidas, como o têm sido comumente.

Na primeira tinha veleidades étnicas e andava à procura de uma raça que nos caracterizasse e, por via de regra, dizia mal das outras. Ora era o português, ora o negro, ora o caboclo. Este predominou. Convencidos mais tarde os nativistas do que havia de artificial nessas tentativas, abandonaram a idéia de *raça* e apegaram-se à de *classes* fundadas nas grandes divisões geográficas do país.

Ficaram neste ponto.

Não era mais o *caboclo*, ou o *negro*, ou o *luso*; passou-se ao *sertanejo*, ao *matuto*, ao *caipira*, ao *praieiro*, etc. Tudo isto, porém, externamente.

Talhavam-se vestes e enroupava-se esta gente e nada mais. Entretanto, o Brasil não é nada disto; porque é mais do que tudo isto. Aqueles são tipos reais, é certo; mas particulares, isolados, e não enchem toda a galeria pátria. Há um espírito geral que os compreende, que os domina; é o espírito popular, subjetivo à nação, que não se pode fabricar, que deve ser espontâneo. O caráter nacional não está em se falar em *maracás* e *tangapemas*, tampouco está em se lembrar o *xiba*, o *bumba-meu-boi*, o *samba*, etc. Deve estar no sentimento original, no sentir especial do brasileiro.

O nacionalismo não há de, pois, ser uma tese objetiva de literatura, a caçada de um título; deve-se antes estudar o nosso povo atual em suas origens, em suas

produções anônimas, definindo a sua intimidade emocional, a sua visualidade artística.

Deve-se proceder ao estudo de nossa poesia e crenças populares, com a convicção do valor dessa contribuição etnológica, desse subsídio anônimo para a compreensão do espírito da nação.

Em filosofia não se há de supor toda a ciência humana contida nos livros do *espiritualismo*, do *ecletismo* ou do *positivismo* franceses...

É mister beber em outras fontes. Na ciência experimental existe esse realismo transformista, esta intuição evolucionista do mundo, em que o homem não reina como senhor com o seu antropomorfismo pretensioso.

Na síntese filosófica deve-se banir todo dogmatismo, toda fórmula com pretensões a absoluta. Chamada a tratar dos mais gerais problemas que não têm podido até aqui ser o objeto de uma ciência particular, a filosofia, se tem por obrigação não desprezar o ensino das ciências, não deve, por outro lado, sair do terreno de uma síntese provisória, de um ponto de vista crítico, objetivo; não pode ter a veleidade de impor uma fórmula definitiva e muito menos a de constituir-se uma religião.

A concepção da sociedade precisa sair fora de todos os velhos processos políticos, imprestáveis e gastos.

A filosofia política e social não se funda na idéia da autoridade; não quer a *ditadura* em nome do rei, nem em nome de um monopólio da ciência, como pretende certo oportunismo incongruente; funda-se antes na idéia da luta. Há uma seleção social, como existe uma natural. Este transformismo à Darwin tem duas faces, a adaptação normal, hereditária, conservadora, e a adaptação cenogenética, em que o mais forte devora o mais fraco, a *adaptação revolucionária*. Esses dois processos são indispensáveis: evolução e revolução, a natureza e a consciência.

Eis aí, a traços rápidos, a propaganda que eu faria se tivesse qualidades tribunícias. Em todo caso, nas páginas deste livro, consignadas ficam as linhas gerais de um programa.

É ainda uma das idéias mais queridas da intuição anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O Brasil é o Rio de Janeiro!... dizemos, macaqueando inconsideradamente a frase – *a França é Paris!...*

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao norte e ao sul como as há especialmente das províncias para a capital e tais diferenças devem ser mantidas.

Nunca houve quem dissesse: a Alemanha é Berlim... os Estados Unidos são Washington... a Inglaterra é Londres... Haeckel disse bem: “Contra a centralização da ciência alemã, que seria especialmente perigosa na capital do Império, seremos garantidos pela aptidão à diferenciação e ao individualismo de nosso espírito nacional.” Entre nós sempre se tendeu para a centralização em tudo.

Eu estou muito longe de aceitar a superioridade intelectual das nossas províncias meridionais sobre as do Norte, e vice-versa; mas dou como provada a existência de certas diferenças características que não devem passar despercebidas aos romancistas e autores de estudos de costumes.

Há dois livros, dois dos melhores romances escritos no Brasil, que podem ser tomados como prova do que deixo dito: as *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel de Almeida e *Um Estudo de Temperamento* de Celso de Magalhães. São dois escritores mortos na flor dos anos; um nunca saiu do Rio de Janeiro e o outro do Norte do Brasil. Podem servir de base para um estudo comparativo. Cotejem-se as cenas, o estilo, as descrições de um e outro. Vejam-se em ambos as dissonâncias do meio e conhecer-se-á que tenho razão. Apreciarei, entretanto, as objeções opostas. Reduzem-se a duas: que se quer proclamar a preferência do Norte; que não temos ainda uma literatura e muito menos duas... A primeira cai por si mesma; porquanto não se trata de superioridades, como a má-fé finge crer. A outra argumentação é também inconsistente.

Aí anda confusão entre um fenômeno histórico e um fenômeno crítico. O Brasil tem decerto uma literatura; porque tem tradições suas e tem possuído homens de talento que sobre elas produziram obras d’arte.

Não foi inutilmente que apareceram Matos, Durão, Basílio, Gonçalves Dias, A. de Azevedo, Martins Pena, Agrário de Meneses, Alencar, Macedo, Varela, Tobias Barreto, Manuel de Almeida e Celso de Magalhães. Estes nomes pertencem à história; não é possível passar sobre eles uma esponja para satisfazer caprichos. É uma questão diversa, que pertence à crítica e não à história, saber se essa literatura é pobre ou opulenta, original ou não. Julgo-a pobre; mas é sempre uma literatura.

Não levemos a nossa fraqueza ao ponto de pormonos a repetir as extravagâncias e os caprichos de alguns autoritários estrangeiros.

Militam a favor da tese que defendo fatos de ordem física e moral.

O aspecto do solo e o clima são diversos no Sul e Norte do país.

Depois de Gervinus e Buckle todos conhecem a enorme influência destas condições sobre a vida de um povo e a organização dos poetas e artistas.

Os costumes divergem consideravelmente. A linguagem apresenta também dessemelhanças.

O primeiro fato, o de ordem física, é assinalado por Martius na sua descrição botânica do Brasil; o segundo por Batista Caetano nos seus estudos lingüísticos.

Se não é possível confundir as populações do Norte com as do Sul em pequenos países europeus; se é exata a diferença entre o Algarve e o Minho, a Provença e a Normandia, a Suábia e o Meclemburgo, o Piemonte e Nápoles, a Escócia e a Inglaterra, as Astúrias e a Andaluzia, em pequenos Estados da Europa, por que se hão de confundir o Pará, Pernambuco ou o Ceará com São Paulo, Rio Grande ou Paraná?! A vida histórica nestas regiões, tão distantes uma das outras, não tem sido sempre a mesma. Ficava muito bem a um imperialismo ferrenho comprimir toda e qualquer franquia provinciana que se erguesse no país; era a grande solidão geral para sobre ela levantar-se o espectro da corte superficial e presunçosa, bradando aos quatro ventos: – *o Brasil é o Rio de Janeiro!*...

A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autônomo de suas províncias, hoje estados. Os bons impulsos originais que neles aparecerem devem ser secundados, aplaudidos.

Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das idéias. Do concurso das diversas aptidões dos estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa. Continuai, continuai, poetas e romancistas, estudai os costumes reproduzi nos vossos cantos e nas vossas novelas o bom sentir do povo, quer do Norte, quer do Sul; marcai as diferenças e os laços existentes entre estas gentes irmãs, que são o braço e o coração do Brasil. Não é de vossos estudos, interessantes ao observador e ao psicólogo, que nos pode vir o mal. Que seria melhor: uma pátria uniforme, morta, gelada, ou vivace e múltipla em suas manifestações? Daí não vem perigo. Não se chama isto dividir a literatura nacional em duas; é apenas afirmar a unidade na multiplicidade. Destarte, quando falam nas dissonâncias existentes entre as populações da *langue-d'oil*, e as da *langue-d'oc*, em *trouvêres* e *troubadours*, os críticos não dividem a antiga literatura francesa em duas. No Brasil os estados do Norte e os do Sul

têm a plena consciência do fato assinalado; e não se lhes dá disso; porque sabem ser um bem e conhecem nas suas próprias tradições, de lado a lado, recursos para as produções literárias. Tenhamos, sim, muito cuidado com as pretensões compressoras da capital; estejamos alerta contra o *parisismo* e contra a almejada *ditadura científica* de um centro regulador das idéias... É uma nova fórmula do jesuitismo!

NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO FOLCLORE BRASILEIRO

I

Um dos fenômenos mais interessantes no estudo das criações populares é o que se poderia chamar o mestiçamento de todas elas nos países de formação colonial.

Sem ser exclusivo das gentes novas, porque o fenômeno se deu sempre desde a mais remota antigüidade, porque desde esses primórdios os povos se misturaram, é nas terras modernamente povoadas que o fato se deixa surpreender mais em flagrante.

As lendas, as canções, os contos, os mitos, a língua e até as danças deixam-se misturar de produtos de proveniências diversas.

Já nos *Estudos sobre a poesia popular brasileira* tínhamos nós mostrado esse caso de mestiçamento de nossa literatura popular e anônima, indicando as várias origens de nossos cantos e contos, destacando as fontes portuguesas, indianas e africanas.

O mesmo fizemos em relação às transformações da língua portuguesa no Brasil.

Vimos agora juntar mais alguns fatos, especialmente neste último terreno.

O escritor que primeiro entre nós chamou a atenção para o fato da justaposição de versos tupis e portugueses em nosso folclore poético foi Couto de Magalhães, benemérito propagandista que é da moda fingir esquecer hoje em dia. São conhecidíssimas as quadrinhas por ele colhidas no Norte:

*“Te mandei um passarinho,
Patuá miri pupé;
Pintadinho de amarelo,
Yporanga ne iaué.*

*Vamos dar a despedida,
Mandu sarará,*

*Como deu o passarinho,
Mandu sarará,*

*Bateu asa, foi-se embora,
Mandu sarará,
Deixou a pena no, ninho,
Mandu sarará.”*

Multas outras canções deste gênero devem existir em Mato Grosso, Amazonas, Pará e Goiás.

Admira que não as tenham coligido os que têm viajado aquelas regiões.

Mas não foram as línguas dos selvagens americanos as únicas que entraram nessa obra de mestiçamento. O elemento indígena que devemos no Brasil e em toda a América Latina considerar como a rocha geral e indestrutível que serve de base às edificações posteriores, ou como o tronco em que os brancos ou negros se vieram enxertar, não ficou só em campo a concorrer com o colono europeu. O elemento africano, a favor do qual, seja dito de passagem, se deveriam criar também largos serviços de proteção como se está fazendo para com o índio, o elemento africano entrou também na faina e viu muitas de suas danças, lendas, tradições e costumes entrarem no trabalho de confluência com os fatos congêneres de proveniência européia.

Se não nos enganamos, fomos nós os primeiros a coligir e publicar versos populares em português e africano, em que se nota o mesmo fenômeno apontado por Couto de Magalhães entre o português e o tupi.

Exemplo do fato são versinhos colhidos em Pernambuco e já publicados:

*“Você gosta de mim,
Eu gosto de você;
Se papai consentir,
Ó, meu bem,
Eu caso com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê.*

*Se me dá de vestir,
Se me dá de comer,
Se me paga a casa,
Ó, meu bem,
Eu moro com você...
Alê, ala, calunga,*

Muçunga, muçunga-ê.”

Mais tarde, muito mais tarde, passando por Pernambuco, em 1900, colhemos mais um trecho desses versinhos, que são cantados e servem para acompanhar uma dança.

É este:

*“Você gosta de coco,
De coco de dendê,
Arrumo meu baú,
Ó, meu bem,
Vou morar com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê...”*

A música, que sabemos de cor, é muito graciosa e mereceria bem a pena de ser escrita. E aqui fazemos uma declaração e exprimimos um anelo.

Ainda hoje, entre parêntesis, nos lembramos dos tons da mor porção dos nossos cantos populares. Temos feito esforços para conseguir músico de saber e talento capaz de as tomar por escrito. Não nos tem sido possível.

Não há muito, por influência do nosso amigo Osório Duque Estrada, entramos em relações com o ilustre maestro Alberto Nepomuceno, que escreveu diversas canções. Por seus muitos afazeres não pôde continuar.

Devem estar em seu poder as peças que escreveu.

De novo exprimimos o voto de que seria para desejar que algum sabedor se apresentasse para escrever a nossa música popular. Nós ficamos às ordens para cantar o que sabemos; nós e pessoas de nossa família, onde o elemento nortista predomina.

Fechado o parêntesis, prossigamos.

Novas cantigas temos conseguido, nas quais se dá o entrelaçamento da língua portuguesa com algum dialeto africano.

Algumas são toadas que acompanham danças; outras são dizeres de brinquedos infantis; outras, finalmente, são orações, ou parlendas.

O elemento negro, ainda muito forte na Bahia, como em geral nas regiões da antiga cultura da cana-de-açúcar e nas zonas da primitiva mineração, mantém

suas festas, suas danças, seus costumes em verdadeiro estado de flagrante mestiçamento com os outros elementos existentes na população do país.

Os seguintes versos tomamo-los de genuína negra baiana crioula, é certo, mas filha direta de africanos:

*“Nosso rei de Congo,
Mumbica,
Onde havemo’ achá-lo,
Senhora?”*

*“Ai, ai, tesumento,
Qui tate,
Ai, ai, cambaete,
Senhora...”*

A música é digna de estudo pela forte coloração africana que a reveste.

Servem tais versos e outros muitos para ser cantados por pretos no acompanhamento da procissão de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

Outros em música diferente:

*“Nosso rei D. Cariongo,
Ou João Caramundá,
Arreda, arreda, tira, tira,
Deixa passar.”*

Ou estes, já noutra música e onde não ocorrem palavras africanas; mas a língua portuguesa – tem sofrido a degradação peculiar do africanismo:

*“Valha-me São Benedito,
O amoroso Senhor,
Valha-me seu bento Filho,
Valha-me o seu resplendor,
Rezemos cinco mistérios
Pra Nossa Mãe do Rosário.”*

São versos cantados por pretos na procissão de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário, dissemos nós.

De todos os santos da corte celeste S. Benedito é o mais querido das gentes negras. Têm-no na conta de seu patrono e protetor.

Não sabemos por que motivo igualmente assim consideram a Virgem do Rosário, a quem consagram especial devoção e de cujas irmandades são eles as figuras principais, senão únicas.

Em nossa terra, em Sergipe, a procissão de Nossa Senhora do Rosário tem sainete especial. O andor de S. Benedito é infalível, não falta e é o mais bem enfeitado.

A população inteira acompanha a procissão, formando imensa cauda aos andores.

Homens e mulheres, velhos e moços, ricos e pobres, brancos, mulatos, caboclos, mamelucos, caborés, cafusos, mestiços de todas as gradações seguem indistintamente.

Os pretos espalham-se também pelo meio da enorme multidão; mas o dia é deles e por isso são os que se mostram mais contentes.

Um crescido magote deles vai em destaque adequado e em uniforme especial. São os *congos*; formam a guarda das três *rainhas*, dentre as quais se salienta a *Rainha Perpétua*.

Vão armados de grandes espadagões. Uns forcejam por tirar, destramente, com as pontas das espadas, a coroa da Rainha, defendida por outros. Tudo isto no meio de danças e cantares. É muito gracioso.

Mas S. Benedito não é um só instante esquecido.

A maior parte dos versos do repertório são-lhe dirigidos pelos *congos* e *taieiras*. Estas são um grupo de bonitas mulatas, na flor da idade, faceiras, vestidas de branco e muito bem enfeitadas. Cantam os *congos*:

*Que santo é aquele
Que vem no andor?
É São Benedito
Mais Nosso Senhor.*

*Que santo é aquele
Que vem de charola?
É São Benedito
Mais Nossa Senhora.*

*Que santo é aquele
Que vem por colá?*

*É São Benedito
Que vai pro altar.”*

Não é, porém, somente nas ocasiões solenes das grandes festas da Igreja que a ação do negro se faz sentir.

Até nos brinquedos ou jogos infantis (*folgedos*, como se diz em Sergipe), nota-se a sua influência.

Curioso exemplo depara-se-nos no famoso jogo – de *uma, duas argolinhas*, que, aqui mesmo no Rio de Janeiro, temos ouvido cantado e precedido de dizeres africanos:

*“Aiuê-dandê,
Aiuê-dandá,
Gato camungira,
Deixa a senhora passar.
– Uma, duas argo linhas,
Finca o pé na pampolinha.
O rapaz que jogo faz?
Faz o jogo do gamão.
Conta bem, Manuel João,
Conta bem, que vinte são.
Arrecolhe este pezinho
Na conchinha duma mão.”*

Dá-se igual fato nas parlendas e orações. A prova está nesta *prece para pedir sol*:

*“Sambe-quisambe,
Quisambiricá,
Que eu quero sol
Para sambar.
Caracol, caracol,
Quantos dias tem de sol?
Santa Justa, ajustai;
Santa Clara, clareai;
Santo Antônio, mandai sol
Pra enxugar o meu lençol.”*

Fenômeno semelhante deve-se estar dando nas colônias italianas de São Paulo entre a língua portuguesa e a daqueles imigrantes. Conquanto, ao que parece, a língua de Camões tenda a predominar ali, mesmo nas aldeias, lugarejos e fazendas, para não falar nas grandes cidades, o italiano e vários de seus dialetos

são vulgares e o mestiçamento das línguas deve-se ter mostrado até na poesia popular.

Devem existir naquelas paragens poesias italianas cheias de palavras portuguesas e, vice-versa, poesias em português contendo vocábulos italianos. Estas em maior número.

Os folcloristas de São Paulo incumbam-se da tarefa de as coligir.

O mesmo deve estar acontecendo nas colônias alemãs de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessas zonas, porém, do país, há de ser mais provável a existência de poesias em idioma germânico com uma ou outra palavra portuguesa, do que a de poesias portuguesas com expressões alemãs.

O pouco cruzamento, ou melhor, o quase nenhum cruzamento que se nota ali entre as duas raças, é mais que suficiente para explicar o caso. Já não se dá o mesmo entre as populações brasileiras e as uruguaias da fronteira.

Os descendentes de portugueses e espanhóis entrelaçam-se perfeitamente naquelas zonas.

As línguas dão testemunho de igual tendência. Damos aqui um curiosíssimo exemplo nos versos de um brinquedo popular coligidos em Sant'Ana do Livramento.

É um diálogo entre um pastorzito e uma matrona, no qual nota-se que o texto espanhol vai sendo adulterado por elementos portugueses:

*“– Al de oro, al de prata,
Que jugando la jadre,
Una señora me ha dito
Que bellas filhas teneis.*

*– Si las tengo, no las tengo,
No las tengo para usted,
Que el pão que Deus me ha dado
Ellas comen e yo también.*

*– Pois me vou mui ignorado
A el palacio de El-Rei,
A contar vou a la reina
Y al hijo de Ei-Rei también.*

– Volve, volve, pastorzillo,

*No seas tan descortés,
Que das tres filhas que tengo
La más bella te darei.*

*– Levo esta por esposa,
Por esposa e por mujer,
Que parece una rosa
Acabada de nacer.”*

Neste caso é evidente ser o texto na íntegra primitivamente em castelhano. Sendo, porém, um bonito jogo de crianças, passou da povoação fronteira de Rivera levado pelos meninos para Sant’Ana do Livramento, onde lhe vão introduzindo palavras portuguesas. A música, que também temos de cor, é muito expressiva.

O tema é puramente herdado de velhos romances da Península Ibérica, que de fragmentos épicos que eram em princípio, passaram a simples pretextos de folguedos infantis.

No fundo é a mesma idéia que ainda hoje se canta em rondas de crianças no Norte do Brasil, como neste trecho que colhemos em Sergipe, na cidade da Estância, há já bastantes anos:

*“– Onde mora la Condessa
De língua de prata,
De ouro e lanceta?
– Que queres com ia Condessa,
Cavaleiro que o perguntas,
Tão disposto e confiado?
– Manda el-rei Nosso Senhor
Que das filhas que vós tendes,
Por favor mandareis uma
Para com ele casar.
– Nem por ouro, nem por prata,
Nem por sangue de Aragão,
Tirareis as minhas filhas
De mosteiro em qu’elas’ stão.
– Tão alegres que viemos
E tão tristes que tornamos,
Pela filha de la Condessas
De língua de prata,
De ouro e lanceta.
– Vinde cá, ó cavaleiro,
Pareceis homem de bem,*

*Subi aquele mosteiro:
Escolhei a que convém.
– Esta quero, esta não quero
Vestidinha de amarelo.
– Vós levais a minha filha:
Vede lá como a tratais.
– O pão que o rei comer
Também ela há de comer,
E a seda que o rei vestir
Também ela há de vestir.
– Sentai-vos aqui, menina,
A coser e a bordar,
Que do Céu vos há de vir
Uma agulha e um dedal;
O dedal será de ouro,
A agulha será de prata,
Palmatória de marfim
Para a mestra castigar
As mãozinha de alfenim.”*

Restos de antiquíssimo romance ou xácara, estes versos, bastante deturpados, são acompanhados de uma toada musical de caráter arcaico.

O fenômeno da fusão e mestiçamento das cantigas populares, romances, xácaras, orações, parlendas, versos gerais, loas... não se denuncia somente na linguagem; manifesta-se também nas fontes mais íntimas das inspirações. A mesma psicologia popular é a primeira a transformar-se.

Existem entre nós inúmeros exemplos dessa espécie de mestiçamento psicológico, que chamamos mestiçamento moral.

Romances e xácaras se nos deparam por este Brasil em fora que são casos irrefragáveis dessa espécie de hibridação. São produtos recentes de nossas atuais populações mestiçadas, moldados sobre velhos elementos tradicionais, inteiramente transformados pelos cantores modernos, caipiras, tabaréus, matutos ou sertanejos.

Pudemos apanhar, recitado por um preto da fazenda de Sant’Ana do Paraibuna, do Estado do Rio de Janeiro, uma espécie de romance conhecido por *O caso de João Alves Flor*, que é digno de atenção. Aí não há mistura de línguas; nota-se o falar corrente entre as gentes do interior, no qual a linguagem tem o sabor das criações imediatas do povo rude.

O tom, o gosto, o estilo, se de estilo se pode falar em casos tais, é puramente brasileiro – tabaréu ou matuto.

Eis aqui:

*“Numa manhã de domingo
O valentão Alves Flor
Se vestiu e se aprontou
Para furtar Leonor.
– Meu filho, dou-te o conselho,
Se acaso queres tomar:
Tira a sela do cavalo,
Acho bom que não vá lá.
– O cavalo está selado
Que o menino já selou;
Embora qu’eu morra hoje,
Inche na ponta da faca,
eu vou furtar Leonor.
Levou o cigarro feito
Para pedir fogo a ela.
No passar pelo sobrado,
Avistou-a na janela.
– Não vim aqui passear,
E nem vim lhe visitar,
Vim saber da sua boca
Se comigo quer casar.
– Meu anjo, peça a meu pai,
Sem menage de ninguém,
E se meu pai consentir,
Meu negro, quero também.
Nisto apareceu o velho
Cuma cara de leão:
– Deus lhe guarde, meu senhor.
– Boas tardes, meu patrão.
– Se quiser desaparecer,
Ou se quiser descansar,
Isso aí é uma janela,
A porta da frente é cá.
– Não quero desaparecer,
E nem quero descansar;
Vim lhe pedir Leonor
Para com ela casar.
– Eu não dou a minha filha
Pra homem de correntão,*

*De guarda-peito e gibão;
Quase todos são velhacos,
E a maior parte é ladrão.
– Meu senhor, não diga isso,
Tenho a ela muito amor,
Nessa minha pouquidade
Me acho com qualidade
Pra casar com Leonor.
– Vem cá, Pedro, vem cá, Paulo,
Vem cá, Chico Venceslau,
Bota o cabra no quadrado,
Quero ver gemer no pau.
João Alves, quando ouviu isto,
Deu de rédea na carreira,
Até que errando o caminho,
Saiu numa capoeira,
Onde se achava uma velha.
– Minha velha, venha cá,
Tenha de mim compaixão,
Se vancê quiser ganhar
Vinte e cinco patacão,
É ir correndo depressa
Neste caminho a seguir,
Perguntar a Leonor
Em que noite quer fugir.
A velha saiu correndo,
A modo que ia voando,
Conversou com Leonor
E veio logo voltando.
– Leonor manda dizer:
Na noite de quarta-feira
Vancê vá atrás do muro,
Pisando muito seguro
Por detrás da bananeira.
Mas mesmo nem de encomenda,
Na noite de quarta-feira
O velho desconfiou,
Pois durante toda a noite
O velho não se deitou.
Esteve a noite inteirinha
Dum lado e doutro acordado,
Com o ouvido bem atento
E seu bacamarte armado.
De sorte que nesta noite*

A Leonor não fugiu,
E o pobre do Alves Flor
De frio quase que engiu.
No dia de quinta-feira,
O velho pôs-se de pé:
– Minha mulher, venha cá,
Venha cá, minha mulher;
Preste a maior atenção,
Não se deixe engambelar,
Sentido com Leonor,
Não deixe ela se arrumar.
O velho foi pro roçado,
A velha foi-se deitar.
Leonor se aproveitou
E foi logo se aprontar.
Quando a velha levantou,
Achou a trouxa arrumada.
– Ó Leonor, minha filha,
Eu pilhei tua massada.
Leonor, ó minha filha,
Pra que é este vestido?
– É p'a mode mudar este,
Veja como está rompido.
Eu me sinto adoentada,
Estou com pouca saúde;
A senhora dá licença
Qu'eu vá ao banho no açude?
– Minha filha Leonor,
Você quer é me enganar,
O tempo está de calor,
Banho frio lhe faz mal.
– Deixa disso, minha mãe,
Que disso nenhum mal vem,
Tomar banho no calor
Nunca fez mal a ninguém.
– Chiquinha e mais a Maria,
Acompanhem Leonor.
– Minha mãe, com este bando,
Leve o diabo, eu não vou.
– Minha filha Leonor,
O que é que disse seu pai?
Escute cá, minha filha,
Me diga por que não vai.
– Elas não vão fazer nada,

Vão pra lá só conversando,
Apenas pra me espiar
E depois estar mangando.
– Minha filha Leonor,
Eu lhe quero muito bem,
Você pode ir sozinha...
Vai depressa e logo vem.
– Minha mãe, minha mãezinha,
É sempre boa pra mim;
Então, adeus, até logo,
Sua bênção, mamãe, sim?
Ao cabo de meia hora
A velha desconfiou,
O que é que faz minha filha,
Que é que faz Leonor?
O açude está enchendo,
Quem sabe não se afogou
Chiquinha, que já sabia
Da grande velhacaria,
No ar assim dirigiu:
– Minha mãe ainda é boba,
A Leonor já fugiu...
– Chiquinha, minha Chiquinha,
Que estás dizendo? Ai! ai!
Nós hoje temos serviço
Com as zangas do teu pai.
A velha saiu correndo
Na direção do roçado.
Ai achou o marido
Que descansava amuado.
Dirigiu-se para ele
Numa falinha dengosa:
– A nossa filha fugiu,
Venho lhe trazer a nova.
O velho se levantou,
Levantou todo tremendo,
Arrumou coas mãos na velha
– Danada, que está dizendo?–
A velha caiu no chão
Entre gemidos e ais.
Pedindo: – Por Deus do Céu,
Meu velho, não me dê mais.
A velha saiu dali
Suspirando e soluçando,

*E o velho, como malvado,
De vez em quando açoitando.
Deu tal tranco na coitada
Ao passar uma cancela,
Que a pobre caiu no chão,
Rebentou uma canela.
– Chiquinha e mais a Maria,
Vão lá para a camarinha.
– Meu pai, para que nos quer?
– Inda tu falas, mulher?
Vão lá para a camarinha
Provar do relho do boi,
Pra mode vocês não ir
Como a outra já se foi.
A Chiquinha quando viu
Que a surra era demais
– Maria, se tens coragem
Hoje damos no papai.
Uma segurou nos pés,
Outra deu um empurrão,
Foi acima, foi abaixo,
Deram com o velho no chão.
A velha foi-se arrastando
– Deixem tirar meu quinhão.
Puxou a cara barbada,
Deu quatrocentas dentadas,
Oitocentos beliscão.
Ao cabo de quinze dias,
Chiquinha viu Leonor.
– No dia em que eu fugi,
Mana, como se arrumou?
– No dia que vancê fugiu
Até meu pai apanhou,
E toda a casa esparramou.”*

Nestas e nas demais peças citadas não quisemos, por inútil e por demais antiestético, reproduzir com inteiro rigor os dizeres de todo errados das pessoas do povo mais grosseiras e completamente incultas.

Toda gente sabe que o pessoal mais atrasado diz – *teia, teiado, cuié, muié, véio, véia, artá, fio, fia, Lianô, amô, respredô*, em lugar de *telha, telhado, colher, mulher, velho, velha, altar, resplendor*, e outros casos assim.

Toda gente sabe igualmente que essas classes populares não respeitam o plural dos nomes. Dizem: *rezemo cinco mistério, oitocento beliscão*, etc., em vez de – *rezemos cinco mistérios, oitocentos beliscões*, etc.

Não pronunciam o *r* final do infinito dos verbos. Dizem: *querê, amá, ganhá, fazê, fugi*, em lugar de *querer, amar, ganhar, fugir*. O mesmo com as consoantes finais das palavras: *calô, má* por *calor, mal*.

Se quiséssemos observar um rigorismo escusado, deveríamos, por exemplo, ter grafado:

*“Minha fia Lianô,
Você qué é m’enganá;
O tempo está de calô,
Banho frio lhe faz má.”*

A propósito da xácara de *João Alves Flor*, qualquer bochechas e, sobre esse caso popular e repetidíssimo de tentativa de rapto e posterior fuga de uma rapariga do campo, teceria curiosas coisas sobre a teoria dos casamentos exogâmicos primitivos, citaria as doutrinas de Mac-Lenan e de Morgan, lembraria o rapto de Helena das Sabinas e outras galhardias da espécie.

Não o faremos nós. As simples distâncias de posição, fortuna, cor e outras do mesmo gênero, existentes em nossas populações, como aliás entre as populações de todo o globo, explicam perfeitamente a necessidade que têm, às vezes, os pretendentes de raptar as namoradas ou induzi-las a fugirem.

E nem se creia ser isto peculiar somente às classes mais baixas do povo. Dá-se também nas rodas mais altas.

Sabemos de curiosíssimos casos de fugas de filhas de fazendeiros, senhores de engenho, negociantes abastados, políticos influentes, de todo explicáveis, sem ser preciso recorrer à teoria da sobrevivência da exogamia tribal dos tempos recônditos.

Até ministros e diplomatas tiveram alguma vez de recorrer à fuga das noivas, senão ao rapto delas.

Poderíamos narrar alguns, se não fora talvez indiscrição.

II

Um fato digno de estudo observamos sempre nas investigações a que procedemos no terreno do folclore nacional: a falta de criações relativas aos acontecimentos de nossa história e de nossa política.

Não nos referimos, é claro, à ausência de criações mitológicas ou sequer heróicas, do gênero das primitivas inspirações arianas da espécie daquelas, a cujo número pertencem os *Vedas*, o *Ramãiana*, a *Ilíada*, os *Edas*, os *Niebelungen*, o *Mabinogion*. Deste gênero nem o próprio Portugal nem a mesma Espanha os possuem.

Dos primitivos iberos não restam criações poéticas de qualquer espécie, como não restam das primeiras gentes que senhorearam grande porção da Península, segundo, em parte, a lição de Jubainville, ampliada e robustecida por Martins Sarmiento: os lígures. Mesmíssimo é o fato relativamente a fenícios e cartagineses, povos que, aliás, foram sempre paupérrimos de criações míticas e épicas.

Pelo que toca a celtas e gregos, sua evolução poética e mitológica já se tinha, de há muito, dado noutras regiões, quando vieram se estabelecer na Península.

Das conquistas romana, suévica, visigótica e árabe e nem é preciso falar, por comparativamente recentes. A fase mitológica e até a heróica de tais gentes já noutras paragens tinha passado.

A falta que notamos no cancionero brasileiro é a de simples referência aos mais notáveis fatos da nossa história social e política e aos seus homens representativos mais eminentes.

A ausência não se pode dizer completa, porque encontram-se duas canções, uma relativa ao Filgueiras da revolução de 1824 em Pernambuco e províncias próximas até ao Ceará, e outra referente ao fato da Independência em 1822.

A primeira explica-se perfeitamente. O que o povo no Filgueiras principalmente viu – foi o tipo de perfeito bandido, porque outra coisa não foi essa espécie de Ferrabrás, de valentão e desordeiro, ao que se depreende da leitura do mais sugestivo dos historiadores brasileiros, o mais desabusado, o que melhor enxerga as questões sociais, – o perspicaz João Brígido.

Os sertanejos, em cujos centros floresce o banditismo, conhecem-lhe os tipos principais, que se distinguem por suas façanhas.

É por isso que nosso cancionero é tão rico em xácaras encomiadoras de bandidos ou facínoras, como o *Lucas da Feira*, o *José do Vale*, o *Cabeleira* e outros assim.

O *Filgueiras* entra perfeitamente no grupo.

As populações sertanejas são ainda hoje as únicas que, entre nós, se acham nas condições precisas para a produção da poesia anônima.

Natural é, por outro lado, que elas decantem os tipos que mais as impressionam. Este é o caso, como disse, dos bandidos célebres e também dos cantadores e menestréis famosos, como *Manuel do Ó Bernardo*, *Manuel do Riachão*, *Rio Preto* e outros menos ilustres. Tal o motivo de aparecer também crescido número de xácaras relativas a esses menestréis.

Fora desses seus homens prediletos, – os sertanejos cantam apenas o boi, o marruá, o guadimar, – chefe de rebanho, – para eles muito mais ilustres do que os imperadores ou presidentes de república.

O ciclo de romances de vaqueiros dedicados a animais famosos é avultado.

O Boi Espácio, *o Rabicho da Geratda*, *o Boi Surubim*, *o Boi Prata*, *a Vaca do Burel* – são do número.

A outra canção de tipo histórico é, dissemos, relativa ao tempo e ao fato da nossa independência política.

Bem analisada, porém, se conhece que foi obra de algum Sócrates de aldeia, de determinado indivíduo inculto na altura do meio, e não genuinamente popular.

Temos por assentado, pois, que nem as cenas do povoamento primitivo do país nos séculos XVI e XVII, nem as façanhas dos bandeirantes, nem as guerras dos holandeses e franceses, nem as dos espanhóis no Sul, nem as lutas dos *Mascates* e *Emboaba*, nem as cenas da mineração, nem mesmo a Independência, nem as guerras da Cisplatina, do Prata e do Paraguai – determinaram a produção de ciclos poéticos às nossas musas populares.

Pelo que toca à última dessas guerras, houve aí durante algum tempo uma espécie de rapsodista, – de nome Sant’Ana, – que cantava rudes estrofes de sua lavra, relativas aos feitos daquela campanha. Andaram em folhetos e pertencem claramente ao gênero *literatura de cordel*, como o *Testamento do Galo* e outros produtos análogos.

Não é a genuína poesia popular.

Se é certo que as nossas populações do Centro, onde se nos poderia ainda deparar o fenômeno curiosíssimo da elaboração da poesia anônima, não se interessam pelas questões políticas, levantadas quase exclusivamente na capital do país, não é menos verdade que a musa anônima do populacho da

grande cidade, mui raramente, entretanto, se lembra de caricaturar os nossos grandes homens.

Mas, mesmo aí nessa baixa esfera, a produção é escassíssima.

Aqui vamos incluir tudo que encontramos de caráter político em nosso cancionário popular.

Eis a peça relativa à Independência, corrente sob a denominação de *Conversa Entre um Corcunda e um Patriota*:

C. – *Deus lhe guarde, meu senhor.*

P. – *Venha com Deus, cavaleiro,*

Venha logo me dizendo

Se é corcunda ou brasileiro.

Vejo-lhe divisado

Na cabeça um grande galo,

Bem me parece ser

Da vazante o espantalho.

C. – *Sim, senhor, eu sou corcunda*

E morro pelo meu rei;

Esta divisa que trago

É da sua real lei.

Se o senhor é patriota,

Provisório cidadão,

Se fala contra o meu rei,

É judeu, não é cristão.

E com isto já me vou,

Não quero mais esperar;

O senhor é jacobino

Pelo modo de falar.

P. – *Dê-me atenção, meu senhor,*

Não se faça esfurecido,

Um homem apaixonado

Não dá prova de entendido.

Eu conheço o seu caráter,

Não é de tolo e vazio,

Mostra ser de bem pensante,

Ou dalgum escriturário.

Faça-me a honra de apear,

Venha-me dar um clarão;

Só o senhor pode dizer-me

O que é a Constituição;

E também da Independência,

*De Dom Pedro Imperador,
Tudo me explique agora,
Eu lhe peço por favor.
C. – Se o senhor fala-me sério,
Se não é adulação,
Eu lhe direi de que consta
A nova Constituição.
P. – Ora, senhor, creia em mim,
Que muito sério lhe falo,
Não passo de um homem néscio,
Não sei onde canta o galo.
C. – Estes malvados pedreiros,
Carbonários da nação,
Que, por serem cristãos,
Não querem ter rei nem roque,
E menos religião.
Só por isto desprezaram
O nosso bom rei Dom João.
A lei deles é anarquia
Da tal Constituição,
Cativando desumanos
Sem ter quem lhes vá à mão.
Não querem saber de missa,
E menos de sacramento,
Mofam de tudo que diz
Nosso Santo Testamento.
Veja, pois, por que rigor
Chamam a nós marinheiros,
Arroçam de pau e peia,
Morrão todos ao chumbeiro.
Uns homens nobres em tudo,
No sangue e no proceder,
De famílias ilustradas
Muitos deles vêm a ser,
Filhos de duques, marqueses,
Dos infames patriotas
De condes e de morgados.
Têm sido desfeiteados...
Estas feras doravante
Só em si maldade encerra;
Desprezam o nosso rei,
Que Deus nos deu na terra:
Um homem santo e pio,
Um refúgio de esperança,*

*O nosso Dom João Sexto,
Filho da real Bragança.
Esta família ilustrada,
Que o mesmo Deus destinou
Pra seus filhos governarem,
Serem de nós supriô...
Mas agora estou contente
De ver tudo isto acabado,
Uns mortos e outros presas,
Outros tantos enforcados.
Adeus, pois; tenha saúde,
Cria nisto que lhe digo,
Fuja desses patriotas,
Que são nossos inimigos.
Mas já está se acabando
A maldita rebelião,
Ficando só no Brasil
A fé pura de cristão.
P. – Tratemos da Independência.
C. – Isto é passo muito errante,
Que Dom Pedro no Brasil
Não pode ser imperante.
P. – Por quê? Ele não é Bragança?
C. – Se o rei ainda é vivo
Não pode se dar herança.
P. – Já não posso, seu corcunda,
Sua loucura aturar,
Quer por gosto, quer por força,
Ouça-me agora falar.
Diga-me, homem sem brio,
Amante do cativo,
Somos terra, somos gado,
Que Dom Pedro seja herdeiro?
Quando Deus formou o mundo,
Qual foi o rei que deixou?
Não deixou um só Adão,
De todos progenitor?
Deste mesmo Adão não fez
Deus no Céu, para seu mando,
Uma mulher para ele
Produzir o gênero humano?
Desses pobres camponeses
Produziu todas nações,
Algum dia eles tiveram*

*Fidalguias ou brasões?
Onde foi Bragança haver
Esse seu sangue ilustrado?
Só se foi por outro Adão
Que por Deus não foi deixado.
Só se dessa descendência
De gente que Deus não fez,
Saiu toda a jerarquia,
Condes, duques e marquês.
Abra os olhos, homem tolo,
Adore o Deus verdadeiro,
Aquele que por nós morreu
Como inocente cordeiro.
Se esse rei é tão real,
Como adulas a Dom João?
Pode este no morrer
Não cair em podridão,
Ressuscitar aos três dias
Como bem ressuscitou
O rei, filho de Maria?
C. – Eu cá sigo o rei Davi
Que o mesmo Deus consagrou.
P. – Isto lá eu não duvido
E também por isto estou.
Mas quem era o rei Davi?
Era um pobre coitado,
Era um simples pastorzinho
Do rebanho de seu gado.
Que é do nosso rei Davi?
Agora só há tiranos,
Dissolutos, incivis,
Pelas vaidades profanos.
C. – Já é tarde, vou andando,
Tenha mão, seu papagaio,
Você diz – cadê a tropa
Do coitado do Pinheiro;
É certo que lá andei
E que dele sou soldado...
P. – Perseguiste teus patrícios
Como lobos defamados;
Nos casais que tu cercaste
Também foste carniceiro;
E ajudaste a tirar
A vida, a honra, o dinheiro;*

*Ajudaste a degolar
Teus irmãos, mansos cordeiros.
Que desgraça, seu corcunda,
Entre os mesmos brasileiros!..
Desprezar os seus irmãos
Como lobos carniceiros!
Esta injúria, seu corcunda,
Reclama o Deus verdadeiro.
C. – Meu amigo, já estou certo
De quanto me tem narrado,
Já me pesa de ter sido
Pra meus irmãos tão malvado.
Roto o véu do engano,
Nova vida eu terei,
Bom patriota serei;
Podem contar comigo:
Defender a nossa pátria
E morra o nosso inimigo.”*

Em relação ao grande fato da Independência não se nos deparou outra composição qualquer.

Pode ser que tenha existido; mas anda de todo esquecida.

As guerras dos *Mascates*, dos *Emboabas*, dos *Palmares*, nada inspiraram que se tivesse conservado na tradição.

O mesmo aconteceu com a *Inconfidência*, a revolução de 1817, a de 1848. A dos *Farrapos*, do Rio Grande do Sul, apesar de se haver protraído por perto de dez anos, não deu origem a um ciclo de poesia popular.

Em 1879 encomendamos a nosso grande e saudoso amigo Carlos de Koseritz, fazer estudo e colheita da poesia popular rio-grandense para incluir na coleção dos *Cantos Populares do Brasil* que andávamos preparando.

Entre muitas quadrinhas que nos enviou, nada encontramos acerca da famosa revolução.

A revolta pernambucana de 1824 produziu, como já advertimos, os versinhos relativos ao *Filgueiras*. São estes:

“– O que tens, Joaquim Inácio,
Que de cores vens mudado?
– Meu cunhado Gonçalinho

*Foi preso para o Escalado.
O Filgueira assim que soube
Mandou chegar seu cavalo,
E correu à rédea solta
Em busca do Cantagalo.
Foi chegando e foi dizendo
Com a sua mansidão:
– Quero meu sobrinho solto
Que o vejo na prisão.
Responde o cabo da tropa,
Por ser homem malcriado:
– Seu sobrinho há de ser solto
Depois de eu morto e picado.
Respondeu Joaquim Inácio
Com a sua opinião:
– Meu tio, peça favor
A gente, a tapuio – não.
Puseram uma pistola
Nos peitos de Joaquim Inácio;
A bala entrou pela frente,
Foi sair no espinhaço.
Filgueira, com esta ação,
Ficou muito estomagado,
Passou mão ao bacamarte
Pra derrubar o Escalado.
O mulato João de Brito,
Mulato de estimação,
Nos galhos das marmeleiras,
Lá deixou seu mandrião.
– O que tens, José Luís,
Que de trajés vens mudado?
– Com o repuxo do Filgueira
Saí todo escangalhado.”*

De D. Pedro II, que foi imperador do Brasil por sessenta anos e o governou durante cinquenta com espírito dez de justiça verdadeiramente raro, apagados são os vestígios que nos ficaram até hoje no cancionero popular.

Encontramos apenas os que vão a seguir. Primeiramente esta graciosa quadrinha:

*“Atirei um limão n’água,
De pesado foi ao fundo;
Os peixinhos responderam:*

Viva Dom Pedro Segundo.”

Esta ouvimo-la em Pernambuco e no Rio de Janeiro. No Recife coligimos estas:

*“Chover, chover,
Ventar, ventar...
É nos braços de Maria
Que eu me quero acalentar.*

*Amor, amor,
Querido amor,
Este povo brasileiro
É de nosso Imperador...*

*Todo mundo me dizia
Que o Horizonte não saía,
O Horizonte está na rua
Com prazer e alegria.*

*Amor, amor,
Querido amor,
Este povo brasileiro
É de nosso Imperador.”*

São pequenos trechos quase sem significação, rápidas referências ao monarca, provindas dos improvisadores e menestréis das cidades.

Das grandes massas incultas vinha o silêncio, a indiferença.

Os garotos do Rio de Janeiro produziram quadrinhas, das quais coligimos estas duas há muitos anos:

*“Quando ia hoje
Pela Rua das Violas,
Pedro Segundo
Deu um tiro de pistola.*

*Quando ia hoje
Pela Rua do Sabão,
Pedro Segundo
Deu um grande escorregão.”*

Ninguém se admire deste desrespeito para com o grande imperador, porque outras ilustres personagens não foram mais felizes.

Deodoro da Fonseca, o soldado cavalheiresco, assinalado na Guerra do Paraguai pelos mais heróicos feitos, Deodoro – o fundador da República, nada inspirou à musa anônima, além destes versinhos que integralmente reproduzimos:

*“Indo esta tarde
Passear pela cascata,
Encontrei o Deodoro
Namorando uma mulata.*

*A moça do Deodoro
É uma grande caloteira,
Mandou fazer um vestido,
Não pagou a costureira.”*

Já se vê, portanto, que não foram só os nossos grandes tipos da história da colônia que nada, ou quase nada, inspiraram às musas populares.

Os homens e os feitos da fase imperial e dos dias da República acham-se em idênticas circunstâncias.

A revolta da armada, que trouxe, durante seis meses, a vida nesta cidade em condições anormalíssimas, inspirou apenas esta quadrinha que devotamente recolhemos:

*“Floriano não vai ao mar,
Custódio não vem à terra,
Faça favor de dizer
Como acabar esta guerra?”*

Não é grande coisa e quase nada significa. Qual a razão dessa pobreza, desse quase mutismo da inspiração anônima do povo brasileiro, pelo que toca à sua história política?

A resposta não é difícil.

Desde os primeiros tempos da constituição de nossas populações, estas se viram sempre segregadas em grupos, esparsas e separadas entre si. Circunstância era esta já por si suficiente para dificultar a formação de uma forte consciência coletiva, um vivaz sentimento de nacionalidade. Não foi só isto: uma administração compressor e rapace habituou o nosso povo, desde suas origens, a considerar com maus olhos a governança e tudo que com ela se

relaciona. Os chamados aspectos políticos não podiam escapar a esse desprestígio, a essa falta de simpatia.

As massas mais incultas, que são as que produzem o folclore, nunca se acharam entre nós presas de grandes paixões gerais, dessas que abalam de alto a baixo a alma dos povos.

Arredadas de toda e qualquer co-participação na gerência de seus destinos, habituaram-se a ver os negócios nacionais manipulados na Capital pelo grupo a isto afeito desde os primórdios.

Lisboa, em primeira e última instância, durante três séculos, com a sucursal da Bahia, ao princípio, e do Rio de Janeiro, depois, teve sempre o cuidado de conter as gentes brasileiras nas malhas da administração asfixiante do antigo regime absoluto.

O Império, por mais que se prodigalizasse em leis liberais, já encontrara a massa geral da população do país demasiado acostumada a ser dirigida por toda a parte por espertos politiqueros, facilmente mantidos pela centralização do sistema.

A Capital se encarregava de pensar politicamente por toda a gente. As populações das diversas zonas do país, até hoje, permaneceram nesse alheamento, sabiamente mantido pelos doutores em politicagem, pelos mestres no fabricar eleições. A poesia emudeceu.

Nas cidades, capitais dos estados, existe, por certo, grande efervescência política, mas sempre no sentido dos arranjos e proventos que possam tirar os que dela vivem.

Nesses meios a poesia popular não passa de grosseiros desabafos da garotagem inteligente.

Nos altos sertões, as gentes pastoris, na grande liberdade do seu viver, ao contato direto da natureza, nos largos descampados, circulados pelas belíssimas perspectivas das serranias longínquas, são as únicas que ainda descantam as façanhas dos seus heróis.

Estes são, porém, os bandidos famosos por seus feitos de valentia, ou os bois, célebres por sua destreza.

III

Nas produções da musa popular a poesia, a música e a dança se entrelaçam por tal modo, que muitas vezes é impossível dizer qual delas predomina; difícilíssimo é

marcar nelas o momento preponderante, como dizem os alemães. Recentemente coligi oito peças nas quais se me depara o fato aludido.

Foram colhidas no Rio de Janeiro, mas da boca de pessoa natural da cidade de Laranjeiras (Sergipe) e ali aprendidas.

São: *O Jogo ou Folgado da Trança, O Jogo ou Brinquedo do Maracujá, A Sereia, Belas Frutinhas, O Engenho, A Faisca, O Ferreiro, A Geraldina.*

Nas cinco primeiras a música e a dança entram em partes que se poderiam dizer iguais; nas três últimas os versos são rapidíssimos e mero pretexto para a dança que predomina.

Depostas aqui no papel, as letras dessas funções não têm graça nenhuma; em seu meio natural, cantadas e dançadas, constituem encantadores divertimentos populares.

Descrerei um por um, mas lhes ficarão ausentes a alma que está nos cantos e bailados.

O Folgado da Trança é um apêndice dos reisados do Natal e Ano-Bom. À casa, onde vão cantar, mandam moças uma vara enfeitada, numa das extremidades da qual há um suporte que a faz conservar-se em pé e na outra estão presas dez longas fitas de cores diversas. A vara é colocada na sala e fica oculta por uma cortina. À hora aprazada, surgem dez moças, lindamente enfeitadas, cantando à porta da sala, pedindo licença para entrar. Correm, depois, a cortina e surge a vara com as longas fitas pendentes. Cada rapariga segura numa fita e vão cantando a fazer com elas uma complicada trança. Há sempre um grupo que faz de *coro*. À entrada cantam todos:

Canto:

*“Senhora dona da casa,
Doce creme de virtude,
Aqui está na vossa porta
A mais bela juventude.*

Coro:

*Bote para fora
Queijo, caruru,
Vatapá, canjica,
Arroz e peru.*

Canto:

*Viva o dono da casa,
Viva a nossa função
O sincero das palmas,
A noite de São João.*

Coro:

*Bote para fora
Queijo, caruru,
Vatapá, canjica,
Arroz e peru.”*

Segue-se a cena da trança que é feita ao som destes cantos:

Canto:

*“A nossa amizade
Vai sempre crescendo
Na trança de fitas
Que vamos tecendo...”*

Coro:

*Viva o dono da casa,
Viva a nossa função,
O sincero das palmas,
A noite de São João.*

Canto:

*Vamos todas juntas,
Correndo contentes,
Saudar as pessoas,
Que aqui estão presentes.*

Coro:

Viva o dono da casa, etc.

Canto:

*São cantos da roça,
São flores agrestes,*

*São penas das asas
Dos anjos celestes...*

Coro:

Viva o dono da casa, etc.”

Vão cantando, assim, versos, mais ou menos adequados, e o respectivo estribilho, até findarem a trança.

Em meio das quadrinhas puramente populares introduzem algumas de evidente origem literária, que se popularizaram e entraram para o repertório geral. Deste número é aquela última:

*“São cantos da roça,
São flores agrestes, etc.”*

O *Brinquedo do Maracujá* é também um apêndice aos *reisados e cheganças*. Nos *Cantos Populares do Brasil* (2ª edição, pág. 173) dei uma versão sergipana algum tanto diferente da que vou agora referir. Essa versão, já publicada, anda também inserta, por dádiva minha, em coleções de Melo Morais Filho. A este escritor comuniquei, em tempo, várias canções e poesias populares; entre outras contam-se a *Nau Catarineta*, a *Borboleta*, o *Pica-Pau*, os *Mouros*, os *Marujos*, etc.

O *Brinquedo do Maracujá* consiste em coisa muito simples; o principal nele é a música, que, infelizmente, não sei reproduzir.

Numa sala, enfeitada de arbustos, entre os quais se nota um fingido pé de maracujá, quando não é uma grande ramada dele próprio, surge uma rapariga, belamente vestida de branco e adereçada de laços vistosos. Vai faceiramente, em passos medidos, fingindo que apanha maracujás dos arbustos que tem em sua frente e canta com denguições.

Há sempre, corno na folgança acima referida, um grupo que representa o *coro*.

Canta a moçoila com requebros:

Canto:

*“Senhores, me dêem licença,
Licença me queiram dar,
Venho pedir licença
Pra apanhar maracujá.*

Coro:

*Ecô... ecô!...
Apanhar maracujá...
Maracujá perruxe
No balaio de sinhá...*

Canto:

*Senhores, me dêem licença,
Licença me queiram dar,
Que eu vou buscar minha irmã
Pra apanhar maracujá.*

Coro:

*Ecô... ecô...
Apanhar maracujá...
Maracujá miúdo
No balaio de iaiá...*

Canto:

*Senhores, me dêem licença,
Licença me queiram dar,
Que os baianos gostam muito,
Por ser doce singular...*

Coro:

*Ecô... ecô...
Apanhar maracujá, etc.*

Canto:

*Minha irmã me chamou
Pra apanhar maracujá,
Senhores, me dêem licença
Licença me queiram dar...*

Coro:

Ecô... ecô...

Apanhar maracujá, etc.”

E prossegue neste estilo; mas a dança e a música valem tudo.

São coisas que só vistas e gozadas *in loco*, em meio das gentes provincianas nos seus dias de alegre expansão. Na *dança da Sereia* a festa é ainda mais animada.

Andam a percorrer as ruas moças e rapazes, conduzindo uma bela menina, vestida de sereia. Chegam a uma casa, pedem licença, entram, deixando fora, à espera, a sereia. Cantam, então, em coro, convidando-a para entrar e dançar.

Rompe o coro:

*“Ó, minha sereia,
Vem, entra pra dentro,
Que o dono da casa
Dá consentimento.”*

A sereia entra, cantando uma melopéia sentidíssima:

“Não têm dó do meu penar!...

Coro:

*Quem traz a sereia,
Traz bom cabedal,
Traz o rei dos peixes
Das ondas do mar...*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem do sertão,
Quando ela dança,
Ganha patacão...*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem da Estância,
Como ela brinca
Com tanta arrogância!*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem do Penedo,
Quando ela brinca,
Ela brinca sem medo...*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem da Bahia,
Como ela dança,
Com toda a alegria...*

Sereia:

*Vocês se admiram
De me ver cantar,
Quanto mais se vissem
Sereia no mar...*

*Sou sereia, pesco peixes,
Nestes mares tenho fama;
Na minha cabeça
Vereis uma dama.*

*Sou dama, sou de Cupido,
Piso descalça nas flores;
Batam palmas, digam viva!*

Morra quem não tem amores.”

Batem todos palmas e a sereia sai, acompanhada do grupo que representa o coro.

A pessoa, que me repetiu todos esses versos, sabe-lhes as respectivas solfas. A da *Sereia* é belíssima; é uma das mais interessantes amostras da música popular que tenho ouvido.

O folgado das *Belas Frutinhas* é singelíssimo. Um par de meninos, elegantemente vestidos, entra na sala; a menina traz uma cestinha cheia de frutas; vai andando pela sala, aproximando-se dos assistentes, fingindo vender as frutas.

Cantam:

Ela:

*“Que belas frutinhas
Eu ando vendendo...”*

Ele:

*Bela pastorinha,
Por ti ando sofrendo.*

Ela:

*Que belos cajás,
Que sabem cheirar...*

Ele:

*Venha cá, menina,
Que os quero comprar...*

Ela:

*Que lindas goiabas,
Mais belas não há...*

Ele:

Deixe ver, menina,

Que as quero comprar!

Ela:

*Que belas frutinhas
De tantos primores!*

Ele:

*Venha cá, menina!
Serei teus amores...*

Repetem, sempre com muito chiste, versos iguais a estes, sendo muito aplaudidos; porque, para tais folgares, são escolhidos os meninos de belas vozes e ar desembaraçado.

O *Engenho* entra na categoria dos *reisados*, como o *Antônio Geraldo*, o *Cego* e outras. É muito simples, como são todas as criações populares. Um grupo de rapazes e raparigas sai a representar pelas casas. Entrados na sala, destaca-se do grupo uma figura que representa o *engenho* ou *moenda*, voltando-se sobre si mesma. Canta:

A figura:

“– Deus lhes dê mui boa noite.

Coro:

*– Oh! engenho!
– Boa noite lhes dê Deus,
– Oh! engenho...
– Qu’eu não sou mal ensinado,
– Oh! engenho...
– Ensino meu pai me deu...
– Oh! engenho...
– Meu engenho de vapor,
– Oh! engenho...
– Faz açúcar, não faz mel,
– Oh! engenho...
– À falta de um caldeireiro,
– Oh! engenho...
– Que está mal com a mulher.
– Oh! engenho..*

A figura que faz de *engenho*, canta, como se vê, quadrinhas, que são, de verso, entremeadas pelo coro com o estribilho – *Oh! engenho!*

Aqui vão algumas delas:

*“Catarina, minha negra,
Está na cozinha de branco,
Cozinhando um caranguejo,
Pegado ali no barranco.*

*Minha senhora dos ovos,
Ou me venda, ou me dê um,
Que eu estou de amores novos,
Não posso estar em jejum.*

*Meu engenho de vapor
Faz três dias que não mói...
Moa de cana-caiana;
Desta banda é que me dói.*

*Meu engenho está quebrado,
Mandei chamar o doutor
Para ver esta doença,
Para curar esta dor...*

Tudo isto no meio de trejeitos cômicos que provocam grandes gargalhadas.

Em todas essas folganças a música, o verso e a dança equilibram-se, entram em pé de igualdade como adverti.

Agora vamos apreciar três danças, nas quais são os versos e as toadas puros pretextos para o *sapateado*.

A mais curiosa é a *Faísca*.

Um grupo de raparigas, acompanhadas de muitas pessoas que fazem de *coro*, apresenta-se. Os assistentes e a gente do coro fazem roda; o coro, já adestrado, canta:

“Tira a faísca do pé, ó – Fulana”

dizendo o nome de uma das dançarinas.

Esta sai ao centro e inicia a dança, sempre ao tom de

“Tira a faísca do pé, ó...”

A dançarina finge, efetivamente, tirar alguma coisa dos pés.

É inacreditável a destreza, o requebrado, a variedade de jeitos, gestos e posições que toma a dançarina, ao som de um tão simples estribilho. Este, quando o coro pressente que a rapariga está cansada, brada por outra, que surge logo a tomar o lugar daquela que se retira.

Deve haver nisto tudo longínqua influência berbere e árabe, que recebemos dos colonizadores portugueses.

Na dança do *Ferreiro* a coisa é diferente.

São dois grupos de rapazes e moças que dançam, movendo-se em sentido contrário.

Cantam quadras, ponteadas sempre pelo coro com o estribilho – *Dom... dom...*
Assim:

*“Ó ferreiro, ó ferreiro,
Dom... dom...
Oh! que maldição!
Dom... dom...
Quando tem o ferro.
Dom... dom...
Falta-lhe o carvão...
Dom... dom...”*

*– Ó ferreiro, ó ferreiro,
Dom... dom...
Bate o malho com vigor,
Dom... dom...
Quando a gente se descuida,
Dom... dom...
O ferreiro... já malhou.
Dom... dom...”*

E assim por diante, sempre a dançarem, com muita animação, combinando passes e requebros os dois grupos em sentido inverso; quando um avança para a frente, o outro recua paralelamente, como igual só vi na dança das *taieiras*, no Lagarto.

Esta dança, ao que me diz a minha informante, substituiu em Laranjeiras e outras terras sergipenses a antiga do – *Vira o Beco*.

Nesta a cantilena era por este modo:

*“Pelo olho da rua,
Teté, vira o beco...
Fugindo depressa,
Teté, vira o beco...”*

*Pela porta do meio,
Teté, vira o beco...
Pela porta da frente,
Teté, vira o beco...”*

*Torna a revirar,
Teté, vira o beco...
Foge, foge sempre,
Teté, vira o beco...”*

Esta caiu em desuso. Em minha terra, viveiro de poesias, danças, festejos populares, nunca a vi. – A *Geraldina* é dança de meninas. Há sempre crescido número de cantores que fazem coro. As meninas formam roda e vão saindo a dançar aos pares.

O coro – canta:

*“– Batam palmas, digam vivas,
À Geraldina desta função;
Seja bem aparecida,
Geraldina do coração.*

*– Lá vem a lua saindo
Por um canudo de prata,
Vai ferindo, vai matando
O coração daquela ingrata.*

– Batam palmas, digam vivas, etc.

*– Lá vem a lua saindo
Por um enorme canudo.
Uma velha descascada,
Um velho com casca e tudo.*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.*

– *Da Bahia me mandaram
Um tabaréu de presente,
Amarrado na cintura,
Fazendo careta à gente...*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.*

– *Da Bahia me mandaram
Um presente num balaio,
Quando fui a descobrir
Era arroz de papagaio...*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.”*

E vai por diante a brincadeira: sempre a dança, revezando-se os pares e o coro a repetir quadras populares, como as que ficam citadas.

E já agora não me despeço do assunto, sem depor aqui uma nota muito a propósito.

Um erro muito repetido entre os críticos, principalmente portugueses, que se têm ocupado da poesia popular brasileira, é confundirem-na com certo gênero a que entre nós se deu o nome de *modinhas*.

Ora consideram as modinhas como a nossa poesia popular por excelência; ora as dão como a mais perfeita encarnação de nosso lirismo; não raro chegam a dá-las como a origem mesma desse lirismo. Coisas todas estas erradas. Teófilo Braga e José Antônio de Freitas repisaram todos esses erros.

Não é raro ler coisas assim: “A *modinha* é a mais rica das formas por que se manifesta a inspiração poética de nosso povo.”

É isto inexato. A modinha nem é a forma mais rica do nosso lirismo popular, nem é a forma mais perfeita de nosso lirismo culto.

A forma mais rica da poesia popular são os *romances*, as *xácaras*, as *orações*, os *reisados*, as *cheganças*, os *versos gerais*. O povo não faz, nunca fez *modinhas*.

Por outro lado, as mais extraordinárias manifestações do gênero lírico dos grandes poetas brasileiros não consistiram jamais em *modinhas*.

Pode-se dizer que das faladas modinhas existem duas espécies: uma é de *lundus* e *canções* devidas a poetastros, que tentaram, sem gênio e desastradamente, imitar as criações populares; mas tais produções híbridas nem são a genuína poesia anônima, filha do gênio da raça, nem são obras literárias de valor. Constituem um gênero secundário em que se deliciam os Catulos Cearenses de todos os tempos.

Outra é a de leves produções de nossos melhores líricos, postas em solfa por músicos de talento.

São as melhores. Deste número quem já não terá ouvido cantar o – *Meu Anjo, Escuta* – de Gonçalves Dias, o – *Não Vês Quantos Passarinhos* – de Fagundes Varela, os – *Anjos do Mar* – de Álvares de Azevedo, o – *Gondoleiro do Amor* – de Castro Alves, o – *Eu Amo o Gênio* ou *Neste Mundo Juncado de Enganos* – de Tobias Barreto? Quem não as terá ouvido e também poesias de Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e de quase todos os nossos melhores poetas?

Nem nos *pastiches* dos poetastros, nem nos belos versos dos bons poetas, ninguém se lembrará, com razão, de enxergar a poesia popular.

Dá-se apenas o seguinte: quando nas modinhas de origem puramente literária, os versos são belos e singelos e a música é simples e boa, essas canções correm de boca em boca e se popularizam. Daí é que proveio o erro dos críticos: tomarem a poesia bárdica popularizada pela genuína poesia popular.

Nos *Estudos Sobre a Poesia Popular Brasileira* já tinha prevenido os espíritos contra esse erro nestas palavras: “As *modinhas* brasileiras são, por assim falar, a *forma bárdica* de nossa poesia popular. São criação de autores conhecidos que, inspiradas no lirismo tradicional do povo, facilmente se espalharam e se tornaram quase anônimas.

“É impossível dar um catálogo das principais, quando Domingos Caldas Barbosa só por si escreveu uma coleção inteira. Vários repertórios têm sido feitos e os principais são: *A Viola de Lerenó*, *A Cantora Brasileira* e *A Lira do Trovador*.

“As modinhas, ainda que muito interessantes, não se devem confundir com a genuína poesia popular.”

O erro, porém, corre ainda aí as ruas impávido.

O BRASIL SOCIAL E OS ELEMENTOS QUE O PLASMARAM OS MÉTODOS E PROCESSO DA ESCOLA DE LE PLAY

Duas especiais circunstâncias puseram-me no encalço das idéias que vão ser expostas: a observação atenta dos fatos passados no período republicano, que se vai atravessando, e o conhecimento mais íntimo das doutrinas e ensinamentos da chamada escola da *Ciência Social* – de Le Play, H. de Tourville, Ed. Demolins, P. Rousiers, A. de Prévile, P. Bureau e tantos outros, aos quais se devem, a meu ver, os melhores trabalhos existentes sobre a índole das nações.

A República teve a vantagem de revelar este querido povo brasileiro tal qual é, entregue a si próprio ou aos seus naturais diretores, o que vem a ser a mesma coisa.

Os vícios e defeitos de sua estrutura social tornaram-se patentes aos observadores imparciais e cultos.

Até a Independência, o Brasil tinha aparecido sempre sob a tutela da realeza portuguesa que o havia dirigido, guiado, afeiçoado, por assim dizer, ao sabor de seus planos e desejos, até onde governos podem influir na estrutura das massas sociais sobre que lhes cumpre velar.

No régimen passado, igual tutela tinha sido exercida pela monarquia nacional que se poderia considerar, em mais de um sentido, uma continuação, um prolongamento da realeza-mãe. Poder-se-ia dizer que havia uma força estranha a estorvar o povo no seu andar normal. Hoje este obstáculo jaz desfeito. Não existe mais tal embaraço ou tal desculpa. O observador não encontra tropeços de caminho.

As doutrinas do evolucionismo spenceriano tinham-me posto na pista do desdobramento dos vários ramos da atividade humana; tinham-me despertado a atenção para as formações díspares dos povos mestiçados, nomeadamente os da América do Sul, e, por esse caminho, havia sido conduzido às conclusões a que cheguei em todos os meus escritos acerca de minha pátria. Os processos da escola de Le Play fizeram-me penetrar mais fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores de ensino spenceriano. É uma confirmação, em última instância, de conclusões obtidas por outros meios e estradas.

A história destes dezoito anos de República tem servido, aos espíritos sem preocupações mesquinhas, para aclarar toda a história colonial, regencial e imperial do Brasil. O período da Regência sobretudo se esclarece com uma intensa luz nova. A coesão, a unidade, a estabilidade constitucional do país, a íntima organização da nação eram, grande parte, puramente illusórias. A República manifestou o Brasil tal qual é: e, por isso, é o governo que lhe convém, com a condição de ser vazado em moldes conservadores, num

unitarismo contido por um forte governo central. É o que se vai ver na luz do sistema de Le Play e Henri de Tourville.

Claro é que de tal doutrina não tenho a fazer aqui uma exposição esmiuçada: apenas as linhas principais para compreensão do leitor.

Os homens cultos dentre os nossos médicos, engenheiros, magistrados, advogados, oficiais de curso de terra e mar, que são os verdadeiros *intelectuais* do Brasil, têm quase geralmente andado ao par doutras doutrinas, as do positivismo, do evolucionismo, do socialismo, por exemplo, e não têm lançado as vistas sobre os belos trabalhos da escola de Le Play, cujo nome uma ou outra vez há sido citado com evidente desconhecimento de seu ensino. Que eu saiba, é esta a primeira vez que entre nós se faz um apelo mais sério a esse método e sistema. Não é que lhe aceite todas as idéias.

Sobre o conceito de raça, *verbi gratia*, a célebre escola, suponho eu, confunde o sentido antropológico com o sociológico; porque parece não ligar importância ao primeiro e só admitir o segundo. Figura-se-me isto uma simples ilusão francesa. Também não lhe aceito de todo a classificação dos fenômenos sociais, que me parece mais uma nomenclatura de problemas e questões.

Como quer que seja, os méritos da escola, a despeito desta e doutras divergências, se me antolham preciosíssimos para quem quer conhecer a fundo um país qualquer e a gente que o habita.

Em primeiro lugar, lança mão, para tal fim, de processos de acurada observação local, estudando em *monografias especiais* cada região do país sob as mais variadas faces, conforme uma enumeração de questões, que são outros tantos aspectos fundamentais da vida social. Só depois de reunida grande massa de documentos do gênero é que os grandes mestres do sistema se atrevem a formular quadros gerais desta ou daquela nacionalidade e estabelecer as leis de seu desenvolvimento. Neste gênero são dignos de detida leitura os livros de Edmond Demolins, P. Rousiers, Poincard e outros.

A enumeração ou classificação dos problemas sociais deve partir dos fatos mais íntimos e indispensáveis à vida, sem os quais nem a própria subsistência da gente a estudar seria possível. Tais são os meios de existência, que se chamam *lugar, trabalho, propriedade, bens móveis, salário, economias ou poupanças*. Entre estes seis grupos de *meios de existência*, que dão lugar a variadíssimas questões, como se pode ver em Henri de Tourville – *La Nomenclature Sociale*, ou em Maurice Vignes – *La Science Sociale e d'après les principes de Le Play*, entre estes meios, dizia, e o *modo de existência (alimentação, habitação, vestuário, higiene, recreações)*, que vem após, coloca-se o assunto dos assuntos, a questão das questões – a *família*. Esta é a base de tudo na

sociedade humana; porque, além da função natural de garantir a continuidade das gerações sucessivas, forma o grupo próprio para a prática do *modo de existência*, o núcleo legítimo da maneira normal de empregar os recursos criados pelos *meios* de viver. Em seguida sucedem-se as *fases da existência*, o *patronato*, o *comércio*, as *culturas intelectuais*, a *religião*, a *vizinhança*, as *corporações*, a *comuna*, as *uniões de comunas*, a *cidade*, a *comarca*, a *província*, o *Estado*, a *expansão da raça*, o *estrangeiro*, a *história da raça*, a *posição*, a *hierarquia da raça*. Ao todo vinte e cinco grupos de fatos e problemas sociais.

O estudo destes assuntos, no tempo e no espaço, tem dado lugar a algumas conclusões estáveis. Destarte, a humanidade mais ou menos em conjunto tem atravessado três grandes idades sociais: – a idade das *produções espontâneas* e dos *aparelhos ou instrumentos manejados pelo braço*, a idade das *máquinas movidas pelos animais, pelos ventos, pelas águas correntes*, a idade do *carvão-de-pedra, do vapor e da eletricidade, aplicados à produção das subsistências e ao serviço dos transportes*.

As revoluções operadas na vida social por essas várias alterações introduzidas no regímen do trabalho são da mais considerável importância.

A família, estudada quer historicamente, quer na atualidade, apresenta quatro modalidades típicas, do maior valor para quem quiser compreender a índole das sociedades a que servem elas de base – uma sociedade vale pelo que vale nela a família. Os quatro tipos são: *família patriarcal*, *família quase-patriarcal*, *família-tronco (souche)*, *família instável*, aceitando as modificações feitas nas doutrinas de Le Play por seus discípulos.

O velho mestre só tinha classificado a família em três tipos e acertadamente foi corrigido neste ponto. Eis a definição das quatro modalidades, conforme Maurício Vignes: “A *família patriarcal* é aquela na qual os pais de não pensam em preparar seus filhos para que eles venham a criar uma posição livre; porque a extensão do solo disponível, o fraco crescimento da população e das necessidades permitem aos filhos ficarem na indivisão. Quando estas circunstâncias, que facilitam a vida em comum nos domínios paternos, vêm a desaparecer, quando o número dos casais, reunidos em um mesmo sítio, fica fora de proporção com a produtividade das terras, ou das oficinas de trabalho, quando o equilíbrio entre as subsistências que estas produzem e a população que nelas reside é roto, é preciso que algumas famílias se destaquem. Limita-se assim a família patriarcal a cinco, ou quatro, ou três casais e seus filhos. Um dia, sob o impulso das mesmas causas, a família se reduz a dois casais, – o do *pai* e o *herdeiro escolhido para continuador*. Estamos assim em face da *família quase-patriarcal*. A transmissão *integral* da oficina de trabalho a um só filho é, neste caso, com efeito, um vestígio da transmissão integral em proveito de todos; a

transmissão individual substituiu a transmissão integral coletiva. Os filhos que não herdaram em bens recebem sua cota em dinheiro, mas como não foram criados com o pensamento de deixar a terra natal, nada os prepara no sentido de vencerem na luta pela vida. Saídos de uma comunidade, continuam a contar com ela, a apelar para ela em seus embaraços e em seus desânimos.

“A *família-tronco (souche)* não é, como a precedente, uma redução da família patriarcal. As sociedades que têm este gênero de família por base, as *sociedades de formação particularista*, se originaram nas costas da Escandinávia, em consequência da invenção da barca a velas e das condições de iniciativa e isolamento impostas a essas gentes enérgicas pela pesca marítima. Tal família funda-se na educação individualista dada aos filhos. Esta educação os leva, às vezes, a abandonar o pai para melhor trabalhar, empregar melhor as próprias forças. Às vezes, um filho consente em ficar, sob a promessa de lhe ser integralmente transmitida a oficina de trabalho. Outras vezes recusa; porém, até neste caso, a família não perde o seu caráter fundamental; porque o isolamento dos pais e a saída de todos os filhos originam-se do desenvolvimento das qualidades de iniciativa e de coragem dos últimos e tendem ao progresso da atividade geral e das virtudes cívicas. Na família-tronco, os filhos, colocados entre dois deveres, o de piedade filial e o de labor social, sacrificam o primeiro, em consequência, aliás, dos incitamentos dos próprios pais, que renunciam a guardar perto de si seus descendentes, reclamados pela pátria e pelo trabalho. E, pois, se o indivíduo voluntariamente se desprende da família, é para consagrar mais intensamente sua atividade ao aumento das riquezas e das forças gerais.

“Os hábitos, oriundos do espírito da família, cedem o passo aos costumes impostos pelo devotamento à sociedade.

“Não é em tão boas razões que se funda a *família instável*. Nesta faltam dois característicos essenciais, existentes na família precedente: falta a educação viril dada aos filhos; e, além disso, se não existe a transmissão hereditária integral, não é porque os filhos recusem prestar-se a ela, por trazerem em si as largas esperanças e os vastos pensares, cuja realização é incompatível com o apego à profissão paterna, não; é porque a transmissão integral se tornou ou inútil pelo retalhamento da propriedade, ou impossível em consequência do influxo dissolvente da legislação e do princípio da partilha igual em bens. Se os filhos não ficam junto aos pais, é que temem perder a liberdade, porque esse dever lhes pesa, e não porque os pais lhes aconselhem a procurar, ou lhes tenham ensinado a achar fora uma posição independente; é, ainda, porque nenhum filho pode contar com a transmissão integral em seu favor, em razão do estado de desmembramento excessivo das propriedades, ou da má legislação.

A família instável deriva, portanto, da falta de espírito familiar, da falta de domínios aglomerados e do princípio da igualdade, em espécie, imposta por uma legislação retrógrada.”

Estes quatro gêneros de família, oriundos de certas e determinadas particularidades étnicas e históricas e, muito de perto, de condições especiais de *lugar, trabalho e propriedade*, dão origem a duas categorias de sociedades humanas: as *sociedades de formação comunária (communautaire)* e as *sociedades de formação particularista*.

As *sociedades de formação comunária*, expressão esta que se não deve confundir com o termo *comunista* no sentido que hoje lhe dá certa ramificação do moderno socialismo, compreendem as diversas variedades de gentes que procuram resolver o problema da existência, apoiando-se na coletividade, na comunhão, no grupo, quer da família, quer da tribo, quer da classe, quer dos poderes públicos, do município, da província, do Estado. As de *formação particularista* encerram as diversas variedades que buscam resolver o problema da existência, apoiando-se unicamente na energia individual, na iniciativa privada, e tiram o nome do fato de nelas conservar o *particular* toda a independência em relação ao grupo.

Pondo de parte as *sociedades simples de caçadores e pescadores selvagens*, cujo característico principal é não ter família, as sociedades *complexas*, em cujo número, abrindo a lista, devem ser contadas as gentes *pastoris* do Oriente e os *pescadores* progressivos da Escandinávia, pertencem a uma ou a outra das duas categorias citadas. As *comunárias*, que são em muito maior número do que as *particularistas*, apresentam três modalidades típicas, conforme a espécie de família que lhes serve de apoio: *comunária de família*, tendo por fundamento a família patriarcal; *comunária de família e de Estado*, tendo por base a família quase-patriarcal; *comunária de Estado*, firmada na família instável. As duas primeiras predominam no Oriente asiático e europeu; a última no Meio-Dia ocidental da Europa e na América do Sul.

As sociedades de formação *particularista* apresentam duas modalidades: ou dá-se a escolha de um continuador do patrimônio e da oficina de trabalho, o que, além da forte educação moral e do grande espírito de iniciativa, faz a sociedade revestir-se dum belo aspecto patriarcal no largo sentido; ou, com a plena liberdade de testar da parte dos pais, os filhos nem sequer pensam em lhes suceder, contentando-se com as qualidades de caráter que herdaram. A primeira modalidade é corrente na Europa escandinava, na Inglaterra, na Holanda, na planície saxônica; a segunda nos Estados Unidos.

Sob o ponto de vista específico do trabalho, que vem a ser a grande mola que move e afeiçoa as sociedades humanas, cumpre não perder de vista que várias

têm sido as fases atravessadas pela espécie, partindo ela do simples *apanhamento* de substâncias, que se prestavam ao alimento, e dos produtos espontâneos da *caça* e da *pescaria*, que demandavam rudimentares esforços, passando pela *recolta* ou *coleta* da arte do *pastoreio* e das produções frutíferas arborescentes, seguindo pela cultura maior ou menor, até chegar à cultura intensa e vastíssima e às indústrias complicadas dos tempos hodiernos.

Cada um destes gêneros de trabalho, cada uma destas oficinas de produção, cada uma destas maneiras de agenciar os meios de existência trazia e traz conseqüências especiais indeléveis, difícilísimas de apagar, porque elas constituem o *substratum* íntimo das sociedades.

Claro é, por outro lado, que a humanidade, tomada em seu todo, ou considerada em seu conjunto, não atravessou toda ela ao mesmo tempo e de parceria cada uma das fases dessa gradação. As situações recíprocas dos povos divergem.

A posição do Brasil, seu verdadeiro estado social, esclarecido com este critério íntimo dos elementos primários e essenciais da vida, é que me proponho a elucidar.

Infelizmente só em traços largos e em linhas gerais; porque um estudo regular e completo do Brasil, sob tal método, exigiria três ou quatro volumes, firmados em duzentas ou trezentas monografias... que não existem, que estão por fazer...

Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação da nação atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos; apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, dos quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos em luta nunca ocorreu cogitar.

OS FATORES E SUAS ACHEGAS TRADICIONAIS

E porque a tal ou qual civilização de que tanto, hoje, infantilmente, nos orgulhamos, é, no Brasil, em suas manifestações mais elevadas, produto transplantado, figura-se-me preferível, antes de dividir o país em zonas para examiná-las, dar logo de princípio notícia certa do estado social dos fatores que

constituíram as atuais gentes brasileiras. São *antecedentes históricos*, indispensáveis ao conhecimento íntimo das gerações de hoje, principalmente se se tiver em vista penetrar na índole de tais fatores sob o *aspecto social* e não dar simples e incongruentes de descrições dos usos externos, que nada quase adiantam e para nada quase prestam. Outro critério, outro alvo, que outro intuito devem trazer diverso resultado.

Na 1ª edição desta História, – já alguma coisa ficou dita acerca do assunto, sob um ponto de vista muito geral, e não no peculiar sentido específico a que ora se alude.

É verdade, e eu não o ignoro, que o bom-tom da crítica, da historiografia, das dissertações políticas, de tudo, em suma, que se escreve no Brasil a respeito de coisas da terra, é o de tratar o país e a sua gente como se isto aqui fosse feito de pedaços da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça, da França, no que elas contam de mais culto, de mais progressivo, de mais adiantado. No geral dos nossos escritores, das três categorias principais que nos têm andado a iludir e a que já se fez mais de uma vez alusão, este país não é o Brasil real que o estudo e a verdade revelam, senão um Brasil fantasmagórico imaginado por eles para uso de seu incorrigível diletantismo.

Não pode haver maior inconveniência aos olhos dessa gente do que lembrar o *incômodo problema das origens...*

Perturbar a auto-idolatria de sublime prosápia desses *arianos* puro-sangue é, perante eles, praticar um ato da maior indiscrição, do mais acentuado desazo...

Em que pese, porém, às alterosas pretensões desses despeitados praguejadores, creio ser possível ainda afirmar não ter sido a ciência inventada para lisonjear-lhes a vaidade; tem ela outros desígnios.

É ainda lícito, para conhecer um povo, sondar-lhe as origens, máxime se o problema a solver é o da exata determinação de sua estrutura social.

Ou se admitam, ao que me parece mais acertado, os dois significados diversos do termo *raça*, o *antropológico* e o *sociológico*, ou só se aceite este último, a questão etnográfica é a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda a estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações.

E, quando se queira reduzir toda a extensão do assunto ao que se convencionou chamar de *raça sociológica*, maior será a gravidade do problema; porque maiores ficarão sendo as responsabilidades dos que têm a seu cargo a direção dos povos. Sim; se o conceito de *raça* não pertence à história natural do homem, não é um fenômeno antropológico, e, sim, meramente um produto da

história civil, um fato sociológico, vale isto afirmar que a raça como formação, por assim dizer, consciente do próprio homem, é um resultado de seleção voluntária, é alguma coisa que se faz, que se prepara, que se dirige, que se afeiçoa ao sabor dos desejos daqueles a quem mais de perto cabe a função de organizar e dirigir. No primeiro caso, trata-se de alguma coisa de inconsciente, de mecânico, de necessário, cujos defeitos só mui lentamente, por processos adequados, é possível muito de leve corrigir.

No segundo estamos em face de um fenômeno histórico, humano, social, cujo *processus* é suscetível de ser acompanhado com discernimento e convenientemente modificado ao sabor dos nossos planos, dos nossos desejos, dos nossos ideais. Num caso, a vontade humana é quase impotente; noutra é ela o elemento principal, e, se lhe não agrada o resultado, é porque não soube ou não quis tomar a sério a sua própria missão. Dos dois significados, pois, do termo, o de conseqüências mais graves para os diretores de povos novos, como o brasileiro, é exatamente aquele a que se apegam os pretensiosos que temem ver desfeitos certos cálculos da vaidade em face da realidade das fontes donde dimanam.

E não é sem razão indicar aqui em prevenção aos incautos donde e quando proveio essa idolatria pela intitulada raça sociológica ou histórica em ódio ao verdadeiro sentido naturalístico da coisa. Foi de certo tempo a esta parte. Vários escritores, e entre eles até os que no conceito antropológico da raça, como Taine e Renan, tinham feito repousar a base mais segura de seus estudos de lingüística, de crítica religiosa, de literatura e de estética, entraram a se desdizer e a reduzir o mais possível o valor da originária distinção das raças humanas. Era e é evidentemente um capricho para encobrir e desculpar os defeitos nacionais. Neste intuito tanto mais têm procurado encurtar o valor do fato antropológico, quanto têm alargado o do fato histórico. Já alguns têm chegado a asseverar: não existem e até nunca existiram raças antropológicamente distintas e livres de mesclas, têm existido e existem ainda hoje apenas raças historicamente formadas.

Eis aí a pretensão em toda a sua nudez. Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido. Para chegar a isso preparam de propósito a confusão e chegam ao ponto de, por sofisma, para o desacreditarem, estender o conceito de raças aos simples ramos, simples garfos, meras variedades de um grupo étnico qualquer, no claro empenho de, pela exageração da coisa, mostrar-lhe a sem-razão.

Nada disto, porém, colhe perante a ciência, severa em seus métodos e estudos. Falam-nos abusivamente de raça portuguesa, espanhola, francesa, italiana, alemã, inglesa, holandesa, norueguesa, sueca, flamenga, polaca, latina, grega... meras variedades da raça ariana, para, pelo absurdo, mostrando as

condições históricas em que se formaram essas nações, entre si sempre emaranhadas, chegar à negação do fato geral: a distinção originária dos anos em face, não dos membros esparsos do seu mesmo grupo, senão diante de semitas, uralo-altaicos, malaios, dravidianos, polinésios, negritos, africanos, americanos.

O absurdo é patente.

O valor da história ninguém o contesta em bom juízo, na caldeação, diga-se assim, das populações arianas entre si e até com populações mais antigas na Europa e na Ásia para a formação das nacionalidades em que veio a dividir-se a grande raça. – Hindus, persas, helenos, italianos, celtas, germanos, eslavos, primeiro, e, depois, franceses, espanhóis, portugueses, alemães, ingleses, suecos, noruegueses, flamengos, holandeses, russos, polacos – são, por certo, produtos da história, estes muito mais do que aqueles.

Se a história, porém, explica quase por si só a formação de cada uma das *variedades*, por exemplo, em que se dividiram os diversos *ramos* da grande *raça* ariana, já não consegue com igual facilidade dar o porquê da distinção dos aludidos *ramos* e muito menos a razão da diferença entre a citada *raça* e as outras *raças* inconfundíveis, que, com ela, formam o conjunto do gênero humano. Sim, se é relativamente fácil mostrar, historicamente, como se formaram, *verbi gratia*, as variedades do ramo latino, portugueses, espanhóis, franceses, italianos, já não é historicamente fácil explicar por que latinos e germânicos, celtas e helenos, eslavos e iranianos, hindus e lígures (admitindo que estes últimos sejam arianos) se distanciaram tanto entre si; e muito menos cômodo é, pelo mesmo processo, dar os motivos da radical diferenciação entre os arianos e os malaios e os negros n'África e os polinésios... Este é que é o fato contra o qual não valem esconjuros, despeitos e sofismas.

A famosa ação da história, por mais que se tenha agitado o homem nos últimos dez ou doze mil anos, que tantos deve haver desde a civilização do Egito, da Caldéia, da Assíria, de Babilônia e mesmo da China, por mais que tenha destruído e misturado povo, não conseguiu ainda apagar as inconcussas verdades da antropologia e da etnografia.

Pode ser que ainda o venha a conseguir; mas, por enquanto, é cedo para falar nisso... Tal o forte motivo pelo qual é necessário contar sempre, em nossa própria história, em nossa própria vida, com o fator etnológico. À espera da mais ou menos fantástica extinção total das diferenças étnicas entre as nações, a humanidade ficará talvez, não dez, mas trinta ou cinqüenta ou cem mil anos, e até lá a antropologia terá sempre razão e direito de se fazer ouvir. Verdade é que, nos últimos quatro séculos, depois que os europeus correram todos os mares e terras e se arrogaram o direito de tomar conta das regiões que dizem

ocupadas por *selvagens* e *gentes inferiores*, muito tem sido feito, na crença dos sonhadores, no sentido da indistinção almejada. Olhando-se, porém, de mais perto para o fato, a grandeza do resultado se reduz a bem pouco, porquanto, não conseguindo aniquilar o *negro* e o *amarelo*, pôde apenas o *branco* desbaratar quase por toda a parte o *vermelho*, pondo, porém, em seu lugar, na América do Sul principalmente, um variegadíssimo contingente de mestiços, mais variados de cores, segundo a expressão de Quatrefages, do que a multidão de gatos que habitam nossos telhados...

Como quer que seja, e em todo caso, o tal processo de igualização, até onde é possível, é um processo de morte e aniquilamento direto ou indireto. O *direto* é posto em prática pelos anglo-saxônios, a gente colonizadora por excelência; o *indireto*, que é o de *cruzamento*, foi e continua a ser mais do gosto dos ibero-latinos, o segundo grupo notável de gentes colonizadoras do Renascimento a esta parte. Pelo primeiro método têm desaparecido quase geralmente os indígenas dos Estados Unidos e de várias zonas da Oceania.

O mesmo tentarão fazer, aí, com muitíssimo menor êxito, aos negros da África, logo que a península estiver quase toda na posse de ingleses e alemães, iguais os últimos aos seus parentes neste particular. Não é que uns e outros destruam em diretas e monstruosas hecatombes os selvagens ou os tratem pior do que os espanhóis e portugueses. É que criam nos países submetidos e conquistados uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter. Prestam serviços, como animais de carga, enquanto se formam as cidades, os canais, as estradas, os portos, a drenagem do solo, o desbravamento das matas, as linhas telegráficas; porém não cruzam, definham e morrem. Os restos que ficam, como os negros nos Estados Unidos, vivem debaixo da perpétua suspeição, ilhados da população branca. É o resultado a que chegam, por via de regra, povos escuros em contato e sob o domínio direto das gentes *xantocróides* do Norte da Europa. Esses belos exemplares humanos de pele alva, louros e olhos azuis são inconscientemente um fermento de morte para os pobres selvagens. Não assim os cabelos *melanocróides* do Meio-Dia. Estes são gentes de tez morena, cabelos pretos, olhos negros ou pardos, e são já, sem menor dúvida, resultado de misturas de brancos com berberes, altaicos, mongolóides e negros no imenso laboratório circular do Mediterrâneo. Inconscientemente, espontaneamente, sentem-se atraídos pelas Vênus escuras das terras tropicais. Cruzam com elas. É um processo indireto de riscar povos do livro da vida, apagando-lhes os característicos étnicos; mas é mais humano e não digo mais meritório, porque não são coisas filhas de reflexão consciente. E este tem sido o caso dos portugueses no Brasil por quatrocentos anos, e há de ser e está sendo em grande escala o dos italianos, que de São Paulo, para onde principalmente têm convergido, hão de espalhar-se, já cruzados e integrados nas populações da terra, por todo o planalto central do país.

Enquanto, porém, este último fato se não dá, releva tratar de nossos fatores étnicos como eles nos são fornecidos pela história e pela ação diuturna da vida durante os quatro séculos decorridos da descoberta até agora: *portugueses, índios e africanos*. Eis aí os três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história, cujo estado interno e social é preciso sondar, agora por método novo, para ser possível o exato conhecimento da alma brasileira de hoje.

De nós outros é que se pode dizer desde já, e cada vez mais se poderá afirmar no futuro, que vamos formando uma *raça histórica*, em o sentido geralmente dado a esta expressão. Um fragmento da bela e valorosa raça ariana, já de si muito desfigurado e constituindo um caso disso que se chama raça histórica – os portugueses –, aliou-se a duas raças, genuinamente antropológicas, completamente diversas sob vários aspectos: índios americanos e negros da África.

1.º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O ÍNDIO

É mister começar pelo índio. Ele representa na população do país o elemento mais antigo, mais adaptado ao solo, mais aclimado, mais conhecedor das várias zonas, mais numeroso durante dois séculos; aquele que, a despeito de lutas posteriores, foi o arrimo primário a que se acostou o invasor, direi melhor, os invasores, porquanto, sendo já em 1500 constante o tráfico de africanos e crescido o número de escravos negros em Portugal, deve admitir-se a opinião de Varnhagen, o qual acreditava na vinda de gente desta procedência ao Brasil, desde a viagem de Pedro Álvares Cabral. Por tais motivos o índio se me antolha como o leito sobre o qual se distendeu a população futura, ou, se quiserem, o velho tronco em que se vieram enxertar os elementos estranhos.

O português e o negro não destruíram senão limitadamente o silvícola americano. Cruzaram com ele. Assimilaram-no e foram por ele assimilados. O drama dessa fusão, dessa dupla operação étnico-social, até hoje mal descrito e mal compreendido pelos historiadores e sociólogos brasileiros, será páginas adiante esboçado.

Os estudos americanos em geral, na Europa ou no continente, têm pecado todos por alguns vícios intrínsecos, que os têm corrompido e tornado até agora perfeitamente inúteis para deles se tirar uma conseqüência qualquer.

Os missionários e colonos inteligentes do século XVI, que deixaram notícias escritas dos nossos selvagens, eram demasiado incompetentes para uma observação regular, capaz de surpreender os mais íntimos fatos sociais e a fundamental psicologia dessas gentes rudes.

E, todavia, é onde se encontram hoje as notações de mor valia acerca de tudo que lhes diz respeito. Fizeram meras descrições; mas neles vai hoje o investigador sociólogo achar os materiais mais ou menos adequados para suas conclusões.

Já não é o mesmo o caráter e o préstimo dos escritos dos colonos e missionários dos séculos XVII e XVIII. Inimizados, brigados uns com os outros, por motivo exatamente dos índios, seus relatórios, memórias, cartas e notícias sobre o tema de suas desavenças e lutas revestem as cores de estudadas apologias ou desdenhosas caricaturas. É mister nesse caso respigar com parco afã e desconfiado critério.

Os naturalistas e etnólogos do século XIX, a despeito de todas as suas pretensões, nada mais têm feito até agora do que alguns estudos das línguas e dos usos e costumes, mais ou menos exteriores, dos quais têm precipitadamente a despeito brotar classificações, classificações e mais classificações. Entendem eles que com alguns róis de raças e línguas e de línguas e raças está tudo feito. E até os mais eminentes, como Martius, von den Steinen, Ehrenreich, não saíram daí. Que dizer dos de segunda ou terceira ordem, como H. von Ihering e E. Goeldi? Este último, em conferência realizada em 1896 sob o pomposo título – *Estado Atual dos Conhecimentos Acerca dos Índios do Brasil* –, não sai do sáfaro terreno das classificações. Mas aí mesmo comete o lapso de não citar Rodrigues Peixoto, que retificou a classificação de Prichard, Batista Caetano, que corrigiu a de Hervás e de Martius.

Fala, é certo, em Capistrano de Abreu, de quem dá apenas o nome, sem declarar que ele emendou a classificação de von den Steinen e ampliou-lhe os estudos do bacairi... É gente que ainda hoje se supõe em mundo virgem e em terreno por ela conquistado.

É pena que esses naturalistas sejam tão alheios às questões sociológicas. Ainda hoje pensam que, com o classificarem os índios brasileiros em quatro grupos principais, – *Jês, Caraíbas, Nuaruaques e Tupis*, ou em cinco, segundo Capistrano de Abreu, que a estes junta o grupo importantíssimo dos *Cariris*, está tudo feito. Completo engano.

O reduzir a quatro ou cinco grupos povos primitivos da Ásia, da África ou da Europa ou da Oceania ou da América não faz caminhar um passo o saber positivo da humanidade, nem esclarece numa linha os problemas sociais.

Ainda menos adiantam as impertinentes questões continuamente levantadas pelos autores brasileiros durante quase todo o correr do século XIX, a respeito dos gentios. Reduziam-se, por via de regra, às seguintes: se houve ou não

injustiça no modo como os colonizadores trataram os índios; se estes eram ou não civilizados; quais os melhores processos para o conseguir; se iam em progresso, ao tempo da descoberta do país, ou estavam retrogradando; se eram os donos da terra com direito de repelir os invasores; se eram ou não os genuínos representantes do povo brasileiro... Parece incrível que se gastasse tanto papel e tinta em discutir tais frioleiras.

Ainda em meados do século, os mais empenhados no debate não eram os medíocres escritores da ocasião; eram os melhores talentos e as maiores ilustrações, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, J. Francisco Lisboa e F. A. Varnhagem.

Os dois poetas tomaram o partido dos caboclos e os dois historiadores o dos portugueses. Os temas discutidos foram estes, segundo J. F. Lisboa, que lhes chamava *importantes questões*: “Os selvagens, que os primeiros exploradores encontraram no Brasil, eram um povo bruto e feroz, destituído de toda e qualquer virtude, ou degeneraram da primitiva grandeza e magnanimidade ao contato da escravidão a que os sujeitaram? Eram eles proprietários da terra que pisavam, e – com direito exclusivo à sua posse, – tinham porventura o de repelir os invasores europeus que pretendiam turbá-la? Foi deveras uma desgraça para estas regiões que na luta travada entre uns e outros, a vitória se declarasse pelo arcabuz e pela espada, contra a flecha e o tacape?”

“Qual era a população provável do Brasil ao começar a colonização portuguesa? Podia ela computar-se por milhões? Foram os portugueses que a ferro e fogo aniquilaram tantas e florescentes aldeias? A nação brasileira atual de quem descende, dos portugueses ou dos selvagens? Foram estes os que deram a base para o nosso caráter social? Será a coroa da nossa prosperidade o dia de sua inteira reabilitação?”

Tais os pontos esclarecidos por F. Lisboa em resposta a Gonçalves Dias, em 1854.

Pouco depois, F. A. de Varnhagen, mais acaloradamente ainda que o seu predecessor do Maranhão, debatia estes capítulos contra os selvagens: “Eram os que percorriam o nosso território, à chegada dos cristãos europeus, os seus legítimos donos? Viviam independentemente da falta do ferro e de conhecimento da verdadeira religião, em um estado social invejável? Esse estado melhoraria, sem o influxo externo que mandou a Providência por meio do cristianismo? Havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coação pela força? Houve grandes excessos de abuso nos meios empregados para essas reduções? Dos três principais elementos de povoação, índio, branco e negro, que concorreram ao desenvolvimento de quase todos os países da América, que predomina hoje no nosso? Quando se apresentam discordes ou

em travada luta estes três elementos no passado, qual deles devemos supor representante histórico da nacionalidade de hoje?”

Eis aí: parece o disreitar de preparatorianos em decidir quem foi maior, Alexandre ou César, Aníbal ou Napoleão...

São debates sem alcance, insolúveis ou impertinentes. Não é isso que havemos mister. A questão é uma só: qual o estado de cultura do índio, ou quais as suas qualidades sociais e como e com que entrou na formação do povo brasileiro. Tudo o mais é pintar n'água.

E o seu estado social tem de ser procurado no que é fundamental na vida: *trabalho, propriedade, família, organização da existência*. A Ciência Social chegou neste ponto a conclusões certas, cujo valor e veracidade tenho confirmado nos escritos das melhores autoridades existentes acerca dos costumes dos selvagens brasileiros. Podem eleger-se os principais Gabriel Soares e Fernão Cardim, representando o que há de mais seleta no assunto em todo o século XVI, quando os cronistas diziam *sine ira ac studio* o que viam; Francisco Lisboa e Adolfo Varnhagen, simbolizando a ciência brasileira de meados do século XIX, principalmente nas investigações históricas, em que ainda não foram excedidos; e, finalmente, Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu, falando estes pela mesma ciência nos últimos anos do aludido século; podem eleger-se, dizia, estes notáveis espíritos, todos eles confirmarão as conclusões que vão ser ora referidas.

Habitado a estudos do gênero, segundo o método descrito, habituado a sondar a organização social através dos fatos desconexos acumulados pelos viajantes, com a simples leitura do livro, aliás magnífico, de Crevaux, *Voyages dans l'Amérique du Sud*, Edmond Demolins chegou a este resultado, quanto aos selvagens desta parte do mundo, resultado aqui reproduzido, resumindo fortemente as páginas do ilustre escritor.

Vamos agora apreciar, pondera ele, o último grau de desorganização social em que possa cair a humanidade.

O tipo que nos vai oferecer este espécimen é o *índio das florestas da América do Sul*.

A região difere dos estepes e das savanas, sob o ponto de vista do clima e das produções vegetais e animais. O *trabalho* deve aí estar organizado de modo divergente. É o que se vai ver. Nos solos florestais, as populações não podem se entregar nem à *arte pastoril* nem à *caça em ponto grande*, a caça de animais em numerosas manadas; não lhes resta como meio principal de existência senão a *pequena caça*. Tem-se a isto de juntar a *pesca fluvial* e a *coleta de*

frutas selvagens, que são ainda uma espécie de caça. Como a arte pastoril, a caça e a pesca desse gênero são um trabalho de *simples coleta*, atraente, portanto. O atrativo da caça e da pesca deve ser assinalado, porque mostra como, em certos casos, pastores podem facilmente se transformar em caçadores e mostra também a imensa dificuldade de transformar caçadores em agricultores e industriais.

A caça não exige *nenhuma providência*: a presa de cada dia fornece o alimento desse dia. Deve até ser consumida mais ou menos imediatamente, porque não pode se conservar por muito tempo. É um gênero de trabalho, pois, acessível ao geral dos homens.

Se por esses caracteres gerais, a caça e pesca se parecem com a arte pastoril, diferem dela por muitas condições essenciais que modificam completamente o tipo social.

1.^o *Superioridade da mocidade em face da velhice*. – A caça e a presa da caça exigem qualidades especiais: agilidade, destreza, força, qualidades estas que se encontram mais peculiarmente nos moços. Estes podem cedo bastar-se a si mesmos, e são levados a constituir vida à parte, a fim de guardarem para si o fruto de seu trabalho e exonerarem-se dos deveres d'assistência para com os velhos pais. É um modo de trabalho que dá à mocidade a superioridade sobre a velhice: a autoridade e a influência passam dos pais aos filhos.

2.^o *Desenvolvimento do individualismo*. – A arte pastoril conserva juntos todos os membros da família; a *grande caça* dos animais em manadas, como o bisão, reúne ainda os homens; a *pequena*, a dos animais esparsos, nem ao menos dá para formar os *clãs de caçadores*, como entre os Peles-Vermelhas. Cada um tem, as mais das vezes, interesse em isolar-se, em fazer a caçada por sua própria conta: qualquer caçador é um concorrente. Esta tendência ao individualismo é ajudada pelas facilidades que a pequena caça oferece. O jovem pastor não é tentado a separar-se da grande comunidade patriarcal, porque não pode viver sem rebanho, nem arranjar-lo facilmente. É, pois, quando outros motivos não existissem, retido no lar pela dificuldade material de afastar-se. A autoridade paterna é, deste modo, singularmente fortificada pela natureza das coisas.

É inteiramente o inverso entre caçadores; os trabalhos para a colocação dos que se retiram são os mais elementares e menos custosos imagináveis. As habitações não passam de palhoças de paus e ramos, cobertas de palha.

Os móveis, por causa das mudanças freqüentes, são mais rudimentares. Os aparelhos de caça e pesca estão no mesmo caso. Tudo os leva a separarem-se.

Deve-se ter, porém, todo o cuidado em não confundir esse *individualismo* amorfo e dissolvente, que deforma os selvagens, com o forte *particularismo*, que caracteriza os povos mais progressivos da Terra. O primeiro reduz a sociedade a uma espécie de pulverização individual, o outro assegura ao particular, ao cidadão, a maior soma de independência em face do Estado, sem lhe retirar a aptidão para *constituir associações*, quer na vida privada, quer na vida pública. A diferença é radical e não deve ser esquecida.

3º *Limitação dos meios de existência.* – A caça esgota-se com facilidade; a subsistência torna-se difícil e a questão da alimentação transforma-se em preocupação grave. A incerteza dos meios de existência dá aos selvagens um estômago particularmente complacente. Podem ficar muitos dias sem comer e absorver depois, se a coleta é abundante, uma quantidade prodigiosa de alimentos. Estas circunstâncias fazem nascer as *guerras incessantes de tribos* contra *tribos* e, nalguns pontos, o *canibalismo*.

Nem ao menos podem eles, os selvagens desta parte da América, preparar e levar a efeito as formidáveis invasões em busca de novos céus e novas terras, pelas dificuldades especiais do meio e mais ainda pela falta de cavalos e de outros animais de condução. Voltam-se então contra os seus próprios semelhantes.

4º *Necessidade e dificuldade das migrações periódicas.* – A caça força o selvagem a migrações periódicas. Tem ele de seguir os animais em seus diversos esconderijos, ora afundando-se na mata para alcançar os claros e descampados onde se reúnem certos animais, ora vindo à margem dos rios a pescar os peixes andadores, como o *cumaru*, ou recolher os ovos das *tartarugas*. Se, porém, o caçador é obrigado a tais migrações, é-lhe, por outro lado, difícilíssimo levá-las a efeito. Enquanto tudo é caminho na savana e no estepe, tudo é obstáculo nas matas. As veredas não são franqueadas e a vegetação as torna rapidamente impraticáveis. Por isso várias tribos ficam muitas vezes sem relações entre si e encontra-se não raro um dialeto para cem índios.

Tais são as circunstâncias que desenvolvem nestes selvagens, mais ainda do que entre os caçadores de bisões e de búfalos, um costume que mais acentua a desorganização da família: – o abandono dos velhos, dos doentes, das crianças, e, em geral, todos os que não se podem transportar facilmente.

A despeito dessas dificuldades que assaltam de vez em quando os caçadores, eles preferem esse reinado atraente das produções espontâneas do solo e das águas. Sentem repugnância invencível em passar para o regímen da *cultura* e, por isso, só a mais *elementar* e que tenha os caracteres da simples *coleta*, quase tão singela como a pesca e a caça, existe entre eles: a da mandioca, do

milho, da banana, do inhame. Pode dizer-se destes selvagens que praticam vagamente o regime da propriedade *tribal*, quanto ao solo; – da *propriedade familiar* ou *grupal*, quanto à choupana (ou oca), e da *propriedade individual*, quanto aos instrumentos rudimentares de trabalho. Mas se o solo é de todos, a extensão do percurso acessível a cada grupo é restrita.

Esta limitação provém, em primeiro lugar, das dificuldades da circulação que prendem os caçadores em um território relativamente limitado, e, em segundo lugar, da natureza das produções espontâneas, que são suscetíveis de esgotar-se facilmente, forçando os grupos a defender com energia contra os vizinhos o acesso de seu território de caça.

A verdadeira propriedade do selvagem é a sua destreza, sua força, sua agilidade, que são coisas exclusivamente pessoais, que não se transmitem. A grave questão da transmissão da propriedade não existe. Nenhum laço, nem até material, liga as gerações entre si, tornando-as solidárias. O mau, o dissolvente individualismo triunfa.

Tudo está mostrando que essas gentes, tendo ficado caçadoras ou pescadoras, não puderam constituir a *família patriarcal*, tipo característico dos pastores. O exercício da autoridade paterna é obstado pela superioridade que a caça outorga aos moços sobre os velhos. A pulverização de apagada e rudimentar *família instável* substitui a forte coesão da *família patriarcal*.

Nesta a estabilidade é garantida pela perpetuidade em torno de um mesmo lar, móvel ou fixo.

Não existe solução de continuidade entre as sucessivas gerações.

Aqui é o inverso: a imperfeita família se dissolve periodicamente, fragmentando-se para se reconstruir momentaneamente em torno de novos lares, tão pouco estáveis quanto os precedentes. Não é mais uma árvore secular, é uma planta de vida efêmera. É fato conhecido que os povos de famílias patriarcais transmitem sucessivamente as tradições e as lendas mais antigas de suas raças. Ainda hoje a lembrança de *Timur*, do famoso *Tamerlão*, é viva debaixo das tendas; conserva-se em cantos repetidos entre os mongóis. Não se dá o mesmo com os selvagens, que não têm passado, porque seu lar é instável, não se presta à conservação e transmissão das velhas recordações da raça. Quem conhece as tradições dos selvagens da América, da Austrália ou da Nova Zelândia?

Vê-se bem, por estes fatos, que a perpetuidade do lar constitui para as raças um sólido fundamento de suas nacionalidades. Os pais em conservando junto a si até à morte todos os filhos, ou, ao menos, um deles, inculcam naturalmente o

conjunto dos ensinamentos, das idéias, dos hábitos, das tradições que receberam pelo mesmo modo. Cada geração se prende intimamente a todas as que a precederam. Compreende-se, sem que seja mister insistir, a que fica reduzida a autoridade paterna num regímen que afasta tão prematura e tão completamente os filhos dos pais. A função do pai limita-se aos encargos mais estritamente indispensáveis: a procriação e os cuidados materiais da infância; a mocidade fica fora de sua influência, a idade madura escapa-lhe de todo. A organização da família humana tende a modelar-se pela dos animais. Os filhos são pequenos selvagens alheios a quaisquer práticas morais; a religião se reduz a superstições grosseiríssimas, ao terror dos maus espíritos, cujo influxo se conjura com feitiçarias e sortilégios. Este gênero de incipiente família instável acarreta consigo outra conseqüência grave: deixa sem refúgio e sem amparo os órfãos, os doentes, os velhos, em uma palavra, os fracos, os incapazes, ao passo que o lar patriarcal está sempre aberto para recolher os inválidos da vida: podem nunca sair ou voltar sempre em caso de infortúnio.

A *organização dos poderes públicos* é análoga à da família. Diverge, portanto, entre caçadores e pastores. Entre estes o mecanismo dos poderes públicos é concentrado na família; entre caçadores, desagregada ela e reduzida à expressão mais simples, é imprópria para preencher as funções. Não são os velhos, considerados incapazes, que poderiam assumir o pesado encargo de resistir aos incessantes ataques das tribos vizinhas. Para isso é mister ser moço, vigoroso, empreendedor. O poder pertence aos mais fortes. Estes o exercem arbitrariamente, como sói acontecer com toda autoridade que repousa na força e tem por intuito principal – a *guerra*.

O poder é despótico e cruel; cada tribo é organizada para a defesa e para o ataque, e deve estar prestes para o que der e vier. E não é sem razão que as *tabas* e *ocas* selvagens são ornamentadas por horrorosos troféus. O estado permanente de guerra desenvolve a forma de autoridade mais arbitrária; a fraqueza extrema, a instabilidade da família tornam essa autoridade invasora, o que não priva que tal poder seja também essencialmente instável. É a força que faz os chefes; é a força que os derriba: eles fazem tremer, porém eles tremem também. Todos os viajantes que visitaram os selvagens notaram esse traço de seus costumes.

Este quadro é verdadeiro em suas linhas gerais. Mas duas considerações atenuam, até certo ponto, as suas cores, que poderiam ser mais carregadas: é que o ilustre escritor, de um lado, obedecendo ao preconceito da unidade originária de todos os homens, vê nos selvagens da América do Sul gentes que, na origem, possuíram a *família patriarcal*, vindo a trocá-la pela *instável* no correr de milênios em sua nova residência; e, de outro lado, conhece os aludidos *alarves*, como lhes chamava Gabriel Soares, pelo livro do dr. Crevaux, onde se acham descritos os índios já algum tanto cultos do platô das Guianas e

do vale do Amazonas, em contato com os brancos desde mais de três séculos. Se Edmond Demolins não fosse fiel à sua preocupação inicial e conhecesse os selvagens pelo citado G. Soares, por exemplo, ou Cardim, ou outros escritores do primeiro século da conquista, haveria de ver que, no Brasil, muitos deles não passaram de meros *apanhadores*; que não chegaram a constituir nem mesmo a *família instável* existente noutras raças; que *não tinham conceito certo de propriedade*; que não formavam *tribos organizadas* e apenas simples *grupos (tabas)*, subdivididos em *clãs rudimentares (ocas)* tendo por base quase indistinta *promiscuidade* e não o *parentesco*. O individualismo dissolvente era ainda mais acentuado do que pareceu ao sábio sociólogo francês.

Sua descrição, porém, é aceitável como o retrato das raças mais adiantadas dentre os índios brasileiros. E como muitos dos traços de nossa psicologia nacional de hoje estão ali em gérmen! E como somos levianos em não estudar as nossas origens para conhecer donde partem nossos defeitos e procurar corrigi-los!

E como somos superficiais em buscar fora a fonte de nossos males, atribuindo-os aos governos, quando ela está em nós mesmos, e aqui todos d'alto a baixo, governos e povos, provêm da mesma origem e padecem da mesma doença: o vício originário e constitucional!

Mas não se antecipem fatos e conclusões. Urge prosseguir.

2º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O NEGRO

É tempo de apreciar o fator *africano*, um dos elementos essenciais e predominantes na formação brasileira.

O negro acha-se nas mesmas condições do selvagem da América do Sul. “Le type des chasseurs des forêts africaines doit être placé à la suite du type que nous venons de décrire.” O inconsciente da história ligou os dois tipos no Brasil... Haverá nisto mero acaso? Não o sei dizer.

Se acerca dos índios tiveram lugar pequenas discussões algum tanto ingênuas, a respeito dos negros o silêncio tem sido na ciência do país absolutamente completo.

Muita estranheza causaram em várias rodas nacionais o haverem esta *História da Literatura* e os *Estudos Sobre a Poesia Popular Brasileira* reclamado contra o olvido proposital feito nas letras nacionais a respeito do contingente africano e protestado contra a injustiça daí originada.

Entre nós, nos derradeiros tempos, sobretudo, alguns espíritos, inteligentes, honestos e desabusados, têm estudado os índios sob vários aspectos.

Dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão.

Qual a carta etnográfica d'África ao tempo do descobrimento do Brasil, época em que começou este a importar escravos dalém-mar? E no século XVII, que nos forneceu centenas de milhares de africanos? E no XVIII, que prosseguiu fartamente na messe? E no XIX, até 1850, que se excedeu no terrível comércio? Qual então a classificação das raças, a situação política de vários Estados do continente fronteiriço? Qual o grau de cultura em que se achavam? Qual a organização social dessas gentes? Quais as tribos de que nos trouxeram cativos? E em que número? Que lhes devemos na ordem econômica, social, política? Ninguém o sabe ainda hoje!... Ninguém jamais quis sabê-lo, em obediência ao prejuízo da cor, com medo de, em mostrando simpatia em qualquer grau por esse imenso elemento da nossa população, passar por descendente de raça africana, *de passar por mestiço!*... Eis a verdade nua e crua. É preciso acabar com isto; é mister deixar de temer preconceitos, deixar de mentir e restabelecer os negros no quinhão que lhes tiramos: o lugar que a eles compete, sem a menor sombra de favor, em tudo que tem sido, em quatro séculos, praticado no Brasil.

E o que mais admira, o que é mais censurável, sem dúvida, é que o não tenham já feito tantos negros inteligentes, tantos mestiços ilustrados, que abundam em elevadas posições no país.

Preferem, como os velhos que se pintam, iludirem-se a si próprios: darem-se por *latinos, celtas*, e creio que até *helenos*... Não pode haver nada mais cômico. Sim; nada mais para fazer rir sobre a terra do que apreciar o *ciplomb* com que a mestiçada nacional, na sua imensa escala cromática, em reuniões, sociedades, congressos, grupos, academias, assembléias, tropas de terra e mar, todo qualquer ajuntamento, e em suma, em que apareçam cem brasileiros para cima, caso em que a proporção dos misturados para os brancos supostos puros é sempre de noventa e cinco a noventa e nove por cento, nada mais cômico do que o sério com que a imensa mestiçada fabula de si própria pouco mais ou menos como se constituísse uma reunião de fidalgos anglo-saxões ou de antigos Eupátridas do mais puro sangue... Ah! Deus! Quando se acabará essa cegueira e nosso povo, para seguir firme o seu caminho, tratará de conhecer suas origens sem ilusões e sem preconceitos?

Depois de proferido o citado rebate sobre o esquecimento em que sempre no Brasil se deixou o estudo de nossas origens africanas, apareceram uns pequenos escritos na Bahia acerca do *feiticismo* dos pretos daquela zona e de

alguns *levantes* que ali se deram, por eles promovidos, em fins do século XVIII e nas primeiras quatro décadas do século seguinte.

Não deixam de ter algum interesse essas achegas para o conhecimento das aludidas origens; mas, evidentemente, por esse caminho, iremos ter às produções anedóticas ao gosto das já referidas a respeito de índios. O que havemos mister é conhecer, à luz dos novos processos da ciência social, o estado exato das sociedades africanas que enviaram representantes ao Brasil e a parte com que entraram na formação da nova nacionalidade aqui fundada. Esta é a questão; o mais é esgrimir no ar.

Felizmente, na falta de estudos brasileiros, existe o admirável, e magnífico livro de A. de Prévaille – *Les Sociétés Africaines. Leur origine; leur évolution; leur avenir*, que derrama uma luz intensíssima no assunto.

O autor é um dos mais autorizados discípulos da escola de Le Play, um dos mais eminentes companheiros de H. de Tourville, Ed. Demolins, P. de Rousiers.

O objeto do livro é como se fosse um assunto estritamente nacional; e, por isso, é aqui resumido em suas teses capitais.

O continente africano, espécie de *pia gigantesca*, como lhe chamava Livingstone, é um platô alto cercado quase completamente por montanhas, próximas da costa.

Divide-se em quatro regiões perfeitamente distintas, que são outras tantas zonas sociais igualmente definidas.

Cada uma dessas zonas é o habitat de raças e sociedades divergentes.

A seguir do norte para o sul, a sucessão das regiões mais é a seguinte, segundo as próprias expressões de A. de La fabula Prévaille:

A zona dos desertos do Norte, que é seca, onde a vegetação arborescente é quase nula ou pouco considerável; constitui um todo de vastos desertos ou estepes mais ou menos pobres; confina com a Ásia, de que é um prolongamento.

A zona do planalto central ou área equatorial, onde as chuvas cotidianas asseguram uma umidade constante, favorável ao crescimento das árvores; é um imenso maciço de florestas luxuriantes e pantanosas, no qual abundam a grande e a pequena caça.

A zona dos desertos do Sul, que reproduz a *secura crescente* da do Norte.

E, finalmente, a *zona montanhosa*, situada a leste, formada por um emaranhamento de vales florestais e de cumeadas ervosas.

Cada uma dessas grandes zonas se subdivide, sob o ponto de vista do clima, dos recursos da vida, e, portanto, do trabalho e da organização social, em várias regiões. Destarte, a dos desertos do Norte, que não interessa diretamente a este estudo, por não ser habitada por negros e sim pelos brancos, *berberes*, divide-se em: *região dos pastores cavaleiros*, *região dos pastores cameleiros*, *região dos pastores cabreiros*, *região dos pastores vaqueiros*, seguindo do norte para o sul.

A zona montanhosa de Leste, que merece peculiar atenção a quem estuda a raça negra, por ser uma espécie de *officina gentium* no continente preto, por ser o ponto ali primeiro povoado por elas e donde ainda hoje irradiam para oeste e sul, possui: *pequenos platôs ervosos, próprios para a indústria pastoril, terrenos de pastoreio artificial e cultura; paragens adequadas à caça; terras próprias para a coleta de frutos espontâneos do solo.*

A zona dos desertos do Sul apresenta as seguintes modalidades: *savanas, estepes pobres, territórios de caça.*

A zona do Centro, que é a região da mata equatorial, mais pujante ainda do que a do Amazonas, que lhe é fronteira, divide-se em quatro regiões distintas: *a da mandioca, a da banana, a do tucusso (eleusine), a do sorgo (dourah)*, do sul para o norte.

Pondo de parte os *árabes*, que se têm metido na África pelo menos desde três ou quatro séculos antes de Cristo, mais ou menos intensamente, e com assinalada atividade desde o século VII da nossa era; sem falar dos *européus*, que, desde o século XV, têm fundado feitorias e colônias em suas costas; excluindo os *egípcios* e *berberes*, contados entre as gentes brancas, ou quase, e os *hotentotes*, que são incluídos entre os povos amarelos, os habitantes das três zonas de Leste, Centro e Sul são pretos, ramificados em três grupos: *Bantos, Xiluques, Etíopes*. Estes últimos se subdividem em *Abissínios* e *Galas*; parecem uma formação mestiça, devida a antiquíssimos cruzamentos com os primitivos *Aditas*. Os *Abissínios*, por sua posição próxima ao Egito, e outras vantagens naturais, civilizaram-se até certo ponto e escapam às considerações feitas por A. de Prévile sobre o complexo das gentes pretas africanas. Não assim os *Galas* e menos ainda os *Bantos* e *Xiluques*. As raças negras, tomadas em conjunto, mostram muitos pontos de semelhança com os índios do Brasil e diversos pontos de divergência. Entre estes avultam o fato de serem várias delas dadas à indústria do pastoreio, nas regiões de Leste e Sul, e o fato de se dedicarem algumas aos trabalhos agrícolas. Pode-se até dizer que o negro só

deixa de ser pastor onde não pode absolutamente dar-se a esse gênero de vida, na zona do Centro, infestada pela famosa mosca *tsé-tsé*, mortal aos rebanhos, e só não exerce a cultura, onde lhe é também impossível nessa mesma zona na parte da mata, quase impenetrável. Infelizmente o império da *tsé-tsé* orça por 10 milhões de quilômetros quadrados, um terço da África, igual à Europa inteira, e só a extensão da intensa mata sobe a cerca de um milhão de quilômetros.

Grande porção das gentes negras vive circunscrita nestes limites, entregue à caça e à coleta, com todos os inconvenientes próprios destes meios de viver, e, onde e possível, a um rudimentar cultivo do solo.

O maior número dos africanos vindos para o Brasil foi da zona típica subequatorial.

Mas, acompanhando Prévile, veja o leitor o caráter social do preto zona por zona e vá, desde já, reparando nos pontos de semelhança existentes entre esse caráter e o de vários grupos das populações brasileiras.

Começando pela originalíssima região montanhosa de Leste, o primeiro núcleo de populações negras a despertar a atenção é o das que se dão ao pastoreio nos platôs cobertos de ervas. A vida pastoril, porém, nessas paragens está mui longe de se parecer com a dos pastores nômades, organizados em famílias patriarcais, do imenso estepe central asiático, com a dos pastores nômades do grande deserto do Norte africano e até com a dos estepes pobres dos hotentotes no Sul do continente. Os pequenos platôs ervados das montanhas de Leste são demasiado estreitos para dar lugar ao régimen nômade, que é substituído pelo de *mudança simples de pastagens ou retiros*. Os franceses chamam a isto *le régime de transhumance, le pâturage transhumant, c'est-à-dire qu'on établit deux stations pour les troupeaux, l'une d'hiver, l'autre d'été*, segundo as próprias palavras do autor que vou compendiando. Temos o fato entre nós em nossa enormíssima zona pastoril, que abrange todo o Brasil central, desde o alto Norte nas margens do Rio Branco em o maciço da Guiana até a fronteira da República do Uruguai, com exceção apenas do corte produzido pelo Amazonas; temo-lo ainda muito comum, principalmente na região típica que vai do Paraguaçu da Bahia ao Itapicuru do Maranhão, sem o termo técnico. Em Sergipe, chama-se *mudar o gado de pasto ou de solta*; em Minas diz-se *mudar o gado de retiro*, ao que me asseverou o Dr. Carlos Lindenberg, ilustrado agricultor e criador estabelecido na cidade de Campanha. Em Portugal traduz-se *transhumance* por *deambulação*.

Na vastíssima extensão do Brasil pastoril, porém, o fenômeno se dá em escala muito menor e sem as conseqüências acarretadas peculiarmente em África na região de que se trata. Ali a família tende a tornar-se sedentária em uma das

residências, ordinariamente a de inverno, mais própria para a conservação dos laticínios, e a enviar uma parte de seus membros com os rebanhos, quando estes se deslocam para a estação de estio. Só por este fato fica ela cortada em duas, pelo menos, durante uma parte do ano.

A posse dos pequenos platôs tem sido desde os primórdios disputada, dando origem a perpétuo estado de guerra, mantido pela estreiteza dos aludidos planaltos. É mister manter-se a gente neles contra os ataques de novos invasores e contra as reivindicações incessantes dos antigos possuidores esparsos nas vizinhanças. Não é só este estado de defensiva o resultado da residência nos apertados sítios; ela estimula também à ofensiva; não raro as pastagens se tornam insuficientes e é preciso ocupar as do vizinho. O rebanho pelas epidemias reduz-se muitas vezes a nada; é necessário fazer a *razzia* nos mais próximos. Sob o influxo dessas necessidades de defesa e de ataque – um grupo se desprende da família sedentária: é o dos *combatentes*, dos *guerreiros*, dos *moços*. E eis a oficina de trabalho da família dividida pelo menos em três oficinas isoladas: a do *pai*, que fica no ponto mais favorável das pastagens, o mais defensável; a dos *pastores* ou *kraat de trabalho*, composto de jovens de ambos os sexos, encarregados de vigiar os rebanhos nos pastos de estio ou de inverno; a dos *guerreiros* ou *kraal militar*, dedicado à defesa do solo e às expedições de *razzias*. Em tal meio a guerra é uma questão de vida e morte, é *um modo de trabalho*. O serviço das armas exerce sobre o grupo social preponderância irrecusável. A *família*, o *clã*, a *nação* são constituídos para a guerra. Os meninos de ambos os sexos permanecem longe do lar até a idade de quatorze anos nos *kraals* de pastoreio, pertencentes às várias famílias. Quando o filho de um chefe *local*, um chefe de *clã*, atinge àquela idade, tem de entrar no serviço da guerra, seguido de todos os seus companheiros da mesma idade. Cada pai dá a seu filho algumas cabeças de gado para seu uso pessoal, e todos juntos partem para o *kraal*, ocupados pelos *El-Morans* ou jovens guerreiros, da subdivisão. As pastoras acompanham ainda aí os pastores: ficam com eles no *kraal* guerreiro, como dantes no *kraal* de gado, para os serviços domésticos e preparo dos alimentos. E eis ainda neste segundo estado a mistura dos sexos, longe da rudimentar família, que fica sempre fora da formação da mocidade. O *El-Moran* não exerce outro ofício além do da guerra. Suas armas, seu escudo, sua tenda de couro, todos os seus petrechos são fabricados pelo *El-Gono*, mísero escravo habitante das aldeias conquistadas, ao qual incumbem também todos os trabalhos, além da guarda do rebanho do acampamento, e é conservado na mais completa abjeção. O jovem soldado não fica ocioso. O campo móvel não é resguardado por nenhuma fortificação; sua segurança repousa na vigilância das sentinelas regularmente colocadas.

No intervalo de suas horas de guarda, o *El-Moran* deve aprender a melodia selvagem do canto de guerra, escutar em silêncio intermináveis discursos, ou fazê-los, se lho mandam; aprender em manobras metódicas nas cercanias do

acampamento o manejo das armas, e, sobretudo, instruir-se na grande arte de furtar com destreza os utensílios, o marfim ou os rebanhos. Este ponto é capital; porque se se deixa agarrar, sua cabeça, fincada em uma estaca, virá a ornar a porta de uma aldeia inimiga. Os bandos, sempre ambulantes dos *El-Morans*, servem de guarnição ao país; espreitam todas as passagens, que os soldados conhecem admiravelmente por tê-las percorrido, quer efetivamente no correr das expedições quer pelos olhos do alto de algum cume elevado. Caem tais bandos de improviso, ao sul, a leste e ao oeste, nos pontos que o grande conselho, assistido pelo grande mágico ou *Libon*, designa como objetivo das *razzias*, ou, quando chamados em socorro, mediante salário, por algum chefe de sua raça, residente em terras afastadas, intervêm em seu favor contra os rivais sustentados por outros bandos, formados pelo mesmo modelo.

Quando a *razzia* é bem sucedida ou o salário em reses é pago ao bando, trata-se da partilha do espólio, tiradas de antemão numerosas cabeças de gado em proveito do *Libon*, o mágico, cujos conselhos são tão preciosos. A divisão do restante ocasiona brigas sanguinolentas. Os valentões, os insolentes, consultando apenas a própria avidez, apoderam-se dos animais, segundo sua conveniência, e desafiam os companheiros a vir tomá-los. A regra é que se, contra todos, conseguem defender, durante três dias, a presa, ela não será mais disputada. É então que se dão as verdadeiras batalhas.

Sucumbem mais guerreiros nestas desavenças do que durante a sortida em terra inimiga.

Matar, porém, por este modo é permitido, porque todo o homem, que não sabe garantir a sua pele, não merece senão o esquecimento.

Surpreende-se aqui a profunda diferença existente entre as raças originadas dos pastores nômades e as formadas nos pequenos platôs ervados. O lugar do patriarca está vazio e a partilha, fim natural das operações da comunidade, efetua-se com a força do braço.

Foi do rebanho do pai que os *El-Morans* tiraram a primeira subvenção em gado, necessária à sua administração no acampamento; é, em troca, o rebanho paterno que se enriquece com os animais capturados por seus filhos, ao menos em grande parte. Contribui, destarte, o emigrante militar para conservar o lar donde saiu, viveiro de guerreiros, até a morte do pai. Quando esta se dá, o mais velho, o mais antigo dos *El-Morans* saídos de casa, e chamado às pressas e toma posse da sucessão, que lhe toca inteira. Sai com saudades da corporação militar, casa-se logo que chega a sazão em que nascem os bezerros. É um caso de *transmissão integral do patrimônio*, bem diverso, porém, do que se dá nas famílias patriarcais em que persiste a *indivisão* para todos, passando ao mais velho apenas a *autoridade moral*, e também divergente do que se dá nas

famílias-troncos, base das sociedades de *formação particularista*, nas quais o herdeiro é antes associado à gestão; é um escolhido por certas qualidades. O pastor dos pequenos planaltos não conhece seus filhos e nenhum destes é preparado para a sucessão, porque as oficinas do trabalho em que eles se formaram são alheias à direção dos chefes de família. A razão que limita a um só o número dos herdeiros é uma idéia de luta constante contra os vizinhos para a conservação dos pequenos platôs de pastagem, idéia inspirada pela própria estreiteza desses platôs.

Neste gênero de sociedade, nesta espécie de países de recursos limitados, importa limitar também o número dos casais estabelecidos no território. As noivas são compradas por um certo número de vacas e o costume tem estabelecido que, até a morte do pai, os filhos não as podem possuir como próprias, o que retarda até lá os casamentos.

Com o sistema de vida em comum para a mocidade dos dois sexos – o *El-Moran* acharia mulher *grátis*; mas os filhos oriundos desta união, os bastardos nascidos nos *kraals* de guerra, pertencem ao *pai da mulher*. A casa que se quisesse assim fundar seria um lar sem filhos, e, portanto, caduco; seria em proveito do avô materno e de seu futuro herdeiro que os moços trabalhariam, quer dizer, pilhariam no futuro; seria ele que receberia o preço do casamento das filhas. Em tais condições, pode praticar-se a união livre, mas não o casamento, o aumento normal dos lares estabelecidos, direito que pertence só ao filho mais velho e só pela morte do progenitor.

O primogênito, uma vez transformado de *El-Moran* em *El-Morua*, em chefe de casa e senhor de rebanho, não sonhará mais com proezas pessoais; seu cuidado será multiplicar, com o rebanho, o enxame de defensores do solo e roubadores de gado. Tendo vivido, como se viu, longe das vistas do pai, num meio turbulento e brutal, não recebeu nenhuma formação moral, nenhuma tradição; não aprendeu a honrar senão a força material e a coragem feroz.

O antigo chefe da família, que não tomava mais na guerra, morto de moléstia ou velhice e não no brilho da força, em meio de façanhas, *não prestava mais para nada*. Por isso não obtém as honras fúnebres, reservadas aos heróis caídos na luta. O herdeiro toma nos ombros esse cadáver, que nenhuma auréola enobrece, e o lança fora do recinto da casa, atrás do curral dos animais. Depois as hienas e aves de rapina deixam ali apenas alguns ossos limpos, em que o caminhante dá com o pé, ou que os meninos do *kraal*, rindo, atiram uns aos outros, em seus brinquedos.

Nos lares desses montanheseiros, pois, desorganizados pela guerra, não existem respeitadas tradições firmadas na memória dos maiores; não existe culto doméstico, religião na família; e, como é mister ao homem um culto, o povo

inteiro entregar-se-á às superstições da magia, à influência dos *Libons* ou *fazedores de chuva*, que se gabam de poder refrescar à vontade as pastagens, impedir a mortandade dos animais, predizer a vitória ou a derrota.

Que contraste pasmoso com o tipo patriarcal, existente entre os pastores nômades! Que diferença entre esse patriarca sempre presente, formado no lar pelos antepassados, revestido de autoridade tradicional, afeiçoando seus descendentes ao molde de que ele mesmo é um exemplo, e este *El-Morna*, cujos filhos e filhas correm aventuras ao longe e crescem debaixo da direção única dos camaradas, tomados por chefes por causa do vigor do seu braço!

Que diferença entre o antepassado reverenciado, ao qual, vivo ou morto, se dirigem os sinais do mais absoluto respeito, a inclinação, a *prostração*, e este chefe de *kraal*, que seu herdeiro, naturalmente, sem o mais leve remorso, vai atirar à estrada!

Donde nasce esta oposição tão completa nas idéias e nos hábitos? Provém em grande parte de uma simples diferença na organização do trabalho, da separação completa, nos pequenos platôs em questão, entre a oficina de trabalho dos filhos e a do pai. Mas, para dar a explicação completa do último fato, que é puramente africano, forçoso é admitir a ausência de tradições patriarcais anteriores no seio da raça que povoou aqueles sítios e neles se entrega à indústria do pastoreio *transhumant*.

Resta examinar a sorte dos *filhos mais moços*, por ocasião da morte do pai, quando o mais velho toma posse do rebanho. Eles, os irmãos mais moços, nada podem pretender na sucessão; porém, daí por diante, todo o gado conquistado por eles lhes pertencerá. Ficarão ainda algum tempo em serviço, reunindo recursos, aguerrindo-se cada vez mais, tomando sobre os seus jovens camaradas uma influência crescente. Quando julga a ocasião oportuna, o veterano entre eles, e com o recurso dos companheiros d'armas, desce das alturas, conduzindo diante de si seu pequeno rebanho.

Levando suas *boas amigas*, toma uma direção já seguida por seus predecessores e invade algumas aldeias das terras baixas, onde os negros, expulsos em épocas passadas das alturas, vivem da *coleta* e de exígua cultura. Impõe tarefas e tributos para sustentar seu gado, suas gentes e a ele mesmo; torna-se senhor do solo, toma o governo e funda, destarte, uma dessas *che farias de aldeia* encontradas por toda parte na África pelos viajantes, desde as bases das montanhas de Leste até o divisor das águas do Congo.

Uma vez estabelecido, esse invasor tenta acrescentar seu império pelo comércio e pela guerra, pela política, pelas alianças com os chefes vizinhos da mesma raça e os bandos de seus antigos camaradas. Tal é a origem de um

grande número de *reis negros*, de quase todos aqueles que são senhores de aldeias compreendidas na zona montanhosa e mesmo dos que se encontram, até o coração do platô central, ainda de posse, em sinal de nobreza, e a despeito das dificuldades do lugar, de alguns animais que se tornam quase selvagens.

Esses chefes implantam-se facilmente no meio das populações das terras baixas, porque estas populações são *completamente desorganizadas sob o ponto de vista social*, pois a constituição da família se acha nelas *inteiramente arruinada*, em razão das mudanças a que foram forçadas, das conquistas que sofreram; ao passo que os emigrantes dos pequenos platôs ervosos saem de um clã mais ou menos sólido, estão pelas circunstâncias afeitos a uma disciplina séria. Esses chefes, impostos pela força, são considerados como senhores, por direito de conquista, da região sobre a qual se estende sua ação. Não constituem, porém, a propriedade privada do solo, desconhecida em suas pastagens. Usarão do poder para fazer respeitar o território, para manter nele uma certa ordem proveitosa a seus interesses, para compelir o povo à cultura, se a *coleta* e a *caça* não forem suficientes.

Não recuarão diante de nenhuma repressão sanguinária, de nenhuma explosão bárbara. Não podendo mais roubar gados, farão *razzias* de escravos. Não se acham no caso de ensinar a seus súditos as qualidades que não receberam em sua educação; o respeito da mulher, a autoridade paterna, a compaixão, o culto privado. Sua corte será dissoluta, seu governo absoluto e feroz; a influência dos feiticeiros será para eles onipotente, o *tráfico dos escravos se organizará sob sua direção*. Tal é o quadro geral da África negra, já desde essas mais adiantadas gentes da região montanhosa de Leste, quadro que se vai cada vez mais tornando escuro, à medida que se vai estendendo às populações das outras zonas, ainda mais desorganizadas.

E este é o caso dos habitantes das regiões baixas, vizinhas dos pequenos planaltos ervosos, que o autor passa a examinar por miúdo. Não o acompanharei nesta excursão, altamente instrutiva, porque mais urgente é o estudo das gentes do Sul e do Centro, donde ao Brasil veio a mor parte dos africanos importados. Limito-me, sempre com Prévile, seguido quase pelas mesmas palavras, a dizer que as populações das terras baixas, vizinhas dos planaltos de pastagens, foram dali repelidas e forçadas, em novos sítios, a trabalhos diferentes dos do pastoreio, vindo a sofrer uma tríplice deformação: a primeira pela necessidade de se submeterem a chefes militares; a segunda, como vencidas, pela privação de seus meios primitivos de existência; a terceira sob a ação de novos modos de trabalho impostos pela natureza dos lugares que as receberam após a derrota. *A caça, a coleta de frutas, a cultura* impuseram-se-lhes, conforme a natureza dos habitats.

Mas nem todos os repelidos da grande região de Leste, ponto inicial dessa vibração que põe, segundo a frase do autor, em movimento e desloca perpetuamente as populações negras, como o comprovam todos os exploradores, têm ficado nas regiões baixas vizinhas.

Muitos se têm dirigido para o Sul ou para o Oeste, onde os seus destinos têm sido assaz divergentes, conforme as novas residências.

Deste número são as gentes que formam o grande grupo étnico denominado *banto*, das quais provieram em mor escala os negros passados ao Brasil, não só *bantos*, do Sul, como do Centro.

Nas savanas da zona meridional fixaram-se mais ou menos muitos grupos desses emigrados, que são geralmente denominados *Cafres*, cujos principais representantes são *Zulus*, *Matebeles*, *Macololos*, *Bectuanas*, *Damaras*, *Herreros*, *Ovambos*, *Amboelas* e outros menos famosos.

Já de si desastradamente organizados no seu remotíssimo viver nas altas regiões de Leste, ainda mais imperfeitas são as linhas gerais de seu estado social nas belas savanas do Sul africano.

As deformações acentuaram-se notavelmente no correr da longa e morosíssima retirada através das ervagens das montanhas. Para resistirem aos que os impeliam a sair, para deslocarem-se e porem-se em marcha em boa ordem, salvando os gados, para abrirem caminho em meio de populações hostis que era mister desalojar de posições de difícil acesso, os atuais habitantes d'África austral foram obrigados a submeter-se cada vez mais a uma disciplina militar implacável. O que se chama a *sociedade civil*, da qual o casal do chefe da família, do *El-Morua*, é uma representação, como se viu, foi nesses pobres emigrados absorvido pelo comando militar absoluto.

Estes grupos não se podem mais denominar nem famílias, nem clãs, nem tribos: são, como dizem os missionários do Zambeze, – *regimento*. Os chefes locais são *indunas* ou *capitães*.

Só eles, e isto raramente, são consultados pelo *rei*; formam um *conselho de guerra*, que julga os delitos e só aplica duas espécies de penas: a *mutilação* e a *morte*.

Quando uma sociedade, pondera o autor, que vou seguindo quase literalmente, se transforma a esse ponto, quando todas as suas forças vivas se concentram nas mãos dos que governam, sendo estes puramente militares, é que ela atravessou circunstâncias, nas quais a família se tornou insuficiente para garantir aos seus membros a satisfação das primeiras necessidades: o pão

cotidiano e a segurança da existência. Compreende-se, sem esforço, a dificuldade que se mostrou, desde o começo da longa migração, para conduzir *separadamente* os rebanhos pertencentes a cada *El-Morua* ou chefe de família; forçoso era juntar os animais em um só comboio que os bandos armados pudessem proteger.

No fim de longos prazos de jornadas e lutas, era impossível proceder a partilhas e especialmente *repartir as perdas*, consideradas como sofridas por todos.

De tudo ressalta a necessidade de formar séries de rebanhos comuns, cujo administrador é o chefe de guerra, o que ordena os movimentos e deve assegurar a alimentação dos combatentes. Destarte, pode dizer-se que se achavam invertidas as posições: na montanha, como se viu, os rebanhos conseguidos pelos *kraals de guerra*, pelos diversos *El-Mornas*, iam engrossar os rebanhos dos chefes de família, dos diversos *El-Moruas*; agora é o contrário: subsiste só o rebanho pertencente ao campo de guerra, engrossado pelos rebanhos particulares dos chefes de casa. É uma transformação radical, prenhe de conseqüências graves.

Despojado da gestão, que era sua função própria, o chefe de família retoma a lança, entra na fileira e vai perdendo aos poucos suas qualidades de previdência postas em prática em tempo de pastoreio *de ambulante*, e agora inúteis no meio de um verdadeiro regimento. Só, ao invés disso, o chefe encarregado de tudo dirigir, de fazer viver toda a partida, conserva essa qualidade de previdência. Concentra em suas mãos os interesses de todos, dirige o rebanho e reúne em torno de si as mulheres que se encarregam da manipulação do leite. Este chefe torna-se, além de *patrão geral*, um *diretor do trabalho*; torna-se, por isso, muito poderoso, conserva hereditariedade em sua família, à qual, e só a ela, as circunstâncias conservam a idéia de previsão e de governo. E assim a raça de pequenos patrões, com suas casas independentes dos pequenos platôs ervosos, chega aos pastos da zona do Sul transformada em *regimento*, com um pequeno número de *capitães* hereditários, senhores de tudo, dos guerreiros, das mulheres, dos rebanhos...

Nas pastagens mais uniformes da África austral acham-se mudadas as condições de trabalho, ao mesmo tempo que o caráter da raça.

O regime de simples deambulação (*transhumance*) já não é mais possível para o gado, porque a alternativa das estações seca e úmida *produz ao mesmo tempo as mesmas modificações na região inteira*. A vida nômade, qual a praticam os moradores dos desertos do Norte, é impossível ao cafre, como já se disse, porque a existência dos pastores nômades, mongóis, semitas, berberes ou arianos, ontem como hoje, supõe o laço patriarcal na família e na tribo, o respeito das tradições dos maiores, a autoridade dos anciãos, a solidariedade

baseada no parentesco, coisas todas estas que jamais os negros possuíram, nem até nos famosos platôs da região montanhosa de Leste e ainda menos, se é possível, nas regiões do Sul e do Centro.

O *capitão* não é um patriarca, é um explorador e um dominador feroz, que usa das qualidades de um mando que pôde conservar, não como pai devotado, sim como senhor interesseiro e implacável.

Seu *regimento* é para ele uma coisa que lhe pertence, não é sua família.

Se as grandes migrações são interditas aos povos cafres em virtude de sua constituição social, se o pastoreio de ambulante, que corrige a desigualdade das estações, lhes escapa, forçoso lhes é o reduzir seus rebanhos ao número mínimo de cabeças que a terra pode alimentar na estação seca, a mais desvantajosa. Não se pode, pois, viver exclusivamente de gado, e deve-se recorrer à *cultura*, aliás fácil e remuneradora pelas condições favoráveis do clima.

Os pastes são, em geral, nas savanas do Sul, limitados por espaços infestados de abrolhos e espinhais ou por verdadeiras florestas que tornam as comunicações difíceis de uns para outros. Cada clã habita separadamente as vastas ilhotas aptas ao pastoreio. Retida pelas fronteiras naturais e pela resistência dos vizinhos, a cabilda torna-se sedentária e entrega-se à cultura. E como a guerra é constante nas fronteiras, entre essas gentes arregimentadas, todo homem é soldado, o que vale dizer que à mulher incumbe o trabalho da terra. Os homens, nos intervalos das expedições, *passam os dias a fumar e a beber em roda do Kraal e das cabanas do capitão*. A mulher vem a ser, desta forma, o verdadeiro trabalhador e produtor entre os Cafres.

Ora, as necessidades das primitivas retiradas guerreiras já tinham grupado as mulheres em torno do chefe e sob a sua direção.

Compreende-se que esse mandão poderoso reclame o maior número possível de tais trabalhadores. Nas expedições de guerra – não se captura somente o gado do inimigo, leva-se também uma parte da população. Os homens são massacrados, salvo os que podem fugir a tempo do campo de batalha; as mulheres tornam-se escravas; os filhos, levados com elas, reparam as perdas que os contínuos combates infligem aos vencedores.

Os meninos, criados no exército, tomarão nele lugar mais tarde; as meninas serão mais tarde desposadas pelos *indunas* (capitães), ou pelo *rei*. Até doze anos todos os meninos, nascidos na tribo ou tomados de fora, são alimentados exclusivamente de leite. Desde que podem andar, vão duas vezes por dia todos

juntos ao *kraal* do capitão, e sob a inspeção deste oficial, tomam por si mesmos sua refeição nas tetas das vacas.

Só por este traço tão característico pode avaliar-se o que resta da família!... Um *capitão* do bando a substitui nas funções mais necessárias e mais íntimas!... Tome-se nota do fato.

Acima desses *capitães de bando*, origem certa de nossos *capitães-de-mato* e de *muitos outros mandões*, que sempre infestaram todo o interior do Brasil, oriundos deles, dos *caciques selvagens* e de certos *chefes de solares* portugueses, acima de tais capitães está o rei, capitão dos capitães. A autoridade superior, porém, exercida pelo rei, não chega a contrabalançar a influência de que gozam os capitães sobre cada uma de suas companhias, influência que não é o resultado de uma intimidação de momento, mas uma verdadeira força social, ligada à função de *patrão* e de *diretor do trabalho*, exercida pelos tais capitães. Infelizmente a destruição da família levou as coisas a este triste resultado.

O capitão facilmente percebe o poderoso laço que o prende a seus homens, serve fielmente o rei, por causa das distribuições de reses feitas por ele depois da vitória, cujo principal elemento foi o agrupamento sob suas ordens de um grande número de companheiros. Mas, quando se sente bastante rico e bastante forte para escapar ao mando real, um rebento de ambição brota em seu cérebro. Quando se julga, por modos vários, preparado para a empresa, emigra, deserta com sua companhia e seu rebanho e vai por sua conta ocupar uma terra afastada, cujos habitantes submete.

Estes, privados de seus gados, são coagidos a nutrir por meio de tributos, cobrados sobre suas culturas, suas caças, suas coletas, o bando invasor que fica formando uma espécie de casta superior, tendo só ela direito ao rebanho de bois. Os parentes do feliz capitão, seus guerreiros notáveis e os filhos, filhas e, até, sobrinhas destes – governam as aldeias e fazem entrar os impostos... Por este método é que têm tido origem os afamados governichos africanos de *Macololos*, *Metabeles*, *Zulus* e outras gentes do continente tenebroso.

A devastação, o roubo dos gados, a escravidão dos que escapam, têm sido o viver normal das gentes negras desde os mais remotos tempos. É regra que tem sido descrita por todos os que as têm visitado desde o século XV até hoje.

A formação exclusivamente militar dos povos que habitam a região das savanas, vencedores ou vencidos, é a causa da fragilidade do laço nacional entre eles. Este laço é quebrado nos vencidos pela supressão do *kraal* de gado do seu capitão; nos vencedores pela deserção constante, e, por assim dizer, clássica, dos respectivos capitães. É uma espécie de *endêmica traição política*

de que, parece, várias amostras, como sobrevivência, têm aparecido nos modernos tempos entre os *régulos brasileiros* e seus mais chegados *capitães*. Em África o fato tem sido e é ainda hoje corrente.

Tornado *inkosi*, isto é, *rei*, o antigo *induna*, ou *capitão*, informa Prévile, que tenho estado, repito, a compendiar, acha-se, por sua vez, nas condições do *inkosi*, por ele abandonado, a saber, tendo sob suas ordens *oficiais* possuidores cada um de seu *kraal* de gados, aos quais impõe a autoridade que ele acaba de sacudir por sua conta. Estes, após prazo mais ou menos curto, ou longo, conforme as circunstâncias, pelo exercício mesmo de suas funções patronais, são fustigados a ter para com o seu rei ou *inkosi* exatamente a mesma conduta, o mesmo proceder que ele próprio tinha seguido com vantagens: evadirem-se traiçoeiramente para o Norte, pois é invariavelmente nesta direção que se têm feito os movimentos dos *Bantos*, depois de sua segunda pátria nas savanas meridionais.

O verdadeiro centro de agrupamento, de *recrutamento* social, o ponto inicial e persistente comum a todos os membros da aglomeração, entre os *Cafres*, é, claramente, o rebanho que possui o rei ou o capitão.

Por isso nas guerras incessantes, que são o fato predominante da zona, os rebanhos são sempre a atração e o lucro do combate: o vencido, despojado do seu gado, é condenado, por isso mesmo, à *morte nacional*.

A importância, que tem para o vencedor nada deixar escapar de rebanho e de gente da população inimiga, é que ditou as regras da tática *catre*: enquanto o centro fica imóvel, guardando as reses, as duas alas do exército se estendem à direita e à esquerda em um vasto movimento rotatório, a fim de encurralar completamente o adversário. Mas nem todos os povos vencidos são destruídos; um grande número, até de antigos *cafres*, é simplesmente reduzido à escravidão. O exército dos senhores, acampado em torno da residência real e submetido a dura disciplina, escreve E. Reclus, citado em Prévile, o exército dos senhores, infinitamente mais reduzido em número do que as populações escravizadas, só pelo terror pode dominar: aparece, ora num ponto ora noutra, devastando campos, pilhando os animais... Gentes outrora sedentárias tornaram-se hordas de fugitivos, abandonando aldeias e culturas quando se aproxima o exército do rei. O trabalho das minas lhes é interdito para que se não enriqueçam; a caça do elefante, nas regiões mais ao norte em que ele aparece, lhes é vedada, por ser uma ocupação nobre e escravos não se deverem igualar aos senhores...

Alguns desses destroços de gente deixaram de criar gado; os *mandandas*, habitantes das planícies situadas perto do rei de Gaza, puseram-se a criar

cachorros, na esperança de que ao menos esta carne desprezada não lhes seria tomada por seus opressores.

E são estas as gentes consideradas a *raça afetiva* por sonhadores fantasistas, preocupados em arranjar trindades, trios e trilógias!...

O caráter social dos bantos meridionais está, evidentemente, ainda mais deteriorado do que o dos seus parentes das regiões altas de Leste.

Não são eles, porém, os únicos habitantes africanos do Sul do continente. Nos estepes de Sudoeste residem os *Hotentotes*, que não são negros, como já ficou dito, e no deserto de Kalahari e vizinhanças os *Boximanes*.

Daqueles nada há a dizer que interesse ao Brasil; dos outros, dos quais nos vieram não poucos exemplares, basta referir que esses íncolas de magros terrenos de caça, impróprios para o pastoreio e para a cultura, andam reduzidos à maior desorganização pelas dificuldades de uma vida quase sempre errante e sem recursos certos. É uma poeira de homens, diz o ilustre escritor, sem laço, sem resistência contra as incursões dos estrangeiros. De tempos imemoriais, os *Boximanes* foram um celeiro de escravos para *Hotentotes* e *Cafres*.

É tempo de passar à zona equatorial do Centro, o grande império da *tsé-tsé*, a região sem rebanhos, sem pastores, a região da rudimentar cultura, da pura coleta e da grande e pequena caça, a verdadeira África, viveiro de escravos para a América durante perto de quatro séculos e durante mais de quatro mil anos para o Velho Mundo.

A rápida vista lançada sobre as gentes de Leste foi exigida pelo fato de ali estarem em germen as fontes das populações africanas, segundo a melhor crítica; o leve olhar atirado aos povos do Sul foi imposto pela necessidade de mostrar a primeira deformação dos africanos negros, logo ao sair de seu ponto de partida e pelo fato de que muitos milhares dos escravos importados no Brasil foram dali provindos.

A apreciação, porém, do caráter social das gentes do Centro, dos africanos subequatoriais, impõe-se a quem quer que pretenda saber duas linhas acerca da formação, da constituição e do caráter da sociedade brasileira. Em que pese a fátuos pretensiosos de todas as formas e feitios, ali está uma das fontes caudais que despejaram no Brasil, durante quase quatrocentos anos, numerosíssimos contingentes para a argamassa de sua população. Assim o quiseram, assim o tenham. Não é mais do que viver séculos do trabalho alheio, escravizando duas raças, e depois pretender arrancar as páginas da história para fantasiar fidalguias. Não é mais do que fazer do país um vastíssimo *harém*

de índias, pretas, mulatas *cor de canela*, e morenas *cor de jambo*, segundo o lirismo dengoso dos D. Juans colonizadores e patrícios, e, agora, impor silêncio ao sangue... A enormíssima mestiçada brasileira labuta numa situação psicológica verdadeiramente original: tem ódio ao branco e procura por todos os modos passar por branca! – É curioso. Falta-lhe a coragem de dar-se pelo que realmente é...

A imensa zona africana do Centro, manancial da maior parte dos vinte e tantos milhões de negros escravos que importamos, divide-se em quatro regiões, caracterizadas pela planta, cujo produto serve de base à alimentação das respectivas populações: *a mandioca, a banana, o tocusso (eleusine), o sorgo (dourah)*.

Servir de base à alimentação é, talvez, um simples modo de dizer, porque a verdadeira base se encontra na caça. Vamos lidar, pois, com gentes caçadoras, ao jeito mais ou menos dos índios brasileiros; e digo mais ou menos, porque em África, na região ora estudada, existe a grande caçada dos enormes quadrúpedes, que não se encontram entre nós, como já notei, páginas atrás.

As populações africanas, quer as *berberes* do Norte, quer as *abissínicas*, quer as *negras* estudadas de leste a sul, dão-se, como se viu, à arte pastoril, e modificam-se, conforme as variações impostas pela natureza a esse gênero de trabalho. Na zona do Centro uma modificação ainda mais radical se efetua nas gentes negras.

Aí desaparecem os grandes auxiliares do homem: o boi, o cavalo, o camelo, a cabra. Raros exemplares desta e do boi são conservados num e noutro ponto, com enormes dificuldades. Alguns cães, também dificilmente conservados, e aves, constituem a provisão de animais domésticos. A causa deste fenómeno estranho, como já disse, repetindo sempre Prévaille, o que, ainda uma vez o noto, o leitor deve sempre ter em vista, é a mosca *tsé-tsé*, também chamada *mosca-do-elefante*, cuja picada é causa de morte certa para o *boi*, o *cavalo* e o *cão*. O homem é imune. Mas é forçado a viver sem o auxílio dos principais animais domésticos, auxílio indispensável, até certo ponto, para os mais elementares trabalhos de simples *coleta*, de pequena cultura, de mera extração, de fabricação e de transportes.

Na vastíssima zona do Centro está o teatro de uma organização social particular. As cabildas que passaram as fronteiras dos domínios da *tsé-tsé* foram aquelas que, não se podendo manter nas regiões vizinhas, se acharam compelidas a penetrar e a ficar na terrível zona. Tiveram de transformar-se quanto aos meios de existência e à estrutura social.

A grande caçada, isto é, a caçada aos grandes animais, os búfalos, hipopótamos e elefantes, exige agrupamentos numerosos, que se podem chamar *clãs de caça*. É recrutamento que se faz fora dos laços do sangue; porque as famílias estão já desorganizadas de antemão, quer anteriormente a seu recalçamento para dentro das matas equatoriais, quer pela prática diária da caça aos pequenos animais; porque não se deve esquecer que as grandes caçadas são relativamente pouco numerosas e vão-se tornando cada vez mais espaçadas.

No vale do Congo, como no do Amazonas, os efeitos dessa espécie de trabalho são: a imprevidência, a superioridade outorgada à mocidade sobre a velhice, o desenvolvimento do espírito de mau individualismo dispersivo, o relaxamento do berço familiar, a poligamia, a cultura pelas mulheres, a indiferença dos pais para com os filhos.

A família, assim desorganizada, não tem ação sobre os indivíduos que compõem o *clã* ou *bando* da grande caça, não pode, além disso, lhes dar a mínima proteção contra o chefe ao qual os submetem as necessidades do trabalho. Este chefe é naturalmente vigoroso; e o hábito do perigo lhe inspira o desprezo da vida alheia. A disciplina torna-se inexorável e o poder absoluto do diretor não pode sofrer nenhuma oposição. As cabildas de caçadores reúnem-se ao som sinistro de enormes tambores, espalhados nas matas. Tais cabildas têm numerosíssimos ensejos para mutuamente se guerrearem.

A caça se desloca diante da perseguição de que é objeto; o elefante torna-se raro, chega a desaparecer de certos sítios, exatamente os que são habitados pelos caçadores mais intrépidos; a ocupação por estes de novos territórios; o encontro das cabildas ou *clãs*; as queixas freqüentes que esses homens violentos têm a levantar uns contra os outros; a penúria, enfim, todas essas circunstâncias são causas constantes de guerra. Os chefes de caçadores tornam-se chefes de guerreiros; os bandos de caçadores tornam-se tropas de combatentes. A guerra é para eles uma variante da caça; e é bradando – *Bobo, bobo, carne, carne* – que se lançam sobre o inimigo.

Quanto à mais notável de todas as caçadas, a do elefante, dá ela lugar à operação da partilha que exige a presença do chefe. A graxa e a carne utilizadas são em quantidade enorme.

A carne é dividida em *mantas*, que são *moqueadas*, exatamente como faziam os índios do Brasil, dos quais os negros em assunto de caça, coleta e lavoura nada tiveram a aprender e sim muito a ensinar. Uma parte cabe a cada caçador; a parte do chefe é um terço, ou metade, do animal todo, conforme os casos. Cabem-lhe, além disso, certas partes do feto, mocotós, orelhas, pedaços delicados, na opinião dessas gentes, e, demais, todo o *marfim*. O comércio a que este dá lugar é antiqüíssimo; e foi ele então como hoje o atrativo das

caravanas para o interior da África. Quase todo anda nas mãos dos *chefes* ou pequenos *reis*. É um monopólio que lhes dá imenso poder, de onde nascem graves conseqüências.

A imprevidência dos caçadores e o aparecimento da penúria geral trazem aos chefes repetidas ocasiões de utilizarem a riqueza oriunda desse privilégio, comprando gêneros que revendem aos homens e mulheres de sua aldeia, dos quais quase espontaneamente se constituem senhores, especialmente dos meninos. As caravanas, traficadoras de marfim desde a mais remota antigüidade, desde sete ou oito mil anos atrás, fornecem uma saída segura para os escravos que o rei não utiliza diretamente, além daqueles que elas constantemente preiam por sua conta. É no comércio do marfim, pois, que se deve procurar a origem do tráfico dos negros para o Egito, Núbia, Arábia, Índia, Assíria, Babilônia, Pérsia, Judéia e Fenícia desde os mais longínquos tempos.

E eis o resultado geral, no Centro da África, da influência do trabalho da caça sobre as populações: modificação da família e de todos os agrupamentos sociais no sentido da escravidão.

Mas esta síntese das sociedades da zona central, da região de caça, tomadas em conjunto, não dispensa a caracterização das gentes de cada uma das quatro porções em que aquela zona se subdivide.

Cumprido, antes de ir adiante, não deixar em esquecimento um traço de grande valor.

A religião dos negros caçadores da mata é muito mais sombria do que a dos pastores de Leste e do Sul.

Os feiticeiros não são mais os *fazedores de chuva*; são fabricantes de filtros e de encantamentos, destinados a fascinar a caça, a afugentar as feras. São mestres eméritos na fabricação de venenos, cujo emprego se liga à arte da caça, e eles estendem às suas artimanhas mágicas e feitiçarias de caráter vário. As misteriosas trevas da floresta, cujos impenetráveis labirintos podem homiziar a morte a cada passo, o isolamento e a falta de apoio resultantes da profunda desorganização da família, arrebatam o caçador para os terrores supersticiosos, entretidos cuidadosamente pelos feiticeiros. Estes empregam todos os meios para entreter tais pavores, simulando aparições sinistras, fantasmas medonhos, e não se esquecendo de se darem sempre como tendo o preciso poder para conjurar os gênios malignos que infestam as florestas.

A imensa zona das matas africanas se divide em quatro regiões especiais, como já se disse e repetiu. Cada uma destas subdivisões não é influída só pelo clima e pela espécie de cultura que supre, na alimentação, as deficiências, que se vão

cada vez tornando maiores, da caça; sofre também cada uma delas o influxo especial das populações que as cercam e nelas entram. Destarte a chamada região da *mandioca*, que é das do Centro a mais meridional, é invadida pelos *Cafres* do Sul; as denominadas da *banana* e do *tocusso* pelas cabildas diretamente descidas das montanhas de Leste, de *Galas* e *Xiluques*; a intitulada do *sorgo*, colonizada, há milênios, pelos *Xiluques*, tem sempre permanecido sob a pressão das incursões dos *berberes*. Daí, sob a influência desses três fatores, diferenciações mais ou menos acentuadas.

O enorme vale do Congo, especialmente na margem esquerda do portentoso rio, e a bacia do Ogouê ou Gabão, são as terras, por excelência, da mandioca.

A cultura desta planta é a mais própria para os que se iniciam na arte agrícola; exige muito pouco trabalho e dá grandes resultados. Nela tudo se aproveita: o amido, a fécula, as folhas, os brotos.

Tem apenas o defeito de *cansar* depressa a terra, o que força os negros, neste mesmo sentido, aliás, já influídos pela caça que escasseia, a mudarem-se de um sítio para outro. Esta necessidade de mudanças perpétuas opõe-se à constituição da propriedade e contribui para manter a instabilidade das famílias. Os *Cafres* militarizados, cuja descrição já foi dada, facilmente se estabeleceram desde remotos tempos e estabelecem, ainda hoje, nas terras ocupadas pelos caçadores e os forçam à cultura.

Os vencedores, segundo o costume *cafre*, atribuem a seu *capitão*, tornado *rei*, a posse do solo.

Fundam novas aldeias e as povoam de cativos, homens e mulheres capturados nos matos, e de fugitivos, que procuram escapar a um senhor e caem sob o domínio de outro.

O rei coloca à frente de suas aldeias seus principais guerreiros e, de preferência, os membros de sua parentela, homens ou mulheres. Há, assim, uma contínua fermentação de povos em toda a zona; a instabilidade de todas as agremiações políticas é completa.

As conseqüências de um tal estado de coisas refletem-se imediatamente na organização da família, se este nome se pode dar ao fraquíssimo agrupamento pelos laços de sangue porventura ainda subsistentes entre estes negros.

Não sendo mais retidos em torno do *kraal*, porque não possuem mais rebanhos, os pretos da zona central seguem a *mãe*, quando ela se separa de seu homem ou vai morar noutra aldeia. Este laço materno se estende até as sobrinhas e primas germanas nas famílias dos chefes, que se arrogam uma

certa posse territorial. Mas entre o resto da população quebra-se, em cada geração, porque não se apóia em nenhuma posse da terra; porquanto o rápido *esgotamento* ou *cansaço* do solo, já notado em gêneros de cultura dirigidos sem o menor método, impede a constituição das propriedades particulares originadas do trabalho.

O direito territorial dos chefes é um direito de guerra, repousa no poder militar por eles exercido.

Homem ou mulher, o chefe de aldeia não faz cultivar para si só: o poder de que se acha investido, deve-o a um chefe superior, a quem obedece; entrega ao capitão ou *quilola* uma parte da *coleta*; é até por causa da percepção deste imposto que é investido de autoridade.

O *quilola*, por seu turno, é encarregado especialmente de recolher os tributos das aldeias para os levar ao *rei*. É uma vasta máquina hierárquica destinada a *obrigar o povo a cultivar para os conquistadores*.

Mantidos estes pela coesão militar, ocupam as posições de mando. A população está, pois, dividida em duas classes: uma *inferior*, forçada ao trabalho por ordem alheia, desorganizada pela constituição social que deve à caça, e uma *superior*, que força a outra à cultura, dirige-lhe o trabalho e recebe os proventos. Graças à disciplina que a mantém, esta classe substitui facilmente os chefes de caçadores, e forma espécies de *dinastias* que se conservam no poder pelo rigor.

A recepção do imposto tem lugar, em todos os graus, com um enorme aparelho militar e com o barulho ensurdecido de tambores.

É verdadeiramente o senhor que recebe a cota de humildes servidores; estes, delegados dos moradores das aldeias, prostram-se diante do chefe, esfregando-se com o pó do chão. Às vezes o *rei* se resolve a dar uma volta por seus domínios e a receber as contribuições em casa dos súditos.

Empreende continuamente expedições para punir o atraso, a negligência ou a recusa do imposto, e muita vez toma este pretexto para executar terríveis *razzias*. O poder do tirano sobre seus *capitães* ou *quilolas* só se mantém por uma disciplina de ferro: a etiqueta é severa e as mais leves faltas são punidas. Só existem duas espécies de pena: a mutilação e a morte!

Cumprido notar, afinal, que os negros da região da *mandioca*, costumados à lavoura, foram sempre, em todos os tempos, procurados pelos traficantes de escravos. As Antilhas, o Brasil, os Estados Unidos forneceram-se ali dos negros chamados – *Gongos*, feios, acrescenta Prévile, mas robustos e trabalhadores.

Esse mercado está hoje fechado; e, todavia, a exportação por terra continua em vasta escala para o Oriente e para outras regiões da própria África.

A região chamada da *banana* é aquela em que a floresta subequatorial africana é mais rude e intensa.

Aí param os invasores *bantos* ou *cafres* meridionais.

Deve existir um grave motivo que, na África Central, faz parar aqueles guerreiros e os impede de levarem mais adiante sua colonização agrícola. É o que se vai ver.

A região de que se trata, situada debaixo do equador, estendendo-se ao Norte e ao Sul, mais naquela do que nesta direção, recebe uma enormíssima quantidade de chuva durante todo o ano e todos os dias.

A zona inteira, além de sua proximidade da linha dos equinócios, está colocada no ponto em que se encontram as três séries de inclinações ou declives, que formam os grandes acidentes da África interior.

A imensa curva norte, descrita pelo Congo, é determinada pela linha na qual vêm morrer as descidas dos platôs dos desertos do Sul, a queda meridional das cumeadas entre Nilo-Congo-Tchad e os últimos contrafortes da zona montanhosa de Leste.

É, por certo, posição que convém a um maciço de matas virgens.

A altura e a dimensão das árvores, no âmago das florestas, dão abrigo a uma tão inextricável vegetação, mais baixa, que se emaranha sob suas sombras; e é tal o cerrado de troncos, ramos, lianas, cipós, matos e folhas; tão espesso o conjunto de tal aglomeração de paus de todas as formas e tamanhos, que impossível quase é a travessia, o que explica a razão pela qual as terras que se avizinham do alto da curva do grande rio não têm habitantes em grande extensão e têm ficado, sempre, fora das explorações tentadas antes de Stanley e Schweinfurth. Tais dificuldades impediram o passo aos exploradores europeus e aos próprios *Bantos*.

Sob o ponto de vista da cultura, considerável dificuldade origina-se da *falta de estação seca* e vem a ser o pulular contínuo das ervas, nomeadamente das altas e fortes gramíneas equatoriais, nas clareiras derrubadas da floresta. As roçagens e sachaduras para suprimir ervas são de nenhum efeito, porque estas, sob a ação da umidade constante entretida pelas chuvas diárias, pululam e crescem por encanto. São um obstáculo para quaisquer plantações que quisessem confiar à terra.

Por isso, na região florestal, vizinha do equador, o principal alimento, tirado do reino vegetal, não é devido à cultura, sim fornecido por uma essência *arborescente*, que é a *banana*.

A região das matas equatoriais e da banana atravessa a África inteira, desde a zona dos grandes lagos próximos às terras altas de Leste, até o golfo de Guiné. Fica entre as terras congolosas, próprias ao cultivo da mandioca, e as regiões situadas ao Norte, nas quais predomina a lavoura de cereais. Pode ser dividida, por sua vez, em dois climas diferentes.

Nas regiões mais baixas, como são as meridionais confinantes com as terras da mandioca, domina o regime florestal puro: nas partes mais altas, nas quais a região das matas se aproxima das montanhas de Leste e de Oeste, nota-se modificação do clima em sentido mais favorável à vida.

A zona inferior, e puramente florestal, constitui um imenso território de *caça*.

É a lúgubre e fantástica floresta descrita por Staley, pondera Prévaille, e à qual o explorador americano atribuiu uma extensão de 840.000 quilômetros quadrados sem levar em conta seu imenso prolongamento para oeste.

Nestas florestas virgens inextricáveis, que parecem sem limites, vagam as hordas ameaçadoras dos selvagens *Avissibas*, dos ferozes *Pauins*, *Fãs* ou *Ossiabas*, cujas incursões no Congo Francês e no Congo Português são de vulgar notícia.

Outra raça, curiosíssima, ali residente, é a dos *Pigmeus*.

As terras mais altas, mais secas, posto que sujeitas às chuvas equatoriais, são próprias para as *bananeiras*, *plantadas* ou *limpas de mato* em vista da *coleta* dos frutos. À *bananeira* deve juntar-se outra árvore preciosa, a *palmeira de azeite* (*Eloeis guineensis*), produtora do conhecidíssimo *azeite-de-dendê* e do, menos vulgar no Brasil, *vinho-de-dendê*, chamados também *azeite* e *vinho-de-palma*. O óleo serve para variados arranjos culinários; o vinho põe ao alcance dos negros, por um simplíssimo trabalho de mera coleta, a bebedeira diária e geral.

Nestas terras, que devem ser classificadas entre as de *coleta*, a banana e o óleo de dendê constituem o fundo da alimentação, associados a diversos produtos espontâneos: inhame, batata-doce, milho e *caça*, fato constante de toda a zona central africana. É um viver mais fácil do que o dos simples caçadores da mata pura e dos *Bantos* do Sul, plantadores de mandioca disciplinados pelo trabalho.

As gentes da zona da banana acham-se organizadas em clãs baseados sobre o trabalho da *coleta*.

São curiosos exemplos destes povos, com tal organização, os famosos reinos de *Daomé*, na extrema ocidental, e *Mombutu*, na extrema oriental da zona de que se trata. São antropófagos.

Como em toda a zona central africana, a família entre os negros que fazem da coleta da banana a base principal de sua alimentação, apresenta um mínimo de coesão e fixidez; o princípio de agrupamento não é para eles a tradição patriarcal inexistente, é o *trabalho da coleta*, ao qual concorrem utilmente os meninos e as mulheres. Por outro lado, é preciso ser forte para defender contra os viandantes e os vizinhos e, principalmente, contra o invasor, atraído pela abundância, uma safra *sempre pendente*, que não custa a fazer brotar e crescer, e que garante fartamente o pão de cada dia. É mister ser numeroso para ser forte.

Daí o agrupamento em grandes aldeias de cabildas que se arregimentam em torno de um chefe, cujo poder é justificado pela necessidade.

A força de coesão que dá o agrupamento em grande número não é empregada, somente na defensiva. Compreende-se bem que um povo dado ao mesmo tempo à coleta da banana e do dendê, à caça do elefante e do búfalo, sempre em armas, sempre prestes para o que der e vier, deve empreender, sem a menor cerimônia, expedições contra as nações vizinhas. As devastações dos de Daomé são famosas. Não o são menos as dos de Mombutu. A leste e sul desse reino, nos países que margeiam o Bomocandi e Quibali, residem negros dados à cultura, possuidores de algumas cabras e sem chefes poderosos. São os *Monfus*, considerados pela aristocracia bananal dos Mombutus como *raça inferior*. Os chefes do pavoroso reino, de permeio com as sortidas para prear búfalos e elefantes, ordenam amiudadas *razzias* entre aquelas gentes desprezadas. Ao grito de *carne! carne!* atiram-se sobre os pobres selvagens e voltam trazendo cabras e cativos. E, como os de Mombutu, não precisam de auxiliares para suas levíssimas culturas, nem desejam, de modo algum, para aumentar o número de seus guerreiros, que indivíduos estranhos ao clã sejam admitidos a compartilhar da coleta de suas bananeiras e de seus *elwis*, a sorte dos prisioneiros é decidida por outra forma: *são comidos!* As cerimônias do sacrifício têm muitos pontos de contato com as dos selvagens do Brasil. Idêntico é o hediondo espetáculo dos troféus de crânios que orlam de lado a lado as longas ruas das aldeias.

Nada é mais adequado para impelir uma sociedade por esse caminho do canibalismo do que a organização em clã defensivo como essa que é imposta aos negros que vivem da coleta da banana. Esta forma de sociedade é adaptada

ao clima equatorial *de uma só estação*, onde a safra dos frutos está *sempre pendente*.

O exclusivismo gerado por este modo de agrupamento, o soberano desprezo para com todo o indivíduo que não faz parte da cabilda, transpiram de tudo e em tudo se fazem sentir. Tal é o caso em toda a região entre os *Acas, Pauínos, Balalos, Maneúnas, Ugandas, Mombutus* e *Daomé*s mesmo depois da destruição dos fortes remos dos três últimos povos pelos ingleses e franceses.

A observação dos fatos, que influem positivamente nas sociedades, pondera ainda o escritor, dá a explicação das causas de tão estranhos costumes. Compreende-se a coesão que liga as sociedades que vivem da coleta, o poder absoluto, extenso, centralizado na mão dos chefes, que sobre elas se alevantam, a ferocidade e os apetites repugnantes como esses dessa espécie de negros. Desde o sopé das montanhas de Leste até ao golfo de Guiné, desde os *Mombutus* e *Ugandas* até os *Daomé*s e *Iorubas*, o espetáculo é o mesmo: o agrupamento de um grande número de mulheres em torno de um chefe de casa perpetuamente bêbedo de vinho-de-palma, as *razzias* de cativos nas regiões próximas ao reino, a polícia disfarçada e presente por toda parte, o número excessivo de funcionários e a instabilidade de suas posições, a guarda do rei e seus regimentos de guerreiros e de amazonas, os hediondos troféus de crânios à roda do paço real, enfim, os massacres e sangrentas orgias costumeiras aptas a conservarem o canibalismo em estado tradicional e, por assim dizer, constitucional.

Essas truculentas gentes, que atualmente chegam até estacionar nas vizinhanças do Atlântico, devem sua origem a antigas e formidáveis migrações vindas do Oriente, através das florestas equatoriais.

A. de Prévile fala, com segurança, de uma numerosa e irresistível invasão que chegou até o mar, no século XVI. Neste ponto posso vir em auxílio do meu prestimoso guia.

Ele quer-se referir à tremenda invasão de 1558, que levantou todo o antigo Império do Congo, visitado em fins do século XV por Diogo Cão.

De irrupções anteriores àquela falam os velhos João de Barros, Manuel de Faria e Sousa, Rui de Pina e Duarte Pacheco. Da de 1558 tratam Duarte Lopes, Frei Luís de Sousa, Garcia Mendes, Castelo Branco, que eram contemporâneos.

“Depois de estabelecidas relações dos portugueses com os reis do Congo e seus súditos, escreve Forjaz de Serpa Pimentel, consolidando as narrativas de antigos escritores, depois de estabelecidas relações dos portugueses com os reis do Congo e seus súditos, invadiram-no em 1558 as tribos selvagens dos

Afacas, Majacas, Mazacas, Iacas, Djagos ou Jingas, as quais percorriam, guiadas por valentes chefes, a África Central de leste a oeste, lançando a morte e o extermínio por toda a parte. Chegaram até *Banza N’Bazi* ou *Ambasse* (a S. Salvador dos Portugueses), onde destruíram tudo, até a própria catedral e os templos cristãos, que os portugueses já ali tinham erigido, não encontrando resistência porque o rei do Congo, a sua corte, os missionários, a população inteira da cidade, à aproximação dos invasores, se haviam refugiado numa das ilhas que os portugueses ocupavam no Zaire (o *Congo* dos mapas modernos), pouco acima de Boma e donde só saíram, reconstruindo a capital, depois de El-Rei de Portugal ter mandado, em seu socorro, uma expedição sob o comando de Francisco de Gouveia, expedição que conseguiu expulsar os lacas do país, deixando, porém, já o império negro do Congo em rápida e progressiva decadência.”

É a confirmação completa do fato assinalado por Prévaille e a perfeita justificação das idéias a que ele chegou por diverso caminho.

Cumpre-me, apenas, acrescentar que de tais truculentos invasores da África ocidental, a despeito de sua fereza, os negociantes de escravos, os *negreiros*, enviaram durante trezentos e cinqüenta anos alguns milheiros de exemplares. Que bela aquisição! Que interessantes exemplares da raça *afetiva!*

Poucas palavras mais a respeito dos pretos das regiões do *tocusso* e do *sorgo*, estará finda esta resenha das gentes africanas que ajudaram a formar a população brasileira no espaço de cerca de quatro séculos.

Comecemos pelos primeiros.

Nas terras baixas de Guiné, a produção, em ponto grande, de banana e do óleo-de-palma pode estender-se até o 7º grau de latitude norte e chegar, em certas paragens, até o 10º; na parte oriental, porém, da vasta região própria para estes produtos o 4º grau norte é, em regra, o limite ao seu desenvolvimento, por causa da altitude das terras. Além do Rio Uelé, acaba a região da *coleta* e entra-se no país denominado *Sandeh*, habitado pelos *Niam-Niams*, terríveis bárbaros que tomaram parte nas invasões do século XVI. O centro do país constitui as cumeadas e espigões que dividem os afluentes do Nilo Branco e do lago Tchad e os do rio Ubanghi. Privados dos rebanhos por causa da *tsé-tsé*, privados da banana, do dendê e da mandioca, os *Niam-Niams* arrojaram-se com todo o ardor à caça, abundante na região. Javardos, macacos, esquilos, trepadores vários, concorrem com os elefantes, leopardos, veados e cabras monteses. Mas nem sempre há a fartura; ao contrário, há estações no ano em que o elefante deixa os platôs e embrenha-se nas florestas, onde é difícilimo pré-lo. Os pequenos e tímidos animais, por outro lado, espantados, na mata, com o barulho feito pelo elefante, quando sopra, se espoja nos brejos, quebra

os ramos secos ao passar, sacode as árvores em que se coça, fogem. A grande e a pequena caça se reduzem consideravelmente.

Os *Niam-Niams* ou *comedores* atiram-se a tudo: inhames, raízes, comestíveis, cortiços de abelhas selvagens (cera e mel), ratos, rãs, lagartas... não esquecendo as formigas de asas (térmites), das quais extraem um óleo brilhante sem mau gosto. Surge a antropofagia e com ela o costume de comer o fiel companheiro do homem: o cão!

Nesta zona, porém, desmentindo o fato, sempre notado, do reduzido número das gentes puramente caçadoras, a população é numerosa. Igual desmentido, pondera o guia que vou seguindo, se nota entre os *Bantos* da região da mandioca e os descendentes de *galas* da região da banana. É que estas plantas suprem fartamente as falhas da caça. Na região ora estudada, esse papel é representado pela planta chamada pelos abissínios *dacussa* (*tsada agussa*), conhecida pelos portugueses, afirmo eu, desde o tempo em que estabeleceram suas primeiras relações com a Etiópia, em tempos de D. João II, denominada por eles, imitando o termo abexim, *tocusso* ou *tacussa*. Os franceses chamam-lhe *eleusine*, conservando-lhe o nome científico (*eleusina-coracafila*), porque só a conhecem pelos livros. Os negros trouxeram o *tocusso* ao Brasil, em cujo Norte existem plantações dele.”

É uma planta da família das gramíneas, não da tribo das *Panicéias* e sim da das *Cloridéias*. É o trigo do Sandeh; mas um trigo pobre em amido e qualidades nutritivas; é recurso ali dos caçadores, tanto mais quanto sua cultura é facilíssima e pode ser feita, quase exclusivamente, pelas mulheres. Cada um tem que tomar cuidado de sua colheita e, por isso, estabelece-se no meio das suas culturas. Não existem cidades nem aldeias; cada lugarejo contém duas ou três *famílias*, isto é, duas ou três palhoças, em cada uma das quais vive uma mulher com os filhos, e, mais, a casa do marido. O país é cheio de numerosos contrafortes que partem das montanhas de Leste, separados por vales florestais, perfeitamente intransponíveis e defensáveis.

Com tal disposição natural dos lugares, a ação dissolvente produzida pelo trabalho da caça tem formado um reinículo ou vice-reinículo de cada um desses planaltos. É uma multidão de pequenos povos governados com o mais infrene despotismo por pequenos chefes. Rei (*bié*) ou vice-rei (*bainqui*), o chefe traça para si uma vasta propriedade, cultivada por suas mulheres que são numerosas, e por escravos tirados de raças submetidas. A Mbanga, residência do régulo, se reconhece logo entre as diversas cabanas, espalhadas no platô, pelos numerosos escudos suspensos nas vizinhanças, nas árvores ou em postes, pelos sons das cornetas de marfim, pelo retumbar do grande tambor suspenso na praça. Alguns guerreiros de escol noite e dia, às ordens do senhor, montam guarda nesta praça cercada pelas residências reais. Cabanas circulares com

tetos cônicos d'altura excepcional servem para morada do rei, de cada uma de suas mulheres, de corpo de guarda, de tesouro e de celeiros. É o rei que espereita a aparição dos bandos de elefantes, faz dar pelo tambor sinal da batida e apodera-se por isso de todo o marfim e metade da carne. Conduz freqüentes expedições de guerra contra as aldeias; dá o exemplo da cultura, fazendo produzir seus campos, comendo o tucusso e ofertando a seus hóspedes e visitantes a excelente cerveja feita daquele grão. É quem faz os casamentos.

Quando alguém se quer casar – faz o pedido ao reizito, que lhe arranja mulher a jeito. Os pais da noiva não são consultados, nem recebem nada do futuro genro. A explicação desta singularidade, em desacordo com o que se passa em toda a África, provém de ser a mulher votada ao trabalho de cultura, cuja iniciação e superintendência geral pertence ao rei, e nesta qualidade de alto padrão dos operários agrícolas, que são as mulheres, arroga-se o direito de colocá-las como lhe parece conveniente. Estes reis são conquistadores, que se consideram verdadeiros donos de seus súditos, formam verdadeiras dinastias e exercem um poder rigorosamente despótico!

O chefe Muquia (um dos tais régulos do Sandeh visitado pelo moderno viajante grego Potagos), o chefe Muquia, escreve o viajante citado em Prévillé, mandou chamar os homens que deviam me acompanhar; tendo-os atirado por terra, bateu-os desapiadadamente, ordenando-lhes combatessem até a morte, se preciso fosse, por mim e por seu irmão mais moço que ia acompanhar-me em seu lugar. Ajuntava que se eles nos abandonassem, fá-los-ia morrer, a eles, a suas mulheres e a seus filhos...

O medo que inspiram tais régulos, ajunta outro viajante, o Dr. Schweinfurth, também referido no meu guia neste assunto, o terror que inspiram a seus súditos é inacreditável; conta-se que, no só intuito de lembrar o direito de vida e de morte de que se acham investidos, escolhem uma vítima na multidão, lançam-lhe um laço ao pescoço e abatem-lhe a cabeça com a sua própria mão!... É mais um traço da crueldade negra que parece apta a esclarecer a grande afetividade de que são dotadas todas essas gentes.

Mais duas ou três páginas a respeito das populações da região do sorgo, e estará completo este inquérito sobre os africanos pretos, caudalossíssima fonte de que se alimentou a formação de vários povos americanos.

Em toda a região da *tsé-tsé*, a caça, substituindo o trabalho pastoril, forma, sob o ponto de vista social, pondera ainda Prévillé, uma espécie de tela geral na qual se vêem desenhar as modificações ocasionadas por outras influências.

Nas regiões, já percorridas, da mandioca, da banana e do tucusso, a umidade do clima e a certeza das estações secas desenvolvem a vegetação arborecente

de preferência a qualquer outra; geram a floresta e dão, *ipso facto*, à caça a preferência sobre todos os outros modos de vida.

Essa região, porém, tem um limite caracterizado no norte da zona central, pela parada dos povos antropófagos e de suas culturas de tocusso. Ao sair das florestas virgens e das bananeiras, a recolta do mau trigo dos caçadores é já indício da moderação das estações úmidas que dão ao grão tempo de se formar. O clima melhora progressivamente no sentido da redução da umidade; a mata cede o passo à cultura até as fronteiras dos grandes desertos setentrionais, onde se torna ela de novo impossível, por motivos opostos aos da região florestal. A cultura preponderante, na zona de que se trata, é o sorgo (*dourah*), também chamado milho-da-índia e milho-de-guiné. É o cereal dominante na África e Ásia, em toda a imensa área compreendida entre as terras equatoriais e os desertos secos que atravessam essas duas partes do mundo. Entre os próprios pastores árabes do Soldão o pão ou bolo de sorgo é de extrema importância, quanto mais entre as populações pretas privadas de gados ainda por causa da terrível *tsé-tsé*.

A primeira consequência das condições do lugar vem a ser: pela ausência do pastoreio e da caça como meio seguro de existência, os homens não podem entregar-se senão à cultura; trabalham nos campos com suas mulheres e filhos. A poligamia ilimitada em uso entre os caçadores não tem mais razão de ser, o número das esposas entre estes povos agricultores parece reduzir-se a três. O laço social que reúne as famílias é baseado nas necessidades da cultura.

O trabalho determina então a reunião em aldeias, e faz aparecer o chefe natural nesses pequenos clãs.

Entre os chefes de família que vivem separados uns dos outros cada um em sua cabana, a massa é imprevidente. Depois da coleta, durante a estação seca em que nada se tem a fazer, o maior número desses pretos vive largamente sem a menor economia. As mulheres batem no pilão durante todo o dia e assam continuamente os bolos de massa. Enorme quantidade de grão que deveria durar até à colheita seguinte, é posta a fermentar para o fabrico de uma grande provisão de cerveja. Vive-se a beber, a mandriar, a jogar, e antes do fim do ano os grandes potes da predileta bebida estão vazios e até os grãos que serviam de semente acabados. Surge a necessidade, a penúria. Come-se, então, toda a casta de alimárias.

Quando volta a sazão das chuvas, e o tempo de proceder a novas plantações, a maioria dos negros nem sequer possui sementes para plantar em suas roças. É quando intervém o indispensável patronato. Algum velho econômico empresta aos esbanjadores sob condições vantajosas. O devedor torna-se por um certo

número de dias servo do credor, que, tendo sabido guardar grande cópia de sementes, tem necessidade de braços suplementares para bem utilizá-la.

O velho, quando é previdente, está em condições de economizar, o número de bocas em sua casa tem diminuído com o estabelecimento dos moços que vão fazer vida à parte; em sua provisão de grãos há um estoque disponível; e, quando tem casado filhas, a moeda em ferros de enxada, pás e cavadores (é a moeda da terra) está aglomerada em seu tesouro. Surge-lhe a clientela de todos os lados; os seus devedores, que se tornam outros tantos jornaleiros e servidores, cercam-no.

Seu prestígio aumenta. Acreditam que entretém relações com o feitiço do sítio.

Nas proximidades da aldeia avulta uma moita de mato, ou, às vezes, uma grande árvore, escapa da queimada, por cuidadoso aceiro, e cercada de um parapeito de terra. É o templo do feitiço. Depois do trabalho do dia e a refeição da tarde, os habitantes da aldeia, sentados à porta de suas cabanas, fumando enormes cachimbos, gozam da fresca do crepúsculo. De repente, fortes barulhos fazem-se ouvir do lado do bosque sagrado. Todas as vistas se voltam para lá. Luzernas movediças, cabeças medonhas, vultos ameaçadores aparecem. Às vezes uma voz sinistra se escuta, denunciando um furto, ou qualquer outro crime, com tremendas imprecações e ameaças aos culpados. É o ferreiro da aldeia, que, por ordem do velho chefe, seu principal cliente, simula a aparição do feitiço. Na manhã seguinte encontrará perto do bosque sagrado as ofertas dos indivíduos amedrontados: cabaças de mel, galinhas, etc.

Tal é um dos processos de governo do velho rico ou mieré.

Os mierés são simples patrões necessários; porque têm a suficiente previdência e salvam a população, todos os anos, da fome. Em comparação aos chefes de tantas e tantas outras gentes africanas, que foram estudadas, constituem uma bela exceção. Mas, a medalha tem reverso, pondera, afinal, o ilustre analista.

Para percebê-lo, basta levar um pouco mais longe a observação dos fatos, concernentes à vida pública entre os negros do sorgo.

A família do mieré participa da sorte comum a todas as da aldeia, que são perfeitos tipos da família instável: os filhos estabelecem-se à parte desde a mocidade, e nenhum deles herda exclusivamente a posição criada pelo pai em seus velhos dias.

A situação patronal instável é periodicamente desfeita pela morte. E ainda mais radicalmente é destruída entre esses negros, do que noutras sociedades que têm o mesmo regímen, porque eles nem ao menos possuem, como próprio, o

solo que cultivam ou mandam cultivar. Nenhuma influência séria, portanto, se pode perpetuar na aldeia e menos ainda estender de uma aldeia a outras, ligar entre essas minúsculas sociedades esparsas as relações que pode criar e manter a existência de uma aristocracia rural, que transmita integralmente a herança paterna a uma série de herdeiros escolhidos, adestrados no governo dos negócios locais. Por isto as aldeias da região do sorgo são constituídas isoladamente e a raça que as habita desconhece todo liame nacional.

Nenhuma coesão, nenhum acordo, existe entre elas; a região inteira está dividida em pequenas comunidades independentes que vivem entre si em uma completa anarquia. Por isto, ainda fácil foi aos árabes vaqueiros das fronteiras o fundarem no sul dos seus desertos a multidão de sultanatos ali existentes, juntando milhares e milhares de aldeias negras submetidas a tributo e a *razzias* de escravos. E eis por que na zona central africana a região do sorgo foi sempre e é ainda hoje o principal teatro do tráfico dos negros. Homens, mulheres, e até os meninos habituados à cultura, são procurados e assaltados em massa para os trabalhos agrícolas dos oásis do grande deserto quando não são nas próprias aldeias reduzidos à mais dura escravidão. A raça dos Bongos, dos Mitus, dos Belandas tem quase desaparecido devido a uma exploração desenfreada e a devastações inauditas.

Os escravos Bamarras figuraram outrora em avultado número a bordo dos navios negreiros carregados para a América. Cultivam hoje os campos do Daomé e os oásis do Adar e de Marrocos. Os árabes e seus mestiços muçulmanos, os reis pretos da costa de Guiné exploram estas populações, cujo fracionamento paralisa nelas toda resistência. E esse fracionamento é a conseqüência de uma constituição social que leva à instabilidade de todas as posições. Tal é e tem sido durante dezenas e dezenas de séculos o estado real das populações negras da África.

O grande sociólogo francês, nas precedentes páginas resumido e condensado, atribui tão deprimente situação ao que ele chama a grande singularidade das gentes negras: não haverem em parte alguma da terra e em tempo algum da história chegado a conhecer a organização patriarcal da família.

Para a escola de Le Play é a exceção única conhecida: todas as raças arianas, semitas, uralo-altaicas, mongólicas, todas, até as americanas das Montanhas Rochosas, México e Peru, passaram por um organizador período patriarcal; as gentes pretas nunca...

A essa circunstância finalmente atribui o ilustre cientista o que denomina o grande fato social africano: o tráfico de escravos desde a mais remota antigüidade até aos dias de agora...

Depois ver-se-á a conseqüência de tudo isto na psicologia geral dos brasileiros.

3º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – O PORTUGUÊS

É tempo de passar à característica dos portugueses, os colonizadores, que foram o principal fator da nacionalidade que se tem estado a formar nesta porção da América de quatro séculos a esta parte.

De acordo com os métodos de observação social, preceituados em regras especiais, pela escola de Tourville, a caracterização dos portugueses tem de ser feita como se fez a dos índios e negros, levando em conta as diversas zonas do país, suas principais produções, gêneros de trabalho impostos ao homem, natureza dos meios e modos de viver, constituição intrínseca da família, organização dos grupos sociogênicos, que são as células da sociedade, da qual as famílias são as moléculas e os indivíduos os átomos.

Conhecido o estado presente do povo, uma indução, fundamentada pelos fatos, facilitará a apreciação de suas origens étnicas e de seu evolver histórico.

Só por este processo se chegará a saber a razão dos constantes queixumes dos portugueses contra seus governos, de quem esperam os favores, todos os favores da Providência, e a quem, ao mesmo tempo, assacam as maiores injúrias, exatamente como os brasileiros.

Só assim se descortinará o motivo por que até ilustres sociólogos e economistas, como Basílio Teles, Anselmo de Andrade, Rocha Peixoto, Bento Carqueja, Ripamonti, são tão hábeis e perspicazes em descobrir os males de sua pátria e tão desazados em procurar-lhes as causas, as fontes e os remédios.

Só assim se poderá pôr termo às fantasias etnográficas de modernos escritores, que ora se enamoram de celtas, ora de lígures, ora de romanos, ora de visigodos, ora de fenícios, ora de árabes, para explicar a fisionomia e a alma das gentes portuguesas, deixando, quase sempre, no olvido o velho tronco primitivo, o ibero, e moderno enxerto mais viçoso – o suevo.

Vejamos.

As diferenças geográficas e climatológicas em Portugal, com serem reais e muito dignas de atenção e estudo, não são tão consideráveis, quanto têm parecido a espíritos superficiais ou levianos.

A dar-lhes crédito, o Norte português guardaria, com relação ao Sul, distância pouco mais ou menos comparável, sob o aspecto climatológico, à que vai da Venezuela à Patagônia, ou da Sibéria à Índia meridional.

São imaginosos exageros refutados de antemão pela exigüidade de um país, que não passa de 558 quilômetros no maior comprimento e de 220 na maior largura, situado na Europa meridional em península resguardada dos rigores do setentrião pela gigantesca muralha dos Pirineus e docemente aquecida pela proximidade do continente africano.

É lícito, todavia, dividir Portugal, se se quiser seguir de oeste para leste, em duas zonas: a marítima e a central; ou se se preferir mudar de sul a norte, em três regiões geográficas principais, – correspondentes a três zonas sociais, mais ou menos distintas: a região que vai do Atlântico Sul ao Tejo, a que corre do Tejo ao Douro, a que se distende deste último ao Minho e terras fronteiras da Galiza.

Na primeira predominam as planícies e campinas, ora lisas, ora onduladas, próprias para a pastorícia, criação e engorda de gados de várias castas, além da leve cultura da vinha e de frutos.

Na segunda notam-se ainda, principalmente no litoral, alguns caracteres da primeira, contrastados pelas terras altas, planaltos e serras do sistema beirense, mais próprias das terras baixas, para a já lembrada cultura da vinha e dos frutos, e as altas para o pastoreio de bois, cabras e ovelhas, nos declives e fundos relvosos. Na terceira é característica a variedade dos terrenos, sob o ponto de vista da altitude, que chega a dar lugar a regiões *frias*, *temperadas* e *quentes*. Daí certa variedade de culturas, nas quais se nota, porém, sempre o predomínio da vinha, dos frutos, dos legumes e cereais.

Note-se, desde já, a repetição fundamental dos mesmos produtos e das mesmas variedades de trabalho.

As três grandes zonas subdividem-se, naturalmente, em diversas regiões, determinadas pela presença ou proximidade do mar, pelas montanhas e planaltos, pela ação dos rios.

Assim, bem distintos são, na primeira, o Algarve, antigo *Cyneticum*, arborizado, fertilizado pelo oceano, que o cerca a oeste e sul, o Alentejo propriamente dito e a Estremadura meridional.

Na segunda há a distinguir a região marítima da Estremadura e da província do Douro, das terras centrais das Beiras.

O mesmo se tem de fazer entre os distritos marítimos do Minho e os sertões de Trás-os-Montes.

Foi pelo Sul que se deu, na proto-história, o mais antigo, e, a todos os respeitos, fundamental, povoamento do país. Foi por ali que entraram os *iberos*, ou *berberes* daquém-estreiro, base principal, indelével, inapagável das populações históricas de toda a península, tronco primordial e resistente, no qual todos os subseqüentes achegos étnicos não passam de enxertos, mais ou menos fecundos e viáveis.

Pelo Algarve, pois, deve principiari o presente inquérito. Alguns dos traços mais significativos do caráter português acham-se ali desenhados com a maior nitidez. Alguns deles, dos mais fundamentais, mantêm-se por todo o país em fora até à raia da Galiza; outros obliteram-se ou apagam-se mais ou menos em diversas paragens por serem de ordem secundária.

O português é, destarte, o mesmo essencialmente por toda a parte, a despeito de leves diferenças.

O Algarve é uma das regiões mais encantadoras de toda a Europa. Lembra as abençoadas terras da Grécia e da Ásia anterior. É uma espécie de anfiteatro suavemente debruçado sobre o mar, formando uma bela planície, paradisíaco jardim. Clima geralmente temperado e primaveril, apenas de manso perturbado pelos calores do estio, refrigerados, entretanto, pelas brisas do oceano.

Terra de levíssimas culturas arborescentes que se coroam de frutas de toda a casta, cercada de águas piscosas, de portos e ancoradouros de fácil acesso, corre ali a vida sem embaraços e dificuldades, como nos lembrados sítios helênicos e do continente fronteiro.

Os dons da terra, dos rios, pequenos mas numerosos, e do mar, oferecidos sem o esforço, e em profusão jamais desmentida, são os mais aptos para procriarem uma raça de gentes alegres, palradoras, expansivas, indolentes por gênio, para os duros trabalhos, que não conhecem aliás, e, gostosamente, afeitas aos leves serviços da pesca, um quase divertimento, ou de suavíssima cultura que não passa de mera jardinagem, da colheita de frutos, um festim.

De toda a região privilegiada que vai do cabo de São Vicente ao estreiro de Gibraltar e onde se contém o moderno Algarve, *Cyneticum* dos antigos, dizia já Estrabão: “Sabe-se que acima do litoral compreendido entre o Promontório Sagrado e as Colunas de Hércules o país não passa, pode-se dizer, de continuada planura; ora esta planície é cortada de falhas ou depressões, que, semelhando vales de grandeza média ou pelo menos leitos de rios, partem do

mar e penetram no interior das terras por muitas centenas de estádios, e, como no preamar as águas irrompem enchendo-os, os barcos podem singrá-los como nos rios e até mais facilmente, porque a navegação se faz como na descida das correntes; nenhum obstáculo a estorva, e o movimento ascendente da maré a favorece, como acontece nas águas dos rios.”

Com estes e outros recursos não admira que o principal e quase exclusivo gênero de trabalho das populações algarvias seja a simples colheita de produtos naturais, como a pesca, ou de frutos de leves culturas arborescentes, como não admira que a bela região serrana que ali existe esteja ainda até hoje quase de todo inculta.

Figos, uvas (reduzidas a passas ou não), amêndoas, alfarrobas, batatas-doces, milho, alguma cevada, pouco centeio e pouco trigo – constituem as principais espécies cultivadas, que, ao lado da pesca, formam a base da alimentação e do comércio de toda a zona.

A natureza do país, seu clima, sua produção modificaram, mas só de leve, a índole do berbere, fazendo dele, de pastor que era nas quebradas e serranias do Atlas e nos desertos adjacentes do Norte d’África, um cultivador de frutos arborescentes, ou um mero pescador, ao jeito, aliás, do que já praticava nos oásis centrais, na região dentre o Atlas e o mar, nas costas da Berberia desde Marrocos até Túnis.

Os penosos labores da pesada lavoura e das ásperas indústrias não são para gentes desse feitio e caráter.

Ficaram para os escravos, que sempre existiram em África e ali até época comparativamente recente. Neste *passus* sociológico o meio, a raça e a história dão-se as mãos em completo desacordo. E não é motivo para cóleras nem queixumes. Prova de completo desconhecimento dos ensinamentos da ciência social é mostrar espanto, por não ser o Algarve uma terra clássica de lavradores em regra. Se doutros trabalhos mais singelos não têm os algarvios sentido necessidade e estímulo, quanto mais dos encargos da intensa agricultura!...

Sabe-se do enorme progresso que tem tido a ostreicultura nos modernos tempos em França, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e outros países. No Algarve é que existem de toda a costa de Portugal as melhores espécies, capazes de rivalizar com as francesas, as mais afamadas no comércio. Espanta-se o Sr. Rocha Peixoto do abandono em que jaz aí esse gênero de indústria; porque não quer dar o preciso apreço ao gênio das populações.

Esses requintes virão, talvez, algum dia. “Exceção do pequeno banco da Trafaria, escreve o citado publicista, é o Algarve que encerra a melhor ostra de

Portugal, esperando que a iniciativa particular encete este gênero de cultura, tão urgente e indispensável ao país, tão remunerador para quem nisso pense e cuide.”

São conselhos de arte política, que deverão ser atendidos, quando urgir a necessidade e com ela se tiver transformado o caráter do povo. À ciência social, porém, corre o dever de o descrever como ele é, e não como poderia ter sido ou poderá vir a ser, conforme nossos sonhos e fantasias.

Gentes comunárias de origem, descendentes fundamentalmente de berberes patriarcais, na dupla forma da família e da propriedade, os algarvios, como todos os portugueses aliás, foram, no curso da história, reforçados em suas tendências originárias do século VIII ao século XII ou melhor XIII, pois que sua reconquista aos árabes foi em 1249, cento e dez anos após a independência do reino.

Sabe-se hoje, depois principalmente dos belos estudos de Léon Poincard, que, sob o nome de árabes, foram os berberes os mais numerosos e mais decididos dominadores da Península na média idade.

Cumpram também não esquecer que berberes foram na maior parte os auxiliares que fenícios e cartagineses levaram à Ibéria durante séculos, como o foram as aguerridas hostes de almorávidas e almóadas que ali estanciaram na fase do intitulado domínio árabe. Relembra, finalmente, não olvidar a imensa escravaria moura, só libertada no século XV, libertada da condição servil, mas não extinta da vida. Tudo isto vale dizer que a velha estirpe dos valentes iberos (berberes) foi alimentada: 1º – nas épocas proto-históricas em repetidas invasões; 2º – na fase dos fenícios e de seus colonos cartagineses; 3º – no período destes últimos como república independente; 4º – na famosa invasão dos árabes; 5º – nos tempos dos almóadas; 6º – na importação constante de escravos da Maurúcia fronteira, Mauritânia dos romanos.

Os povos de tronco ibérico, enumerados em Estrabão e cuidadosamente por ele distinguidos dos fenícios, dos célticos, dos romanos e de todos os povos residentes, então, na Península, não eram, nem são, agora, em seus descendentes, gentes de formação particularista, dotadas de forte iniciativa criadora, de audaciosos impulsos de renovação, progresso e riqueza. A legislação civil de Roma, com seu péssimo regime sucessório, com a transmissão parcelada da propriedade, legislação que do período dos romanos passou ao visigótico e aos modernos sem ser interrompida na época árabe, pois que o muçulmano deixava aos súditos de origem romano-goda o seu direito, – essa legislação veio abalar profundamente a constituição patriarcal das gentes hispânicas, fazendo desses comunários de família, de formação estável,

verdadeiros comunários de Estado, de formação abalada, conforme a fraseologia de Ed. Demolins.

Ficaram de posse das fraquezas e defeitos da primitiva e persistente constituição social, sem as suas grandes vantagens. Não têm mais o apoio direto e constante do grupo, do clã, da família, que de patriarcal se tornou instável; falta-lhes a iniciativa do tentar, a autonomia do querer, a audácia do empreendimento, a coragem irrefreável da luta, o estímulo do progredir e do avançar, a atração irresistível do grande, a loucura do futuro, quero dizer, a fé inabalável num ideal coletivo, deslumbrante e invejado no mundo.

São alegres e prazenteiros, folgazões, sabendo ser equilibrados e mansos.

Colhem frutos, fazem e bebem bons vinhos, pescam em barcos leves ao pé das praias e cantam loas e serranilhas nas fáceis travessias de um comerciar de feitio quase primitivo.

Deles escreve Oliveira Martins, num de seus momentos de feliz diagnose dos tipos populares:

“O algarvio é um andaluz. Ao contrário do alentejano, tudo o interessa, de tudo fala, agita-se em permanência, com uma vivacidade quase infantil. No Algarve não há o silêncio e a impassibilidade; há o constante movimento, o falar, o cantar – de uma população como a dos gregos das ilhas, ora embarcados nos seus navios de cabotagem, ora ocupados nos seus campos que são jardins... O constante marulhar da onda, sobre a qual, debruçado como um eirado está o Algarve, põe no pensamento uma permanente agitação, meio tonta, meio encantadora. Ao calor de um sol já africano, no estio, no meio de uma constante primavera, no inverno, o algarvio desconhece a dureza da vida: nem os frios o obrigam à indústria para se vestir, nem a fome ao duro trabalho da enxada para comer.

“Enquanto voga sobre o mar, mercadejando, cresceu-lhe no campo a figueira, a amendoeira, a laranjeira, cuja seiva o sol se encarrega de transformar todos os anos em frutos. A alfarrobeira nas encostas da serra, a palma pelos valados, pedem apenas que lhes colham os frutos e os ramos, que o mercador, no barco, ao longo da costa, espera para trocar por dinheiro.”

São verdades palmares, da mais fácil e imediata observação, que confirmam o que acima ficou escrito.

Entremos nas famosas solidões do Alentejo, como se costuma dizer nos livros de propaganda agrícola em Portugal.

Quem ouve falar em *solidões*, pode ficar a supor que se trata de terras desoladas, verdadeiros desertos. Mas, é simples figura de retórica.

Os escritores portugueses querem evidentemente referir-se ao ainda parco povoamento e ao reduzido cultivo agronômico daquelas paragens. Quanto às terras e às regiões em si – são das de maior valia em toda a Europa.

Deduzidas pequenas faixas ao pé do oceano e nas margens do Guadiana, faixas algum tanto paludosas, mas aproveitáveis para indústrias, apropriadas, a grande região que compreende o alto e o baixo Alentejo, além da que se pode chamar a Estremadura transtagna, é rica e variada de aspectos.

Era a região ocidental a célebre Mesopotâmia de Estrabão, região dentre o Tejo e Anas, que o velho geógrafo não se cansa de gabar. Seria cair em erro imperdoável supor incluída na mente do autor grego essa região na tal *Mesopotâmia*, porque ele evidentemente aplicava essa expressão às terras sertanejas do coração da Espanha, onde os dois rios correm paralelos, ao passo que na fronteira portuguesa o Anas se curva de todo para o sul, afastando-se consideravelmente de seu companheiro.

Sem cair em tal erro, ainda assim é lícito estender à região de que ora me ocupo os entusiásticos louvores do antigo escritor.

Chama para logo a atenção a deliciosa península de Setúbal e a ubertosa zona que, sob o nome de Ribatejo, acompanha em grande extensão o formoso rio. Terra de abundante e fácil cultura de frutos arborescentes, a ela ostenta a granel vinhedos, olivedos, pinhais, laranjais, não falando já em fartas messes de cereais de toda a ordem. Isto desde remotos tempos. Já o citado mestre grego se referia às *férteis campinas*, e aos *olivais e vinhedos* de ambas as margens do Tejo.

Mas as vastas regiões centrais é que definem bem a geografia alentejana.

Leite de Vasconcelos fala nos *seus infinitos montados de azinho e sobro, onde raro serpeia um rio ou brota uma fonte e na tristeza dos seus descampados...* Parece que se refere a um trecho das terras dos últimos contrafortes do Atlas perto do deserto.

Oliveira Martins adoça o quadro, falando da terra e do homem em poucas palavras. Tendo despendido sem-número de frases com o Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Algarve, Estremadura, e principalmente com as costas marítimas do Sul, Centro e Norte do país, o pinturesco historiador pouco escreve do Alentejo; mas esse pouco é aproveitável:

“Fronteira aberta da Espanha, a raia apenas o divide da Estremadura castelhana. As mesmas planícies onduladas, as mesmas culturas cerealíferas, as mesmas florestas de sobros e azinhos, as mesmas vinhas, os mesmos costumes, os mesmos homens – estão de um lado e doutro da fronteira.

“Torrada pelo sol a face, o olhar vivo, o gesto livre, o porte nobre e seguro, bizarro, folgazão, hospitaleiro e comunicativo, o alentejano exprime no seu todo a grandeza um tanto austera do chão sobre que vive. Os seus campos são um granel, os seus montados um viveiro. Quando nas longas e alinhadas estradas, entre lençóis de matas de azinho escuro, ao calor de um sol dardejante, divisamos ao longe uma pequena nuvem de poeira que a luz ilumina, e ouvimos o tilintar alegre das campainhas e guizos nas coleiras dos machos, é o caseiro que a trote largo, a cara redonda e alegre, vai à feira de Vila Viçosa em maio, ou à de Évora em junho, tratar dos negócios da lavoura. À distância vem o arneiro no seu carro toldado, guiando a récuca de machos carregados de odres de vinho; logo o *pastor* com o grande manto de pele de cabra, o cajado ao ombro, conduzindo as ovelhas, a vara de porcos, gordos como texugos, ou a boiada loura de longas hastes. O sol ardente dá tom a todas as cores, vida a todos os movimentos: sufoca-se, a poeira cega, a pele transuda.

O alentejano diz pouco e raro canta; não é misantropia, é indiferença; o idílio não pode seduzir quem vive em ampla comunhão com o campo largo, o céu sempre azul, o sol sempre em fogo.”

Parece um trecho de Eugênio Fromentin, descrevendo paisagens e cenas do Sael ou até das boas zonas da Cabília ou do Tuaregue.

E note-se que O. Martins se referiu nas frases citadas apenas ao alto Alentejo, deixando no olvido a parte meridional da província.

Aqui as campinas ainda mais se alargam, as pastagens avultam, as condições vantajosas para a pastorícia crescem, e mantêm-se mais intensamente as velhas qualidades da raça ibérica, um tanto modificadas no Sul, no Algarve, pela presença do mar.

E aí se vão prender os motivos do constante alvitrar de Al. Herculano, quando não cessa de falar nas vastidões, nos latifúndios da propriedade rural no Alentejo, nos *pastos comuns* ali existentes, contra os quais ingenuamente se insurge. Aí se vai filiar a observação de Basílio Teles, quando estigmatiza os “*precedentes históricos que imobilizaram o Alentejo na fase do nomadismo*”.

Tais e tantas objurgatórias não se fariam ouvir, se se quisesse atender ao caráter fundamental da raça donde descendem os que têm nas veias o sangue português ou espanhol, e não se andasse somente a sonhar com o celta, o

lígure, o romano, o visigodo, que entraram, cada qual com sua cota, não resta dúvida, a colaborar com o meio no processo de diferenciação das gentes da Península, mas sem lhes apagar jamais o cunho nativo e imorredouro.

Aqueles *pastos comuns* são um *survival* da antiquíssima organização comunitária e patriarcal do ibero, ainda hoje vigente nas terras dalém-estreiro, organização abalada na Península pelo mercantilismo púnico (fenício e cartaginês) e derrocada pelo estéril individualismo do direito e da política egoística dos romanos. Nos costumes do povo, porém, a análise sociológica vai descobrir os vestígios da antiga estrutura milenária.

A região que se distende do Tejo ao Douro constitui o âmago da terra portuguesa, a parte principal, orgânica, fundamental do país, como indivíduo geográfico e entidade política.

Ali se encerram a Estremadura de ao norte do Tejo, as duas Beiras e a moderna província do Douro. Mas não há mister prestar atenção às divisões administrativas de Portugal.

O aspecto climatológico, geográfico e social é que atrai.

A zona é das mais originais que se possa imaginar. Encerrada entre os dois maiores rios da Península, na porção inferior de seu curso, poder-se-ia chamar também uma *Mesopotâmia*, se os dois grandes rios, paralelos como ali são, não se distanciassem tanto um do outro.

Fortalecida pela ossatura granítica da serra da Estrela, que a domina, é articulada bem ao meio pelo Mondego e para os lados pelo Côa, o Vouga, o Nabão, e outros, correndo uns para o oceano e diversos para o Tejo, ou para o Douro. Portugal iniciou a independência nas terras de além Douro, e, bem mais tarde, é que passou para o lado de além Tejo; desde, porém, que dominou de um rio a outro, estava constituído e teve disso consciência. Não foi em balde que Estrabão limitou a Lusitânia pelo Tejo, do lado do sul, e Augusto a limitava no Douro, da parte do norte. Ali é que está o cerne do país, o peito de aço da gente portuguesa. Dos dois lados, à foz dos grandes rios, as duas belas capitais da política, da vida, da riqueza do país, – Lisboa e Porto; ao centro, – a cidade do pensamento, – Coimbra –, sobre o Mondego, que nasce e morre em terras lusitanas.

A fisionomia das populações dessa privilegiada região – reflete a feição mais característica do povo todo, que já nos é conhecida desde o Algarve e Alentejo.

Dividamos a zona em duas porções: as terras baixas distendidas ao longo do oceano, entre ele e as serranias de Leste, e as terras altas e acidentadas do interior até a raia de Espanha.

Os férteis distritos marítimos de Lisboa, Santarém, Leiria, Coimbra, Aveiro, Porto enchem a região. Importa dizer que estamos a pisar terras abundantes de portos, lagunas, admiráveis praias, campos, planícies e declives que se vão pouco a pouco alteando até as encostas das serras. Paragens, pois, onde reinam a facilíssima indústria da pesca, e a doce cultura da vinha, do milho, dos frutos de toda a espécie, das nozes, das olivas, das amêndoas, das castanhas, conforme os sítios são mais ao mar ou mais ao centro, mais baixos ou mais altos.

Os distritos de serra acima distinguem-se pela aspereza do clima, mas são cheios de vales e encostas selvosas mui adequadas ao pastoreio e criatório de gados vários; bois, ovelhas, cabras, que se fazem pastar, mudando de sítios, conforme as estações de estio ou inverno, ao gosto das *deambulações* que, de época imemorial, o berbere pratica no Atlas. Em zonas propícias desenvolve-se a cultura de frutos ou cereais, e a pequena indústria de tecidos em *atelier* de família, como no Minho e em Trás-os-Montes.

O moderno escritor que mais inteligentemente descreveu as gentes das várias províncias portuguesas foi Oliveira Martins, e, por isto, a ele recorro de novo neste passo. Dele diz Basílio Teles, o notável economista, que dispunha de erudição excessivamente superficial, mas possuía intuição histórica que seria injusto desconhecer. Há nisto evidente engano: o eloqüente autor da *História de Portugal* e de *Portugal Contemporâneo* não primava pela erudição vasta e segura, nem era dotado de ampla e perspicaz intuição histórica, nem tinha o senso etnográfico; o que o distinguia amplamente era um potentíssimo talento de escritor, além da faculdade pintoresca de retratar os quadros da natureza e as cenas do povo: paisagens naturais, aspectos populares, eis as duas armas mais fortes desse valoroso espírito, que, por outro lado, dispunha de cultura geral que o elevava a certa altura, mesmo quando cometia os maiores erros e caía nas mais estranhas heresias. Eis como descreve o caráter dos homens do Tejo:

“Nem o calor tisna de verão as vegetações, nem o frio do inverno as atrofia.

“Por tudo isto, a população abunda, sem exorbitar, como no Minho; e o habitante reúne à laboriosidade de uma vida agrícola a liberdade de uma existência mais ampla. A flora é variada, reunindo o pinheiro bravo e o manso, a vinha, a oliveira e o carvalho, o trigo, o milho e o centeio.”

Eis como fala dos habitantes da costa do Mondego que ao Douro:

“Descendo do mar o beirão é anfíbio: pescador e lavrador. A lavoura nasce do mar: os carros são barcos, adubos as algas e mariscos. Ao lado de um talhão de milho está uma marinha de sal. O mar insinua-se pelos canais retalhando a planície, em cujo centro, como uma artéria, corre o Vouga.

“A três léguas da costa vê-se fundeado um barco, as mulheres cosendo as redes, ao lado, sobre a terra úmida e negra, os bois a lavrá-la, ou o cavador a abri-la à enxada.”

Agora avista as gentes das partes mais altas das Beiras, e brada:

“O *pastor quase bárbaro* dessas cumeadas da serra, abordado ao seu cajado, vestido de peles, seguindo o rebanho de louras ovelhas, é talvez o ascendente dos companheiros de Viriato. Por estas eminências tapetadas de relva no estio, e de neves no inverno, nem as vilas, nem as árvores se atrevem a subir: só o *nômade* pastor as habita. Do alto de seu trono de rochas vê gradualmente ir nascendo a vida pelas encostas: primeiro o zimbro, rasteiro e roído pelo *gado*, circunda os altos nus; logo aparecem os piornos, as urzes brancas, os carvalhos; depois, já à meia altura da encosta, os castanheiros, as lavouras, os enxames das vilas.”

Encontra agora em caminho os homens da encosta ocidental da serra da Estrela:

“O beirão habitante da encosta ocidental, onde o ar é mais úmido do que em Trás-os-Montes, as chuvas mais abundantes, a temperatura igual; onde o castanheiro colossal, o cedro, o carvalho e o pinheiro bravo põem na paisagem todos os tons e grandeza própria das árvores que vivem séculos; o beirão é menos vivo, mas mais robusto. Quem divagou por essas terras admirou de certo a estrutura hercúlea desses homens, cuja face não luz com um brilhante reflexo de vida interior, mas acusa um pleno desenvolvimento da vida animal.

“Terra de *audazes bandidos*, anacrônicos representantes de uma independência de outras cidades, a Beira é o viveiro de musculosos *trabalhadores que vão todos os anos*, pelo estio, lavrar as glebas do sul do Tejo, levemente vestidos nas suas bragas curtas de linho, descalços, a camisola de lã agasalhando o tronco, o barrete na cabeça, a manta e a enxada ao ombro.”

Finalmente topa os povos da encosta oriental:

“A exposição oriental ou transmontana das abas da serra da Estréia – e dos serros subalternos da Guardunha dá à província da Beira Baixa um novo aspecto: há maior *secura* no ar e as chuvas são menos abundantes; os olivais

medram melhor, e os habitantes juntam à vida agrícola a industrial, tecendo as lãs dos *rebanhos* da serra.”

É admirável a concordância entre tudo isto, entre todas estas incisivas e firmes pinturas e as páginas de Estrabão, escritas há dois mil anos.

Pastorícia, nomadismo, deambulações, grosseria de costumes, banditismo, ao lado da fertilidade da terra nas baixas e da aspereza dos sítios mais altos, tudo está para ler-se no velho geógrafo, – que leva vantagem ao moderno historiador em ter senso bastante para não confundir os iberos da Lusitânia com os célticos de outras regiões da Espanha.

Convém ouvir; é instrutivo:

“Ao norte do Tejo dilata-se a Lusitânia habitada pela mais poderosa das nações ibéricas e que entre todas por mais tempo deteve as armas romanas. Este país tem por limites ao sul o Tejo, a oeste e norte (o geógrafo incluiu a atual Galiza na Lusitânia) o oceano, a oriente as possessões dos *Carpetanos*, dos *Vetões*, dos *Vaceus*... Toda a região oriental é *elevada* e *áspera* mas para baixo até o mar o país só forma uma *planura* apenas interrompida por algumas montanhas de altura medíocre... O país que descrevemos é rico e *fértil*; rios grandes e menores o cortam, correndo paralelos ao Tejo. Na maior parte podem subir-se, e arrastam palhetas de ouro em grande quantidade. As mais conhecidas destas correntes a partir do Tejo são o Mundas (Mondego) e o Vácua (Vouga); ambos podem subir-se a curta distância apenas.

“Vem depois o Douro, cuja origem é muito longínqua, banha Numância e muitos outros lugares pertencentes quer aos Celtiberos, quer aos *Vaceus*; e grandes navios podem subi-lo por cerca de 800 estádios... Trinta povos diversos habitam a região compreendida entre o Tejo e a fronteira dos Artabros; mas, ainda que este país seja naturalmente rico em *frutos* e *gado* e também em ouro, prata e outros metais, a maioria destes povos renunciou a aproveitar estas riquezas naturais para viver vida de *salteadores*; sempre na verdade viveram em guerras entre si, ou com os seus vizinhos dalém do Tejo, até que os romanos reduziram este estado de coisas, fazendo descer porção das gentes da montanha para a planície, reduzindo a maior parte das suas cidades a simples burgos, fundando ao mesmo tempo algumas colônias entre eles. Foram os serranos que iniciaram a desordem, habitando um país triste e selvagem, possuindo só o necessário, desceram a cobiçar o bem de seus vizinhos. Estes por sua vez tiveram para os repelir de abandonar os seus próprios trabalhos, e como eles mesmos se puseram a guerrear *em vez de cultivar a terra*, o país pela falta de cuidados cessou de produzir alguma coisa, nem mesmo os *frutos que lhe eram naturais*, a ponto de se tornar em verdadeiro abrigo de *salteadores*... Os lusitanos, segundo contam, são excelentes para *armar emboscadas* e

descobrir pistas; são ágeis, rápidos, destros... Todos estes montanhese são sóbrios, bebem só quase água; deitam-se no chão; têm cabelos compridos e flutuantes à maneira das mulheres... O seu principal alimento é a carne de cabra. Nos seus sacrifícios imolam *bodes*, *cavalos* e os prisioneiros de guerra. Nas três quartas partes do ano o único alimento na montanha são as glandes de carvalho, que, secas, quebradas e pisadas, servem para fazer pão...

“O vinho é raro e o pouco que se fabrica é em breve consumido nos *grandes banquetes de família*, tão freqüentes entre estes *povos*.”

Parece um trecho moderno de Léon Poincard sobre as gentes de Marrocos, ou de A. de Prévile sobre as sociedades berberes em geral.

Não há mister de antecipar. Urge dar ponto a resenha das zonas geográficas, climatológicas e sociais de Portugal.

Chegamos ao extremo Norte; faltam-nos o antigo d’Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.

O famoso Minho é a região mais povoada de Portugal, a de propriedade rural mais dividida, a de gentes mais ativas no trabalho e no labutar da vida. Comprimida entre o Douro e o Minho, a valorosa zona é cheia de sítios pitorescos, de belas veigas, de férteis campos, de encostas aprazíveis.

Cortada pelo Cávado e o Lima, que formam vales deliciosos de beleza e uberdade, é a terra de Viana do Castelo, Braga e Guimarães, célebres na história política e eclesiástica do país, e de um sem-número de vilas e aldeias, ruidosas e alegres. Na margem norte do Douro, quase à foz, espraia-se a cidade do Porto, que preside a todo esse extremo Norte de Portugal. Centro de indústrias, comércio e navegação, constitui o núcleo primitivo da expansão e das liberdades democráticas portuguesas.

Antiquíssimo povoado ibérico, ao que se pode presumir, foi, desde alta antigüidade, reforçado pelo lígure no sentido do aferro ao solo, e, durante duzentos anos no começo da Idade Média, pelo suevo no sentido da liberdade, do *self-government* da autonomia popular.

Do que fica dito, não se vá supor ser toda a região marcada por um só aspecto e toda cheia de férteis paragens; deparam-se-nos, ao contrário, ali serros e penedias imprestáveis, num solo em extremo acidentado. As culturas principais são – a vinha, o milho, o centeio, batatas, hortaliças, castanhas, olivas, nozes, frutos em abundância entre os quais avultam as peras, os figos e os damascos. Cultivam-se o trigo e a cevada em pequena escala. Todos estes trabalhos são feitos quase sempre em tom festivo e alvissareiro. As desfolhadas do milho, as

mondas e vindimas são tão alegres e ruidosas como as romarias sem número que se fazem por toda essa região nas sazões propícias.

A região de Trás-os-Montes é a continuação da anterior. Separada do Minho pelas serras da Cabreira e do Gerez, alteia-se, abrindo entre essas serras e as do Marão e Padrela o vale do Tâmega. O clima torna-se mais seco; desaparece a vinha em latadas e impera a vinha em cepas; desaparece o vinho verde e surge o maduro. A chamada *terra quente* das margens do Douro, de Sabor, do Corgo, do Tua, do Pinhão é zona de vinho, nozes, castanhas, amêndoas, laranjas, centeio, cevada, azeitonas.

A região dos planaltos, intitulada *terra fria*, é próspera em castanhas, nozes, batatas, centeio, possuindo *bons pastos* para o *gado bovino*.

A *terra temperada*, que medeia entre os planaltos e as margens dos rios, é abundante em frutos, milho, batatas, castanhas, nozes, terra clássica, pois, de frutos arborescentes, como os famosos da Grécia e da Ásia anterior.

Não há motivo para não ser ouvido ainda uma vez, a última, o pitoresco paisagista da história portuguesa:

“Quem alguma vez transpôs o Tâmega, decerto observou a diferença da paisagem e do caráter e aspecto dos habitantes de aquém e de além desse rio. O transmontano, vivo, ágil, robusto, destaca-se para logo do minhoto, obtuso mas paciente e laborioso, tenaz, persistente e ingênuo. Além do Tâmega o clima é seco, poucas as chuvas, grande o calor no fundo dos apertados vales, mas temperado nas alturas; intensos os frios hibernais que coroam de neve as montanhas e gelam a água pelos vales. Aquém as brisas do mar, estacadas na sua derrota pelas serras, condensam-se e produzem as chuvas copiosas: por isso no Minho o pendor ocidental das serras do oriente é sanado pelos numerosos e sucessivos rios paralelos, cujos vales, reunindo-se junto à costa, formam a primeira das planícies litorais, do Norte, de Portugal. Habita essa região planturosa uma população abundante, ativa, mas sem distinção de caráter, nem elevação de espírito: consequência necessária da umidade e da fertilidade... O Minho é uma Flandres... As chuvas precipitam-se abundantes sobre um chão lavrado de canais; a umidade torna plácidos os temperamentos e entorpece a vivacidade intelectual, que nem um frio demasiado irrita, nem um calor excessivo faz fermentar... Temperado o clima, sem excessivos afastamentos hibernais, a população satisfeita, feliz, e bem nutrida de vegetais e de ar úmido, oferece o exemplo de um exército de laboriosas formigas, sem coisa alguma do alado e brilhante de um enxame de abelhas.

Além Tâmega as louras messes de trigo, os pâmpanos rasteiros, o carvalho nobre e o gigante castanheiro vestem os pendores de elevadas serras, cujas

cristas dentadas de rochas, no inverno coroadas de neves, se recortam no fundo azul do firmamento, dando fixidez e nobreza ao quadro, e infundindo o quer que de elevado no espírito...

Aquém Tâmega o cenário muda: a umidade cria em toda parte vegetações abundantes; não há um palmo de terra donde não broto um enxame de plantas; mas como o solo é breve, como a rocha aflora por toda a parte, e os campos nascem do terreno vegetal formado nas anfratuosidades do granito pelas folhas e ramos decompostos, e nos estuários dos rios pelos sedimentos das cheias, a vegetação é rasteira e humilde, o pinho marítimo de constituição débil, o carvalho um pigmeu, enleado ainda pelas varas das vides suspensas. A densidade da população completa a obra da natureza, numa região onde o vinho não amadurece: o ácido picante dá-lhe uma semelhança das bebidas fermentadas do Norte, cidra ou cerveja, e com ela ao gênio do povo, caracteres também semelhantes ao dos bretões ou flamengos.

A vegetação de si mesquinha, é amesquinhada ainda pela mão dos homens; as necessidades ferozes da população abundando produzem uma *cultura que é mais hortícola do que agrícola*: pequeninos campos, circundados por pequeninos vales, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos das uvas verdes. No meio disto formiga a família: o pai, a mãe, os filhos, imundos, atrás duns bozinhos, anões que lavram uma amostra de campo ou puxam uma miniatura de carro. Sob um céu enevoado quase sempre, pisando um chão quase sempre alagado, encerrado num vale abafado em milhos, dominado em torno por florestas de pinheiros sombrios, sem ar vivificante, sem abundante luz, nem largos horizontes, o formigueiro dos minhotos não pode despegar-se da terra, como que se confunde com ela; e, com os seus bois, os seus arados e enxadas, formam um todo, donde se não ergue uma voz de independência moral, embora a miúdo se levante o grito de resistência utilitária.”

Parece uma sátira. Há aí fundo de verdade num sentido muito geral; mas o poético escritor, no desesperado empenho de distinguir o transmontano do minhoto, carregou demasiado a mão neste último. Retira-lhe todo o ideal, toda a poesia, toda a grandeza e elevação d’alma; redu-lo a um animal puramente utilitário. Empobrece o solo, fá-lo quase sempre alagado e tolda o céu às mais das vezes. Quão diversa é a impressão de D. Antônio de Castro em seu alegre livro – *No Minho!*...

Oliveira Martins teve evidentemente a preocupação de imitar e seguir as pegadas de Taine na pintura que fez da Holanda em *Philosophie de l’Art aux Pays-Bas*. Por isso transforma os trêfegos minhotos em flamengos e a sua terra numa Flandres, quando não chega a ser nem uma Gironde!...

Dou testemunho diverso ao do paisagista português: atravessei o Minho em vários sentidos; fui do Porto ao Gerez: estive em Famalicão, Caldas das Taipas, Guimarães, Braga, em numerosas aldeias, em Leça da Palmeira, em Matozinhos, estive na região marítima e em serra acima; em parte alguma vi essas constantes chuvas, esse céu sempre sombrio, esses carvalhinhos anões, esse raquitismo geral das árvores e dos animais.

Atravessei igualmente Trás-os-Montes; passei por Peso da Régua, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas até Chaves, e, se reconheço alguma diferença nos tons da paisagem e no caráter do povo, não vai isto até ao ponto de o afastar tão enormemente do minhoto como faz o eloqüente historiador. Há uma terra que se parece bem com as alturas de Trás-os-Montes – são os planaltos, as elevações, as serras do Minho. Os dois povos são bem irmãos.

Como quer que seja, eis-nos chegados ao fim de nossa excursão. Qual a moralidade a tirar desse trabalho, em relação à índole social dos portugueses e a sua direta influência no caráter dos brasileiros?

É o que deverei indicar infelizmente em traços rápidos.

Não basta descrever pitorescamente os habitantes das várias províncias, e dar, como Oliveira Martins ou qualquer outro, algumas notas exteriores de seu viver.

Indispensável seria fazer um estudo aprofundado de todas elas, sob o ponto de vista especial do viver de cada uma, conforme os sítios em que se encontra: – *montanhas, planaltos, vales, planícies, praias*, e os recursos de que dispõem, de época imemorial a esta parte.

Alguma coisa como fez Edmond Demolins para a sua França no admirável livro de geografia social – *Les Français d’Au jourd’hui*.

Ver-se-ia em ação a natureza do *Lugar* e do *Trabalho* e assistir-se-ia à formação lenta de cada um dos tipos sociais em que se decompõe a nação portuguesa.

Não passarei de rápidas notas e conclusões gerais.

A primeira observação a fazer é que a exigüidade do país, que lhe garante um clima quase igual por toda a parte, com exceção dalguns pontos serranos mais altos, traz como consequência imediata a quase identidade das culturas.

Leves diferenciações podem-se dar e podem ser notadas; mas o tom é o mesmo por toda a parte. Não se deve perder de vista que as denominações de *terras frias* e *terras quentes* são às mais das vezes mero luxo retórico.

Temperadas é o que são todas elas, apenas com a exceção indicada. Aí mesmo devemos estar prevenidos contra possíveis exageros.

As serras mais altas de Portugal, cujos píncaros são inaproveitados, não passam de 1.200 a 1.500 metros; só na serra da Estrela chega-se a 1.900 ou pouco mais nalguns sítios avantajados, mas desabitados de todo. Só nos vales, nas quebradas e encostas intermédias existem as aldeias e vilas minúsculas. Comparadas com as altitudes habitadas, dos Alpes e dos Pireneus, parecem brinquedos de criança.

Essa é a razão pela qual, estudando as produções portuguesas, encontra-se o seguinte resultado: *a) Arte pastoril*: Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Estremadura, Alentejo, Algarve, isto é, Portugal inteiro, havendo apenas, como de razão, maior recrudescência nas Beiras, e no Alentejo; *b) Produções frutíferas arborescentes*: Minho (vinha, oliveira, castanheiro, nogueira); Trás-os-Montes (nogueira, castanheiro, oliveira, vinha, amendoeira, laranjeira); Douro (oliveira, vinha, castanheiro) Beiras (vinha, castanheiro, nogueira, oliveira); Estremadura (vinha, laranjeira, oliveira, castanheiro); Alentejo (vinha, oliveira, castanheiro, nogueira); Algarve (vinha, oliveira, amendoeira, castanheiro).

Já não é preciso falar nos figos, damascos, peras, cerejas, amoras, pêsegos, maçãs, ameixas, existentes quase por toda a parte; *c) Cereais, legumes, hortaliças, etc.*: Minho (milho, centeio, cevada, trigo, batatas, hortaliças); Trás-os-Montes (centeio, trigo, milho, cevada, batatas) Douro (trigo, centeio, milho, hortaliças); Beiras (trigo, centeio, milho, cevada); Estremadura (trigo, centeio, cevada, milho); Alentejo (trigo, centeio, milho, arroz, cevada); Algarve (trigo, cevada, centeio, milho).

As notas predominantes neste quadro, as que mais se repetem entre as culturas principais, são: vinho, castanha, noz, azeitona, milho e centeio. São ali as primeiras a base da exportação comercial e as últimas a do alimento do povo, ao par de legumes, hortaliças. O trigo, que deveria incomparavelmente ser mais cultivado, deixa déficit de subsistência, tendo de ser importado em notável escala.

Como entra pelos olhos adentro, a gente portuguesa, com tão agradáveis espécies de culturas, não passou, em lavoura, da mera jardinagem e da simples *colheita* remuneradora, quase sem trabalho.

É o caso das terras privilegiadas da orla mediterrânea e regiões próximas – em França, Espanha, Itália, Grécia e Ásia anterior.

O labutar duro, penoso, áspero, fatigante do trabalho agrícola das zonas pobres, dos solos ingratos, nunca foi partilha dos compatriotas de Camões.

CONCLUSÕES GERAIS

I. O MEIO – II. A RAÇA – III. AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS – IV. SENTIDO TEÓRICO DA LITERATURA BRASILEIRA – V. SUAS FASES PRINCIPAIS

A literatura brasileira não se furta às condições gerais de toda a literatura antiga ou moderna, – ser a resultante de três fatores fundamentais: o *meio*, a *raça*, as *correntes estrangeiras*. Da ação combinada deste três agentes, atuando nas idéias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura. É que se deixou de ver em tais criações a obra do acaso, do capricho ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do *absoluto* em tal ordem de assuntos. A crítica moderna desterrou de seu seio esta classe de fantasmas. É que chegou definitivamente a estabelecer que a literatura é apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda a arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria. Ora, o fundamento de toda a sociologia, a sua condição primordial, vêm a ser – *terra e gente*, o *meio* e a *população*. E como na humanidade, desde os seus primórdios, se começou a formar a consciência mais ou menos nítida da identidade dos seus destinos, a despeito da variedade dos meios e das raças, claro é que, desde cedo, começou a dar-se a troca das idéias, o intercâmbio espiritual, que veio estabelecendo a solidariedade geral e formulando o que nós ousamos chamar a *lei da persistência e da equipolência das forças espirituais* entre os povos, *ad instar* do que se dá com as forças naturais no mundo físico. Desde os antigos tempos as nações, quer entre os ocidentais, quer entre as gentes do Oriente, andaram sempre a passar de uma às outras os produtos da inteligência e do afeto, fenômeno rítmico que no mundo moderno assume o aspecto de completa evidência. A ânsia de *vaidade* do pensar e do sentir entre os homens, tentada pela monarquia e o direito com os romanos, pela religião com a Igreja na Idade Média, pela ciência e indústria com os modernos, não é mais do que uma das faces da cada vez maior troca de idéias e emoções entre os povos, uma das mais eminentes e flagrantes manifestações da sempre presente e indestrutível *consciência da identidade dos destinos humanos*, base, a nosso ver, de toda a sociologia e de toda a moral. É por isso que em todas as literaturas, máxime nas que se começam a formar e nas que são ainda jovens, se faz sentir inegavelmente a influência estrangeira que ao historiador e ao crítico incumbe descobrir e descrever.

Toda literatura desdobrada no curso dos séculos oferece, destarte, o espetáculo de um germen, de um *organismo* que se desenvolve, já sob o estímulo de forças *internas, inerentes* a si mesmo, já sob a pressão de correntes

estranhas que partem de um ou mais pontos do horizonte intelectual do mundo num tempo dado.

Infelizmente estas *correntes estranhas* têm sido quase as únicas notadas na literatura brasileira por alguns pseudocríticos que dela se têm ocupado.

Não que eles houvessem tido a precisa perspicácia para descobrir e apontar a razão, a origem, a ordem sucessiva, as mutações várias da influência estrangeira em nossas letras, em nossa arte, em nossa política, em nossa economia, em todas as esferas, em suma, da atividade nacional. E que o tivessem feito com todo o apuro e requinte científico, ainda assim ressaltaria aos olhos a incompetência de crítica tão unitária e estreita – a ponto de persistir no erro de não ver nos fenômenos espirituais da nação, quer intelectuais, quer emotivos, senão a face mais superficial e exterior.

Assim, pois, cumpre não perder de vista serem os fatores *primordiais* e *permanentes* de nossa vida espiritual, respectivo de nossa literatura, – a *natureza* e a *raça*, que lhe constituem o organismo e a alma, e ser o fator *móbil, variável, externo* – a *influência, a imitação estrangeira*. Aberra quem desconhece os primeiros; erraria quem escondesse o último.

Há mister estudá-los mais de perto.

Os velhos críticos e historiadores retóricos nacionais até bem pouco tempo não tinham a menor idéia das relações que, porventura, pudessem existir entre o *meio* brasileiro e a literatura pátria e muito menos entre esta e o caráter da nossa *raça*.

Só após um decênio inteiro (1870-1880) de estudos e propagandas feitas pela escola inovadora do Recife, no claro intuito de preencher essa lacuna, é que, tendo passado a nova intuição ao Brasil em geral, se chegou a falar no assunto; mas as mais das vezes por mero luxo de frases feitas, de palavras de efeito.

O lado sério do assunto, o *nexo causal*, entre essas duas grandes forças e suas inevitáveis conseqüências, é geralmente descurado. É preciso indicá-lo aqui por fatos palpáveis e indiscutíveis.

I - O MEIO

O *meio*, e por esta expressão se deve entender o aspecto geral da natureza, o clima, a temperatura, a constituição geológica e geográfica do país e seus conseqüentes imediatos – o trabalho, a alimentação e as condições fisiológicas e sociais da população, o *meio* tem operado entre nós como agente

diferenciador em toda a direção da vida nacional, pelos fatos e circunstâncias que se vão enumerar.

A marcha do povoamento do país, as condições políticas da nação, as relações econômicas, jurídicas, sociais, todas estas coisas, até as intuições estéticas têm sido, em grande parte, ajeitadas e modificadas pelo *meio*.

Vejam as *relações políticas*.

Na imensa pêra sul-americana, como dizem uns, no enorme presunto d'América do Sul, como se poderia chamar, o Brasil, ocupando talvez mais do terço, constitui uma região especial que se distingue por mais de uma singularidade.

Tendo em geral a mesma configuração dessa parte inteira do Continente, é, no seu núcleo central, a região mais antiga do Novo Mundo e, talvez, da Terra. Era uma enorme ilha primitiva, que se veio ligar ao planalto mais recente dos Andes e ao das Guianas, por movimentos geológicos específicos e mais diretamente pela ação dos dois consideráveis rios que a circulam – o Amazonas e o Paraguai-Paraná-Prata

Logo daqui decorrem três conseqüências, que, influenciando no corpo inteiro do país, originam condições a um tempo sinérgicas e divergentes às respectivas populações: *a)* a extensão do território que dá lugar a nada menos de trinta ou quarenta zonas diversas climatológicas, acarretando outras tantas modalidades demográficas e sociais; *b)* a existência de quatro grandes depressões que circundam o planalto, operando a singularidade da repetição no longínquo Ocidente e no alto Norte de um clima aproximadamente idêntico ao da costa e produzindo semelhanças sociais iniludíveis; *e)* a articulação do planalto com as depressões que o cercam dos quatro lados por sistemas fluviais que correm nas quatro direções, formando do país um todo compacto e uniforme, garantidor da unidade política, só perturbável pelos erros dos homens, não pelas imposições da natureza. É só olhar para o mapa e ver com olhos desprevenidos a distensão imponente e simétrica do colosso brasileiro: a unidade na variedade, ou a variedade na unidade, é aí a primeira dádiva do solo. Dessa primordial circunstância da terra promana conseqüência inapreciável de ordem política.

O corpo do país não é desagregado, como o da esparsa América Espanhola, tomada em seu conjunto, nem indistinto e uniforme como o do Uruguai, do Chile, de Portugal, da Bélgica, da Holanda, ou mesmo da própria França. Destarte, se, por um lado, não é desequilibrado e desunido, a ponto de ter ao Norte uma grande massa de terrenos, à guisa do México e América Central, ligados por um simples istmo montanhoso e quase intransitável ao corpo de

suas irmãs do Sul, às terras da Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Chile, separadas também estas últimas da Argentina, do Paraguai e Uruguai pelo espinhaço gigantesco dos Andes, e seus contrafortes, o que tudo produz um corpo desarticulado, disforme, desconexo, que se havia de fatalmente dividir; não é, por outro lado, uma pequena região inteiriça e compacta, como a Lacônia, a Fenícia ou a Judéia, apta a uma organização demasiado unitária e compressiva. Por isso o Brasil não poderá, não deverá nunca ser um Estado em demasia centralizado como a França, nem dissolvido em várias nações, como a América Espanhola, que já nasceu desunida!... Um governo *sui-generis*, original, novo, espécie de compromisso entre o regime unitário e o federativo, será, supomos nós, o resultado a que há de chegar a política brasileira, evitando os excessos das Constituições de 1824 e 1891, simples obras de doutrinários abstratos e fantasistas, que não tinham amplo e seguro conhecimento de nosso povo nem do nosso país. A experiência falha da centralização imperial e a experiência desastrosa do exagerado federalismo republicano hão de ceder o passo a um regime mais em harmonia com o meio físico em que se move a jovem nacionalidade.

O Brasil é um possante triângulo, cuja porção central, a antiga ilha, o planalto, está hoje, como dissemos, cercada por quatro grandes depressões, que são as faixas de terras novas que o ligam às regiões vizinhas e ao mar: a depressão do vale amazônico ao Norte; a do Paraguai-Paraná, prolongada no mesmo sentido pelo Guaporé e Madeira ao Oeste, a dos campos rio-grandenses ao Sul, a oceânica do lado oriental. O divisor das águas, entre as duas bacias que são como as pontas de enorme compasso, não é, às mais das vezes, senão um chapadão pouco elevado, deixando quase tocarem-se as águas dos dois sistemas, que dão origem a inúmeros rios, os quais constituem um simétrico regime arterial, próprio para articular, unir e dar vida ao corpo inteiro. Como um verdadeiro poder moderador, bem perto das fontes do Paraná, cujos principais afluentes nascem próximo às origens de consideráveis afluentes do Amazonas, forma-se o gigante brasileiro por excelência, o imponente São Francisco, que se encarregade manter as regiões intermédias entre os dois rivais, cortando-as bem ao meio.

Nestas condições, é fácil compreender que a União brasileira, antes de ser uma dádiva da história e da política, era já uma exigência da natureza; mas essa unidade não é incompatível com a variedade, que a própria extensão do país, dividida em trinta ou quarenta zonas geográficas diversas, é a primeira a indicar e a impor.

Daí as aspirações descentralizadoras, que acharam expressão no *Ato Adicional* de 1834 no tempo do Império e na *Constituição Republicana* atual, e a necessidade que se faz sentir da revisão desta última, no sentido de apertar os

laços da União, em dias da República, não falando já em ação semelhante no antigo regime expressa na *Lei de Interpretação* do aludido *Ato Adicional*.

A ação, pois, do habitat brasileiro nas correntes gerais da organização política do país apresenta-se nítida.

Indiquemos, de relance, outras variações do assunto.

O *consensus* existente entre todas as grandes manifestações da vida mental do povo leva-nos a isto.

Vejamos rápido a face jurídica: a influência do meio nacional no desenvolvimento do *direito pátrio*.

A extensão do país, produzindo as grandes distâncias, foi a causa determinante, não só das linhas gerais de sua primitiva divisão territorial, que o Império e a República não se atreveram a mudar, e ficou sendo a base da divisão político-administrativa, como ainda da formação lenta da vida social e jurídica. Daí, certos tipos divergentes das legislações locais das antigas capitanias, das províncias do tempo imperial e dos Estados hodiernos, ao lado das medidas convergentes, indispensavelmente exigidas pela Monarquia e agora pela União Republicana.

Foi ainda o meio que influiu na divisão, por vezes tentada, da Colônia em dois governos e na criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, já não falando na formação morosa das capitanias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na singular separação do chamado Distrito Diamantino, com regímen especial até o começo do século XIX.

Foi e continua ainda a ser o meio o principal fator a influir na legislação industrial e no sistema de impostos, segundo as zonas são *mineiras, cafeeiras, açucareiras, criadoras* ou *extrativas*.

Foi ainda ele que ocasionou a especial legislação sobre as comunicações internas, já proibidas, já permitidas, nos tempos coloniais, e é ainda hoje o fator principal no sistema de viação férrea, de comunicação e trânsito de mercadorias entre os Estados, e nomeadamente no temeroso problema da imigração estrangeira, que tem sido mal encarreirada no Brasil, enchendo-se o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná de alemães e São Paulo de italianos, ao passo que os Estados do Norte têm sido inteiramente descurados.

Foi ainda ele que determinou o fato da escravidão, criando o sistema de *resgate dos índios* e das *bandeiras* para os *cativar*, ao mesmo tempo que levava o colono reinol a ajudar-se do braço *africano* para desbravar este país tropical. E

é preciso, por fim, afirmar que o meio tem sido e continua a ser poderoso agente jurídico, influenciando nos costumes, os hábitos, o trabalho, a economia e tantos outros elementos determinadores de nossa especial fisiologia e psicologia nacional, que todos criam relações jurídicas e provocam quase sempre a ação da lei.

Passemos desde já a indicar a influência do meio nas *criações estéticas e literárias*.

Aqui, além de todos os fatos já apontados, que todos agem por modos vários, diretos e indiretos, avulta o aspecto geral da natureza.

É uma das faces mais distintas de nosso país.

Todas as zonas desta parte da América oferecem ao observador encantos e belezas em elevado grau. Costas, matas, montanhas, planaltos, chapadas, campos e tabuleiros, rios e lagos – tudo traz a marca desta imensa oficina de pitoresco.

A variedade é aí a regra geral. As costas, na orla litorânea do Rio Grande do Sul, são de areias e dunas como as da Dinamarca e do Báltico. De Santa Catarina ao Espírito Santo são cercadas, do lado de terra, de belíssimos anfiteatros de serras e montanhas de descontraídas alturas, já ermas de mato em vários picos, já cobertas de luxuosa vegetação quase em geral. Afastando-se aqui e ali em mor ou menor distância da orla da praia, os serros chegam em múltiplos sítios a vir entestar com as ondas e banhar-se nelas; o mar penetra por vários furos e sacos, muitos deles cercados de montanhas a pique que lembrariam os *fiords* da Noruega, se a radiação do sol, a transparência do céu e a brandura do ar não repelissem a comparação. Alguns desses sacos e reentrâncias, como é principalmente o caso da alongada curva que de Cabo Frio a Santos quebra e afunda a direção norte-sul que vinha seguindo a costa desde o Cabo de Santo Agostinho, alguns desses sacos e reentrâncias, nomeadamente em Mangaratiba, Angra dos Reis, Mambucaba, Jerumirim, Parati, Paratimirim, Cairuçu, Ubatuba e São Sebastião, pela multidão de ilhas, intercadência de pontas, transparência das águas, alvura das praias, aprumo majestoso das montanhas, fulgurações do céu, podem ser contados entre as regiões mais deliciosamente belas existentes na terra. Lembra a Ática e o mar Egeu por mais de um título. Doce e plácida a vida nestes sítios, é por toda a parte estimulada pelo pitoresco da paisagem às efusões do mais delicioso lirismo.

Não findam aí, porém, as mutações da cinta litorânea brasileira.

Da Bahia a São Luís do Maranhão, a costa mostra aqui e ali, em começo, alguns morretes de barro vermelho, alternando com as praias d'alvíssimas areias,

como dorsos mosqueados de animais estranhos vistos ao longe; depois seguem os lençóis prateados dos areais intérminos por toda a extensão da costa desde o Itapicuru do Sul (Bahia) até o Itapicuru do Norte (Maranhão). Aqui e ali há cômoros movediços.

Tal sertão, tal praia: cremos poder afirmá-lo.

Ao sertão do planalto do Sul, desde metade do Rio Grande até os limites setentrionais de Minas, corresponde, pelo mar, do Norte do Rio Grande até o Sul da Bahia, a costa montanhosa acima descrita; a esse sertão mais alto, mais rico, mais fresco – o litoral mais variegado e pitoresco. Ao sertão do planalto do Norte, mais seco, mais áspero, da Bahia ao Maranhão, corresponde o litoral desolado das areias e dunas, severamente poético em sua monotonia, quebrada aqui e ali pelas fozes dos rios e os matagais que de ordinário geram.

De São Luís do Maranhão até além das fronteiras do Brasil surge o panorama da mata marítima, a mata que entra pelo mar ou o mar que entra por ela adentro.

“O navegador, diz uma testemunha ocular, o navegador parece estar presenciando o espetáculo de uma Fata Morgana, quando desta costa vê emergindo do horizonte umas copas despregadas primeiramente, ganhando sucessivamente e aos poucos seu tronco cada uma, reunindo-se finalmente em compacto e ininterrupto debrum florestal, que periodicamente do mar surge e periodicamente é inundado ainda pelas salsas ondas.” É a mata costeira, precursora da mata amazonense. Compreende-se o surto de estranha poesia daí evolado, capaz de inspirar poetas, pintores, romancistas e quantos sintam n’alma os impulsos do belo, desperto pela natureza.

O talento não pode ficar mudo diante de tais cenas. Antônio Vieira, por ter ali passado, deve a esse meio alguma das suas mais poderosas páginas descritivas. A descrição da *Ilha dos Nengaibas* é deste número.

Ainda nestas paragens verifica-se a nossa asserção: a tal sertão, tal praia.

Ao sertão amazônico, se esse nome merece, coberto de rios e florestas, havia de corresponder costa coberta de matas alagadiças. Tal é o Brasil, visto do mar.

Em terra, a prodigiosa mutabilidade dos aspectos do céu e do solo escapa a qualquer definição. A região dita da mata, ao longo da zona marítima, é variadíssima de feições. Oiteiros, campos, trechos de floresta, serras, cascatas, rios, riachos, vales, encostas e descalvados, de tudo se encontra, e cada trecho tem a sua fisionomia.

A região florestal, propriamente dita, no vale amazônico, no Pará, Amazonas e Mato Grosso, atenta a quase nenhuma assimilação de tais paragens ao nosso viver geral de nação, pois que ainda não as povoamos, não tem quase nada influído em nossa estesia.

A mata familiar aos nossos poetas é a de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão... isto é, a que está para aquela outra na mesma proporção em que a serra do Mar está para os Andes, ou a Mantiqueira para o Himalaia.

Talvez não tenhamos, sob o ponto de vista da doce harmonia de todas as notas influidoras de nosso meio, perdido demasiado com esse descuidoso abandono. Seria uma nota desacorde num coro de deliciosa melodia. “Há grandeza, escreveu Alf. Wallace, há grandeza e solenidade na floresta tropical, porém pouca beleza ou brilhantismo de cor. As enormes árvores escoradas de sapopembas, os troncos gretados, as extraordinárias raízes aéreas, as trepadeiras retorcidas e enrugadas e as elegantes palmeiras são o que fere a atenção. Porém tudo é lôbrego e silencioso, e o homem sente-se aliviado ao ver de novo o céu azul e sentir os raios tostantes do sol.” Talvez não tenhamos demasiado perdido com a pouca influência da truculenta paisagem equatoriana sob o ponto de vista dos influxos em geral sempre suaves do meio; mas perdemos, certamente, pelo que diz respeito aos fortes estímulos que dali podem provir à imaginativa. Nosso lirismo tem acolá muito a assimilar.

O homem sente-se, escreveu Wallace, aliviado ao ver de novo o céu azul e sentir os raios tostantes do sol. – E o que não nos falta pelo Brasil em fora. Se sairmos da faixa marítima e da orla da mata, já de si cheias ambas de tantas belezas, e penetrarmos na região montanhosa que dá acesso aos tabuleiros, chapadas e campos gerais do planalto, deparar-se-nos-ão sítios em que a fada espalhadora de cenas naturais fascinantes na terra teve requintes de originais devaneios. Não precisa ir muito longe: basta galgar ali a duzentos passos as encostas de Santa Teresa, pelas Laranjeiras, Cosme Velho, Silvestre, Paineiras, até ao Corcovado ou até ao Sumaré, e sentir o que vai de encantadores golpes de vista que vinte Sintras juntas não achariam tantos iguais. Se quereis mais amplitude ao quadro, tê-la-eis, a poucas horas, no caminho de Petrópolis, no de Teresópolis, no de Nova Friburgo; se aspirais mais ainda, atravessai toda a região alpestre desse mesmo tom pelo sertão adentro, ide à Campanha, a São José d’El-Rei, a Ouro Preto, a Belo Horizonte, a São Paulo, e se vos antolharão trechos de fantástica fascinação. – É a parte mais bela do Brasil. Seguem-se os campos gerais, os grandes rios do interior, a mata do Paraná nas depressões que descambam para as Missões; iguais acidentes em Santa Catarina, isto para quem vai atravessando o país para o Sul; porque quem se dirige para o Norte, se segue rumo de leste, tem de percorrer longitudinalmente o vale do Rio das Velhas, o do São Francisco e tem de atravessar o clássico sertão nortista, o

teatro das secas; se segue rumo de oeste, galgados os chapadões de Goiás, tem de atravessar o Tocantins, o Araguaia, e cair nas terras ignotas do Xingu, do Tapajós... Quanta variedade em tudo isto! Quantos espetáculos diversamente interessantes aos olhares percucientes do observador curioso!

E como tão diferentemente devem tão variegados aspectos ter influído nas populações!

O complexo do país não está ainda suficientemente povoado e detidamente descrito e estudado sob essa curiosa relação.. Em resumo, porém, ousamos asseverar que os dois lados maus do clima brasileiro, a falta de chuvas no sertão do Norte e o impaludismo nas regiões baixas da costa e das margens dos rios, duas coisas, como se vê, exclusivas de limitadas porções do território, esses dois lados maus de nosso clima, aliás facilmente corrigíveis, são de sobra resgatados por preciosíssimas qualidades que o meio aqui nos prodigaliza. A ausência de vulcões, de terremotos, de temporais assustadores, de ciclones, de tempestades de neve, de geleiras deslocáveis, de desertos, de animais monstruosos, tem trazido, cremos nós, esse acentuado espírito de confiança, de destemor, de sossegada placidez e doce quietude, muito para louvar em nossa população.

Os brasileiros atravessam durante dez ou vinte meses uma epidemia de cólera, febre-amarela, varíola ou peste bubônica, que faria despovoar pela fuga Buenos Aires ou Nápoles em quatro ou cinco dias, como se nada houvesse!... É a mesma indiferente calma com que vivemos aqui seis meses em constante bombardeio, na revolta da armada, sem que ninguém desse por isso, sem que as mulheres e as crianças deixassem de dar seus diários passeios costumeiros, apesar de repetidas mortes nas ruas.

O constante aspecto primaveril das árvores, das várzeas, das montanhas, do céu, de tudo que nos cerca, imprimiu, por outro lado, em nosso senso estético as duas qualidades que melhor o distinguem: a efusão lírica na poesia, o colorido vivo da paisagem na pintura. Lirismo e paisagem são, destarte, as notações mais vivazes da nossa capacidade artística.

A terra das tardes morenas e tépidas, das noites deslumbrantes, das manhãs vivas e cheirosas, dos pássaros de variegada plumagem, das folhagens sempre verdes, das flores sempre à lacremente vivas, tinha naturalmente de ser terra de descritivos na lírica e na pintura. É a nota fundamental a que as demais têm de se ajuntar.

Mas onde a ação das condições especiosas do meio brasileiro se deixa pegar em flagrante é no estudo de como se operou e se vai operando o *povoamento da terra*.

A existência inestimável do mar que nos banha numa imensa costa, que abrange um lado inteiro do país e é um dos fatores, e dos mais poderosos, da independência da nação e da união entre seus filhos, foi o primeiro veículo por onde se começou a efetuar o povoamento do território e ainda hoje é o meio mais eficaz das comunicações entre os seus habitantes. Durante quase dois séculos, os novos íncolas, na frase pinturesca de Frei Vicente do Salvador, *andaram arranhando na costa como caranguejos*. O velho cronista não suspeitava que assim mesmo é que tinha de ser, por exigências telúricas do novo habitat.

Os primeiros núcleos de população tinham fatalmente de ser nas praias do mar, donde era mais possível a comunicação com a mãe-pátria, e onde a vida era mais fácil. A existência das matas virgens e cerradas, próximas às costas, constituía uma dificuldade inicial ao devassamento e povoamento interior da terra, circunstância ainda mais agravada pela proximidade, nas costas do Sul, das serranias que circulam o planalto central. Serras e matas demoraram o passo aos povoadores, o que ainda mais, aos olhos da história, faz avultar a ação quase miraculosa dos que fundaram São Paulo, fato excepcional em pleno século XVI.

Mas a terra tem aberturas para o mar: *os grandes rios*. Este foram o segundo fator poderoso no povoamento do país pelos colonos reinóis. O São Francisco, o Paraíba do Sul, presidiram às primeiras entradas que avançaram pelos sertões. De perto os seguiram o Amazonas, o Parnaíba, o Itapicuru, o Mearim, o Jequitinhonha, o rio de Contas e outros de menor vulto.

E, o que ainda mais consigna a importância desses inigualáveis condutores do homem, é o fato de não terem sido só os rios que endireitam o curso para as bandas orientais do planalto os que dirigiram as entradas dos povoadores. Igual concurso toparam este nos rios, singularidade notável do Brasil, que, nascidos, por assim dizer, quase na costa, lhe correm no sentido oposto: o Iguaçu, o Paranapanema, o Tietê, o rio Grande, o das Mortes, o Paraná. Hoje em dia o Juruá, o Purus, o Acre, o Madeira são portadores de gente para os mais altos recessos do Continente, como já dantes o tinham também sido o Paraguai, o Cuiabá, o São Lourenço, o Paranaíba e em muito menor escala o Araguaia e Tocantins. E não é só: os grandes campos de criação, adjacentes a muitas dessas imponentes correntes d'água que retalham o pátrio solo, foram outros tantos auxiliares do povoamento.

Destarte, em contraste aos *agricultores* da costa e da próxima zona das matas, formava-se no Norte a população de *criadores* dos sertões longínquos, que tiveram no gado um auxiliar poderosíssimo para a descoberta e desbravamento do país. Em tudo isto é flagrante a ação do meio, encaminhando o povoar da

terra, fenômeno que se repete, pouco mais tarde, em maior escala talvez, na descoberta e povoamento das regiões montanhosas e *mineiras* de Goiás, Mato Grosso e Minas. Foi o incitamento da posse de tantas riquezas ocultas no seio das serras sertanejas, que, açulando a cobiça dos homens, os levou a descobrirem e povoarem tantas e tão consideráveis porções de nosso território. É o caso da *borracha* agora no alto Norte e grande Oeste. Assim: aqui o mar, ali a mata; aqui os rios, ali as montanhas; acolá os campos, além os minérios, o ouro, o diamante, os seringais, foram outras tantas forças já favoráveis, já embaraçadoras à ação do colono no povoamento da terra.

E, nesta ordem de idéias, cumpre não esquecer a correlação existente entre o movimento de população que se opera no Norte e o fenômeno mesológico das secas reinantes periodicamente em certa porção daquele território. É o que determina em dias de agora, o êxodo de cearenses para o Amazonas e o Acre.

Sempre a influência do meio.

Nação sem base econômica não se pode conceber e nem se pode manter. Por este lado o influxo do meio é fatal; a colaboração da terra é fato iniludível e capital. – Vejamos, pois, de relance, as *relações econômicas*, esboçadas entre nós pelas próprias condições de nosso país.

A falta relativa de numerosas ilhas e penínsulas, nesse mar a tantos respeitos tão considerável e prestimoso, além da corrente dos ventos muito mais constante do oceano para a terra do que da terra para o oceano, afastou os íncolas primitivos dos grandes labores da navegação.

Comparados aos habitantes das Antilhas e do Arquipélago Malaio, eles desaparecem numa inferioridade absoluta. Sua navegação rudimentar não passava dos rios, das enseadas, dos portos e paragens abrigadas da costa.

O brasileiro, a despeito da ascendência portuguesa, é ainda hoje quase refratário à vida do mar, e, assim, nossas indústrias marítimas são muito limitadas, quase nulas...

A própria navegação costeira anda quase toda nas mãos de estrangeiros, navegação, aliás, cada vez mais embaraçada pelo fenômeno geológico do levantamento progressivo das costas por toda a longuíssima zona marítima do país, com exceção apenas do extremo Norte, da foz do Amazonas para cima, onde se produz o fenômeno inverso. Todos os portos da República estão a reclamar consideráveis e colossais reparos que os conservem francos e capazes. É na terra que, exclusivamente quase, se abre a arena do labutar brasileiro pela vida. O primeiro presente por ela feito ao aventureiro europeu foi o das ricas madeiras das matas próximas à costa. Durante cem anos e mais, o pau-brasil, o

cedro, o jacarandá e outros frondosos gigantes da floresta forneciam o carregamento dos navios que aportavam às nossas plagas. As resinas, as gomas, os pássaros entravam por alguma coisa nessas cotas primitivas. Ainda hoje, as matas em estado virgem constituem um especial regímen às populações que as avizinham ou nelas mais ou menos vivem.

As florestas do Amazonas e de Mato Grosso são os tipos clássicos, digamos assim, da floresta no Brasil. Ali a população sedentária, em rigor, não existe. Percorrem-nas tribos errantes que entretêm algum comércio com as malocas mais estáveis da *borda*. A expressão *borda-da-mata*, indicadora dos limites florestais, é geral no Brasil. É aí que estacam as populações fixas e senhoras do solo. As florestas do Amazonas e Mato Grosso são a região das indústrias extrativas por excelência. A borracha, a salsaparrilha, a castanha, são os produtos prediletamente procurados. Na borda da floresta, *borda-da-mata*, existe ali a rudimentar lavoura de gêneros tropicais: *cacau, tabaco, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, milho...* Mas isto é a exceção: o homem é ali ainda, originariamente, pescador, caçador e, modernamente, seringueiro.

Indústria peculiaríssima da floresta é esta dos seringueiros, tipos *nômades* que levantam acampamento em monções próprias, internam-se pela mata dentro, ao sabor do curso dos grandes rios, ao serviço dos *regatões*, espécie nova de comerciantes também *nômades* que fazem a compra da borracha e doutros produtos congêneres, por conta dos *aviadores*, negociantes das praças de Belém e Manaus. É bem de ver que o meio é aí o principal propulsor de tão singulares peculiaridades.

As matas do Maranhão, a de Ilhéus na Bahia, a do Espírito Santo, a de Minas, a de Goiás, com serem muito menos consideráveis do que as de Mato Grosso e vale amazônico, representam peculiar papel nas indústrias locais com as suas madeiras, o que também acontece às do Paraná e Santa Catarina ao longo do Iguaçu, do Xapecó e do Xopim. Nas regiões circunvizinhas destas no planalto, representam papel especial as araucárias brasilienses, os pinheiros do Paraná, que constituem florestas ralas e abertas, e as vegetações de erva-mate, fontes de indústrias especiais. Idênticas são as condições de Mato Grosso, nas regiões do Sul, limitadas pelos campos e chapadas do planalto a leste e o vale do Paraguai ao ocidente. Por todas estas zonas, a produção industrial é dádiva direta da mata, qual aconteceu aos índios da costa durante a mor porção do primeiro século da descoberta e povoamento do Brasil. O meio determina por todas essas paragens o prolongamento do regímen primitivo. Mas, é certo, as coisas não poderiam no perímetro das costas por muito tempo prolongar um viver tão elementar e um sistema econômico tão aleatório. Penetrado o interior do país, pouco que fosse, a mata tinha de ser sacrificada a largos trechos para dar lugar a culturas estáveis. A lavoura da *cana* teve então em todo o Norte do

país a primazia e veio a constituir a principal base econômica da Colônia por quase três séculos.

O *tabaco* foi também, desde logo, um adjuvante, porém de menor importância, ao lado doutros produtos menos consideráveis, talvez, como ramos de comércio e mais valiosos para a alimentação das populações que se iam formando.

A *mandioca*, o *arroz*, o *feijão*, o *milho*, o *coco*, a *batata*, a *banana* exerceram nesse mister a função primordial. Ainda hoje é esse, fundamentalmente, o aspecto geral de nossa agricultura por todo o Norte, Centro e grande parte do Sul do país. A lavoura, porém, sem criação, como base da alimentação popular, não se pôde jamais compreender. O colono precisava da carne, e, se o mar e os rios lhe davam o peixe, as capoeiras e matas lhe davam a caça e as aves, era isto um passo apenas preliminar que era mister transpor em larga escala. O descobrimento dos *campos*, *tabuleiros* e *chapadas* do interior do país abriu-lhe logo a perspectiva da criação em grande.

Abordado principalmente pelo São Francisco, pelo Itapicuru maranhense, pelo Parnaíba, pelo Grajaú, desvendou-se o *sertão do Norte*, a zona *criadora*, e as fazendas de criar, as *fazendas de gado* constituíram-se a fonte de riqueza de uma região imensa e vieram a competir com os *engenhos de açúcar* da costa e da mata. Destarte o *açúcar*, como base da exportação, a *rês* e os *cereais*, como base da alimentação e da riqueza interna do povo brasileiro, constituem a mais antiga e a mais durável manifestação da indústria nacional estável, logo após o curto momento da espontânea exploração florestal. E, se esta é ainda hoje mantida nas regiões que de relance apontamos, aquelas que a sucederam se espalharam pelo país quase inteiro, garantindo-nos nesta asserção a larga exploração pastoril do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, e até do Pará nas chapadas que vão subindo em demanda do planalto da Guiana, não falando já no caso singularíssimo de Marajó. São indústrias simples, quase primitivas, presentes imediatos do meio.

Intercorrentemente, os colonos do Sul, as gentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, também plantavam cana-de-açúcar e cereais na costa e na região serrana. Só mais tarde o sertanejo paulista que foi e é ainda criador de gados em regiões apropriadas, no devassar sertões preando o índio para o escravizar, é que veio a abrir novo e passageiro momento na vida econômica da nação: a *fase mineira*, o período do ouro e do diamante. Goiás, Mato Grosso e Minas foram os oferentes de tamanhas e tão fugazes riquezas.

Enquanto a mineração foi coisa, por assim dizer, espontânea, fácil, natural, simples presente, mera dádiva do meio, o Brasil foi a terra do ouro e dos

brilhantes. Quando se fizeram indispensáveis as grandes e dispendiosas obras d'arte, a moda passou. E ainda aí nossa tese se justifica. Mas a natureza é mãe inesgotável em seus dons: fechado o ciclo do ouro, abriu o do *café*. A *terra roxa* deixava rasgar os ubertosos seios para fazer brotar a planta sagrada, fonte excelsa da riqueza pública durante todo o período do Império e ainda hoje, rivalizando apenas com ela a *seringueira* equatorial.

A lição que brota deste fatos é a do caráter pouco inventivo de nossas criações industriais, sempre dominadas, senão produzidas principalmente e até diretamente pelo simples influxo do meio. Este é que tem dado de graça as madeiras, a borracha, a erva-mate, a castanha, a salsaparrilha; quase de graça o ouro, as pedras preciosas, as manadas de gado; e por módico esforço o cacau, o tabaco, o açúcar e o café.

Em tudo isto a colaboração do meio tem sido capital, ainda naquelas produções em que mais se acentua o labor do homem.

Em nossa agricultura, ontem e hoje rudimentar, num canavial, por exemplo, dos engenhos de Pernambuco, os famosos engenhos admirados em 1580 pelo Padre Cardim, mais tinha que ver a fertilidade, o calor e a umidade da terra do que a carpa de cinqüenta ou cem cativos.

Mas aí mesmo se notam os pontos de convergência existentes na atividade brasileira por todo o país. A grande extensão deste é por tal arte articulada pelo planalto, pelos rios, pelas matas, pelos campos igualmente repartidos pelo país inteiro, que vemos a indústria de criar no alto Norte do Amazonas e Pará e no extremo Rio Grande do Sul, em Minas, como em Goiás e Mato Grosso, em Pernambuco e Ceará e Rio Grande do Norte e Paraíba e Bahia e Piauí e Maranhão, como em São Paulo. E, como a mata, além de circular o Brasil pelo oriente e pelo norte, o circunda também pelo oeste e certas paragens do Sul, produzindo aproximações climatológicas próprias das depressões que cercam o planalto dos quatro lados, as indústrias extrativas surgem-nos de todas as bandas.

E, como ainda o calor e a umidade são espalhados pelo país quase todo, dotando-o de fertilidade mais ou menos intensa, quase por toda a parte, a lavoura não é privilégio desta ou daquela zona exclusiva.

A determinação do influxo do meio físico em a marcha do povoamento do país e ainda nas linhas gerais da política, do direito, das artes e letras e da economia nacional, com ser muito, não é ainda tudo. Resta saber como vai sendo modelado o povo sob o *aspecto fisiológico* e, como conseqüência, o aspecto moral. A nosologia, os costumes, as tendências sociais constituem a face, talvez, mais interessante do assunto.

O Brasil é um dos mais perfeitos tipos dos países tropicais. Distendido de 5° 9' 40" N. a 33° 45', S., jaz quase todo ele entre o trópico de Capricórnio e o equador. Apenas os três estados do extremo Sul – Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, e exígua porção de São Paulo, descambam abaixo do trópico, mas sem sair do quadro dos países quentes; pois este vão até o grau 35 de ambos os hemisférios.

No imenso reino neotropical, na frase dos naturalistas, o Brasil constitui por isso região perfeitamente caracterizada, que não é lícito confundir com as que a cercam, – andina, guianense e argentina.

A característica geral dos climas tropicais, tão lucidamente descrita por médicos, geógrafos e higienistas, vem a ser: calor e umidade com o cortejo funesto do impudismo. A superexcitação dos órgãos da periferia com prejuízo dos órgãos centrais, a transpiração exagerada da cutis, o antagonismo entre o pulmão e o fígado, encarregado de trabalho duplo, a secreção da bÍlis, a deposição copiosa do pigmento, são predicados predominantes na fisiologia desses países.

Assim, os caracteres do tipo fisiológico mais geral na população brasileira, máxime nas formosas depressões de que temos tantas vezes falado (menos a do extremo Sul), são os do temperamento bilioso, sinal de uma verdadeira saturação do carbono, combinados com os do temperamento linfático e os do nervoso, como asseveram os higienistas.

Erraria, entretanto, quem aplicasse rigorosamente esse critério ao Brasil todo, ao país em peso. Ainda aqui a unidade abre espaço à variedade. É inegável ser esse o tipo climatológico genérico em toda a imensíssima depressão da costa desde o cabo de Santa Maria até a foz do Oiapoque, compreendendo a faixa litorânea e matas próximas; e mais na enormíssima depressão do vale amazônico, ramificada a sul e norte até atingir, de um lado, o planalto brasÍlico, e, de outro, o planalto guianense; e mais na vastíssima depressão ocidental desde o rio Madeira até ao Apa, compreendendo as baixadas do Guaporé e Paraguai e respectivos afluentes; e mais, finalmente, nas margens de todos os rios que cortam em todos os sentidos o corpo inteiro do país, principalmente os de Goiás.

Feita, porém, esta concessão à unidade climatológica do Brasil, quão largas brechas há ainda para a variedade! Esta é múltipla, numerosÍssima.

O Brasil conta trinta ou quarenta grandes zonas diversas de aspecto e clima, dissemos mais de uma vez, que devem ser tratadas diversamente, sob pena de falseamento completo de tudo o que se afirmar dele por este lado. E dentro de

todas essas zonas existem pontos privilegiados que são já e hão de constituir no futuro cada vez mais o paraíso daqueles que os aproveitarem.

Primeiramente, temos, mesmo na zona das depressões que cercam o planalto, a região de campos e coxilhas do Rio Grande do Sul, refrescada por periódicas chuvas no verão e ventos frios no inverno, sempre de clima sadio e aprazível.

No imenso perímetro da costa, pedaços existem de praias secas, expurgadas de quaisquer pântanos e mangues, sítios apropriados a banhos de mar nas estações calmosas, de clima ameno e salubre. Não há um só dos estados marítimos que não possua uma dezena de trechos desses.

Mas é na enorme ossatura do planalto que a mor variedade se prodigaliza.

Aproximando da costa nas regiões do Sul do país desde metade do Rio Grande até o Espírito Santo, oferece profusão de climas deliciosos.

Já na região serrana rio-grandense, que com a de Santa Catarina e a do Paraná tem inúmeros pontos de contato, Caxias, Passo Fundo, Santa Maria, Nova Hamburgo e Cruz Alta, nada têm a invejar aos melhores climas da Espanha, de Portugal e da Itália.

Toda a imponente zona dos campos gerais de Santa Catarina e Paraná se acha em idênticas circunstâncias, bastando lembrar Lajes, Curitiba, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava e mesmo Curitiba, cujo céu e cuja temperatura nem por sombras faz lembrar que se está em clima tropical. Igual privilégio cabe às regiões altas de São Paulo, Goiás do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos quais trechos existem, como Campos do Jordão, Cunha, Uberaba, Campanha, Cambuquira, Barbacena, Oliveira, Diamantina, que podem figurar entre os mais deliciosos do mundo.

O mesmo deve ser afoitamente afirmado de extensíssimas paragens dos campos altos e chapadões de Mato Grosso, caracterizados pela mesma feição dos congêneres de São Paulo, Minas e Goiás. São terras todas elas de clima subalpino, céu quase invariavelmente azul-claro, atmosfera leve, transparente, ar seco, fresco, amigo complacente da vida.

São dádivas essas dos três sistemas de montanhas dominadoras do planalto: o *Oriental* ou *do Mar*, caprichoso criador de paisagens como de mais esquisita beleza não existem na terra, tendo a fantasia de, a poucas horas do Rio de Janeiro, dar um trecho de paraíso como Teresópolis; o *das Vertentes* ou *Central* e o do *Espinhaço* ou *Ocidental*, três consideráveis sistemas orográficos que se ramificam num dédalo de serras, tão curioso como o das águas que percorrem o país em todos os sentidos e por todos os lados. É preciso banir a idéia de ser o

planalto uma espécie de tabuleiro chato ocupando todo o Centro do Brasil; não; sobranceiro ao mar, é ele alterado por sua vez em várias direções por séries de montanhas de diversas altitudes. Daí a multiplicidade encantadora de seus aspectos e a grande variedade de seus climas.

Uma das mais curiosas, sob todos os aspectos, é a região sertaneja do extremo leste do Brasil, entre o Itapicuru da Bahia e o Itapicuru do Maranhão. São as terras mais orientais de nosso país, mais fronteiriças d'África, compreendendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia. É o sertão típico do Norte, a famosa região periodicamente açoitada pela falta de chuvas. Clima quente e seco: dias ardentes sob um sol de fogo, noites frescas e até frias em varias paragens, campos e chapadas cobertas de macega carrasquenta e áspera; vegetação enfezada de catingueiras. Salubridade boa, a despeito de tudo.

Nas serras, que também ali existem do sistema oriental, Ibiapaba, Borborema, Baturité, Caicós, Gurgueia e outras, existem paragens deliciosas. O mesmo se repete nos sertões do Maranhão e nas terras altas do Pará e Amazonas, infelizmente até agora pouco aproveitadas.

Nas próprias terras baixas amazonenses são paludosas somente as margens dos lagos e dos rios de água preta, que entram no grande rio-mar; porque as ribas deste não no são, segundo o testemunho insuspeito de conhecedores diretos.

Mas que têm a ver essas coisas com a fisiologia e, como consequência, com o caráter nacional? O homem é o que ele come, dizia Büchner; o homem tem a feição do meio que habita, asseveram todos, e é a verdade.

Os moradores das terras baixas e quentes das praias e das matas são, em regra geral, anêmicos, apáticos, achacados em qualquer grau de desarranjos hepáticos.

Esta influência mesológica, que leva ao desprendimento de pouca energia, é auxiliada pela quase geral fertilidade da terra, que produz com pouco trabalho, e, nas zonas piscosas, peculiarmente no imenso vale amazônico, pelas facilidades de viver que mantêm o grosso da população num bem-estar aparente, inimigo do progresso, por não aguilhoar o esforço, a iniciativa, fontes de todo adiantamento. Na região das matas, na zona dos engenhos de açúcar, só o regime da escravidão pôde levar de vencida os duros trabalhos próprios a tal indústria, hoje decadente a olhos vistos.

As gentes dos climas congêneres de Mato Grosso e Goiás acham-se em iguais condições.

Já não se dá o mesmo com os *gaúchos* dos campos do Rio Grande. Carnívoros eméritos, campeadores audazes, são guapos, alegres, fanfarrões, bulhentos, como gente de boa saúde e vida aventureira.

Os criadores de serra acima, dos campos do planalto, do Rio Grande a Minas, acham-se igualmente em boas condições de saúde e atividade.

Os agricultores também de serra acima, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, são gentes sóbrias, fortes, bem-humoradas, como produtos naturais de um clima são.

Diversa é a condição dos sertanejos do Norte, da famosa região das secas. Aí, a pobreza do solo, os rigores e incertezas do clima, variando entre a fartura nas sações propícias das chuvas e a miséria nas quadras calamitosas, formaram um povo *sui-generis*.

Fracos de aparência e de aspecto, são pertinazes, enérgicos, resistentes em grau notável. São um tanto tristes, mas confiantes, resignados, afeitos ao trabalho aprendido diretamente da áspera luta com a natureza. Não são dissimulados nem fingidos; têm a rude sinceridade do sol de seus sertões, duro e severo como eles.

De todas essas parcelas de gentes diversas, espalhadas por este país em fora, ainda mui pouco estudadas em seus hábitos, em seus costumes locais, em sua psicologia, é que se forma o grosso da população brasileira, da qual as gentes das cidades de Belém, de São Luís, do Recife, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre e de outras menos consideráveis constituem um troço à parte, pela considerável influência estrangeira aí reinante, e, por isso, não são as mais próprias para nos definirem em nosso caráter específico.

II - A RAÇA

É tempo de passar a outro fator em nossas letras e em nossa vida social d'alto a baixo: a *raça*.

Conquanto reconheçamos a extraordinária influência do *meio*, cremos ainda superior – a da *raça*.

Esta expressão tem hoje dois principais sentidos em sociologia: o antropológico e o histórico. De certo tempo a esta parte, principalmente após a derrota dos franceses na Guerra de 1870, vários escritores, entre este até os que no conceito antropológico da *raça*, como Taine e Renan, tinham feito repousar a base mais segura de seus estudos de lingüística, de crítica religiosa,

de literatura e de arte, entraram a se desdizer e a reduzir o mais possível o valor da originária distinção das raças humanas.

Neste intuito tanto mais têm procurado encurtar o valor do fato antropológico quanto o têm alargado em história. Chegam quase a bradar: *não existem raças antropológicamente distintas e puras; existem apenas raças historicamente formadas*. Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido. Para chegar aí vão até ao ponto de sofisticadamente estender o conceito de raça aos simples ramos, simples garfos, meras variedades de um grupo étnico qualquer, no claro empenho de, pela exageração da coisa, mostrar-lhe a sem-razão! Nada disso, porém, colhe perante a ciência, severa em seus métodos e estudos. Falam-nos abusivamente de raça portuguesa, espanhola, francesa, italiana, alemã, inglesa, holandesa, norueguesa, sueca, flamenga, polaca, russa, latina, grega... meras variedades da raça ariana, para, pelo absurdo, mostrando as condições históricas em que se formaram essas nações, entre si sempre emaranhadas, chegarem à negação do fato geral: a distinção originária dos arianos em face, não dos membros esparsos do mesmo grupo, senão diante de semitas, uralo-altaicos, malaios, dravidianos, polinésios, negritos, africanos, americanos... O absurdo é patente. O valor da política, da história, ninguém, em bom juízo, o contesta na caldeação, digamos assim, das populações arianas entre si, e até com populações mais antigas, na Europa e na Ásia, para a formação das nacionalidades em que veio a dividir-se a grande raça. Hindus, persas, helenos, italiotas, celtas, germanos, eslavos, primeiro, e, depois, franceses, espanhóis, portugueses, alemães, ingleses, suecos, noruegueses, holandeses, flamengos, russos, polacos, são, por certo, em parte, produto da história, este mais do que aqueles.

Se a história, porém, explica quase por si só a formação de cada uma das *variedades* dos diversos *ramos* da grande raça, já não consegue com igual facilidade dar o porquê da distinção dos aludidos *ramos* e muito menos a razão da diferença entre a citada *raça* e as outras *raças* inconfundíveis que com ela formam o conjunto do gênero humano. São três problemas diversos. Sim, se é relativamente fácil mostrar, historicamente, como se formaram, por exemplo, as variedades do ramo latino, – portugueses, espanhóis, franceses, italianos; já não o é, historicamente, explicar por que latinos e germânicos, celtas e helenos, eslavos e iranianos, hindus e lígures (admitindo que este últimos sejam arianos) se distanciam tanto entre si; e muito menos cômodo é, pelo mesmo processo, dar os motivos da radical diferenciação entre os arianos e os malaios e os negros d'África e os polinésios...

Este é que é o fato contra o qual não valem sofismas.

A história, por mais que se tenha agitado nos últimos oito ou dez mil anos, que tantos devem datar desde os inícios da civilização do Egito, da Caldéia, da

Assíria, de Babilônia e mesmo da China, não conseguiu, por mais que tenha destruído e misturado povos, não conseguiu ainda apagar as inconcussas verdades da antropologia e da etnografia.

Pode ser que ainda o venha a conseguir; mas por enquanto é cedo para falar nisso. Tal o forte motivo pelo qual é necessário contar em nossa própria história com o fator etnológico, por mais que isto possa ferir preconceitos. À espera de uma total extinção de todas as diferenças étnicas entre as nações, a humanidade ficará, talvez, outros oito ou dez mil anos, ou mais, e até lá a antropologia terá sempre razão.

Verdade é que nos últimos quatro séculos, depois que os europeus correram todos os mares e terras e se arrogaram o direito de tomar conta das regiões ocupadas pelos que chamam *selvagens e gentes inferiores*, muito tem sido feito no sentido da indistinção almejada. Mas tem sido por um processo de morte, de aniquilamento direto ou indireto. O *direto* é posto em prática pelos anglo-saxônios, a gente colonizadora por excelência; o *indireto*, que é o do cruzamento, é, e sempre foi, mais do gosto dos ibero-latinos, o segundo grupo de gentes colonizadoras do Renascimento a esta parte.

Pelo primeiro processo têm desaparecido quase geralmente os indígenas dos Estados Unidos e de quase toda a Oceania. O mesmo acontecerá provavelmente aos indígenas da África, logo que toda a península estiver na posse de ingleses e alemães, iguais os últimos aos seus parentes neste particular. Não é que uns e outros destruam em diretas e monstruosas hecatombes os selvagens, ou os tratem pior que os espanhóis e portugueses. É que criam nos países submetidos e conquistados uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter. Prestam serviços, como animais de carga, enquanto se formam as cidades, os canais, as estradas, os portos, a drenagem do solo, o desbravamento das matas, as linhas telegráficas; porém depois não cruzam, definham e morrem. Os restos que ficam, como os negros nos Estados Unidos, vivem debaixo de perpétua ameaça, desprezados, ilhados da população branca. É o resultado a que chegam por via de regra povos em contato e sob o domínio das gentes *xantocróides* do Norte da Europa. Esses belos exemplares humanos, de pele alva, cabelos louros e olhos azuis, são inconscientemente um fermento de morte para os pobres selvagens. Não assim os *melanocróides* do Meio-Dia. Estes são gentes de tez morena, cabelos pretos, olhos negros ou pardos, e são já, sem dúvida, resultado de misturas de brancos com berberes, líbios, cuxitas e negros no imenso laboratório circular do Mediterrâneo. Inconscientemente, espontaneamente praticam o processo indireto de apagar povos do livro da vida; mas é mais humano, e não diremos mais meritório, porque são coisas filhas de reflexão consciente. É uma queda, um pendor biológico instintivo e nada mais.

E este tem sido o caso dos portugueses no Brasil por quatrocentos anos; e há de ser e está sendo em grande escala o dos seus congêneres italianos, que de São Paulo, para onde principalmente ora têm convergido, se hão, provavelmente, de espalhar, já cruzados e integrados com as populações da terra, pelo planalto central inteiro do país. Pelo que toca às colônias germânicas do Sul, não se têm deixado até agora assimilar, e poderão ser no futuro, mais ou menos remoto, causa de perturbação, se não forem pela língua integradas nas populações nacionais.

Enquanto, porém, estes últimos fatos se não dão, releva tratar de nossos fatores étnicos como eles nos são fornecidos pela história e pela ação diuturna da vida durante os quatrocentos anos decorridos da descoberta até agora: *portugueses, índios e africanos*.

Eis aí os três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história.

De nós outros é que se pode dizer, desde já, e cada vez mais se poderá afirmar no futuro, que estamos formando uma *raça histórica*, em o sentido agora geralmente dado a esta expressão. Um fragmento da bela e valorosa raça ariana, já de si constituindo um caso disso que se chama raça *histórica* (os portugueses), aliou-se a duas raças completamente diversas, sob todos os aspectos: índios americanos e negros d'África.

Os portugueses são hoje o resultado do cruzamento complicadíssimo de selvagens da época quaternária com iberos, lígures, fenícios, celtas, cartagineses, romanos, suevos, godos e árabes. Predominam neles, ao que parece, os velhos troncos iberos, modificados pelos elementos arianos, os mais progressistas que estacionaram na Península.

A nação portuguesa, pintada pelos fantasistas da época romântica, eivados ainda da mania de celticismo, como gente triste e melancólica, é, ao contrário, um povo serenamente equilibrado, docemente alegre e expansivo. Prova-o o fato de ser talvez o povo da Europa que mais se diverte de uma banda para outra em festas e romarias de toda a espécie, um daqueles em que o trabalho do campo é mais prazenteiramente feito em meio de cantigas e folganças de toda a casta, ajudado pela brandura do clima e pela paisagem risonha da terra. É gente em geral farta e feliz, sem extravagâncias de temperamento, sem monstruosidades de caráter. Da Europa é a terra onde tem havido menos revoluções, onde se dão menos suicídios e onde o verdadeiro e pavoroso pauperismo brilha pela ausência.

É um povo apaziguado, brando de índole, avesso a tiranias e crueldades.

As classes plebéias têm como divertimento predileto o *fado* e jamais sentiriam prazer nas corridas de *touros* em que se destripam vinte cavalos e se dão outros acidentes terríveis...

São os portugueses, ao que se pode observar, não muito inventivos e empreendedores.

Assim, algumas das notas puras e firmes que em nossa alma popular contamos, nos provieram deles, bem como algum tanto da nossa falta de ousadia para os grandes empreendimentos industriais e outros quaisquer.

Seu legado entre nós é vastíssimo. Devemos-lhes a *língua*, a *religião*, o *direito*, a *arte*, a *poesia*, a *literatura*, todas as manifestações espirituais que nos fazem co-partícipes da moderna cultura ocidental. Mas essa contribuição imensa com que entraram para a formação da psique nacional, se viu, desde os primórdios, ir modificando, pela ação do *meio* e pelo *cruzamento* com os *índios* e com os *africanos*, cruzamento produtor dos *mestiços* de todos os graus que formam a grande maioria da população brasileira. Os três fatores étnicos não se acham aqui, como, com flagrante erro, se tem dito recentemente, apenas superpostos. Abstração feita dalguns milhares de portugueses da atual colônia existente entre nós, dalguns milhares de índios sem mescla esparsos no alto Norte, no longínquo Oeste, ou noutros recessos do país, e de cerca de dois milhões de negros puros espalhados por toda a parte, a restante população nacional tem amalgamado os elementos que a formaram e tende a fundi-los cada vez mais intensamente. Com a extinção do tráfico d'africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada d'uropeus, poderá vir a predominar de futuro, ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável.

Passemos aos índios.

O que a ciência tem podido apurar até hoje, no que se refere à classificação das tribos índias do Brasil, se reduz ao que se vai seguir. É resultado devido aos estudos de Hervás, d'Orbigny, Martius, Couto de Magalhães, continuados por Carlos von den Steinen, Ehrenreich, resumidos por Capistrano de Abreu. Os dois alemães, por último citados, conseguiram, além de pequenos grupos divergentes, reduzir os selvagens brasileiros a quatro ramos fundamentais: *Tupis*, *Nuaruaques*, *Caraíbas* e *Jês*. O escritor brasileiro por último referido, aos quatro ramos juntou mais um: o dos *Cariris*. São conclusões fundadas nos vocabulários, mais dessemelhantes entre os nossos índios do que a estrutura gramatical. Os *Cariris*, por Steinen e Ehrenreich considerados grupo divergente, são-no de fato, segundo o autor brasileiro, mas constituindo um importante ramo, perfeitamente caracterizado, o que se nos antolha tanto mais considerável, quanto de todos os selvagens americanos foram, em nossa

opinião, os que mais se amalgamaram, em todo o Brasil oriental, com os conquistadores europeus, mais talvez do que os próprios Tupis.

Os *Cariris* estão hoje representados, em vários graus de cruzamento, nas populações sertanejas do planalto do Norte, desde a Bahia até a fronteira do Maranhão. Mas ouçamos a condensação de Capistrano de Abreu:

“O primeiro grupo tratado pelos portugueses, que por isso desde logo estudaram a língua, e propagaram-na além de sua área primitiva, é o de *Tupis*.

“Encontraram-nos em quase todo o litoral desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, no médio Uruguai, no Paraná, no Paraguai e por oeste até quase os Andes (Chirigoanos), no baixo e no médio São Francisco, na margem meridional do Amazonas; mais tarde apareceram em outros lugares. Suas denominações locais entre outras são as seguintes: Tapes, Carijós, Tupiniquins, Tamoios, Temiminós, Tupinaéns, Tabajaras, Rariguaras, Caetés, Petiguares, Jurunas, Maués, Mundurucus, Apiacás. Às vezes uma só tribo tem mais de um nome: assim, os índios do Rio a si próprios chamavam Tupinambás e eram chamados Tamoios pelos de São Paulo.

“Entre o Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul este grupo subdivide-se em três seções menores: Carijós, Tupiniquins e Tupinambás. Seu centro de irradiação parece ter sido o Paraná, entre São Paulo, Minas e Goiás. Uns desceram o rio, outros foram para o N. O., outros para N. E. Os Tupis do Amazonas, Mundurucus, Maués, Jurunas, provavelmente esgalharam do tronco comum antes do descobrimento da América; os Tupinambaranas do Madeira, os Tupinambás do Maranhão e terras adjacentes emigraram depois de começada a colonização do Brasil. Diziam os do Maranhão que sua pátria primitiva ficava no trópico de Capricórnio.

“O segundo grupo, com o qual os portugueses só amiudaram contato no século XVII, é o dos *Cariris* ou *Quiriris* (voz tupi, os tristonhos). Aparecem pelo interior desde o Paraguaçu e rio São Francisco até o Parnaíba; serras do Ceará e Paraíba guardam-lhes o nome. Variam os apelidos locais: Tremembés, Jucás, Jaicós, Icós, Curemas, Sucurus, etc. Pelo que contavam alguns, suas migrações partiram do Norte, de um lago encantado, que bem pode ser o Amazonas. As tradições dos Tupinambás, quais foram colhidas na Bahia e em Pernambuco, apresentam este tapuias como os primeiros moradores do litoral. Por Paraíba e Ceará deixaram os vestígios em Tupis, nomes de rios do sertão ou da costa (Siridó, Sibiró, Ciará, Choró [Siaró?], Sitiá). A sua internação é ali contemporânea do descobrimento do Brasil. Que em alguns lugares mais para o norte é até posterior, se apura da Memória de Maurício de Heriarte sobre o Maranhão. Para o sul parece que se estendiam muito em outro tempo, como mostram as denominações tão características de Orobó na costa do Espírito

Santo, as de Tremembés, e Quiririm em São Paulo. É possível que os Papanás, Guaitacás e Guaianás representem seus rebentos meridionais; como também é que mais relações que com quaisquer outros tenham com os Maipurés, arrolados no quinto grupo.

“Hoje não resta mais tribo independente que se filie ao grupo dos Cariris, mas talvez ainda se saiba alguma coisa da língua em sertões de Pernambuco, nas proximidades de Vila Bela.

“No terceiro grupo, chamado *Jé* por Martius e Paulo Ehrenreich, figuram com o nome de Aimorés, ao sul da Bahia, de Botucudos em Espírito Santo e Minas, Apinajés no Maranhão, Bugres ou Sinclões em Santa Catarina. Não está definitivamente limitado e compreende tribos que mais conviria apartar.

“É opinião de Paulo Ehrenreich, – quem melhor estudou este índios, que seu centro de migração foram Espírito Santo e Minas Gerais, onde avultam mais atrasados, simples apanhadores, em estado muito primitivo; seus representantes no interior encontram-se mais adiantados e progressivos. Seriam assim suas migrações no sentido de este para oeste, como seu desenvolvimento. Entretanto, parece mais provável o contrário, isto é, que tenham vindo de onde ainda hoje são mais abundantes: entre Mearim, Tocantins e Araguaia. Prova-o sua distribuição, que vem terminar em cunha sobre o litoral; prova-o ainda melhor a inação e a ignorância dos Aimorés em frente do oceano, a cujas ondas nunca se confiaram. Dos *Jés* os que maior área geográfica povoaram foram os Caiapós, chamados Ibirajaras pelos Tupis e Bilreiros pelos portugueses, por causa do porrete de que se serviam. Sua presença é atestada no varadouro de Camapuã, nas águas do Paraná, nas do São Francisco, no Araguaia, nas pontas do Xingu, no Tapajós em meio dos Bacairis, que os rememoram entre seus aliados e benfeitores.

“Quarto grupo formam os *Caraibas*, chamados Pimenteiras em terras entre o São Francisco e o Parnaíba, Apiacás no Tocantins, Bacainis e Enaucucuas no Xingu, Cnixanás, Pianagotos, Macuxis, Acawoys, Wanás no Amazonas e Guaiana. Seu centro de dispersão, segundo Carlos von den Steinen, que primeiro revelou este grupo na pureza de suas linhas fundamentais, localiza-se entre o Madeira e o Tapajós, donde emigraram principalmente para o Norte. Na Guaiana travaram lutas encarniçadas contra os Maipurés. Em algumas das Antilhas mataram todos os homens e apossaram-se das mulheres; por isso existem ali dois idiomas, o dos homens puro caraíba, o das mulheres puro maipuré.

“Quinto grupo são os *Maipurós* de Gilii, *Nuaruaque* de Steinen, Aruãs e Nheengaíbas (denominação tupi – os que falam mal) da foz do Amazonas, *Wapixamas* e *Manaus* da Guaiana, *Paramaris* do Purus, *Custenaús* do Xingu,

Guanás do Paraguai. De todos os grupos é o que possui a área geográfica mais dilatada, pois vai das Guaianas ao Paraguai, e ainda transborda para os estados vizinhos. Parece terem partido do Norte; avultam hoje em maior número no rio Purus.

“Além deste cinco grupos mais consideráveis, outros se encontram menores, salteados umas vezes, como os *Guaitacás* de Campos, ou constituindo núcleos mais vigorosos, como *Guaicurus*, *Charruas* e *Minuanos* em águas platinas, *Panos* em águas amazônicas. Vinham eles se encaminhando para terras brasileiras? Foram antes delas rechaçados? O presente não sabe ainda responder, e a resposta pode esperar-se sem impaciência, pois os cinco grupos aduzidos abarcam a quase totalidade do gentio pré-cabralino.

“Assim, tem-se em suma que os *Tupis*, do Sul, do rio Paraná provavelmente, pelo litoral e pelo interior chegaram até o Atlântico, os Andes e o Amazonas; os *Cariris* do Norte foram descendo o litoral, até que os Tupiniquins primeiro e depois os Tupinambás os foram tangendo para o sertão, rumo leste-oeste, ao mesmo tempo que de oeste para este vinha os *Jês* afocinhar-se no oceano entre Espírito Santo e Bahia; finalmente, os *Caraibas*, comprimidos à esquerda pelos *Maipurés*, que tinham atravessado o Amazonas, e à direita pelos *Jês*, talvez acossados por seu turno pelos Tupis ou Cariris, dirigiram-se para o Norte, levando as devastações até o mar que guarda seu nome.”

O caráter das diversas tribos divergia em mais de um ponto. Havia e há, porém, certas linhas gerais comuns a todas elas.

Em religião estavam na transição do puro naturalismo animista para as primeiras concepções politeístas: achavam-se no começo da astrolatria, iniciando um culto vago ao Sol e à Lua. Daí provinha a espécie de dualismo, existente entre muitas tribos, de um princípio luminoso e bom e de um princípio mau e tenebroso.

Em indústrias estavam no período da simples recolta ou mero apanho, vivendo de tudo que a natureza facilmente prodigaliza, frutos, raízes, aves, gafanhotos, formigas; outros eram caçadores, ou melhor ainda, pescadores. Alguns iniciavam uma agricultura rudimentar, cultivando a mandioca, planta sagrada entre todas, o aipim, o milho, o inhame.

Em política estavam no período das primeiras formas tribais, sob o mando espiritual dos *pajés* e o tempo dos *caciques*, muito menos poderosos que os primeiros. Não tinham propriedade imóvel, nem organização social e política fixa: mudavam de residência com a maior facilidade: eram nômades. Não tinham animais domésticos, nem conheciam o uso dos metais.

Pelo lado psicológico – tinham sentidos agudíssimos, vista capaz de conhecer rasto do inimigo nos caminhos, depois de muitos dias, ou, na espuma dos rios e lagos, a passagem de canoas muito antes acontecida, ouvido e olfato nas mesmas condições de apuro.

Aos índios deve a nossa gente atual, especialmente nas paragens em que mais cruzaram, como é o caso no Centro, Norte, Oeste e Leste e mesmo Sul do país, muitos dos conhecimentos da caça e da pesca, várias plantas alimentares e medicinais, muitas palavras da linguagem corrente, muitos costumes locais, alguns fenômenos da mítica popular, várias danças plebéias e certo influxo na poesia anônima, especialmente no ciclo de *romances de vaqueiros*, muito corrente na região sertaneja do Norte, na famosa zona das secas, entre o Paraguaçu e o Parnaíba, a velha pátria dos Caniris. Foi do caráter deste que os nossos sertanejos de agora, nomeadamente *jagunços e cangaceiros*, tomaram o seu ânimo triste, resignado, resistente, mas com tendência à depredação; e foi deles que herdaram a acuidade dos sentidos, extraordinária em tais gentes. Pelo que toca ao mestiçamento com os índios, é quase impossível enumerar casos, tantos são eles. Seria preciso citar as principais famílias de São Paulo, desde os tempos de *Caiubi, Piqueribói e Tibiriçá*, as de Minas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, o Brasil todo, em suma. Entre homens notáveis basta lembrar os nomes de Basílio da Gama, Odorico Mendes, Diogo Feijó, João Lisboa, Benjamim Constant, Franklin Távora, D. Romualdo de Seixas, Augusto de Mendonça, Carlos Gomes, Floriano Peixoto, etc., etc.

Passemos aos negros.

Entre nós, alguns espíritos inteligentes e desabusados têm já estudado os nossos índios sob vários aspectos.

Dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão de toda a nossa história.

Qual a carta etnográfica d'África ao tempo do descobrimento do Brasil? Qual a classificação de suas raças, de seus povos? Qual o estado de cultura em que se achavam? De que tribos eram os que vieram para cá e em que número? Que lhes devemos? Ninguém sabe!... Ninguém quis jamais saber, com receio do prejuízo europeu, que tem sido um dos nossos grandes males, com medo de mostrar simpatia para com os escravizados, e passar por descendente deles, passar por mestiço... Eis a verdade.

É preciso acabar com isto; é indispensável restituir aos negros o que lhes tiramos: o lugar que lhes compete em tudo que tem sido praticado no Brasil. E

o que mais admira é que o não tenham feito tantos negros e mestiços ilustrados, existentes no país.

A densidade relativa da população d'África, difícil de sujeitar, em comparação à indígena do Brasil, e a agrura do clima, mais rigoroso do que o nosso, foram a causa principal do abandono quase completo, em que, durante perto de quatro séculos, deixaram os portugueses suas possessões naquele continente. Preferiram constituí-las um viveiro inesgotável donde tiraram gente por mais de trezentos anos para as suas terras d'América. O tráfico de africanos para a própria Europa meridional existiu desde a primeira metade do século XV.

Desde os tempos do infante D. Henrique começara o nefando comércio, segundo o testemunho de João de Barros. Pouco depois de iniciado, Portugal e Espanha *viram os seus mercados*, segundo Perdigão Malheiro, *inundados de africanos*. Sevilha e Lisboa eram verdadeiras alfândegas desse abominável negócio. Os destinados a Portugal tinham de passar necessariamente pela capital do reino para, segundo o Reg. da Fazenda de 1514, ser pago o competente imposto. Destarte, poucos anos após, com o florescimento do negócio, Lisboa apresentava no mercado anualmente 10 a 12 mil escravos africanos.

E assim como, sabe-se hoje por documentos autênticos, na carga dos navios que, desde 1500, voltavam daqui para Portugal, iam infalivelmente alguns escravos índios para engrossar a fazenda dos especuladores da metrópole, assim também traziam sempre nesse tempo, tais navios, quando de lá regressavam, escravos negros nas suas equipagens. Logo após entraram a trazê-los destinados aos moradores aqui estabelecidos.

De 1532 em diante, com o início regular do povoamento da terra, estabeleceu-se o tráfico direto d'África. A. Cochin, firmado em estatísticas sérias, calcula em 100 milhões os escravos africanos, durante três séculos, tidos entre as colônias de toda a América!...

Aceitando-se o cálculo de José Bonifácio, que orçava os introduzidos no Brasil em uma média anual de 40 mil, temos que, de 1550 e 1850, em trezentos anos, entraram em nossos portos 12 milhões de homens d'África, isto é, cifra imensamente superior à das entradas de portugueses, que jamais passaram da média de 6 a 8 mil por ano, o que lhes dá, na melhor hipótese, a soma de 2.400.000 no decurso citado. Se erro houver nestas cifras, será em desfavor dos negros, pois muitos autores orçam por mais de 40 mil a média anual das entradas de carga escrava em nossos portos: 60 mil pelo menos.

Nem o tráfico se iniciou em 1550, senão muito antes; nem acabou definitivamente em 1850 e sim em 1858.

E, para mostrar quão módico era o cálculo de José Bonifácio, basta lembrar que em 1846, depois da extinção do tráfico em lei e não nos costumes, entraram 50.324 negros; em 1847 – 56.172; em 1848 – 60.000; em 1849 – 54.000!

Ora, a população de Portugal em 1732 era de 1.793.000 habitantes; em 1801, de 2.966.000, o que vale dizer que ainda menor tinha sido nos dois séculos anteriores, não podendo absolutamente ocorrer senão com a citada média de 6 a 8 mil emigrantes que deveria ter sido a do êxodo normal de sua população para as terras longínquas.

E, tendo sido, desde 1500, limitada a população indígena brasileira, pois é dubitável que passasse então de uns três milhões de silvícolas, espalhados por imenso território, número que se tem vindo progressivamente a reduzir cada vez mais, sobram motivos pelos quais é lícito afirmar ter sido, desde os inícios da colonização, o africano o elemento principal do povoamento e da riqueza do país. É a lição dos fatos contra os quais bambeiam e caem imbeles todos os sofismas imagináveis.

É só confrontar: se era em 1801 de 2.966.000 o número dos habitantes em Portugal, o dos colonos no Brasil em 1817, isto é, apenas dezesseis anos depois, já era de 3.817.900, dos quais apenas 1.043.000 brancos, e cerca de 700.000 índios puros, sendo os restantes 2.074.900 negros e mestiços de todas as gradações. É, porém, de presumir que em os 1.043.000 brancos do censo apenas a metade fosse de brancos reais, não o sendo os outros senão em nome. Este fenômeno de dar-se a gente por branca pura, quando é apenas mestiça disfarçada, é muito comum entre nós em toda a América Latina. Mas quais foram os africanos trazidos ao Brasil? A etnografia d'África, ainda hoje assaz incerta em vários pontos, admite já várias classificações gerais.

Em primeiro lugar destacam alguns autores, como representantes dos mais inferiores selvagens primitivos, os *Bozimanés*, e logo em seguida os *Hotentotes*. Uns e outros constituem tipos à parte na etnografia africana.⁹⁶

Os povos restantes formam três grandes grupos: a) o *Siro-Berbere*, chamado também *Camita* ou do *Norte*, compreendendo os egípcios e os berberes; b) o *Etiópico*, chamado também *Núbio*, a Leste e parte do Centro do continente, composto de duas variedades principais – os *Abissínios* e os *Galas*; e) os *Negros* propriamente ditos, no Centro e parte do Sul, com duas ramificações principais – o *Xilunque* ou de *Guiné*, com vários ramos no Centro, e ao Sul o *Banto*, subdividido em três ramos: – oriental, central, ocidental. Destes grupos, menos do Siro-Berbere, vieram gentes ao Brasil. Tudo mais entrou na *razzia* em proporções divergentes. Os dois grupos mais sacrificados foram: o de *Guiné*, expressão coletiva de grande quantidade de gentes diversas, e o *Banto*, nome

impropriamente aplicado por Bleek aos povos sul-africanos, que não são *Boximanes* nem *Hotentotes*.

O tráfico d'escravos para o Brasil começou nas ilhas de São Tomé, Cabo Verde, Ano-Bom e Príncipe e nas costas do mar de Guiné, costas do Marfim, do Ouro, da Mina, dos Escravos. Estendeu-se pelo Congo, cujo litoral era então todo pertencente a Portugal; passou a Angola; dobrou o cabo e chegou a Moçambique e Zanzibar, também atingidos pelo Centro pelos sertanistas negreiros.

Pela simples enumeração dos nomes conservados na tradição e que ainda hoje podem ser ouvidos de quaisquer africanos velhos, vê-se ter sido avultado o número das tribos, mananciais de cativos.

Os nomes – *mandinga, fula, jalofo, joruba, haúcct, felupo, cangala, cabinda, jeje, jinga, bemba, monjolo, moçambique, benguela, caçanje, libolo*, são repetidos nesta indistinção cruel dos arrolamentos incômodos. É mister pôr ordem nisto. Felizmente existem já trabalhos portugueses, aptos a derramar luz no assunto. É que hoje são forçados a estudar o negro, porque têm de se avir com ele em suas dilatadas colônias. Não o podem mais cativar; impossível, e seria loucura, exterminá-lo; têm que incorporá-lo, e daí a necessidade de o conhecer. E o têm feito com tino e inteligência.

Começando pelo grupo de *Guiné*, importamos: *Jalofos*, aptos à vida do mar; *Mandingas*, convertidos em geral ao maometismo, inteligentes e empreendedores; *Jorubas*, ou *Minas*, como lhes chamamos, fortes, robustos, quase todos maometanos e tão hábeis quanto os *Mandingas*; *Hausscis*, cuja língua é a mais espalhada no Soldão; *Felupos*, os mais selvagens da zona; *Fulas*, divididos em *Fulas- Pretos*, *Fulas-Vermelhos*, *Futa-Fulas*, *Fulas-Forros*, sendo os *Fulas* mais puros descendentes de tronco *camita*, sectários de Maomé, e os mais valentes e melhor organizados em todo o país. Ainda dos indígenas dos grupos de *Guiné* e *Nigricia* importamos: os *Balantos*, gentios democratas, vivendo em povoações independentes e sendo cada chefe de clã absolutamente autônomo; os *Biafadas*, senhores de regular império destruído em parte pelos *Bijagoses*. Estes, de que nos vieram alguns exemplares, são robustos, atléticos, esforçados, bons marinheiros e criadores. Vieram-nos também *Papéis* ou *Pepéis*, *Manjacos*, *Nalus*, *Banhuns* em estados vários de cultura.

Passando ao *Congo* e *Angola*, encontramos as gentes do grupo *Banto*, das quais nos tocaram, em primeiro lugar, os *Bacongos*, cujo vasto reino entrado em relações com os portugueses desde os descobrimentos de Diogo Cão, era um dos mais adiantados d'África em os séculos XV e XVI. Sofreram os *Bacongos* pavorosa invasão dos *Jagas* ou *Diagas* em 1558, dos quais se livraram com o

auxílio dos portugueses. Estes ficaram os *suseranos* do país, cujos reis, convertidos ao cristianismo, se declararam *vassalos* de Portugal.

Tivemos também muitos exemplares dos citados invasores *Jagas* e de seus afins – *Bangalas*.

Dentre os *Bantos* mais puros tocaram-nos, além dos *Bacongos* citados, os *Cabindas*, excelentes trabalhadores, os *Muçurongos*, os *Exicongos*, os *Bamba* e os *Holos*, pertencentes ao grupo *Fiote*.

Os *Ambaquistas*, ladinos, hábeis sofistas, amigos da escrita, servindo, preferentemente, de secretário dos *sobas* (régulos) do sertão; os *Maquicos*, altos, esbeltos, ágeis, robustos, destros caçadores; os *Guiçamas*, valentes e industriais, bons extraidores de sal, abundante em suas terras; os *Libolos*, pacíficos agricultores; de todos este, filiados no grupo – *Bunda*, também vieram muitos exemplares para cá.

E, mais, dos *Bananos*, os *Babueros*, os *Bailundos*, altos, fortes, aguerridos; os *Bienos*, artistas; os *Mondohes*, todos pertencentes ao grupo *Bundo*.

Finalmente, dos *Janguelas*, ou *Baganjelas*, *Ambuelas*, mineradores de ferro, *Guimbandes*, pacíficos e artistas, *Banhanecas* e *Bancumbis*, pastores e agricultores, também foram enviados rebentos ao Brasil.

Dos *Bantos* orientais (Moçambique) chegaram a nós representantes dos *Macuas*, inteligentes e faladores; dos *Ajãs*, relacionados havia séculos com árabes; dos *Manindis*, e *Manguanguaras*, mais selvagens; dos *Nianjas* ou *Manganjas*, inteligentes e pacíficos; dos *Múvias*, povos costeiros; dos *Pimbés*; dos *Maraves*, adversários dos *Pimbés*; dos *Sengas*, mercadores de marfim; dos *Muzimbas*, repelidos mais tarde pelos *Tavalas*, que são ainda a raça predominante no país entre o Zambeze e o Luia de Mazoe, de todos estes nos vieram também escravos.

O mesmo se deu com os *Mazuzuros*, povos criadores de gado e dados à mineração; com os *Vátuas* ou *Zulus*, também chamados *Angonis* ou *Mangonis*, guerreiros e bem organizados; com os *Tongas* ou *Bitongos*, inferiores em raça e cultura; com os *Mabuinjelas*, os *Maxanganas*, os *Macuácuas*, os *Maxopes*, os *Mindongues*, os *Landins*, nome genérico dado aos povos de raças diversas, seguidores dos usos dos *Vátuas* ou *Mangonis*, gentes quase todas estas dadas à pastorícia e à agricultura.

Não foram, porém, só as numerosas tribos de *Guiné*, da *Nigricia* ou *África subtropical*, e as do grupo *Banto* que serviram de viveiro à escravidão brasileira. Os vários ramos de *Boximanes* e *Hotentotes* entraram com seu contingente.

Deles nos provieram – alguns *Bacancalas, Bacubais, Bacorocas, Bacuandos, Bacace queres*, e, provavelmente, *Basutos* e *Rexuanas*. Releva não esquecer o contingente do grupo *Núbio*. Foram os saídos desta última fonte os mais inteligentes escravos brasileiros. Seu número, porém, foi muito reduzido em confronto com os demais.

Os negros d'África em comparação aos indígenas d'América, nomeadamente os do Brasil, apresentam a seguinte característica: eram e são, desde muitos séculos, muito mais numerosos do que aqueles; em contato com os europeus, não se deixaram exterminar nem subjugar de todo; estavam, quase todos, em grau de cultura superior ao daqueles, conhecendo já os animais domésticos, os metais, a agricultura (vê-se que fazemos exceção dos Quíchuas do Peru e dos Astecas do México); os transportados para a América nem definharam, nem desapareceram; ao contrário, civilizaram-se, crescendo ao lado dos brancos, nos Estados Unidos, por exemplo, onde existem alguns milhões, e no Brasil, onde, com seus parentes mestiços, constituem a máxima parte da população. Não estavam todos, é certo, no mesmo grau de cultura; mas de seu contato com os árabes, desde o VII século, com os egípcios e os berberes, desde épocas imemoriais, tinham na maior parte de suas tribos chegado já a notável grau de adiantamento.

Com o apoio de muitos fatos pode-se concluir, com segurança, que temos razão em considerar mais adiantado o estado social dos africanos, mesmo os subtropicais, do que o dos nossos indígenas.

O caráter daqueles em geral é mais expansivo do que o dos índios da América. São gentes de ânimo mais alegre, mais sadias, mais robustas, mais resistentes. No Brasil devemos-lhes muito.

Na demografia pátria, já o dissemos, representam por enquanto, por si e por seus parentes mestiços, dois terços da população. Escusado é querer apagar a importância deste fato. Só em futuro, mais ou menos remoto, se for, entre nós, reforçado o elemento português e o europeu em geral for bem encaminhado por todas as zonas do país, é que se há de mudar essa proporção.

Na ordem econômica, foram eles principalmente que abriram os caminhos, desbravaram as terras, cultivaram os *engenhos* e *fazendas*, mineraram os terrenos auríferos e diamantinos e fizeram todo o serviço doméstico; foram assim os principais fatores da riqueza pública e particular. No exército e na marinha foram em todos os tempos o núcleo de resistência de nossa força armada, e a eles cabe, em boa justiça, o melhor das glórias de nossa história militar.

Desde Henrique Dias que se sentiram co-partícipes dos destinos desta terra e jamais regatearam seu sangue em defesa da pátria comum.

Na história política, civil, literária, artística, sua colaboração foi de todos os tempos, por intermédio principalmente de seus parentes mestiços, com seus jornalistas, seus oradores, seus juristas, seus poetas, seus artistas, bastando só citar um Cruz e Sousa, um Luís Gama, um Natividade Saldanha, um Justiniano da Rocha, um Ferreira de Meneses, um Guedes Cabral, um Silva Alvarenga, um Visconde de Jequitinhonha, um José Maurício, um Caldas Barbosa, um Henrique de Mesquita, um Gonçalves Dias, um Lívio de Castro, um Eunápio Deiró, um André Rebouças e tantos outros. Claro é que nesta incompleta lista de mortos ilustres estão incluídos mestiços de todas as gradações, desde os mais escuros até os que se podiam perfeitamente confundir com os melânicos do Sul da Europa.

No contato perene de nossas famílias influíram os negros profundamente no caráter nacional por meio de seus hábitos, de suas usanças, de suas predileções, de suas lendas, de seus cantos, de suas tendências psicológicas.

Os entendidos vêem logo a perspectiva imensa que esses fatos abrem para o lado d'alma nacional. E sem dificuldade percebem como a influência africana inoculou-se na índole brasileira desde os primeiros alvares de nossa formação. As pretas eram as *amas-de-leite* e de *criação* dos filhos dos colonizadores europeus desde 1550 ou mesmo antes.

Não é preciso juntar mais nada para se compreender esse fenômeno que, noutro livro, chamamos – o *mestiçamento moral*, ao lado do mestiçamento físico, que se ia, desde então, dando também em larga escala.

Não era, porém, só o negro que entrava nessa imensa obra de diferenciação de si próprio para a integração de um tipo novo: o tipo brasileiro. O índio, está implicitamente dito, durante os dois primeiros séculos principalmente, foi também incorporado pela escravidão e pelo cruzamento. Daí a formação dos *mestiços* de todas as gradações, a que já temos aludido, e dos quais, entre os *fatores étnicos* de nossa literatura, falta-nos dizer mais algumas palavras.

Antes de tudo, releva agitar, sem reboço, a *vexata quaestio* de saber se houve ou não vantagem na imensa mestiçagem dada no Brasil, como em toda a América Latina e nas zonas dos Estados Unidos tomadas aos espanhóis, convém não esquecer, entre as três raças principais que o vão povoando.

Alguns românticos fantasistas, desses que andaram por muitos anos se iludindo com sonhos, entraram a acumular vacuidades neste assunto, nomeadamente no que se refere à questão da mestiçagem.

Nutridos de ilusões, ei-los que acariciavam a doce miragem da imensa superioridade dos tipos cruzados. Era uma extravagância em luta com inúmeros fatos e negada todos os dias pela agitação anárquica das nações latino-americanas. Não podia durar muito. A ciência teve de estudar o assunto e deu fácil desmentido aos sonhadores pelo órgão de Nott, na Carolina, Luisiana e Flórida; de Long, na Jamaica; de Jacquinet, Waitz, Hamilton Smith, van Amringe e Seeman, nas Antilhas em geral. Infelizmente a reação contra os irisados devaneios românticos a respeito das gentes cruzadas ultrapassou bastante os limites dos fatos e caiu no oposto exagero negativo. Paulo Broca e outros investigadores eminentes tiveram de retomar o assunto e estudá-lo, despreocupados de quaisquer preconceitos. Os reacionários tinham chegado a avançar que os mestiços de branco e negro, por exemplo, eram perfeitos *híbridos*, isto é, infecundos entre si e com os indivíduos de uma ou da outra raça-mãe, o que se chama, em ciência, *homogenesia agenésica*, ou infecundos entre si, mas fecundos com indivíduos de uma ou da outra raça-mãe, sendo os produtos deste estéreis, o que se chama *homogenesia disgenésica*.

Broca, porém, provou que nas raças humanas, conquanto as mais afastadas entre si produzam bastardos menos fecundos do que as mais próximas, todavia entre elas todas se dá sempre a *paragenesia*, caso em que os mestiços diretos são estéreis entre si ou em sua segunda ou terceira geração, mas os de segundo sangue são indefinidamente férteis; e a *eugenesia*, caso em que as duas ordens de mestiços são indefinidamente fecundas. Esta segunda hipótese, a *eugenesia*, dá-se principalmente entre as raças menos afastadas, como, *verbi gratia*, os povos morenos do Meio-Dia da Europa, os índios d'América e negros d'África.

É, felizmente, o caso dos portugueses no Brasil e dos espanhóis nas suas antigas possessões no Continente.

Destarte, podemos, à luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo que se ia formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: *a)* para a formação de uma população aclimada ao novo meio; *b)* para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; *c)* para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria, se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; *d)* para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como o demonstrou o ilustre de Gobineau.

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si,

produzindo-se assim a natural diminuição deste, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca.

E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum.

Temos sido uma nação mestiçada, como muitas outras, nomeadamente todas as da América Latina, circunstância esta que os argentinos fingem comicamente ignorar; sê-lo-emos ainda por muitos séculos como todos os sul-americanos, porquanto, por mais apagados que fiquem, de futuro, certos germens que contribuíram para formar-nos, eles aí estarão latentes, porque aqui, como em o mundo físico, tudo se transforma e nada se destrói. Os defeitos apontados, porém, são defeitos que podem ser reduzidos por uma severa educação.

Aos mestiços devemos, na esfera literária, mais do que aos outros elementos da nossa população, as cores vivas e ardentes de nosso lirismo, de nossa pintura, de nossa música, de nossa arte em geral.

III - AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS

A civilização na América, *respective* no Brasil, é um processo de *aclimação* e, inevitavelmente, de *transformação* da cultura européia, o que importa dizer que, conquanto entremos ou devamos entrar nesse curioso *processus* com vários elementos nossos, alguns dos quais já, nestas páginas, foram passados em revista, todavia os germens e, digamos assim, os modelos, as formas do pensamento cultural vêm de fora, vêm da Europa e dos Estados Unidos.

E não é, pois, sem interesse indicar em síntese a marcha do processo imitador.

Como era natural, durante os três primeiros séculos, quando ainda não tínhamos nem autonomia política, nem literária, o modelo que seguimos foi a metrópole, dupla imitação, porque era daquilo que ela fazia e daquilo que ela imitava. Assim, as letras *portuguesas* em geral nos três séculos, e as *espanholas*, peculiarmente durante o XVII, e as *italianas* durante o XVIII, foram o nosso guia.

A literatura *francesa* tomou o ascendente na época romântica, de 1830 em diante. Não a deixamos até hoje; porquanto o que sabemos e tomamos dos *ingleses*, *alemães*, *russos* e *escandinavos* nos vem por intermédio da crítica e da assimilação francesa. Releva, porém, ajuntar que com os *italianos*, máxime em assuntos de direito, havemos entabulado recentemente um regular comércio

direto. O mesmo se deve dizer dos *norte-americanos* em matéria de organização política, desde a adoção que fizemos de seu sistema de governo.

Houve um momento (1870 a 1889) em que se fez no país certo movimento em prol do *alemanismo*. Foi a propaganda constante de Tobias Barreto, principalmente naquele lapso de tempo, última fase de sua vida. Não foi de todo inútil essa cruzada. Já diretamente por livros alemães, pois que muitos moços estudaram então a língua germânica, por traduções francesas, inglesas, italianas e espanholas, espalhou-se nos círculos pensantes o gosto pelas cousas intelectuais tedescas. E hoje é preciso ser muito refratário a certa forma superior da cultura para não ter lido Kant, Hegel, Schopenhauer, Hartmann, Nietzsche, Lange, Zeller, Bluntschli, Holtzendorf, Savigny, Ihering, Mommsen, Curtius, Sybel, Droysen, Gneist, Fr. Diez, Ottfried e Max Müller, Strauss, Haeckel, Vogt e cinqüenta outros.

No Brasil, porém, o fato se complicou de certa dificuldade especiosa. Tivemos um momento duas espécies de *alemanismo*: o *literário*, defendido, propagado por Tobias Barreto; e o da *imigração*, encomiado principalmente por Escagnolle Taunay, não falando já numa terceira fórmula que foi sempre a que principalmente defendemos: *o alemanismo consistente em ensinar e demonstrar o valor, a importância, a influência política, social, histórica do elemento teutônico na civilização mundial*, modo de pensar este que se conciliava com o do escritor sergipano, por nós aplaudido.

Ora, as duas correntes eram inarmônicas e os dois propagandistas cordialmente adversários. Tobias desejava, aplaudia o *alemanismo*, isto é, a assimilação da cultura e do pensamento alemão, como meio de fortalecer-nos a nós mesmos e habilitar-nos a lutar com os tedescos no momento oportuno. Era inimigo franco da colonização germânica pelo modo como tem sido feita no Sul do Brasil.

Taunay, francês de origem, detestava as gentes alemãs, a sua cultura, a sua intuição das coisas, tanto, e isto é decisivo, que em vários romances seus encarnou sempre o ridículo nalgum tipo germânico. Queria a colonização teutônica, pela ânsia de nos ver crescer e prosperar. O juízo definitivo no tocante a essas duas correntes opostas, é que ambas elas têm um lado bom e uma face má. O lado bom da propaganda do autor dos *Estudos Alemães* está no alargamento inegável que o conhecimento da vida espiritual daquele grande povo traz ao pensamento não só dos brasileiros, como de qualquer nação que o estude e assimile. A face menos conveniente está na desatenção aos impulsos nacionais, sempre dignos de nota, e no exclusivismo que poderia advir da freqüência constante e reiterada com um só agente diretor no terreno das idéias.

O que havia de acertado na propaganda de Taunay era o zelo por fortalecer o nosso povo e ir apagando progressivamente os maus lados do mestiçamento atual.

O que havia e há de mau em suas idéias era e é não atender que o duplo problema que tinha em vista não se resolve pelo sistema de aglomeração de homens de *uma gente* estranha à nossa em *uma zona do país*.

Dividi-los, espalhá-los, difundi-los para serem assimilados e não perturbarem a nação brasileira, que é uma formação luso-americana, é o que convém.

IV - SENTIDO TEÓRICO DA LITERATURA BRASILEIRA

O problema teórico da evolução brasileira, quer sob o ponto de vista literário, quer tomada ela em sua completa generalidade, abrangendo todas as faces da atividade nacional, não se deixa resolver, como desastrosamente pensam alguns, só pela apreciação da maior ou menor importância que aos nossos próprios olhos tenhamos dado ao nosso país e a nós mesmos. A causa é muito mais complexa.

Era natural, sem dúvida, antolhar-se aos primeiros colonos, ainda desprovidos de quaisquer comodidades e recursos, a terra como *melancólica*. O mesmo ainda hoje acontece ao imigrante que, ao chegar, se vê falho de colocação, desequilibrado diante do desconhecido.

Quantas belas cidades européias não parecem insípidas ao viajante estrangeiro que a elas chega, desconhecendo os prazeres e particularidades da vida local! É o caso, notavelmente, de Londres, sempre aborrecida dos forasteiros que ali se demoram cinco ou seis dias, e sempre encantadora aos que se deixam ficar por dilatados meses e anos. E é gente que viaja com conforto e para se divertir... Era também natural que o desenvolvimento progressivo da cultura, da vida civil e do conhecimento das riquezas do país, fixando mais o colono ao solo, o fizesse ver com melhores olhos as belezas da terra. Naturalíssimo era que a população nova, oriunda dos colonizadores, quando viesse a preponderar em número, se considerasse igual e até superior em predicados aos filhos da metrópole.

Estes fenômenos se deram sempre, desde que o homem se lembrou de descobrir e colonizar terras. Não são peculiares ao Brasil e não podem servir de base ou ponto de partida para uma diferenciação de nosso caráter. São em demasia genéricos.

Além disso, não é de todo certo que no primeiro momento, no tempo de Nóbrega, Anchieta, Aspilcueta Navarro, Gandavo, Gabriel Soares, todos, apesar de certo pessimismo reinante desde então e que nunca mais nos abandonou completamente, recrudescendo de tempos a tempos, todos achassem melancólica a terra e tratassem-na com desdém. José de Anchieta cantou mais de um ditirambo às suas maravilhas, e o mesmo fizeram seus companheiros e contemporâneos. Gabriel Soares, por exemplo, quase só tem louvores para os recursos naturais do país por toda a magnífica descrição que faz da costa brasílica, desde o Amazonas até muito além do Rio da Prata. O melhor de seus encômios deixou-o, como era de ver, para a Bahia, a terra de sua residência e empreendimentos. “Atrás fica dito, escreveu ele no começo da segunda parte do seu admirável *Tratado*, passando pela Bahia de Todos os Santos, que se não sofria naquele lugar tratar-se das *grandezas dela*, pois não cabiam ali; o que se faria ao diante mui largamente, depois que se acabasse de correr a costa com que temos já concluído. Da qual podemos agora tratar e explicar o que se dela não sabe para que venham à notícia de todos os ocultos desta *ilustre terra, por cujos merecimentos deve de ser mais estimada e reverenciada do que agora é...* Como El-Rei D. João III de Portugal soube da morte de Francisco Pereira Coutinho, sabendo já das *grandes partes da Bahia, da fertilidade da terra, dos bons ares, maravilhosas águas e da bondade dos mantimentos dela*, ordenou...”

Assim falava o maior observador português que pisou terras da América, em 1587, e em tais palavras muito aquém ficou do venerável Anchieta, que dois anos antes já tinha dito: “Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosques e não se vê em todo o ano árvore e nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedades de espécies. Muitos dão bons frutos e o que lhes dá graça é que há neles muitos passarinhos de formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, colorinos e canários de Portugal e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar ao Senhor, e os bosques são tão frescos, que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo. Há muitas árvores de cedro, áquila, sândalos e outros paus de olor e várias cores e tantas diferenças de folhas e flores, que para a vista é grande recreação e pela muita variedade não se cansa de ver.”

Boa terra, *algo melancólica*, em o dizer do mesmo padre, essa de que se contam tantas maravilhas e muitas e muitas mais, no próprio escrito citado, que calamos por brevidade, não escondendo que no ano mesmo da chegada dos primeiros jesuítas, 1549, escrevia Nóbrega a seu mestre o Dr. Navarro, falando da cidade de Salvador: “É muito salubre e de bons ares, de sorte que sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando da alimentação com que se nutriam, são poucos os que enfermam e este depressa se curam.

“A região é tão grande que, dizem, de três partes em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom.

“Semilham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de rãs tão belo. Nos ditos montes há animais de muitas diversas feituradas, quais nunca conheceu Plínio, nem deles deu notícia, e ervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Espanha; o que bem mostra a grandeza e beleza do Criador na tamanha variedade e beleza das criaturas.”

Escusado é recorrer a Cardim.

E assim, pois, por uma passagem dos velhos cronistas de *quinhetos* em desfavor da terra, citam-se vinte em prol dela, e, pelo que toca aos habitantes, os jesuítas são naquele período acordes em considerar os colonos portugueses muito mais viciados do que os índios e mestiços do país. Na era de *seiscentos*, por outro lado, se um autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e um Frei Vicente do Salvador não cansam de bendizer da terra, no que são continuados em princípios de *setecentos* por Pita e Andreoni, entre esses quatro escritores, e contemporâneos dos dois últimos, surge a diabólica figura de Gregório de Matos, negação completa do fervoroso otimismo de todos eles. É que os maiores ou menores gabos que nos mereçam a terra e seus habitantes, já o dissemos, as maiores ou menores censuras que lhes façamos, questão afinal do temperamento de quem escreve ou da feição do tempo em que vive, não são um critério rigoroso e completo de caracterização de nossa índole, como povo, em qualquer das esferas em que nos tenhamos exercitado.

Evidentemente o problema se deixará melhor solver, se se apelar para fenômenos mais peculiares e profundos, para fatores mais enérgicos e eficazes.

De que se trata? Nada mais, nada menos do que definir o brasileiro, caracterizá-lo em face do português, cuja língua ele fala na América, cuja civilização ele representa em o Novo Mundo. É um problema de diferenciação étnica em que têm colaborado durante quatro séculos o *português*, o *índio*, o *africano* e o *clima*; e também a influência estrangeira, máxime francesa, principalmente pela indústria, pela arte, pela literatura de um século a esta parte. Deste imenso mestiçamento *físico* e *moral*, desta fusão de *sangues* e de *almas* é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há de sair cada vez mais bom nítido o do futuro.

Tal critério novo, por nós estabelecido nos *Estudos sobre a poesia popular* e na *História da Literatura Brasileira*.

Fernando Wolf (1863) nem por sombra teve o pressentimento deste modo de ver, como já houve quem insinuasse. Primeiramente, porque não estabeleceu as bases da doutrina étnica brasileira; depois porque não assentou nela as leis de nosso desenvolvimento espiritual; e mais, porque não diz uma palavra sequer do elemento *africano*; e mais ainda, porque não definiu o *mestiço*; porque não determinou o que se lhe deve no Brasil; porque não definiu os outros concorrentes, indicando a contribuição de cada um; e, finalmente, porque, em todo o seu livro, quando, só uma vez, alude, de passagem e rapidamente, ao assunto, é para *negar* (veja-se bem: para *negar*) *a influência direta dos habitantes primitivos do país* (só fala nestes) *e de seus descendentes na psique nacional*. São estas as suas palavras: “Ce n’est qu’indirectement que ces habitants primitifs du pays, par leurs unions avec les colons, et par les races mêlées (mamelucos et mestiços) qui en sont sorties, ont exercé sur le développement du caractère brésilien et par conséquent sur la littérature de ce peuple une influence...”

Eis aí a que se reduz a indicação do critério etnográfico em Wolf, um escritor tão pouco conhecedor de nossa vida espiritual, como ela é realmente, que chegou a *negar a influência direta do mestiço em nossas letras!*... E Gonçalves Dias?!

Bastaria esta só pergunta para desconcertar, não tanto ao velho escritor austríaco, senão a quem ainda hoje tem o desprazer de considerar o seu atabalhoado livro a última palavra em história da literatura brasileira!...

Já antes, outro fantasista, numa irritação de momento, tinha atribuído ao botânico Martius o nosso peculiar modo de pensar.

O censor queria referir-se à dissertação por aquele cientista publicada em 1845 na *Revista do Instituto Histórico*, sob o título – *Como se deve escrever a História do Brasil*, memória para a qual nós mesmo tínhamos sido exatamente o primeiro a chamar a atenção da crítica nacional. É mister desconhecer completamente o trabalho de Martius para levantar fantasias, como essa, sobre ele. O famoso botanista, no escrito citado, dá apenas um conselho e faz uma enumeração meramente exterior dos elementos que entraram em nossa população. Não os estuda; não os aprecia em sua ação mútua; não os mostra fusionando-se e reagindo uns sobre outros; não tenta a determinação, nem ao menos vaga, do que devemos a cada um dos três fatores principais de nossa nacionalidade em particular e a todos eles conjuntamente. Deixa, o que é fundamental na questão, em completo esquecimento o ponto saliente do problema – o *mestiço*, sobre quem peculiarmente deveria insistir, estudando, repetimos, o especial quinhão de *cada fator* e definindo o caráter do *resultado*.

É o que não fez o ilustre bávaro, e não quis ver o apaixonado crítico. Felizmente a doutrina, como a formulamos e expusemos, desde 1870, penetrou fundo no pensamento nacional, que já começa a apreciar devidamente suas conseqüências práticas e já a vai empregando até como base de obras artísticas e literárias: romances, contos, dramas, etc.

Não é tudo.

De certo tempo a esta parte, é de notar a insistência com que se tem andado, com evidente preocupação, a proclamar Varnhagen o *criador da história da literatura brasileira!*... Criador... como e por quê? Se a própria história geral, Varnhagen não a criou, como poderá ter criado a história da literatura? Varnhagen não fez mais do que, sem plano, sem sistema, sem doutrina, sem filosofia, sem análise, sem síntese, escrever meia dúzia de *biografias* destacadas de poetas e escritores e a *introdução* da seleta a que pôs o nome de *Florilégio da poesia brasileira*: pouco mais fez do que repetir Barbosa Machado, Januário Barbosa, Norberto Silva, Pereira da Silva e outros mais. Varnhagen não tinha capacidade teórica e filosófica, e pouco além ia de pesquisas puramente eruditas. Se fazer biografias e apurar datas e fatos anedóticos fosse criar história literária, não haveria livro mais fraco em o gênero do que a *História da Literatura Inglesa* – de Taine, porque ali o grande mestre nem faz biografias, nem apura questiúnculas bibliográficas.

Não é verdade que Varnhagen tivesse, como alguns têm afirmado, precedido *Fernando Denis* e *Norberto Silva* no tratar historicamente as coisas literárias brasileiras. Neste particular são-lhe não só anteriores os escritos de Barbosa Machado, Bouterweck, Sismondi, como os primeiros e decisivos de *Fernando Denis*, *Norberto Silva*, não falando já nos de Januário Barbosa, Almeida Garrett, Nunes Ribeiro, Pereira da Silva, Gonçalves de Magalhães e outros.

Não é também verdade que tivesse, como igualmente se tem dito, sido o autor da *História Geral do Brasil* quem primeiro tivesse contado o gentio entre os fatores de nossa literatura. *Esteticamente*, tinham-no feito antes dele algumas dúzias de poetas; *criticamente*, todos os autores acima citados. Cumpre advertir, finalmente, que o termo *fator* é mal empregado em relação a esses críticos e historiadores: este consideram sempre o *índio* mais como um *assunto* a ser tratado pela poesia e pelo romance do que como um *fator* da literatura.

V - FASES EVOLUTIVAS DA LITERATURA BRASILEIRA

Fernando Wolf, em 1863, dividia a história da literatura brasileira nos períodos seguintes: 1º) do descobrimento do Brasil ao fim do século XVII; 2º) primeira metade do século XVIII; 3º) segunda metade do século XVIII; 4º) do princípio do

século XIX ao ano de 1840; e 5º) de 1840 ao ano em que publicou seu *Brésil Littéraire* (1863).

O defeito desta enumeração de fase é ser demasiado fragmentada e não atender ao critério do desenvolvimento das idéias em sua determinação. Por que fazer dos primeiros cinquenta anos do século XVII um período literário no Brasil? Que houve então de especial na evolução espiritual dos brasileiros? Não se percebe facilmente. Que motivos aconselham a marcar uma fase com os primeiros quarenta anos do século XIX? Menos justificável ainda é este período.

Fernandes Pinheiro, em 1872, em seu *Resumo de História Literária*, deixou designados este momentos, como os mais característicos de nossa vida nas letras: 1º) período da *formação*, abrangendo os séculos XVI e XVII; 2º) o do *desenvolvimento*, enchendo o século XVIII; 3º) o da *reforma*, constituído pelo século XIX. Divisão de fases esta mais bem feita do que a de Fernando Wolf, porém ainda assaz defeituosa. O autor deixou-se evidentemente iludir pela separação material dos séculos, sem atender que o andar das idéias e doutrinas não obedece as mais das vezes às marcações exteriores do tempo. Que houve, por exemplo, na primeira metade do século XVIII no domínio do pensamento brasileiro, que a distinguisse em absoluto das últimas décadas do século anterior? Nada, que se saiba. E que de novo, acaso, representam nas doutrinas e teorias literárias os trinta primeiros anos do século XIX, que os afaste do velho classismo do século antecedente? Nada por certo. A enumeração de Fernandes Pinheiro é, pois, também inaceitável.

Por nossa vez, nesta *História*, desde a 1ª edição, indicamos esta divisão: *período de formação* (1500-1750); *período de desenvolvimento autônomo* (1750-1830); *período de transformação romântica* (1830-1870); *período de reação crítica e naturalista*, ao princípio, e, depois, *parnasiana e simbolista* (1870 em diante até os dias atuais).

Classificação esta atenta mais ao movimento das idéias e coadunada melhor com os fenômenos intelectuais da nação.

Entretanto, esta mesma divisão de períodos pode ser melhorada, tendo-se o cuidado de marcar por fecho de cada fase e início da seguinte um fato literário característico como propusemos no prólogo à 2ª edição (retro, pág. XXXVII).

Destarte, teremos: – *período de formação* (de 1592, data suposta da 1ª edição da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira Pinto, a 1768, data da publicação das *Obras poéticas*, de Cláudio Manuel da Costa); *período de desenvolvimento autônomo* (de 1768, da mesma data das *Obras poéticas*, de Cláudio, a 1836, ano da publicação dos *Suspiros Poéticos*, de Gonçalves de Magalhães); *período de reação romântica* (de 1836, ano dos *Suspiros Poéticos*, a 1875, época do

aparecimento dos *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*, de Tobias Barreto); *período de reação crítica e naturalista*, e, depois, *parnasiana* e *simbolista* (de 1875, ano dos citados *Ensaio*, em diante, até os dias atuais).

Não é tudo. É uma divisão em quatro períodos, cujos dois primeiros se escoaram, como se vê, dentro da época do classicismo e podem por isso, sem inconveniente, reduzir-se a um só, o que nos levaria a esta divisão tripartida: – *período de formação ou período clássico*, de 1592 a 1835; *período de desenvolvimento ou período romântico*, de 1836 a 1875; *período das reações anti-românticas*, de 1875 em diante até os dias de hoje.

E, como nesta divisão tripartida os dois últimos momentos têm inúmeros pontos de contato, não passando, no fundo, de uma reação contra os velhos ideais clássicos, sendo a reação das novas escolas contra o romantismo puramente artificial, pois não são elas mais do que romantismo disfarçado, é possível, numa vista sintética, reduzir ainda mais a classificação, e teremos: – *período de formação ou período clássico*, de 1592 a 1836; *período de desenvolvimento ou de reações ulteriores*, de 1836 até agora e a continuar pelos anos adiante.

A primeira fase, dentro das forças do regímen do classicismo e do absolutismo régio, começa incipientemente desde quando se fundaram as primeiras escolas de Humanidades no Brasil, e espíritos, como Nóbrega, Anchieta, Cardim, Luís da Grã, Gandavo, Gabriel Soares e outros iguais, ensinaram ou escreveram nesta parte d'América, formando desde logo discípulos da estatura de Vicente do Salvador e Antônio Vieira; inicia-se de fato, no terreno da produção espiritual, com a publicação da *Prosopopéia*; passa pelo proto-romantismo da escola de Minas; assiste à independência política do país e chega quando a elite intelectual da terra entra a interessar-se diretamente pela renovação das idéias que se operava então na Europa: a segunda segue daí, dessa nítida consciência que já tínhamos de nós mesmos, e desdobra-se por todo o século XIX, ligando o proto-romantismo mineiro ao romantismo propriamente dito e às escolas que subseqüentemente o substituíram.

DA CRÍTICA E SUA EXATA DEFINIÇÃO

I

Não é uma discussão de caráter metafísico acerca da índole do fenômeno intelectual, a que se dá o nome de crítica, que me proponho apresentar. É coisa muito mais modesta e de caráter mais prático.

Depois de exercer a crítica por quarenta anos seguidos, não é muito, num tempo em que tudo se põe em questão, procurar saber a natureza da disciplina

que, em troca de alguns prazeres espirituais, traz sempre tantos dissabores aos seus adeptos.

E afirmo desde logo: apesar de prender as suas primeiras raízes em Aristóteles e haver passado através de Plotino e Quintiliano, quero dizer, apesar de seus dois mil duzentos e noventa anos de idade, não existem dois críticos que a definam do mesmo modo e formem dela o mesmo conceito. Não será de admirar quando se sabe que ainda hoje se anda a indagar quais as noções exatas dos próprios fatos e princípios fundamentais das ciências.

Que é a matéria? E a força? E o movimento? E o átomo? E o éter? E a substância? E o fenômeno? E o espaço? E o tempo? E a célula? E a vida?

Depois dos escritos de Le Bon, H. Poincaré, Fr. Houssay, Emile Picard, Keyserling, não falando já nos de Lorentz, Stallo, Maxwell, J. J. Thomson, Ol. Lodge, é temeridade ter a pretensão de resposta decisiva.

E, em se tratando de ciências e disciplinas que se ocupam das criações humanas, cresce de ponto a luta e a desordem aparece quase sempre.

Ainda agora, L. Ward, Giddings, Novicow, Gumplowicz, R. Worms, de Greef, Bouglé, Durkheim escreveram volumes inteiros para delimitar e definir o que seja a sociologia.

Sobre a moral nem é preciso insistir. Lévy-Brühl demonstrou num livro excelente que em seu domínio a confusão chega a ser irritante: nem ao menos se tem conseguido geralmente firmar a distinção entre os *fatos* morais e a *ciência* da moral, entre esta e a *arte* prática que possa dela advir. Fabulam ainda de uma ciência *normativa* da moral, como se não fosse isto uma *contradictio in adjecto*, como se esse desiderato não fosse coisa posterior, de caráter secundário, mera consequência do ensino científico da ética. Nesse domínio realmente a perturbação excede a todos os limites.

Ainda agora, não se faz a distinção precisa entre os fatos morais (agentes e impulsos da conduta humana no meio das múltiplas relações sociais) e o conhecimento empírico desses fenômenos. Nem entre este conhecimento empírico primitivo e popular e as regras ou normas também empíricas de conduta que daí se originaram. Nem tampouco entre os aludidos fatos e a ciência positiva deles. Nem, finalmente, entre esse saber científico e as aplicações práticas que dele se possam tirar para a conduta normal dos homens.

Em religião, seria loucura procurar exemplos do contrário. Benjamin Kidd, em seu livro admirável – *A Evolução Social*, dá a lista de 15 autores, dos mais eminentes, que formularam definições contraditórias do conceito da religião.

Poderia elevá-los, se o quisesse, ao décuplo.

Pois bem: em crítica, o espetáculo é ainda mais esquisito, para não dizer – deprimente.

Que é a crítica? É uma ciência? É uma arte? É um capítulo da estética? É um capítulo da lógica aplicada?

Tem métodos seus especiais? O emprega os processos comuns a todas as ciências?

Aplica-se somente à literatura e à arte, ou pode-se aplicar a todas as criações espirituais da humanidade?

Neste último caso, em que se distingue das ciências que destas se ocupam?

Qual o sentido das expressões – crítica filosófica, crítica científica, crítica política, crítica jurídica, além de crítica artística e crítica literária?

Não conheço respostas sérias e completas a estas perguntas. Não se me deparam nem em Lessing, nem em Winckelmann, nem em Sainte-Beuve, nem em Taine, nem em Ed. Scherer, nem em Hennequin, nem em Georges Brandés, nem em Gottschall, nem em de Sanctis, nem em Brunetière.

Nenhum delimitou o terreno, nem definiu a natureza da crítica; nenhum designou o seu lugar na classificação das ciências, se é que ela é uma ciência, ou deu a razão por que a expulsava do cânon daquelas, se é que não mostra as qualidades requeridas para ser contada em seu número.

E nem resolve a questão surdir com a escapatória de não ser a crítica uma *ciência* e sim pura e simplesmente um *estudo*, porque estudo, sem valor científico, para nada presta, não tem mérito algum no terreno das idéias, não passando de fantasias ou divagações.

E como é que espíritos tão eminentes, que escreveram páginas críticas de tão subido valor, são falhos num ponto de tanta gravidade, num ponto capital?

Este singular fenômeno provém de quatro motivos principais: a força da tradição, que trouxe como conseqüência imediata a confusão entre a crítica e a ciência da arte e da literatura (Estética) e com a história de ambas; o vago e

indeterminado do termo crítica; darem-se como elementos especiais da crítica fatores que o são antes da sociologia em geral e das ciências que a compõem; darem-se, finalmente, como processos privativos da crítica, práticas e normas que lhe não competem e sim a outras disciplinas do pensamento.

II

A generalidade dos espíritos levianos costuma hoje formar idéia muito inexata sobre o valor da contribuição da Antigüidade na formação e desenvolvimento da inteligência e da cultura humana.

O imponente progresso das ciências físicas e mais ainda os maravilhosos resultados de suas aplicações práticas e industriais, coisas que se nos afiguram recentes, senão contemporâneas e hodiernas, têm relegado para longe, para uma espécie de lusco-fusco histórico, a extraordinária e imorredoura achega dos iniciadores antigos. Poetas, sábios, filósofos, políticos, legisladores, artistas, pensadores de todos os matizes tiveram por encargo a mais espinhosa das missões: a de instituir os modelos e determinar as formas mesmas do entendimento humano.

E esse trabalho de achar os modelos e formas imperecíveis do pensamento teórico representa um legado, cujo valor sobrepuja o de todas as conquistas posteriores.

Não foi em balde que a inteligência ocidental esteve assente à escola de gregos e romanos, sem a mais breve interrupção, por um milênio seguido.

É por isso que ainda agora a filosofia, a estética, a religião, o direito dos antigos constituem a medula do pensar moderno nesses domínios, por mais que às vezes julgemos ao contrário.

Os estudos dos fatos da natureza física, demandando longas, penosas e repetidas observações e experiências, como dependentes do tempo, não chegaram nem podiam chegar à perfeição, o que não quer dizer sejam para desprezar a matemática, a astronomia, a física e a história natural dos antigos.

Mas onde eles fizeram maravilhas foi nos estudos que têm por objeto o homem mesmo e suas produções espirituais.

A gramática, a lógica, a retórica, a poética, ao lado da política, da ética e da jurisprudência de gregos e romanos, conservadas durante o período da Idade Média, aperfeiçoadas até em certos pontos pela escolástica, receberam novo reforço, nova vida, durante os três séculos do Renascimento e do período clássico.

A própria Reforma, filha do ensino dos *humanistas*, era um apelo ao cristianismo greco-romano primitivo.

As famosas revoluções filosóficas de Bacon e Descartes, no que elas têm de mais alevantado e significativo, foram mais uma reação contra o tradicionalismo da ortodoxia cristã, o espírito autoritário e dogmático da Igreja, do que uma repulsa ao pensamento teórico antigo, cujo surto livre, ao contrário, procuravam ressuscitar.

Por isso é que o egrégio Buckle pôde dizer que o eminente pensador do *Discours de la Méthode* continuou o espírito de Lutero: “In this respect he was the true successor of Luther, to whose labours his own were the fitting supplement. He completed what the great German reform had left and undone.”

Os esforços desses primeiros restauradores da filosofia ocidental nos tempos modernos dirigiram-se diretamente contra a teologia reinante.

Foi uma guerra não especialmente a Aristóteles e sim às excrescências que o dogmatismo católico tinha acumulado sobre as doutrinas do filósofo.

O que mais nos interessa, porém, neste momento é o caso da retórica e poética.

As condições da metafísica antiga, mais oriunda das forças internas do espírito do que da generalização rigorosa de grandes séries de fatos observados, imprimiram aos estudos relativos às produções intelectuais e emotivas caracteres específicos, uns úteis, outros nocivos, difíceis de extirpar.

A intuição artística das gentes helênicas tinha chegado à perfeição. A poesia, nas suas múltiplas ramificações do lirismo, da epopéia, da tragédia, da comédia, ao lado da eloquência, da orquêstrica, da estatuária, da arquitetura e da própria pintura, tinha-se constituído numa pujança incomparável.

A prosa, a palavra escrita, nada deixava a desejar em graça, clareza, simplicidade e harmonia.

Um pensamento pomposo e equilibrado traduzia-se, revelava-se, tomando as formas que lhe eram mais adequadas, formas nas quais o matiz, o brilho, o colorido eram uma dádiva da singeleza e da naturalidade.

O fenômeno é tão extraordinário que Lecky, autor da *História da moral na Europa*, acha de difícil explicação “que nos apertados limites e na reduzida população dos Estados gregos pudessem ter nascido tantos homens de gênio,

que, em filosofia, poesia épica, dramática ou lírica, em eloquência falada ou escrita, em política, em escultura, em pintura e provavelmente também em música, atingiram os graus mais elevados da perfeição humana”.

Esta opinião, aliás corrente entre os principais críticos europeus, é citada e aplaudida por Benjamin Kidd que ajunta: “Durante todo o século XIX as novas investigações feitas em todos os ramos dos conhecimentos humanos fizeram-nos intimamente conhecer a vida intelectual dos gregos. A unanimidade dos testemunhos, provenientes das diversas ramificações das ciências, todos eles comprovadores da média elevada do desenvolvimento intelectual neste povo singular, é digna de admiração.

“Não são só inteligências como as de Sócrates, Aristóteles, Platão, Fídias, que parecem superiores, quando atentamente as examinamos, levando em conta as circunstâncias e o estado dos conhecimentos da época.

“É antes o desenvolvimento intelectual médio do conjunto do povo que se revela realmente muito grande.

“No que se refere ao desenvolvimento dos espíritos isolados e da cultura geral, parece realmente que os gregos tinham estado mais adiantados do que nós.”¹⁰³

Kidd, deixando de lado críticos, literatos, filósofos e historiadores, recorre aos porta-bandeiras da ciência positiva e cita o célebre Galton, autorizado mestre da ciência positiva e estatística. O testemunho do autor do *Gênio hereditário* é decisivo: “A raça mais capaz, de que a história tenha guardado memória, é, sem sombra de dúvida, a grega, considerando-se, de um lado, as obras-primas, ainda sem iguais, que produziu em todos os distritos da atividade intelectual, e, de outro, a reduzida cifra da população que deu origem aos autores de semelhantes obras-primas.

“Resulta dos fatos observados que a capacidade média da raça ateniense, avaliando-a pelo mais baixo, é dois graus mais elevada do que a nossa, isto é, tão elevada acima de nós quanto o somos acima dos negros africanos. Esta apreciação, por mais extraordinária que possa parecer, é confirmada pela inteligência fina e aguçada da gente de Atenas, diante da qual recitavam-se obras literárias, exibiam-se obras d’arte, de um caráter sério e distinto, que nossa raça, em média, seria incapaz de compreender e basta, para ficarmos edificadas sobre o valor médio da inteligência de nossa raça, lançar o olhar ao mostrador de uma biblioteca de caminho de ferro.”

Depois disto, depois de tais palavras, ninguém pode nem deve admirar-se de que as regras, as normas, os ensinamentos, os conselhos que os gregos deixaram, naqueles assuntos em que foram mestres incomparáveis, tenham

permanecido através dos tempos e sejam ainda hoje a essência do que se pensa a respeito. É como se alguém viesse mostrar espanto diante da persistência do direito romano em toda a jurisprudência hodierna.

Olhando-se para o fundo da nossa afamada crítica moderna, lá se vão de deparar os sedimentos imperecíveis da Retórica e da Poética dos gregos.

Isto, porém, digo-o com todo o respeito, falsificou d'alto a baixo o conceito mesmo da crítica, que entrou a desviar-se de sua índole própria e a tomar indebitamente o lugar de outras disciplinas do espírito.

O peso extraordinário da tradição trouxe inconvenientes que urge bem determinar, para que sejam eliminados e não fiquem como eterno fermento de confusão.

Os extraordinários dotes artísticos dos gregos foram a causa principal do mais sério desvio que têm experimentado a estética e a crítica no correr dos séculos.

A graça, a beleza equilibrada e rítmica, por assim dizer, de suas criações de arte impunha-se a todos os espíritos.

Os encantos da poesia, da tragédia, da comédia, da eloquência, sobretudo, embriagavam todas as almas, sedentas de emoções.

Eram as artes da palavra, as mais intelectuais de todas, de pronto e imediato efeito.

Que se poderia desejar de melhor?

Tinha-se atingido à perfeição.

Mas o grego, o heleno não era só o homem da imaginação e do sentimento, era também o homem do raciocínio; não era só o sonhador emotivo, era o raciocinador implacável; não era só artista por temperamento, era também metafísico por índole.

Daí o açodamento com que se atirou a reduzir a regras, a normas, a preceitos práticos, a sua própria capacidade e mestria em assuntos artísticos, nomeadamente nas citadas artes da palavra.

Daí a retórica e a poética, isto é, um acervo de fórmulas técnicas, um *processus*, uma praxe, em suma, a ser seguida pelos oradores e poetas de todos os gêneros.

Se a construíram para as artes plásticas, a arquitetura, a estatuária, a pintura, essa não chegou até nós em corpo de doutrina.

À Retórica e à Poética, objeto das cogitações de Aristóteles e seus imediatos sucessores, coube a função de representar o saber dos gregos no terreno estético.

Esse saber, em Retórica, não passava de um punhado de regras sobre o discurso e suas partes componentes a que se juntaram, mais tarde, outras sobre os *tropos* e figuras da linguagem, e, mais tarde ainda, outras sobre alguns gêneros em prosa, como a novela, a epistolografia e, às vezes, a história. Em Poética, não passou de preceitos acerca do poema épico, do gênero lírico em seus vários matizes, do gênero dramático que consistia somente na tragédia e na comédia, escritas sempre em versos. O drama em prosa é moderno. Houve precipitação em tudo isto. Antes que se tivesse organizado a ciência das artes, de que a literatura é parte; antes que se tivessem determinado as leis de sua formação e desenvolvimento, suas relações com o estado social e com todas as várias criações da atividade humana; antes que se tivessem esclarecido as condições sociológicas da vida espiritual dos povos, de todos os produtos da imaginativa e do sentimento artístico, construiu-se a regra, a norma, a prática, o preceito, o *processus faciendi*.

Os bons gregos não sabiam, e nem o podiam, e isto os desculpa, que a genuína técnica tem de suceder à ciência perfeita e positiva; não reparavam que, por maior que fosse o seu gênio criador nas artes, a técnica, para valer, não havia de originar-se do reduzido conhecimento empírico que eles possuíam dos assuntos sociológicos; não tinham na devida conta que a sua retórica e poética não podiam passar de meros conselhos sem valor científico; não desconfiavam que ciência *normativa* é absurdo, é perfeita *contradictio in adjecto*. Eles têm, porém, as condições do tempo para os justificar. Os modernos, é que não podem alegar os mesmos motivos.

Essa ciência espúria, entretanto, perturbou os espíritos, dificultando a formação da genuína ciência das artes e da literatura: a Estética, que ainda agora forceja por constituir-se, é ainda até o presente cheia de tropeços.

Não foi, porém, só com os fenômenos artísticos, cumpre ponderar, que se deu esse desacerto inicial.

O mesmo fato se repetiu para com os fenômenos lingüísticos, morais, jurídicos, políticos e econômicos.

O caso da linguagem é, entre todos, muito ilustrativo.

Antes que existisse a ciência da linguagem, a lingüística moderna, verdadeira ciência natural, como qualquer ramo da biologia, ciência de recentíssima criação, já existia a gramática, a famosa *arte de falar e escrever corretamente*.

Esta precipitada coleção de regras e preceitos, tomando o lugar da genuína ciência, embaraçou-lhe o advento e constituição por muito tempo.

O exemplo da moral é também muito curioso, porque ainda hoje muita gente boa persiste em considerá-la uma ciência de normas. É que, também, sob o conhecimento empírico de certas praxes de conduta, os antigos entenderam de formular a infalível *arte dos bons costumes*, a ética.

Só agora, à luz dos processos da sociologia, é que se vai compreendendo que a ciência dos móveis dos atos humanos tem raízes muito mais variadas e profundas, que demandam estudo muito mais perspicaz do que as regras da velha ética.

O próprio direito, cientificamente estudado pelos métodos naturalísticos, só hoje é que se vai constituindo.

Os juristas, ao menos, compreendem, e não negam mais, que o direito começou pela *praxe*, pelas *normas processualísticas*.

A lição de R. von Ihering neste ponto é esmagadora. É que este grande jurista havia largamente entrado na corrente renovadora dos diversos ramos das ciências sociais.

A própria política, a despeito das pungentes lutas de todos os tempos, teoricamente, ainda agora sofre dos graves embaraços da prática dos gregos, erigida em ciência.

Incalculáveis são os males que têm advindo aos povos e aos governos de meia dúzia de noções falsas ou incompletas que nos advieram dos antigos sobre *república, monarquia, democracia, aristocracia, oligarquia* e outras formas políticas que eles insuficientemente conheceram e cristalizaram em definições que temos todos a simpleza de tomar por outros tantos dogmas.

E até os fenômenos econômicos não escaparam a essa contingência. Bem antes de se haver constituído a respectiva ciência sobre o alicerce do conhecimento da vida industrial de todos os povos, os gregos escreveram *Econômicas*, que tinham o caráter de artes práticas, ao jeito do que fizeram com as suas políticas, éticas, poéticas, retóricas, lógicas e metafísicas. Principalmente em Xenofonte e Aristóteles se acham elas.

Resulta de todas estas rapidíssimas considerações que ao gênio dos helenos sobraram qualidades criadoras, que os levaram a construir *a priori*, em todos os domínios do pensamento, suprindo, deste modo, as lacunas de um saber pouco avultado, pela exigüidade do tempo e condições sociais de então.

Resulta mais que de seu incontrastável prestígio ficaram no saber moderno diversos desvios, peníveis de afastar.

Resulta, finalmente, que na história de qualquer ciência, nas que se ocupam da natureza e nas que tratam do homem e da sociedade, é indispensável distinguir, como já de leve adverti, os estádios seguintes:

1º – Os *factos*, indispensável ponto de partida, que se não devem confundir com as suas explicações, quaisquer, teóricas;

2º – Um primeiro conhecimento deles, espontâneo, empírico, incompleto, pois;

3º – Uma arte, praxe, prática, técnica, ou como lhe queiram chamar, também empírica e vacilante;

4º – A genuína ciência de formação tardia, experimental, positiva;

5º – A nova prática, técnica ou arte, racionalmente deduzida dos princípios científicos certos.

Deixando de parte o segundo e o terceiro momentos, por pertencentes aos velhos tempos, restam, atualmente, como iniludíveis e insofismáveis: as séries de *factos*, a *ciência* de cada uma dessas séries, a *técnica* racional e conscientemente estabelecida.

III

Que tem a ver tudo isto com a *crítica*?

É o que se vai mostrar.

Quando se começou a falar em crítica, como sinónimo de apreciação de assuntos literários, existiam apenas a cogitar de tais assuntos a velha poética e a velha retórica, de mero valor prático, como se viu, sem base científica séria.

A crítica teve necessariamente, fatalmente, de confundir-se com elas, conforme se tratava de obras em verso ou em prosa.

A genuína ciência das artes, *respective* da literatura, que não é outra coisa mais do que a arte da palavra escrita ou falada, – a Estética – , não existia.

O termo só ontem, por assim dizer, na segunda metade do século XVIII, foi criado por Baumgarten; a coisa tem estado a constituir-se até agora sob os esforços de numerosos pensadores.

De recentes tempos para cá, rolando em desuso a retórica e a poética, passou a crítica a se confundir com a estética, na parte em que trata das belas-letas, parte esta que se poderia chamar literonomia, literologia ou, melhor, estoliteratura.

Quando a confusão não se faz diretamente com a ciência da estética, faz-se com a história da arte e da literatura. Nada de mais fácil demonstração. Não precisa ir longe; pelo que toca à confusão com a Retórica e Poética, basta abrir o livro de F. Brunetièrre – *L'Évolution des Genres dans l'Histoire de la Littérature*, cujo primeiro volume trata da *Evolução da crítica em França desde o Renascimento até aos nossos dias*.

Conquanto se ocupe exclusivamente do desenvolvimento da crítica em França, fácil é ver pela lei do *consensus*, que mostra o paralelismo de todos os fenômenos sociológicos, o ritmo evolutivo daquela disciplina do espírito foi o mesmo em toda a Europa.

Como de razão, o autor da *Evolução dos gêneros* faz partir das primeiras manifestações do *humanismo* na Itália a origem da crítica.

Então ela não era ali mais do que *gramática, retórica e poética*, mesmo nas suas mais ousadas investidas.

Em França o mesmo acontecia. Brunetièrre não o diz, porque a intuição que ele próprio teve da crítica, até morrer, foi demasiado estreita e eivada de impertinente classicismo; não o diz; mas é a lição que sai dos fatos ainda narrados por ele a seu modo. Em França, naquele período, durante o século XVI, Du Bellay escreve a *Defesa e ilustração da língua francesa*, apontada como a mais remota origem da crítica naquele país.

Pelo próprio título se conhece, à primeira vista, que se trata de gramática e retórica.

E para que não reste a menor sombra de dúvida sobre o próprio modo de pensar do autor moderno acerca desses seus antigos confrades toma ele a precaução de avisar-nos: "*C'est la critique philologique base nécessaire, base indispensable encore aujourd'hui, de la critique littéraire, et dont les procédés ou méthodes ont bien pu se perfectionner depuis lors, mais dont l'objet est demeuré le même.*"

Para Brunetière, seja dito de passagem, é claro, toda a crítica se reduz à crítica literária, tendo por base necessária e indispensável – a gramática.

Logo depois de Du Bellay e seu livro lembrado, aparece Júlio César Scaligero, com a sua *Poética*, vasto repertório de regras e exemplos, tomados às letras clássicas, cuja maior novidade é dar preferência aos latinos sobre os gregos. Neste sentido é acompanhado por Vauquelin de la Fresnaye, autor também duma *Art Poétique*, e do próprio Ronsard, que fez um *Abrégé de l'Art Poétique*. Sempre, sempre a preocupação das *regras*, o cortejo dos *modelos*. Os quinhentistas não tinham, nem o podiam, outra idéia da crítica.

No século seguinte as coisas seguiram o mesmo curso; e a fase mais brilhante do chamado período clássico.

Desde Malherbe até Fontenelle, passando por Chapelain, Scudéry, Balzac, Boileau e Carlos Perrault, a crítica, se semelhantes cogitações gramaticais e retóricas merecem o nome de crítica, não passou da mesma toada do século anterior, apenas com maior apuro na questão da *regra das três unidades* e um formalismo cada vez mais exigente. É o tempo da criação da Academia Francesa e Chapelain lhe dava por missão: “... travailler à la pureté de notre langue, et la rendre capable de la plus haute éloquence; que, pour cet effet, il fallait premièrement *en régler les termes et les phrases*, par un ample *Dictionnaire* et une *Grammaire* fort exacte, qui lui donnerait une partie des éléments qui lui manquaient; et qu'en suite on pourrait acquérir le reste par une *Poétique* que l'on composerait pour servir de règle à ceux qui voudraient écrire en vers et en prose.” Vê-se nitidamente que este terrível Chapelain é o avoengo irrecusável da turba de impertinentes que forcejam hoje por meter no cabresto das regras da colocação dos pronomes, do infinito pessoal, e doutras gafeiras do gênero, as audácias de todos os talentos, os surtos de todas as almas, o gênio de todas as individualidades.

Do século XVII, no ponto precípuo à crítica, a culminância está em Boileau. Que fez ele, entretanto? Sistematizou cada vez mais nas suas *Sátiras*, *Epístolas* e na infalível *Arte poética* o poente classicismo, pretendendo fundar as *regras* na natureza e na razão.

Dele concluiu o historiador da *Evolução dos gêneros*: “S’il y a donc un art d’écrire, s’il y a surtout un art de rimer, s’il y a un art de flatter l’oreille, mettons que Boileau ne l’ait pas connu ou pratiqué lui-même, il en a pourtant enseigné les leçons.”

Releva acrescentar que da famosa *querela dos antigos e modernos*, em que Boileau foi parte conspícua pelos antigos e Carlos Perrault pelos modernos,

pode-se colher certa pendência de ultrapassar, em coisas de apreciação literária, os limites estreitos da poesia e das belas-letas e entrar, de leve, nos domínios das artes em geral, substituindo, inconscientemente, é certo, a poética pela estética.

Esse pendor se encontra em Perrault e Fontenelle.

Era prematuro. No século seguinte Dubos e Diderot andariam pelo mesmo caminho; mas o geral dos espíritos, em cujo número pontificavam Fénelon, com seus *Diálogos sobre a eloqüência* (1718), Voltaire, o grande Voltaire, revolucionário em religião, mas ultraconservador em literatura, com numerosos opúsculos e com o exemplo de suas tragédias, Fréron, Marmontel, o próprio Rousseau e a generalidade dos Enciclopedistas, até La Harpe, no *Curso de literatura*. A velha Retórica, a velha Poética reinavam desassombradas no meio das inovações nas ciências e na política. Chegou-se ao ponto de uma nova floração do classicismo nos últimos anos do século com André Chénier, Dellile e os artistas Lebrun, Poussin, David.

Nos primeiros dias do século XIX, com Staél e Chateaubriand, e, mais tarde, com Villemain, Guizot e Cousin, os ensinamentos e tradições da retórica, da poética e da gramática alargam-se pelo estudo comparativo das letras estrangeiras e se deixam substituir em parte pela história. Mas as velhas tendências lá estão no fundo: na crítica perdura o vício de confundir com a arte de bem dizer, de bem escrever, de bem falar, de bem aplicar as regras, de bem imitar os modelos.

A roupagem histórica não chega para ocultar o íntimo das coisas para quem sabe ver claro.

A crítica, na Europa toda, e nomeadamente em França, até Villemain, não passou essencialmente de uma prolação dos ensinamentos da velha poética e da velha retórica, modificados, ampliados por considerações histórico-sociais, neste ou naquele ponto, conforme o temperamento dos autores.

IV

Era natural que, com a constituição da estética em ciência independente, a ossificada tendência de considerar a crítica uma função capaz de aplicar-se unicamente às produções literárias e, quando muito, também aos produtos da Arte em geral, com a qual se começava a ver que a literatura tinha pontos afins, era natural que a crítica se modificasse no sentido de passar a considerar-se um capítulo da mesma estética e a confundir-se com ela, guardando, porém, sempre aparelhamentos tomados à história.

Estética e história, duas disciplinas inteiramente diversas da crítica, passaram a constituí-la.

Nas origens da estética moderna trabalharam, sobretudo na Alemanha, poetas, historiadores, filósofos e psicólogos. Por isso é que os nomes de Lessing, Schiller, Herder, Winckelmann, Kant, Hegel e Herbart fulgem aí com forte intensidade. Schopenhauer, Fechner, Vischer tinham de seguir a mesma rota, em que haviam de ser acompanhados por Hartmann e outros. A ciência tinha de ficar definitivamente constituída.

De então em diante, a crítica não tem passado de fragmentos de estética, entremeados de considerações históricas e, por vezes, de motivos psicológicos.

É esta a sua fisionomia em Sainte-Beuve, que a costuma também diluir em divagações anedóticas.

É o seu caráter d'alto a baixo em Taine, que lhe imprime, porém, feições de um sistematismo ferrenho.

O ousado pensador francês teve mais intensamente que ninguém, nos tempos modernos, a tendência de subsumir inconscientemente a crítica na estética.

Que foi que ele procurou esclarecer e definir?

O ideal na arte, a filosofia da arte, a filosofia da arte na Grécia, a filosofia da arte na Itália, a filosofia da arte nos Países Baixos.

Nada mais claro: são os títulos mesmos de seus livros de crítica.

Se a eles se juntarem seus *Ensaio* e sua *História da Literatura Inglesa*, ainda e sempre o fato é o mesmo e a minha tese está de pé.

O grande espírito de *L'Intelligence*, nestes livros, como nos primeiros, discute teses e teorias estéticas, nas páginas em que trata de idéias gerais e doutrinárias, ou faz história, nas páginas em que narra fatos e acontecimentos.

Tudo quanto diz de *meio, raça, momento, caráter predominante, "faculté maitresse"* – são outras tantas forças que presidem à origem e formação das criações de todas as artes e não da literatura somente, devendo esta ser contada no meio daquelas, como arte da palavra.

Ora, tudo isto é pura estética e não é crítica.

Além disto, não seria difícil mostrar que todos aqueles famosos elementos não presidem só ao evoluir das artes e da literatura, não são indispensáveis só à estética, senão ao desenvolvimento de todas as criações do homem, científicas, religiosas, políticas, morais, jurídicas, econômicas, a toda a sociologia, em suma. Isto é capital.

Cumpra não esquecer que Sainte-Beuve e o próprio Taine, fazendo, nos melhores momentos, inconscientemente, estética, acreditavam que estavam a construir a crítica em ciência autônoma.

O mesmo já se não pode dizer do célebre Ruskin, o maior crítico inglês em todos os tempos.

Este cultivava deliberada e conscientemente a estética e a ela reduzia toda a sua crítica.

Quase escusado é passar por outros escritores do gênero.

Apenas rápidos olhares nos mais eminentes.

O belo espírito do autor dos *Problèmes de Psthétique Contemporaine* e de *L'Art au point de vue sociologique* parece que não tinha dúvida que o seu criticar entrava plenamente nos domínios da pura estética.

E de fato, Guyau, discutindo puras teses literárias, como *a natureza, as leis e o futuro do verso*, fazia-o em obras em que discutia problemas de estética. Os próprios títulos de seus livros não deixam a menor dúvida a respeito.

Hennequin poderia fazer ilusão, neste ponto, porque deu a seu livro fundamental o nome de *La Critique Secientifique*.

Esse jovem, cujo merecimento era grande, mas não deve ser exagerado, como é hábito em certos círculos, prosistematicamente colocar-se em pontos de vista opostos ao do autor da *História da Literatura Inglesa*. Poderia, por isto, ser chamado um Taine *retourné*.

Este procurava tornar na crítica, quero dizer na estética, salientes os fatores mesológicos, etnográficos e fisiológicos; o autor d'*A Crítica científica* procura batê-lo nestes pontos e substituir no estudo dos autores aqueles elementos explicativos por considerações puramente psicológicas, sociais e estéticas.

Taine procurava mostrar a gênese, a formação do gênio dos escritores; Heunequin tentava de preferência mostrar-lhes a influência, procurando ver quem os lia, quem os admirava.

Era o *tainismo* às avessas.

Em seu livro, composto de cinco rápidos capítulos, predominam, d'alto a baixo, as questões estéticas. E tanto é isto verdade que o próprio autor aconselha que se substitua pela expressão – estopsicologia – a palavra – crítica.

Por este lado é mais lógico do que o seu grande êmulo.

Que se poderá dizer de um Scherer, de um Brunetière, de um Lacombe?

Nas variadíssimas obras desses mestres há um pouco de tudo.

Quando diretamente estudam fatos lingüísticos, religiosos, políticos, morais, históricos, filosóficos, sociológicos... fazem obra de cientistas em cada um destes domínios.

Quando diretamente apreciam dramas, comédias, tragédias, poemas, romances, contos, discursos... fazem obra ainda de cientistas, como cultores da estética, no ramo em que se ocupa de literatura, tal qual se tratassem de quadros, estátuas, monumentos, estampas, partituras...

A parte de pura crítica que existe em suas obras é, como se verá mais além, aquela em que analisam os livros dos que versaram aqueles assuntos.

No estudo direto de um poeta, de um romancista, dum dramaturgo, dum orador, enganam-se quando pensam que estão a fazer o seu mister de críticos.

E tanto que, quando generalizam, caem de cheio dentro da estética.

É assim, por exemplo, que o incomparável Scherer, esse modesto espalhador de idéias, que não tem a fama que merece, porque não fez grandes e pesados livros, é assim que ele, numa página magnífica, expondo a doutrina de uma nova crítica, fala constantemente da arte, faz-lhe repetidos apelos, como se estivesse a escrever conscientemente um capítulo de pura estética.

Nessa página admirável, o autor dos belos livros sobre *Melchior Grimm*, *Alexandre Vinet* e *Diderot*, em poucas linhas traça um programa e emite idéias que foram a fonte inspiradora da *Introduction à l'Histoire Littéraire*, de Lacombe, e da citada *Évoition des Genres dans l'Histoire de la Littérature*, de Brunetière.

Convém ouvir, porque esclarece muito o assunto:

“Tenho pensado”, escreve Scherer, “algumas vezes que haveria um novo gênero de crítica a tentar. A teoria dos meios fracassou sem sombra de dúvida, porque só nos dava o que existe de mais geral, de mais vago, de mais abstrato na literatura, quero dizer, o que há de mais estranho à literatura. A crítica foi bem inspirada e logrou mais fazer compreender e apreciar a obra literária, quando lhe procurou o segredo na pessoa do autor, nas circunstâncias de sua vida, nas particularidades de sua educação, na análise, em suma, de seu caráter e na narrativa de seus destinos. Aí, porém, falta ainda uma coisa: o encadeamento dos fatos literários, o sentimento da evolução, para a qual concorrem todos os esforços dos *artistas* e da *arte*. E é justamente isto, se me não engano, o que faltaria procurar; porque as *artes* também estão sujeitas à lei do progresso, não como as ciências ou a indústria, mas por um modo que lhes é peculiar. Na indústria qualquer descoberta vem juntar-se às precedentes, aumentar-lhes o poder e fornecer, por seu turno, a pedra básica, o ponto de partida de um novo progresso. É uma massa que sem cessar vai aumentando de volume e rodando sobre o declive com ligeireza crescente. Há nos mais belos trabalhos desta ordem alguma coisa de impessoal; a obra entra no uso geral e perde a marca do inventor, se é que algum dia a teve. É exatamente o contrário nas *artes*. A obra *d’arte* é, acima de tudo, pessoal. É por aí que ela vale. É por este predicado que ela existe. É por este lado que ela dura. Os séculos não apagam esses caracteres imperecíveis da beleza que foram ligados pelo gênio criador. Não é tudo: uma obra *d’arte* não se liga às que a precederam como uma consequência e uma dedução; e não acarreta necessariamente após si outros triunfos de gênio, outras obras ainda mais perfeitas. Bem longe disso: há intermitências da *produção artística*; direi mais, uma obra-prima, por isso mesmo que é inimitável, *um artista*, só pelo fato de ser soberano no gênero em que é eminentemente superior, dá, por assim dizer, um golpe fatal nesse gênero. Quebra o molde de que se serviu. Ensaíram-se *Iliadas*, depois de Homero, *Eneidas*, depois de Virgílio, tragédias, depois de Racine, dramas, depois de Shakespeare, *Faustos*, depois de Goethe; a literatura anda cheia destas imitações, *pastiches*; ao invés do progresso, em certo modo matemático e fatal, que assinalei linhas acima, na ciência e na indústria, é, ao contrário, a decadência. Apresso-me, apenas, em dizer que esse declínio não é a morte: a *arte* não morre, transforma-se. A alma humana encontra em suas profundezas novos tesouros de idéias, novas regiões de afetos, novos modos de expressão.

“Depois da *arte* ática, a *arte* gótica; depois de Ésquilo, Shakespeare; um Goethe, depois de um Dante. Ah! certamente surgem tempos de esterilidade e de aridez, nos quais o solo parece esgotado, os céus vazios, o gênio aniquilado; mas é justamente nesses duros momentos que se deve crer, – crer contra as aparências, contra a evidência, – ter fé na humanidade, no espírito, na imortalidade da poesia!

“Eis um ponto que parece firmado: a *arte* não procede por um encadeamento de descobertas, por um progresso contínuo. A obra-prima não chama como conseqüência outra obra-prima mais admirável ainda. Mas, se assim é, dir-me-ão, não existe nenhuma lei de continuidade nas *artes*, nenhum princípio de desenvolvimento na sucessão das obras, e, portanto, nenhum meio de escrever a história da pintura, da música, da poesia?

“Uma história, efetivamente, não é uma série de biografias e supõe uma concatenação de fatos; se cada *artista* aparecesse ali, só, isolado e como que caído do céu, não haveria outra coisa a fazer senão escrever a vida dos pintores, como fez Vasari, ou a vida dos poetas, como praticou o Dr. Johnson. Respondo por uma distinção. Há duas coisas na obra literária: a primeira, a concepção criadora, o poder de execução, a parte do gênio, é aquela de que falei, o elemento puramente, estritamente individual. (É o *acontecimento* de Lacombe.) O gênio criador, porém, por mais individual que seja, prende-se por muitas faces a seu século e a seu grupo.

“Este escritor recebeu a mesma instrução que os seus contemporâneos, viveu das mesmas idéias, experimentou os mesmos sentimentos, e, quando por sua vez quis escrever, tomou assuntos que lhe eram deparados pelas preocupações da época; adotou os gêneros que eram consagrados pelo gosto reinante; manifestou-se necessariamente, em uma palavra, sob uma forma que lhe foi fornecida pelo estado da sociedade e da literatura no momento em que escreveu. Shakespeare, para ainda uma vez citar um nome que simbolize de modo irrecusável esse duplo caráter da inspiração, o teatro de Shakespeare compõe-se de dois elementos: o gênio de um homem e a cultura de um século.

“Releva acrescentar que este Shakespeare, este gênio que, por muitas faces, é o produto do seu século, vai agir sobre este século, por seu turno, que suas obras vão enriquecer o patrimônio literário de sua nação e da humanidade, que elas tenderão a imprimir (é a *instituição* de Lacombe) uma direção ao gosto, que se tornarão um desses influxos de que se compõe a atmosfera social em que se formarão os escritores do futuro.

“De sorte que, afinal, vemos produzir-se aqui alguma coisa de análogo às condições da ciência e da indústria: uma espécie de trabalho impessoal e de progresso geral; o lado menos característico das artes, o menos interessante, o menos divino, mas um lado pelo qual elas entram na cadeia das causas e dos efeitos, oferecem ao observador uma evolução apreciável e podem ser consideradas historicamente. É em virtude deste princípio e desta distinção que pode haver uma história geral das literaturas (e das artes) e uma história dos diversos gêneros literários (e artísticos).”

Passando desta exposição geral doutrinária, Edmond Scherer prossegue, aplicando a teoria num belíssimo quadro evolução do gênero romance, como era de razão num artigo consagrado a Balzac.

Ou eu me engano muito, ou estão ali os germens do livro de P. Lacombe – *Introduction à l’Histoire Littéraire* (1898) e do curso de F. Brunetière – a que me tenho referido, começado a publicar em livro, de que saiu apenas o primeiro volume – *L’Évolution des Genres dans l’Histoire de la Littérature*, título algum tanto errôneo, porque não é na história que se dá a evolução dos gêneros artísticos e literários, senão nas artes mesmas e na mesma literatura. A história registra apenas o fato e os momentos diversos da evolução, que independe da existência ou não desse registro.

Meu fito, citando o autor das *Mélanges d’Histoire Religieuse*, o menos pretensioso e o mais ilustrado dos críticos franceses, foi mostrar que para os altos espíritos, não raras vezes, ou, melhor, quase sempre, a crítica é apenas um capítulo da estética.

E, de fato, a página referida é um excelente esboço do princípio que rege a evolução, o desenvolvimento da arte em geral, incluindo em seu seio a arte da palavra – agir a literatura.

É isto legítimo, sem dúvida, como puro trabalho de ciência da estética, de exposição de suas leis, de suas teorias, de suas doutrinas.

Não é, porém, legítima a teima de chamar isto crítica; porque uma das duas será então inútil, desnecessária. Se a crítica se confunde com a estética, bastanos um nome só, porque um só é o corpo de doutrinas, uma só é a ciência.

Será assim?

Ver-se-á depois.

Entretanto, esta constante confusão é geral. Não são só os chamados críticos que incidem na indistinção.

Podê-lo-ia provar ainda com Faguet, Rod, Brunetière, de Sanctis, Settembrini, G. Brandès, Matthew Arnold, de Vogüé e outros e outros.

Não são só eles; os romancistas e dramaturgos, quando se ocupam de crítica, resvalam em cheio para a estética.

O caso de Zola é típico.

Vede se ele procurou definir o que é crítica, nem sequer o que é literatura, o que é romance ou outros problemas deste gênero.

O ponto culminante de sua crítica é determinar o que vem a ser Arte, da qual deu aquela famosa definição: *um trecho da natureza visto através de um temperamento*, que uma vez teve a ousadia de ampliar, juntando ao termo *natureza* a palavra *sociedade*, porque a arte, principalmente a literária, se preocupa muito mais com a sociedade do que com a natureza.

Um dramata alemão, Amo Holz, criticando a fórmula de Zola, chegou a esta conclusão: *“A arte tende a refazer a natureza; e a refaz na razão dos meios de reprodução de que dispõe e da destreza com que os emprega...”*

É uma discussão interessantíssima em que teve o ensejo de entrar B. Hanappier, corrigindo, por sua vez, com suma habilidade, a teoria de Arno Holz.

Mas sempre – pura estética. Mesmíssimo o exemplo do portentoso Tolstói, que escreveu um livro inteiro – *Que é a arte?*, no qual avança, seja dito de passagem, grandes absurdos acerca de Shakespeare e Wagner.

Indico apenas, não é ocasião de discutir.

Cumpr-me ajuntar, terminando este ponto, que a contraprova da confusão assinalada entre estética e crítica é digna de notar-se nos puros estetas.

É deste último caso amostra irrecusável o excelente livro de Ernesto Grosse – *Os começos da arte* –, onde o ilustre autor, querendo determinar a índole da ciência da arte, recorre aos críticos, entre os quais nomeia Dubos, Herder, Taine, Hennequin, Guyau, cujas doutrinas rapidamente analisa.

A tese está provada por este lado.

Mas, afinal, que é, que deve ser a crítica? Refiro-me à crítica em si, sem mais confusões quaisquer com retórica, ou poética, ou história, ou estética.

V

O termo *critica*, posto que incorreto em várias acepções, por andar aplicado às coisas mais heterogêneas, trazendo, por um lado, trevas e equívocos ao debate, traz-lhe, por outra face, intensa luz.

Na linguagem popular, e no sentido mais espalhado, crítica é sinônimo de censura, sátira, descompostura e até maledicência.

De um sujeito de más palavras contra tudo, diz-se – é um crítico; de quem dá uma informação rigorosa sobre alguém, diz-se – fez-lhe uma forte crítica.

Toma, como adjetivo, o significado de mau, de duro, de rigoroso ou até de inclemente: os tempos são críticos, a conjuntura, a situação é crítica.

Em patologia, quer popular, quer científica, tem o significado geral de caso, circunstância ou emergência que encerra gravidade, ou perigo mais ou menos iminente: idade crítica, dias críticos, fase crítica.

Significa também, em sentido mais especial e chegado a nosso assunto, juízo, modo de julgar, gosto, opinião, modo de ver e apreciar.

Etimologicamente, esta é a acepção que lhe é própria; porque se origina do grego *krinein*, julgar, *kriniô*, eu julgo; donde *kritikos*, crítico, quer como adjetivo, propriamente dito, quer como substantivo, o que julga.

Bastava esta só indicação etimológica para mostrar a sem-razão dos que teimaram ou teimam ainda em considerar a crítica um estudo, uma investigação, uma pesquisa ou até uma ciência especial, tendo por objeto a literatura e, quando muito, as artes, quaisquer.

O bom senso geral reagiu sempre a seu modo, já contra a estreiteza dos críticos em confinarem na literatura as suas pesquisas, já contra a pretensão de suporem a crítica uma ciência, independente, especial, autônoma.

Na linguagem comum, o criticar era e é função que se aplica e deve aplicar a tudo neste mundo.

No terreno das idéias, a expressão *crítica* se tem aplicado a várias disciplinas que nada têm que ver com as belas-letas; mas sempre de modo esquerdo e indeciso. Assim é que, desde época remota, se tem empregado a clássica expressão *regras de crítica histórica*.

Por uma ampliação explicável se tem falado em *crítica homérica*, *crítica filológica*, e também em *crítica mitológica*, *crítica bíblica*, *crítica religiosa*.

Os leitores conhecem os significados dessas denominações, algumas das quais se referem, aliás indevidamente, às ciências modernamente constituídas, como sejam a da lingüística, a das mitologias e religiões comparadas.

Não é só: os amplos estudos das ciências físicas e naturais da filosofia, sob o influxo evolucionista, a constituição da sociologia, tornaram vulgares os dizeres: – *crítica científica*, *crítica filosófica*, *crítica social*.

A crítica das instituições jurídicas, dos sistemas políticos, das teorias econômicas, das doutrinas morais são outras tantas designações correntes.

Ora, claro é que uma coisa, que se aplica, que se tem aplicado a todas as criações da humanidade, – artísticas, religiosas, jurídicas, morais, políticas, econômicas, científicas, – nem pode ser uma ciência à parte, uma nova ciência livre, independente, autônoma; nem se pode deixar asfixiar no mero estudo das belas-letas.

O exemplo de Kant, mostrando que a crítica se aplica ao próprio instrumento do pensamento, e que chamou de *crítica da razão pura* sua teoria do conhecimento, de *crítica da razão prática* sua doutrina da moral, e de *crítica do juízo estético* sua análise das faculdades artísticas, o exemplo de Kant era apto a desfazer todas as dúvidas.

A crítica não é um sistema, uma teoria, uma doutrina feita e completa, uma ciência.

Não existe uma só das conhecidas classificações das ciências que a inclua em seu número, nem pode existir; porque a crítica é apenas um processo, um método, um *controle*, que se deve aplicar às criações do espírito, em todos os ramos de sua atividade.

Como tem sido tratada até aqui pelos homens do ofício, a pobre crítica, insisto, de um lado, se vê amesquinhada por andar reduzida a uma espécie de bisbilhotice sobre literatura e literatos e, às vezes, artes e artistas; e, por outro lado, se vê, sem títulos sérios, indebitamente endeusada, erigida à categoria de ciência especial, que, aliás, por mais que se agite, a coitada! não achou ainda um assento em nenhuma classificação conhecida! e não poderá jamais achar, porque ela não tem um assunto seu, só e exclusivamente seu, que possa dar lugar a uma organização científica à parte.

Que é, então, ela? que função exerce que a justifique?

Já deixei dito e repetido que ela abarca toda a área do pensamento, aplica-se a todas as criações humanas, a todas as pesquisas e construções espirituais, quer as que tratam da natureza cósmica, físico-química, biológica, quer as que se reportam ao mundo psíquico, político, moral, sociológico.

Nas criações sociológicas quaisquer, cumpre distinguir, como já ficou acima notado: os *fatos* ou *fenômenos*, que são a matéria-prima, digamos assim, das nossas elaborações mentais; o *conhecimento* ou *ciência* deles, e acrescentarei agora, a *crítica*, que é um especial *controle*, indispensável para a firmeza das

conquistas feitas. Nomeadamente nas criações conscientes, filhas da cultura, nas quais os *fatos* ou *fenômenos* a esclarecer são produzidos pelo próprio homem, seu papel é relevante, conspícua a sua missão.

Nas produções da matemática, da física, da astronomia, da química, da biologia, ela se tem exercido menos abundantemente, por alguns motivos de fácil intuição.

A dificuldade intrínseca de tais assuntos, o círculo reduzido dos seus cultores e do público a que se dirige, o interesse remoto de suas doutrinas, que, com ser de primeira ordem para os entendidos, não é imediato para a massa geral, explicam plenamente o caso.

Antes de a definir, porque a definição deve brotar dos fatos mesmos, vamos ver, praticamente, a crítica em todos os seus domínios.

Tomemos uma classificação de todas as produções intelectuais, emotivas e práticas da humanidade, a mais completa possível, o que importa traçar a carta dos fenômenos sociológicos.

Temos: *ciência, religião, arte, indústria, política, direito, moral* , o que vale dizer que na sociedade se nos deparam criações científicas, religiosas, artísticas, industriais, políticas, jurídicas e morais.

Mas aqui se dá um caso interessante: as criações científicas, a ciência, para dizer a coisa numa só palavra, não se contenta com esmerilhar o mundo exterior, o mundo físico, a natureza, como se costuma falar. Não. A ciência investe pelos domínios de suas companheiras de origem e quer, a todo o transe, explicá-las também, determinar-lhes o sentido, o alcance, o valor. Temos, pois, de um modo geral, ciências da natureza e ciências da sociedade: uma *naturologia* e uma *sociologia* . A primeira divide-se em tantas ciências quantos são os aspectos consideráveis do mundo exterior e desdobra-se em *matemática, mecânica, física, astronomia, geogenia, química, biologia* .

Numa transição e passagem legítima entre a natureza e a sociedade depara-se-nos a *psicologia, a antropologia, a etnografia* e a *lingüística* .

Nos puros domínios da sociedade encontram-se a *ciência das religiões* , que não tem ainda nome próprio (não se deve confundir com a velha teologia), que se chama impropriamente – *crítica religiosa* , e se deveria denominar – *religiologia* , ou melhor, *religionomia* ; a *estética* ; a *economia* , impropriamente chamada *economia política ou nacional* ; a *política* propriamente dita ou *ciência da administração do Estado* ; o *direito* ou *jurisprudência* ; a *moral* ou *ética* .

Junte-se a esse quadro geral a *filosofia* e a *história*, porque todos esses fenômenos e as respectivas ciências podem ser considerados numa síntese construtora, ou no seu desdobramento no tempo, e teremos o quadro completo.

Não se deve esquecer, porém, que todas essas ciências pressupõem e são dominadas, d'alto a baixo, por uma espécie de propedêutica que lhes determina a índole e fornece os métodos: a *lógica*.

Onde aparecerá a *crítica*?

Vamos ver.

Suponhamos que estudo os fenômenos de extensão, forma, situação, número, coexistência no espaço, sucessão no tempo, os fenômenos matemáticos, em suma, faço obra de cientista. Suponhamos que de minhas pesquisas escrevo um ou mais livros, faço ainda obra de cientista.

Mudemos a hipótese: suponhamos que não escrevo um livro de minhas investigações, mas escrevo uma análise da *Geometria analítica* de Comte; faço, neste caso, obra de crítico.

Assim, temos os fatos mecânicos, físicos, astronômicos, químicos, biológicos... Se os estudo e escrevo sobre eles em qualquer de suas ramificações, faço obra de ciência. Se, porém, analiso os *Princípios* de Newton ou a *Mecânica celeste*, de Laplace, ou a *Evolução da matéria*, de Le Bon ou a sua *Evolução das Forças*, ou a *Síntese Química*, de Berthelot, ou a *Origem das Espécies* de Darwin ou a sua *Descendência do Homem*, faço obra de crítica.

É sempre assim em todos os domínios. Se faço pesquisas de psicologia experimental e escrevo a respeito, produzo obra de ciência; se analiso os trabalhos de Fechner, ou de Delbef, ou de Wundt, faço obra de crítica.

Passemos a assuntos mais chegados à ciência social.

Se pratico atos de um culto qualquer, produzo um fenômeno, um *fato* de ordem religiosa. Se, porém, escrevo um livro acerca da religião em geral ou acerca das religiões da Índia, ou da África, ou da Oceania, sobre o bramanismo ou o budismo, o maometismo ou o cristianismo, escrevo obra de cientista nesse ramo dos conhecimentos humanos, a que se tem dado o nome de religiões comparadas, que melhor fora, como já ponderei, chamar religionomia ou religiologia.

Se, porém, traço um estudo, uma análise, uma apreciação da *Origem de todos os cultos*, de Dupuis, ou da *História das origens do Cristianismo*, de Renan, ou da ciência *Introdução à História do Budismo*, de Eugênio Burnouf, ou da *Vida de Jesus*, de Strauss, ou das *Doutrinas religiosas dos Judeus*, de Michel Nicolas, ou de qualquer outro trabalho do gênero, de Albert Réville, de Colani, de Reuss, de Coquerel, de Christian Baur, faço, então, obra de crítica.

O mesmo nos assuntos lingüísticos. Se estudo e escrevo sobre um grupo qualquer de línguas, faço obra de ciência. Se analiso a *Gramática comparada das línguas indo-européias*, de Bopp, ou a das línguas românicas de Diez, ou a *História e sistema comparado das línguas semíticas*, de Renan, ou as *Lições sobre a linguagem*, de Max Müller, produzo, nesse caso, obra de crítica.

Se faço quadros ou estátuas, ou gravuras, ou partituras, ou romances, ou dramas, ou poemas, ou discursos, estou a produzir fenômenos artísticos. Se não os produzo, mas escrevo deles, discuto-os, classifico-os, noto-lhes as relações com o meio histórico e a atmosfera social, com as crenças, a política, os costumes, as instituições, faço, nessa hipótese, a obra desses cientistas a que se dá o nome de estetas, de cultores da ciência das artes estéticas.

Se aprecio, estudo, analiso os livros dos que deles escreveram, faço, no caso, obra de crítica.

Assim, se escrever uma dissertação, uma memória, um livro qualquer sobre a arte grega, ou a italiana, ou a holandesa, ou a flamenga, farei trabalho de cientista, de esteta.

Se analisar o admirável livro de Fromentin, *Les Maîtres d'autrefois*, ou o de Boutmy, sobre a *Arquitetura grega*, ou os de Taine, sobre *A arte na Itália* e *A arte nos Países Baixos*, escreverei obra de crítico.

Não é só: nos puros domínios da literologia, ou literonomia, ou melhor, estoliteratura, ou como lhe queiram chamar, que é aquela parte da estética que se ocupa da arte da palavra, se escrevo uma história da literatura inglesa, ou da alemã, ou da italiana, ou da francesa, ou da grega, faço obra de cientista, de esteta, nas apreciações gerais, doutrinárias e teóricas, e de historiador, na parte puramente narrativa.

Se, porém, analisar a *História da Literatura Inglesa* de Taine, agirei como crítico. O mesmo será se proceder de igual forma com a *História da Literatura Alemã*, de Julian Schmidt, ou a *História da Literatura Italiana*, de Settembrini, ou a *História da Literatura Francesa*, de Jouleville, ou da literatura grega de Otfried Müller, ou de Croiset.

Ainda mais, se escrever um estudo acerca de um poeta ou de um romancista ou de um dramaturgo, falarei como esteta, farei o que se deve chamar *estoliteratura*; se analisar os estudos dos outros a respeito, exercerei função de crítico.

Assim, se tratar de Balzac, o farei como cultor da estética literária e como historiador; se apreciar o estudo de Taine sobre ele, o meu papel será o de mero crítico. O mesmo acerca de qualquer outro: Tolstói, Ibsen, Zola, Lamartine, Hugo, Musset...

Se me ocupar, não já de um tipo das letras e das artes em sua personalidade íntegra, e, sim, de uma só de suas produções, as posições serão sempre as mesmas.

Se escrever um artigo sobre *Dominique*, de Fromentin, fá-lo-ei como esteta; se analisar o que dele escreveu Scherer, estarei na crítica.

Se apreciar o *Salvador Rosa*, de Carlos Gomes, ou a *Norma*, de Bellini, estarei na estética; se tomar por tema o que deles escreveu Tobias Barreto, ficarei na crítica.

É inútil continuar os exemplos: o mesmo se dá em todas as outras ordens da atividade social: industriais, políticas, jurídicas e morais...

Se trabalho, planto e colho café, por exemplo, os produtos da minha atividade são fatos de ordem industrial ou econômica. Se escrevo desses fatos, faço obra de ciência, entro para o grupo de Aclam Smith, de Say, de Chevalier, de Schmoller...

Se analiso o *Tratado das finanças*, de Leroy-Beaulieu, ou o dos *Câmbios estrangeiros*, de Goschen, ou os livros de Carey, ou os de Wagner ou de qualquer outro economista, não saio da crítica.

Se produzo obra acerca do direito romano, minha ação é de cientista, de cultor da ciência jurídica, de jurisconsulto; já não será assim se me limitar à análise e estudo do *Espírito do Direito Romano*, de Ihering.

O mesmo, se escrever um tratado de política ou me reduzir a apreciar os *Princípios de política*, de Holtzendorff, ou a *Política*, de Bluntschli, fazer um livro de moral, ou me confinar na esmerilhação da *Crítica da razão prática*, de Kant, ou na *Moral e ciência dos costumes*, de Lévy-Brühl, ou nos *Princípios de moral*, de Spencer.

Idêntico é o fato em filosofia, conforme trato diretamente dos fenômenos filosóficos e da apreciação dos autores e sistemas, ou reduzo a minha ação a analisar o que deles disseram outros.

Igual em história: se alguém escreve uma história do Brasil, faz obra de cientista, de cultor da ciência da história num dos seus ramos. Se estuda as obras de Varnhagen acerca desse distrito do saber, corrigindo-as, ampliando-as, modificando-as nuns pontos, retificando-as noutros, está em pleno domínio da crítica.

Vê-se, pois, claro, que a crítica, na qualidade de disciplina mental, é alguma coisa que se pode aplicar, não diretamente aos fenômenos ou fatos quaisquer da natureza ou da sociedade, porque esta é a função própria da ciência, sim às vistas, teorias, doutrinas, interpretações que de tais fatos deram os que deles se ocuparam.

Existe, entretanto, uma ciência que preside ao desdobrar das ciências, servindo para todas elas de elemento formador indispensável: a lógica, a ciência das formas do mundo subjetivo, as formas do pensamento, as formas da razão e do raciocínio. A crítica é uma parte dessa ciência quando ela se encarrega praticamente de verificar se as leis que regem as criações espirituais foram convenientemente utilizadas pelos que delas escreveram.

Pode ser definida: “A parte da lógica aplicada que, de posse das leis reguladoras das condições e da origem e desenvolvimento dos fenômenos quaisquer da natureza e da sociedade, examina o acertado ou errôneo emprego dessas leis nos escritos que de tais fenômenos se ocuparam.” Ou, talvez melhor: “A parte da lógica aplicada, que, estudadas as condições que originam as leis que regem o desenvolvimento de todas as criações do espírito humano, científicas, artísticas, religiosas, políticas, jurídicas, industriais e morais, verifica o bom ou mau emprego feito de tais leis pelos escritores que de tais criações se ocuparam.”

Vê-se que a crítica não é mais do que um simples *controle* das vistas alheias.

E o estudo das individualidades, estudo que tem sido levado a grande esmero?

Quem o fará?

A situação é a mesma, sem a mínima discrepância, e a resposta já está implícita e até explicitamente dada, bastando lembrar o que afirmei em referência a Balzac e outros mais.

Se se toma um tipo das ciências, da arte, das letras, da política, para objeto de estudo, e se lhe prepara a característica, o trabalho é de duas forças que se combinam: uma ciência qualquer, conforme a esfera em que se desenvolveu a personalidade, e a história que dá conta da sua ação.

Destarte, se me encarrego do tipo de Virgílio, suas obras, seu valor na evolução das letras, estarei em plena estoliteratura, nas partes teóricas que, porventura, intercalar no meu estudo, e no terreno da história, na parte da narrativa de fatos e acontecimentos.

Se, porém, me ocupar do *Virgílio*, de Sainte-Beuve, ficarei na esfera da crítica.

Por tal modo, se escrever sobre Taine, estarei na estoliteratura, na filosofia, na política, assuntos todos esses por ele versados, e na história tanto quanto esta tem obrigação de ocupar-se do movimento intelectual dos povos. Se analisar o livro de Aulard, o de Giraud, o de Berzalotti, o de L. Roure, a respeito do ilustre francês, estarei em mera crítica. Se escrever de Cromwell, ou de Gregório VII, ou de São Paulo, farei nesses casos política, religionomia e história; farei, porém, crítica se apreciar o livro de Carlyle sobre o primeiro, o de Villemain acerca do segundo, o de Renan relativamente ao terceiro.

Se me esforçar por traçar um perfil de Rubens, minha tarefa será de esteta e historiador; se me detiver em analisar a imponente característica do grande pintor, devida à pena de Eugène Fromentin, no livro de ouro *Les Maitres d'autrefois*, não passarei da crítica.

Seria impertinência multiplicar os exemplos.